

da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

Sessão 1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

Sessão 2. A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico.

Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

Sessão 5. Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de rever experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.



04

da idade média à
contemporaneidade
ambientes e
musealização

III congresso
de arqueologia
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



04

**da idade média à
contemporaneidade**
ambientes e
musealização

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

- 6 **prefácio**
António Edmundo
- sessão 1
- 7 **introdução**
Paulo Dordio e Miguel Rodrigues
- 17 acta 1
O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII
Marcos Osório
- 26 acta 2
A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento
Armando Redentor
- 35 acta 3
O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001
António Chéney
- 43 acta 4
Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo
César Guedes
- 49 acta 5
Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)
Ricardo Teixeira
- 64 acta 6
As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real
Lídia Baptista
- 79 acta 7
Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385
Maria Antónia Athayde Amaral, Paulo Morgado, Ricarda Moura e António Coelho Rocha
- 90 acta 8
Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)
Amândio Jorge Morais Barros

sessão 2

99 **introdução**

Ana Lúcia Berliner

100 acta 9

Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais

José Manuel Alho

108 acta 10

Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento

Fernando Pau-Preto

123 acta 11

Exemplos da gestão do património natural do PNDI: estratégias de conservação

Vítor Baptista

sessão 5

- 126 **introdução**
Graça Araújo
- acta 12
- 127 **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**
António Faustino Carvalho e António Nabais
- acta 13
- 131 **Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização**
Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva
- acta 14
- 154 **O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – ARQUEOLOGIA**
J. A. Gonçalves Guimarães
- acta 15
- 161 **A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)**
Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz
- acta 16
- 174 **Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do Serviço Educativo do PAVC**
Marta Mendes
- acta 17 (extra)
- 181 **El Mapa de Forrester – Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la *Região Demarcada do Douro* 1756-2006)**
Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

prefácio

António Edmundo

(Presidente da Câmara)

A ânsia e o desejo de conhecer o passado, de desvendar a história fascinante da evolução do homem e as suas complexas relações com o meio, têm acompanhado, desde tempos imemoráveis a caminhada do homem.

A nossa região possui testemunhos do passado que fazem despertar, em todos nós, a ânsia de saber mais. Quem pode deixar de sentir esse apelo e essa ânsia, quando confrontado com a majestade dos testemunhos deixados pelos séculos e pelos múltiplos eventos históricos no Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e nos vizinhos concelhos ribacudanos?

Efectivamente, além do seu inerente valor patrimonial e científico, enquanto testemunhos do Passado, assumem, no Presente, uma estreita relação com o meio e o ambiente onde se entranham, onde a paisagem, também ela humanizada, nos murmura a relação estreita que sempre existiu entre o homem e a natureza.

O trabalho que é dado à estampa constitui uma obra de inquestionável valor, mercê do valioso trabalho científico dos investigadores Paulo Dórdio, Miguel Rodrigues, Dalila Correia, Jorge Silva, Ana Beliner e Graça Araújo, numa área científica fundamental para o conhecimento da história do Homem, em suma, para o conhecimento das raízes profundas da nossa cultura, contribuindo para a sobrevivência da memória colectiva da Região.

Sessão “Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)”

1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e, embora com algum atraso em relação ao litoral, também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património.

No início da década de 90 foram aprovados e homologados a generalidade dos Planos Directores Municipais. Elaborados muitas vezes à pressa, com pouco trabalho de levantamento e com meios cartográficos rudimentares (Cartas Militares à escala 1:25.000), estes Planos nem sempre incluem levantamentos específicos para a área do património¹. No entanto, ao incluírem nas Cartas de Ordenamento os imóveis classificados e respectivas áreas de protecção, contribuíram para que, progressivamente, durante a década de 90, se tornasse sistemática a consulta por parte das Câmaras Municipais sobre processos de licenciamento (prevista como obrigatória na Lei de Bases do Património) às entidades responsáveis pela tutela das servidões administrativas da área do Património².

Esta situação de consulta sistemática permitiu introduzir, progressivamente, nos pareceres vinculativos emitidos pelo IPPAR, condicionantes de carácter arqueológico sempre que a localização da obra e as suas características implicavam potenciais danos para o património arqueológico. Principais alvos destas intervenções preventivas foram os centros históricos³ e as áreas de protecção de imóveis que, pelas suas características, o aconselhavam – sítios arqueológicos e igrejas. Intervenções arqueológicas de maior fôlego e com objectivos de investigação mais específicos têm também ocorrido, permitindo aumentar significativamente, não só o conhecimento científico sobre estes centros históricos, mas também valorizar o património histórico da região. Refiram-se por exemplo as intervenções arqueológicas na área do mercado de Bragança e nas muralhas de Miranda do Douro da responsabilidade das respectivas autarquias e sob a direcção, em ambos os casos, de Jorge Arguello ou no castelo de Torre de Moncorvo, sob a direcção de António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho. O desenvolvimento das intervenções arqueológicas conduziu à necessidade da criação por parte das autarquias dos seus próprios gabinetes de arqueologia⁴. Julgamos que a eficácia destas intervenções arqueológicas, dos pontos de vista científico e patrimonial, depende em grande medida da capacidade daqueles gabinetes em coordenar as intervenções e os respectivos resultados e espólios. Sabemos que muitas destas intervenções são de carácter pontual, correspondendo a uma pequena parcela urbana, por vezes com sondagens arqueológicas, outras apenas com acompanhamento das intervenções no subsolo. Assim, os resultados só se tornarão perceptíveis e significativos se encarados como peças de um puzzle que o gabinete municipal de arqueologia ou projectos de investigação específicos deverão reconstituir a pouco e pouco.

Pretendeu-se com o presente colóquio discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

sessão 1 introdução

Paulo Dordio e Miguel Rodrigues

¹ No caso dos PDM's dos concelhos do distrito de Bragança, verifica-se que a maior parte inclui Cartas do património arqueológico, reflectindo trabalho de campo realizado na década de 80. No entanto raramente estas cartas têm continuidade no Regulamento do PDM e menos vezes tiveram aplicação efectiva nas cartas de Condicionantes e de Ordenamento.

² As instituições do Ministério da Cultura responsáveis pela emissão de pareceres sobre processos de licenciamento de obras nas áreas classificadas ou nas respectivas áreas de protecção foram: de 1981 a 1992 - o Instituto Português do Património Cultural, de 1992 a 1997 - o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e a partir de 1997 - o Instituto Português do Património Arquitectónico.

³ Os centros históricos de Bragança, Vinhais, Torre de Moncorvo, Mirandela, Miranda do Douro e Freixo de Numão, todos de origem medieval e com áreas de protecção significativas têm vindo a ser objecto de intervenções arqueológicas pontuais sempre que a obra em causa implique alterações significativas no subsolo.

⁴ Neste momento existem arqueólogos nas Câmaras Municipais de Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro e Torre de Moncorvo, embora com condições de trabalho e estabilidade distintas de autarquia para autarquia.

2. Quisemos centrar a discussão no inventário e caracterização dos centros da organização do território que antecedeu as profundas transformações do século XIX. Esta organização teve origem na Baixa Idade Média inserindo-se na construção do espaço da Monarquia Portuguesa. Trás-os-Montes e o Alto Douro constituíam então regiões periféricas e de fronteira sobre as quais o poder régio investiu fortemente na reorganização do povoamento e dos territórios. Assim, entre os séculos XII e XV, observamos aquelas regiões cobrirem-se com uma densa rede de povoações fortificadas estruturadoras do território. É o aparecimento de um tipo novo de povoado concentrado, arruado e fortificado, a Vila, cabeça dos termos concelhios onde têm assento as Aldeias. As transformações do final da Idade Média e da Época Moderna, tendo conduzido ao abandono de alguns destes centros político-administrativos e ao aparecimento de outros novos, mantiveram, no entanto, o modelo de organização criado com a emergência da Monarquia Portuguesa, o qual, só no século XIX veria novas e profundas rupturas.

3. Foram múltiplas as aproximações, foram múltiplos os contributos dos participantes na Sessão “Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)”, distribuídos pelo Painel de Discussão da manhã - “Problemática e Definição de linhas de investigação” -, pela série de curtas comunicações sobre “Intervenções recentes e novos contributos para as problemáticas levantadas” e pela Conferência de encerramento de Manuel Luís Real - “Na fronteira de culturas: cristãos, judeus e árabes em terras raianas na Alta Idade Média. Definir rumos de investigação”.

Programa 15 Maio 2006

Sessão da Manhã (9h – 13h) – Auditório Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Problemática e Definição de linhas de investigação (comunicações de 30 minutos cada):

1. Paulo Dordio – “Introdução e Problemática”.
2. Ricardo Teixeira (Arqueologia e Património, Lda.) – “Povoamento e reorganização dos territórios medievais: dos castelos às vilas baixo-medievais na região de Chaves, Vila Real e Lamego”.
3. Luísa Trindade (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra) – “A fundação de cidades e a consolidação da nacionalidade”.
4. António de Castro Henriques (FCT- Universidade de York, Inglaterra) – “Periferia e sistema fiscal. Um caso transmontano (séculos XIII-XIV)”.
5. Amândio Barros (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) – “As comunidades mercantis de fronteira e a sua participação no sistema atlântico”.
6. Iñaki Martín Viso (Universidade de Salamanca) – “La construcción de las jerarquías territoriales: sitios de altura y villas reales en la frontera leonesa (ss. XII-XIII)”.
7. Walter Rossa (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra) – “O urbanismo medieval e a urbanística portuguesa”.

Participantes no Painel de Discussão sem comunicação:

Luís Fontes (Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho)

Discussão

Sessão da Tarde (15h – 19h) – Auditório Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Intervenções recentes e novos contributos para as problemáticas levantadas (comunicações de 15 minutos cada):

1. Miguel Rodrigues (IPPAR) – “Introdução”.
2. Ricardo Teixeira, Vítor Fonseca, Susana Cosme e Lídia Baptista (Arqueologia e Património Lda.) – “escavações arqueológicas na área urbana da vila velha de Vila Real”.
3. António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho (ArqueoHoje Lda.) – “intervenções arqueológicas no castelo de Torre de Moncorvo (2001)”.
4. Ricardo Teixeira Vítor Fonseca e César Guedes (Arqueologia e Património Lda.) – “identificação do fosso da cerca de Torre de Moncorvo”.
5. Armando Redentor (Parque Natural de Montezinho) – “A Vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento”.
6. Sérgio Carneiro (CMC) – “O Sistema Defensivo da Praça-forte de Chaves”.
7. Alexandra Isabel Lopes e Luís Pereira (IPA) – “escavações arqueológicas na vila velha de Ansiães”.
8. Alexandra Isabel Lopes, Heloisa Santos e Paula Abranches (Archeo’estudos Lda.) - “escavações arqueológicas na vila velha de Numão”.
9. M. Mathias (Universidade da Beira Interior) – “intervenções arqueológicas em Castelo Melhor”.
10. Maria Antónia Amaral (IPPAR), António Coelho da Rocha, Ricarda Moura e Paula Morgado (Sigologia, Lda.) – “Pola ueiga de Trancoso – que vestígios?”.
11. Maria João Neves, Susana Nunes, Zélia Rodrigues e Miguel Almeida (Dryas Arqueologia, Lda.); Maria Teresa Ferreira (Styx, Estudos de Antropologia Lda) – “arqueologia da morte em Pinhel: contributo para o conhecimento das dinâmicas de povoamento”.
12. Marcos Osório (CMS) – “O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho. Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada dos sécs. XII-XIII em Riba-Côa”.
13. Jorge Arguello (J. Menendez, Lda / POLIS) – “escavações arqueológicas nas áreas urbanas de Bragança, Miranda do Douro e Algosó”.

Discussão e Conclusões

Noite – Auditório do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa

Conferência: Manuel Luís Real (Departamento de Arquivos, Câmara Municipal do Porto) – “Na fronteira de culturas: cristãos, judeus e árabes em terras raianas na Alta Idade Média. Definir rumos de investigação”.

4. Na multiplicidade de aproximações e contributos geraram-se algumas linhas orientadoras da actual investigação sobre os territórios de fronteira e suas reorganizações na longa duração na região objecto de discussão.

Em primeiro lugar, ressalta a necessidade de conceder maior atenção ao conhecimento das comunidades estabelecidas nesta região antes das transformações implicadas pela definição do espaço da Monarquia portuguesa. As frentes abertas pela comunicação de Iñaki Martín Viso são extremamente interessantes. E a arqueologia terá aí um papel determinante pois são comunidades que, longe da escrita e dos poderes que a dominavam, mal se vislumbram no registo escrito que nos ficou. Sepulturas escavadas na rocha, identificação dos antigos povoados, observação do território e da toponímia, conhecimento da cultura material, são tarefas que competem em primeiro lugar aos arqueólogos e dos quais se esperam contributos decisivos. Existe muito trabalho realizado por arqueólogos portugueses (nomeadamente algumas teses de mestrado recentes) sobre estas necrópoles e a discussão sobre a identificação dos respectivos povoados que parecem ocultos a uma primeira observação. E os resultados do projecto de estudo e das escavações arqueológicas realizadas por Marcos Osório no povoado do Sabugal Velho estão aí precisamente para demonstrar o potencial da aproximação arqueológica na identificação e caracterização destas comunidades.

Em segundo lugar o momento da definição do espaço da Monarquia, em que os poderes do centro foram obrigados a estabelecer formas de diálogo e compromisso com estas comunidades e em que a proposta ou imposição do modelo urbano foi a estratégia geralmente seguida. A perspectiva que Luísa Trindade propõe de alargar a escala da análise a todo o território da Monarquia inserindo assim o enfoque estritamente regional num enfoque mais global da definição de todo o espaço da Monarquia, parece-nos essencial. Esse é também o objecto da tese que António Castro Henriques desenvolve actualmente propondo a questão fiscal como prioritária para a análise das actuações régias concretas que procuravam a rentabilização dos recursos de novos e vastos espaços. A outra aproximação, a da escala regional e local, permite, por sua vez, reconhecer melhor as especificidades do processo e o peso das diferentes composições dos poderes. É o que nos propõe Ricardo Teixeira ao centrar a sua análise na região intermédia de Chaves, Vila Real e Lamego.

Em terceiro lugar, o que se passa a partir do final da Idade Média e desse momento maior de definição que parecem ser os reinados de Afonso III e de D. Dinis. Até ao século XVI a região parece perseverar em exibir dinâmicas próprias que lhe vão assegurando um desenvolvimento sustentado:

. Regressando a formas de organização das comunidades mais tradicionais com o aliviar do peso da pressão reorganizadora régia exterior impondo o modelo urbano - lembremo-nos das muitas vilas já abandonadas que o Numeramento de 1527-32 regista;

. Mantendo e até desenvolvendo ainda as dinâmicas transfronteiriças. Nestas dinâmicas, as comunidades de judeus e cristãos novos, já ali instaladas há muito ou recém chegadas, procurando refúgio das perseguições que, nos finais do século XV e inícios do XVI, lhes tornam impossível continuar os seus negócios nas cidades do litoral, encontrarão um contexto onde continuar a trabalhar com as redes de relações que as inseriam num mundo cada vez mais globalizado (Amândio Barros). Relacionada com este tema, discute-se a ideia de que áreas aparentemente periféricas podem, conjunturalmente, assumir novas centralidades. Neste caso uma integração em redes de comércio internacional por via daquelas comunidades de judeus

que procuram refúgio ou, como a conferência do Manuel Real procurou desenvolver para a Alta Idade Média, por via do refúgio naquelas regiões (Viseu/Beira Alta) de um grupo rebelde ligado à família real astur-leonesa. Haveria que investigar até que ponto estamos diante de um epifenómeno, que deixou marcas pouco profundas nas comunidades locais ou se, pelo contrário, teria trazido consigo consequências mais duradouras.

Por seu lado, Walter Rossa, ao centrar o objecto de estudo na concepção da forma e do desenho do modelo urbano chama-nos a atenção não tanto para as mudanças entre uma época (Idade Média) e a seguinte (Idade Moderna) mas antes para as continuidades de que resultaria o que é mais específico na “cidade portuguesa”. No entanto, o dramatismo da mudança acentua-se a partir do século XVII. As dificuldades do Império Espanhol, a que Portugal estava unido depois de 1580, o fechar cada vez maior da Fronteira e as Guerras que se seguiram (Restauração e depois as guerras dos séculos XVIII e XIX) irão cavar cada vez mais a pauperização e “terceiro mundialização” da região que enveredará no caminho inverso ao do desenvolvimento e se afastará, como uma periferia que pouco ou nada interessa aos poderes do centro.

Por último, o momento actual, no qual, com a quebra dos constrangimentos fronteiriços, o retomar das dinâmicas transfronteiriças e a consciencialização em crescendo da importância do desenvolvimento das regiões, creio estar a despertar uma nova fase em que a Raia busca uma nova forma de existência e a ultrapassagem dos esquemas de atraso e periferização implicados na estratégia de definição do espaço da Monarquia portuguesa porque optaram os poderes do centro há 800 anos atrás.

Em complemento dos resumos e da discussão gerada, alguns dos participantes contribuíram igualmente com os textos que agora se publicam. Optou-se por publicar apenas os resumos das comunicações que não apresentam o texto final.

Paulo Dordio – “Introdução e Problemática”

A Norte do Sistema Central, o território português estruturou-se na longa duração segundo três subregiões meridiana: a Ribeira das cidades litorais e da ligação fácil ao Sul, que já nas descrições dos mais antigos geógrafos surgem individualizadas como as Turdulorum Oppida; a Montanha correspondendo às áreas do Barroso, Chaves, Vila Real de Panóias, Lamego e Viseu, cuja individualidade não impede que as ligações preferenciais se estabeleçam com a região litoral; e a Periferia, a região mais interior de Trás-os-Montes e da Beira Alta, já longe do litoral e que procura nos caminhos da Meseta o espaço privilegiado de relacionamento. A história desta região nos últimos mil anos mostra um espaço a organizar como fronteira e uma área a repovoar e dominar quando os poderes estabelecidos na região litoral assumiram uma estratégia expansionista com o objectivo de delimitar o território de um Reino.

Entre a Ribeira e a Montanha localizam-se cristas montanhosas (como o Marão, a Serra da Freita, o Caramulo) atravessadas a espaços por vias de penetração constituídas por caminhos e rios navegáveis sobre as quais se desenvolve toda uma rede de específicas Povoações de Caminho ou de Beira da Estrada. O rio Douro, até onde era navegável, mostra-se um dos principais destes eixos que facilitavam o relacionamento entre a Ribeira e a Montanha. Já entre a Montanha e a Periferia, estrutura-se um Limes, para além do qual estão espaços a dominar e que através dessa dominação externa acabarão arrancados às suas ligações

Resumos das Comunicações

tradicionais configurando a prazo um espaço desarticulado, periférico, dependente e incapaz de se subtrair por si só a uma lógica de subdesenvolvimento.

Numa primeira fase, o poder régio procurou na criação de uma rede micro urbana de vilas e póvoas uma estratégia de dominação claramente extensiva. Impôs então modelos estranhos à região que, no compromisso possível com as formas de organização tradicionais das comunidades locais, apenas perseveraram enquanto perseverou o interesse e o investimento régio na sua manutenção. Numa segunda fase, que se inicia com o fim da Idade Média, o poder régio parece começar a desenvolver uma outra aproximação a toda esta região periférica. A Fronteira começava a deixar de ser entendida como uma região e um conjunto de comunidades periféricas. Era agora cada vez mais uma linha bem definida e cartografada sobre a qual se abriam determinadas “Entradas Geográficas” na feliz expressão de António Sérgio, as rotas que permitiam o acesso à capital do Reino.

O mapa dos castelos que foram palco das principais operações militares entre 1367 e 1449 (João Gouveia Monteiro) deixa já claramente perceber um padrão que as guerras dos séculos XVII, XVIII e inícios do XIX (a Guerra da Restauração, passando pela Guerra da Sucessão e culminando nas Invasões Francesas) instalariam definitivamente. O interesse e o investimento do poder régio sobre a organização do território nas Terras de Fronteira tenderão a concentrar-se sobre aquelas “Entradas Geográficas”. Aí, algumas das antigas vilas transformar-se-ão em imensos quartéis militares enquanto o restante território da periferia se verá abandonado à sua sorte, coarctado das suas ligações tradicionais e incapaz por si só de inverter o caminho da pauperização e do subdesenvolvimento (Fernando Cortés Cortés). Despovoamento e pressão militar seriam doravante os resultados de uma relação desequilibrada com um longínquo centro a cujas decisões os interesses específicos da periferia são alheios.

Resumo

Reflexão em torno de algumas características urbanísticas e arquitectónicas do casario da estação arqueológica do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal), com base nos resultados das campanhas de escavação e na análise do levantamento topográfico e da fotografia aérea. Este núcleo populacional fortificado foi datado, pelos trabalhos arqueológicos, dos sécs. XII-XIII, constituindo um testemunho único dos modelos de organização urbana e das vivências quotidianas de uma aldeia mineira leonesa em Riba-Côa.

Introdução

Esta comunicação pretendeu apenas sintetizar alguns aspectos urbanísticos e arquitectónicos da estação arqueológica do Sabugal Velho, que fica situada a 22 km para leste da cidade do Sabugal, na freguesia de Aldeia Velha, próxima da fronteira com Espanha.

O povoado medieval situa-se no topo de um outeiro destacado do planalto mesetenho, num contraforte setentrional da Serra de Aldeia Velha (1019 m) (fig. 1). Este discreto enquadramento na serra possibilita que esteja protegido dos ventos dominantes de sul e que obtenha um amplo domínio visual da paisagem a norte (Silva, 2001: 791). A proximidade à nascente de inúmeras linhas de água e a riqueza mineira atestada pela presença de filões de ferro e de estanho na colina e no seu entorno, terão incentivado a ocupação (Silva, 2001: 794).

Durante as sucessivas campanhas de escavação desta estação arqueológica (1998-2002), foram abertos quatro sectores na plataforma habitada, tendo o maior número de sondagens incidido na área central do aglomerado (sector I) e no troço ocidental da muralha (sector III). As restantes sondagens foram abertas em área setentrionais e meridionais do povoado (fig. 4). O sítio tem sido, repetidamente, abordado em anteriores publicações e, por isso, remetemos para essa bibliografia toda a restante informação concernente ao seu enquadramento geográfico e ao historial da investigação na estação arqueológica (especialmente Silva, 2001; Osório, 2005a; Osório, 2005b).

Queremos apenas lembrar que o Sabugal Velho revelou dois momentos de ocupação: uma 1ª fase que recua ao I milénio a.C. e uma 2ª etapa datada dos séculos XII-XIII. As ruínas actualmente visíveis na plataforma testemunham esta última presença. Dado o bom estado de conservação do urbanismo primitivo, é possível enumerar alguns traços urbanísticos e arquitectónicos do aglomerado, com base na fotografia aérea de 1958 (fig. 3), no levantamento topográfico (fig. 2) e nos dados do registo arqueológico. Não pretendemos ultrapassar este mero intuito descritivo, realizando qualquer estudo comparativo com outros casos, até porque não dispomos de abundante informação deste cariz para a região da Beira Interior.

As estruturas defensivas

A aldeia do Sabugal Velho possui dois sistemas defensivos: a) Uma cerca interior de alvenaria, de aparelho misto de xisto e granito, disforme, com cerca de 4 metros de espessura de enchimento maciço. Esta muralha tem um traçado oval abarcando a totalidade do casario. b) Uma cerca exterior de terra batida, com um máximo de 6 metros de largura e 2 metros de altura, e um fosso que a separa da muralha interior que, além de constituir o resultado do aproveitamento do solo natural, funcionou também como uma solução defensiva complementar (Osório, 2005a: 90). Esta construção apresenta um traçado semi-circular, contornando apenas a encosta poente (fig. 4). Não é a única muralha de terra existente na região do Alto Côa. Segundo documentação do século XVII, existia uma cerca idêntica na povoação de Alfaiates, a 7 km para norte do Sabugal Velho (Saraiva, 1930: 447; Osório, 2005c:

acta 1

O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII.

Marcos Osório.

(Arqueólogo da Câmara Municipal do Sabugal)

62-63). Actualmente, não sobram quaisquer vestígios desta estrutura defensiva, mas pela descrição documentada é provável que fosse semelhante à do Sabugal Velho.

O povoado castrejo da Idade do Ferro do Sabugal Velho encontrava-se abandonado e arruinado, tal como o seu primitivo recinto defensivo, quando os repovoadores leoneses deram com o excelente sítio pelo seu valor estratégico e mineiro e, em função do novo urbanismo ortogonal, produziram um discurso que alterou o traçado anterior. A muralha proto-histórica foi refeita em função da cerca exterior de terra batida e, em consequência, foi abandonado e entaipado o primitivo acesso pela encosta poente (apesar do futuro alinhamento da rua central da aldeia medieval coincidir com esta abertura), optando por uma nova entrada, mais setentrional, que não dá acesso directo ao arruamento principal, mas a um eixo perpendicular (fig. 4).

O reforço das estruturas defensivas preexistentes, comprovado arqueologicamente, e a construção da cerca de terra, de acordo com os novos requisitos defensivos da época, demonstram o evidente empenho na fortificação do povoado. Este instinto defensivo é compreensível à luz da instabilidade militar dos séculos XI-XIII na raia entre leoneses e portugueses, e da necessidade de proteger a riqueza resultante da actividade metalúrgica.

O urbanismo

O conjunto edificado intramuros obedece a uma disposição ortogonal, sendo definido por um único eixo central e por diversos alinhamentos perpendiculares (fig. 5). O arruamento principal tem cerca de 200 metros de extensão máxima e 5 metros de largura média, sendo o eixo vertebral a partir do qual se abrem alguns arruamentos secundários de acesso a determinados edifícios ou espaços públicos. Tal como na rua principal, as restantes artérias urbanas não evidenciam qualquer empedrado e aparentam ter em média 2 metros de largura, como por exemplo a ruela que foi escavada do lado norte (fig. 6).

O aglomerado dispõe também de alguns largos que não são mais do que simples alargamentos das ruas, funcionando como zonas de apoio às actividades comunitárias ou dando apenas serventia a edifícios privados (fig. 5). Alguns destes espaços vazios, intercalados entre o casario, poderiam corresponder também a pequenos pátios ou parcelas de cultivo.

As construções estão tendencialmente dispostas por fiadas, alinhadas com o eixo estruturante do urbanismo e com as suas perpendiculares (fig. 5). A norte da rua central, observam-se cerca de 100 metros de fachadas paralelas ao arruamento, sucessivamente adossadas e apenas quebradas por uma ruela. Na fachada sul não é tão evidente esta linearidade e simetria das construções existentes, dado que alguns edifícios não estão implantados de forma paralela à rua e existem mais arruamentos transversais que quebram a fiada de edificações. Observa-se um maior número de casas na encosta meridional, dada a sua melhor exposição solar e o abrigo dos ventos dominantes. Não só se verifica um maior desprezo pela vertente virada para a Meseta, como pelas extremidades nascente e poente da plataforma habitada, adjacentes à muralha (fig. 5). O novo urbanismo medieval não se estendeu para aqui, pois não são visíveis à superfície estruturas arruinadas, não são assinaladas na foto aérea de 1958 e não foram exumadas nas intervenções do sector III (fig. 4). Estas áreas terão tido funções extractivas de minério e de produção metalúrgica, como indiciam os abundantes restos de pedra calcinada exumados no sector III, nos níveis de abandono do povoado. A escolha destes espaços periféricos para a actividade artesanal teve como intuito minimizar os riscos e evitar acidentes no núcleo habitacional, sobretudo causados por incêndio (dado o tipo de cobertura empregue nos edifícios, como veremos adiante).

Nota-se também, o que é deveras importante para a compreensão deste urbanismo, que os

edifícios não encostam à muralha, ao contrário do que sucedeu durante a fase de ocupação proto-histórica (Osório, 2005d: 43, estampas 9 e 10).

Haverá alguma distribuição do edificado por áreas profissionais ou por zonas de natureza funcional? Para além do sector de actividade mineiro-metalúrgica, consideramos que o alinhamento de um muro existente na parte nascente do aglomerado, pode definir um espaço agro-pecuário, bem como toda a zona não urbanizada na encosta norte poderá ter sido cultivada. A área habitacional parece congrega-se ao longo da rua principal, ficando os edifícios mais complexos na vertente sul e as moradias mais simples na fachada norte. Por outro lado, a grande concentração de edificações à entrada da povoação, pode dever-se também a motivos funcionais, sendo aí efectuadas as principais actividades mercantis e as trocas de minério por outros produtos.

Além das habitações, e dos pátios que as prolongam, com pouco mais se equipava este aglomerado, tal como muitos outros da Beira Interior, apenas algum fontanário, forno de cozer pão, venda, instalações do ferreiro, latoeiro ou tanoeiro (APP: 22).

A arquitectura

Os edifícios do Sabugal Velho apresentam plantas maioritariamente rectangulares (em contraste com a morfologia circular de algumas casas castrejas pré-existent), mostrando alguma uniformização no módulo construtivo, em torno dos 9x6 metros (fig. 5 e 6). São edificações amplas, sem quaisquer indícios de divisão interna, com uma área maior do que as casas tradicionais da Beira Interior, talvez concentrando no mesmo espaço todas as actividades domésticas: cozinha, dormitório e a *loja* dos animais.

Mas, também existem no Sabugal Velho construções mais pequenas e outras de maior envergadura e complexidade (fig. 5), cuja interpretação funcional é mais difícil. Se as edificações menores corresponderão a anexos, arrecadações e *lojas* de animais, já os edifícios maiores podem ser mais importantes. No entanto, nenhuma destas construções de planta mais elaborada poderá interpretar-se como sendo a igreja, nem sequer foi ainda detectado qualquer indício de necrópole¹.

Verifica-se que as construções em torno do eixo principal abrem directamente para a rua, sobretudo na fachada norte (fig. 6), onde as moradias possuem vãos de cerca de 1,5 a 2 metros de largura, enquanto que os edifícios de natureza artesanal ou agrícola mostram aberturas maiores, mais adequadas à sua funcionalidade. Por exemplo, a ferraria do lado norte da rua tinha uma grande porta de 3,5 metros, para acesso dos animais ao interior. No lado meridional da rua observam-se outras orientações nas portas, não directas para o eixo principal, mas abrindo para pátios ou pequenos largos.

Os edifícios da aldeia do Sabugal Velho, dado o substrato rochoso local, são totalmente construídos em alvenaria de xisto, de mais fácil aprovisionamento local. São construções de aparelho simples assente a seco, sem qualquer ligante, empregando pontualmente grandes blocos disformes de quartzo nos alicerces, também geologicamente abundantes neste outeiro. A intersecção do xisto com o granito, que ocorre nas encostas norte e poente do relevo, que proporcionou a grande riqueza estanífera e ferruginosa, é também caracterizada por diversos filões de quartzo, empregues como material construtivo.

Infelizmente, não subsiste a cantaria de granito dos cunhais e do revestimento dos vãos. Estes elementos terão sido levados e reutilizados, ao longo dos tempos, nas aldeias próximas, como é frequente, sobrando apenas o xisto, o quartzo e o granito solto e disforme. Por isso, os vãos revelam larguras mais exageradas do que é comum.

Os alicerces das paredes têm, geralmente, uma espessura variável, entre os 60-80 centímetros e não estão alinhados. Embora esta irregularidade se deva sobretudo aos processos de

¹ Temos apenas conhecimento de uma sepultura escavada na rocha, isolada, a cerca de 400 metros para poente do relevo habitado, que poderá estar associada a este núcleo de povoamento, mas que é insuficiente.

arruinamento e erosão, também reflecte a má qualidade construtiva. A grande espessura dos muros permitia sustentar paredes de compartimentos de grande dimensão. Quanto à altura, não temos dados seguros, mas é provável que, de acordo com o que se observa no casario tradicional da região, tivessem um pé direito máximo de cerca de 2,30 metros. Sabe-se que no início do século XX ainda subsistiam no Sabugal Velho algumas paredes com mais de 1 metro de altura (Correia, 1992: 143).

Supomos que, dada a grande dimensão dos compartimentos, os edifícios teriam apenas pisos térreos, pois não obtivemos quaisquer indícios da existência de escadarias interiores ou exteriores, para dois níveis de habitação. Segundo a obra *Arquitectura Popular em Portugal*, este tipo de edifícios integra-se no grupo C da tipologia das casas beirãs (APP: 32), que actualmente, em toda a região Centro, se concentra praticamente no concelho de Almeida (APP: 42-43). Caracteriza-se pelo andar térreo, com dependências e divisões internas de parede de pedra, estando os animais em compartimentos contíguos à habitação. Poderiam até elevar as paredes acima do tecto de madeira, para aí se formar um sótão, onde se guardava a palha e os géneros (APP: 32). Os edifícios térreos têm maiores influências mediterrânicas (Dias: 108), enquanto nas restantes regiões beirãs as casas têm dois pisos, com a habitação no 1º andar e acesso exterior por escadas e varandas alpendradas (APP: 16). Não se detectaram quaisquer indícios de derrubes de telha ou de lajes de xisto, por isso, acreditamos que se empregaram materiais perecíveis como a palha e as giestas, assentes sobre uma armação de madeira, como ainda hoje acontece nas regiões montanhosas da Estrela e de Montemuro (APP: 71). As casas colmadas com a palha sobrando dos cultivos de centeio utilizam-se nas coberturas desde tempos recuados e foram frequentes durante a Idade Média (APP: 71; Conde: 253 e nota 102). Esta solução permitiu criar uma cobertura mais leve para espaços edificados amplos, sendo também mais económica e assegurava uma temperatura mais suportável no interior das casas, factor de grande importância em regiões de Invernos rigorosos (APP: 71; Conde: 263, nota 102), mas, por outro lado, parece-nos um recurso bastante pobre, com pouca durabilidade e sobretudo perigoso para edifícios com fornos interiores, como na ferraria a norte da rua principal. Num dos edifícios escavados foram detectados os restos carbonizados da madeira do suporte desta cobertura vegetal – seriam só caibros ou uma armação para uma cobertura de duas águas?

Da mesma forma, constatou-se a inexistência de pavimentos no interior das casas. Não foram detectados quaisquer pisos de argila ou lajeados de pedra. As escavações permitiram verificar que o próprio afloramento é recortado e impraticável como piso, logo, a cota de circulação seria assinalada, muito provavelmente, por um nível de terra pouco batida com revestimento vegetal (por exemplo tojos, giestas ou palha das camas do gado), como ainda hoje se vê em alguns edifícios agrícolas (APP: 16-17) e como seria corrente na época medieval (Conde: 253). Raramente foi possível compreender a natureza funcional dos edifícios escavados, exceptuando a ferraria, com o forno circular de fundição e a forja (fig. 6), e as habitações familiares, pelo facto de se identificarem lareiras associadas a loiça de cozinha. Estes fogos domésticos encostam sempre à parede nascente do respectivo edifício e demonstram que se cozinhava sobre lajes de granito no chão, talvez sem chaminé (Dias: 108). No entanto, um dos edifícios situados na rua principal, que faz esquina com o acesso à porta da muralha (fig. 6), dada a maior espessura das paredes, em comparação com as restantes, poderia ser talvez o celeiro ou o palheiro. Aí foi recolhido o fragmento de uma chave que constitui um interessante achado para o conhecimento dos objectos quotidianos desta aldeia medieval, talvez da porta meridional deste mesmo edifício.

Conclusões

Os dados obtidos nesta intervenção evidenciam que o urbanismo do Sabugal Velho foi planificado e concebido com um objectivo comunitário. O casario não se concentra e encavalita conforme o parcelamento e a orografia, mas espraia-se por toda a plataforma. Nota-se uma intervenção estruturadora do povoado com um traçado prévio, que não decorreu ao sabor de impulsos e de vagas de ocupação. Houve um esforço para evitar o caos e a desorganização, provavelmente sem intervenção de uma estrutura exterior e centralizada, mas sustentado por poderes ou comunidades locais (Martín Viso, 2006: 54).

A nova disposição urbanística e arquitectónica apagou os vestígios da anterior presença humana na plataforma, não aproveitando as construções circulares castrejas existentes, reutilizando apenas a muralha (Osório, 2005a: 90). Este esforço defensivo da comunidade aldeã leonesa do Sabugal Velho resultou da necessidade de defesa do território, numa época conturbada, mas deveu-se também a motivações económicas.

Acreditamos que se trata de um aglomerado totalmente direccionado para uma funcionalidade particular, com base no conhecimento que temos do seu potencial mineiro. A escala e a organização espacial do casario devem muito às actividades exercidas pelas gentes que aí residiam. Os testemunhos da intensa actividade mineiro-metalúrgica, explorados por meio de *cortas* a céu aberto, perspectivam um grande dinamismo produtivo resultante da exploração mineira e posterior produção de artefactos, talvez mais do que para auto-suficiência, que podia ser motivadora da defesa e da sua disposição urbanística.

Apesar disto, a má qualidade habitacional é flagrante. As técnicas de construção são de grande simplicidade e reduzem-se ao essencial, denotando uma relação estreita com o meio natural, pelas edificações rudes, pedregosas e pobres. Não se recorre a soluções dispendiosas para melhorar as condições de habitabilidade, mas houve uma economia de esforço construtivo, com uma arquitectura sem requintes e carente de elementos de interesse (APP: 25). Nota-se que o casario foi ocupado por populações de fracas possibilidades económicas, como se constata pelo próprio espólio, onde apenas destaca a conta de colar multicolor e as duas fivelas de bronze. Talvez os lucros desta actividade não se reflectissem na cultura material e nas habitações locais, mas apenas fossem canalizados para um grupo restrito e externo à aldeia.

As precárias condições de vida patentes no edificado poderiam até ser um indício de uma ocupação sazonal do aglomerado, reduzida às temporadas de exploração das minas ou aos meses de Verão – única estação do ano em que seria mais cómoda a vivência no topo deste ventoso e frio outeiro.

A presença de veios metalíferos, a formidável posição estratégica e a existência nesta plataforma elevada de primitivas estruturas arruinadas, terão sido os maiores aliciantes à reocupação da colina do Sabugal Velho durante a Idade Média, compensando as más condições climáticas, os maus acessos e o isolamento populacional.

A datação do *diñero* de Afonso IX de Leão, cunhado em Salamanca (1188-1230), recolhido sob o derrube da muralha de alvenaria, bem como as fivelas com paralelos do século XII e os alguidares e as painéis com cronologias que apontam também para os sécs. XII-XIII, permitem-nos datar a ocupação deste relevo no período imediatamente anterior ao Tratado de Alcanizes (1297). É pois um núcleo de fundação leonesa, que terá controlado o território e o potencial mineiro local, durante o período instável entre o repovoamento leonês de Riba-Côa (séc. XII) e a tomada destas terras pelo rei D. Dinis, que só termina com a assinatura do famoso tratado com a coroa leonesa. Durante esse tempo, talvez a aldeia atingisse alguma projecção na região, sem ter obtido jamais uma carta de foral. Talvez se trate até da primitiva povoação de *Abaroncos*, registada na documentação coeva, mas ainda não localizada,

como foi recentemente defendido (Martín Viso, 2005: 109 e 111; Martín Viso, 2006: 51). Quais foram os motivos para o seu abandono? Esgotamento dos filões de ferro e cassiterite? Fim das necessidades defensivas? Piorio das condições climáticas? Localização descentrada em relação aos principais eixos viários? Destruição e rapina militar por D. Dinis? A inexistência de materiais de tradição baixo medieval e o silêncio acerca deste povoado na documentação do séc. XIV, altura em que despontavam também os concelhos de Alfaiates e Vilar Maior, parece confirmar o seu abandono por alturas da assinatura do Tratado de Alcanizes, em 1297, entre o rei D. Dinis e D. Fernando IV de Leão e Castela, tendo a população sido transferida para a Aldeia dos Freires (Aldeia Velha) ou para a própria Vila de Alfaiates, no decurso da reestruturação do território readquirido por D. Dinis.

figuras



fig. 1 Enquadramento geográfico e localização da estação arqueológica na carta militar nº 227 (1:25 000).

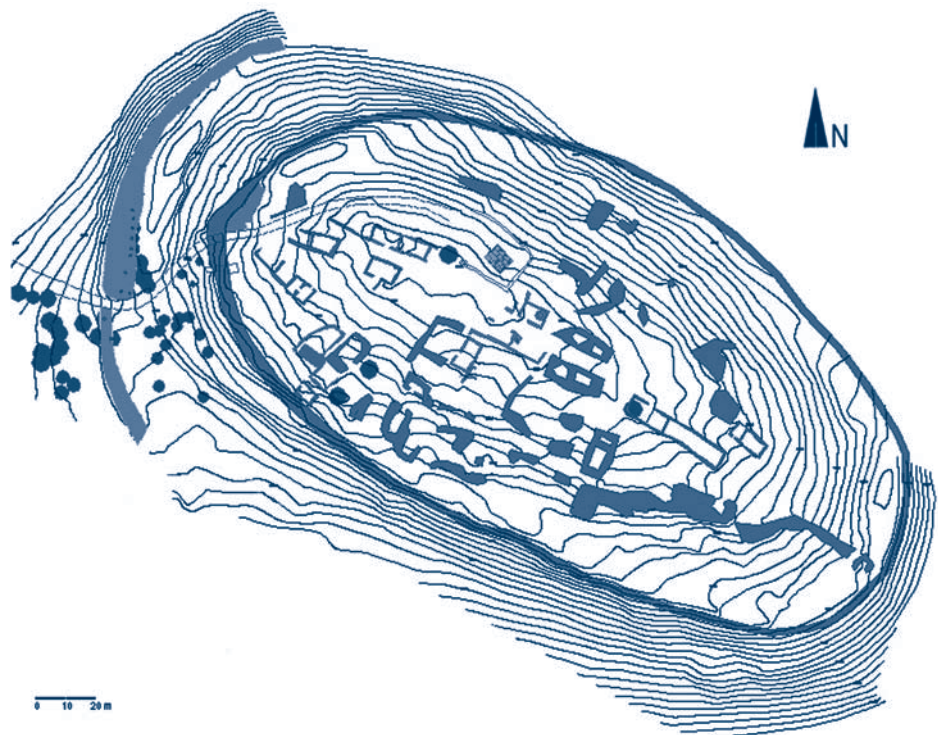


fig. 2 Levantamento topográfico do relevo e das estruturas arqueológicas do Sabugal Velho.



fig. 3 Fotografia aérea das ruínas do povoado visíveis em 1958 (Instituto Geográfico e Cadastral).

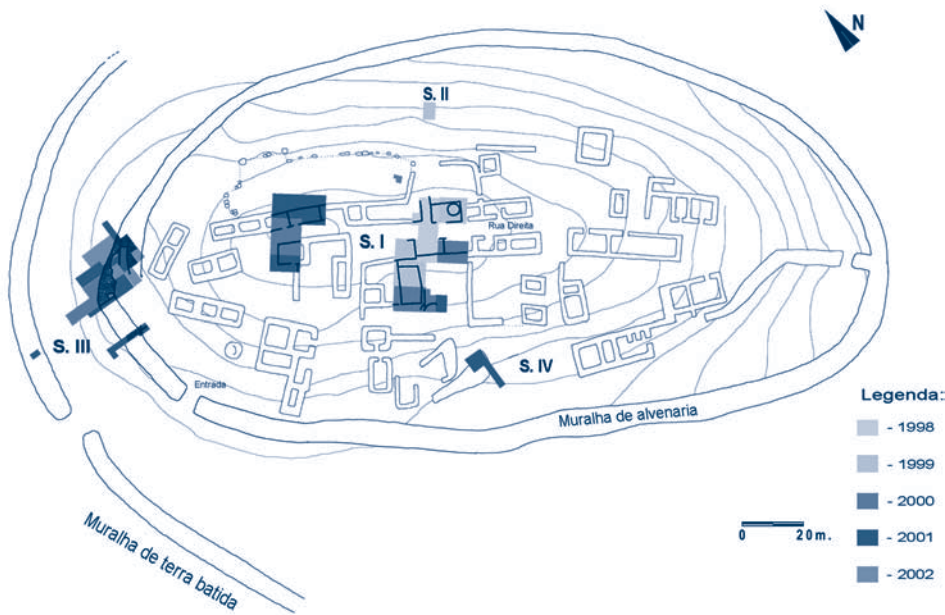


fig. 4 Planta esquemática da reconstrução hipotética do urbanismo, a partir do levantamento topográfico e da fotografia aérea, com a localização dos sectores escavados.

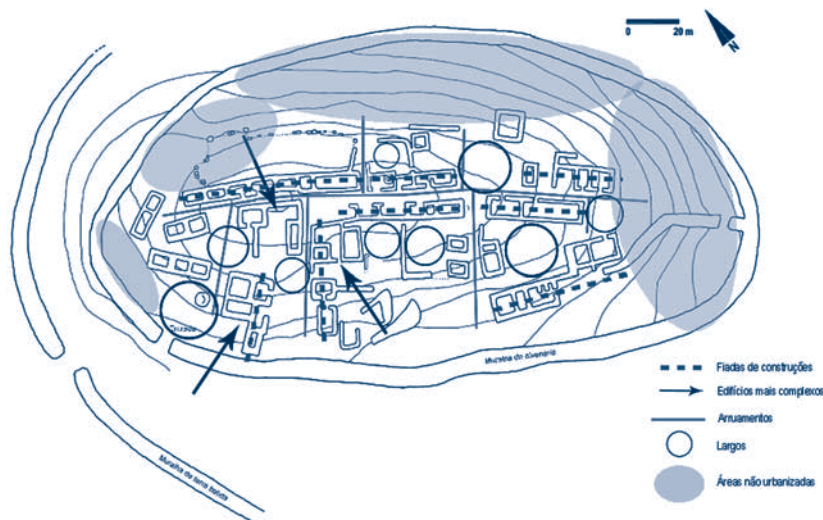


fig. 5 Interpretação esquemática da planta do urbanismo da aldeia medieval.

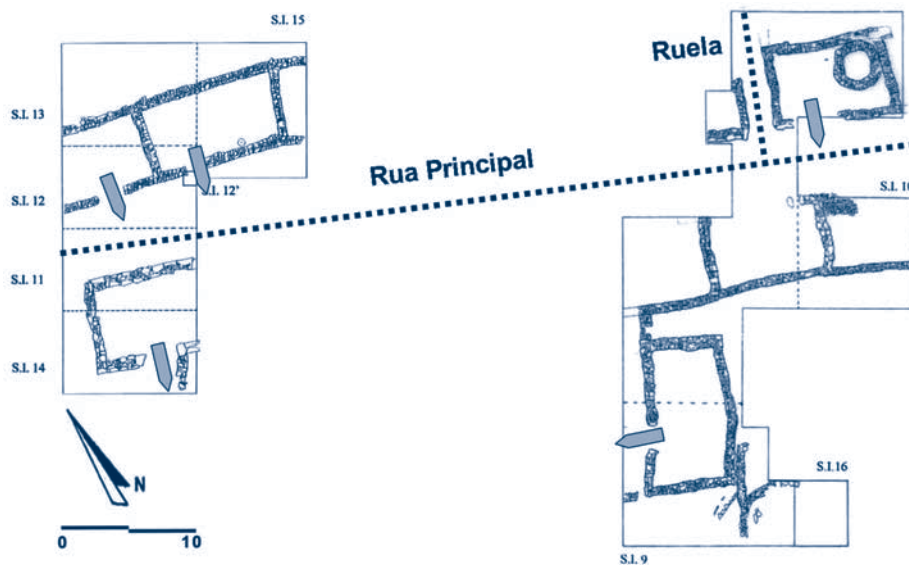


fig. 6 Planta dos edifícios escavados no sector I, em torno da rua principal.

bibliografia

AAVV (1988) – *Arquitectura Popular em Portugal. Vol. 2.* Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses (3ª Ed.) (= APP).

AFONSO, V. (1985) – *Sabugal. Terra e gentes (apontamentos de História e paisagem da região).* Sabugal: Câmara Municipal.

ALMEIDA, J. de (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Vol. 1.* Lisboa: [s.n.].

CONDE, S. (1997) – *Sobre a casa urbana do centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média. Arqueologia Medieval.* Mértola. 5, p. 243-265.

CORREIA, J. M. (1905) – *Antiguidades do concelho do Sabugal.* O Archeologo Português. Lisboa. 1ª Série. 10: 6-9.

CORREIA, J. M. (1992) – *Terras de Riba-Côa. Memórias sobre o Concelho do Sabugal.* Sabugal: Câmara Municipal (3ª Ed.).

DIAS, A. J. (1951) – *Contribution to the study of primitive habitation. In Comptes rendues du 16ème Congrès International de Geographie (Lisbonne, 1949)*. Vol. 3. Lisboa: [s.n.], p. 107-111.

MARTÍN VISO, I. (2004a) – *La frontera como integración del territorio en la Edad Media: la raya leonesa (siglos XII-XIII)*. Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura. Coimbra. 4, p. 14.

MARTÍN VISO, I. (2004b) – *En la periferia del sistema: Riba Côa entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI)*. In JACINTO, R. e BENTO, V., coord. – *Territórios e culturas ibéricas*. (Iberografias; 5) Guarda; Porto: CEI; Campo das Letras. p. 206.

MARTÍN VISO, I. (2005) – *Una frontera casi invisible: los territorios al norte del sistema central en la Alta Edad Media (siglos VIII-IX)*. *Stvdia Histórica: História Medieval*. Salamanca. 23, p. 89-114.

MARTÍN VISO, I. (2006) – *La comarca de Riba Côa entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI): propuestas para analizar un espacio periférico*. Guarda. [Relatório apresentado ao Centro de Estudos Ibéricos]

OSÓRIO, M. (2005a) – *Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho. Contributos para o estudo dos sistemas defensivos proto-históricos e medievais*. Còavisão: Cultura e Ciência (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior). Vila Nova de Foz Côa. 7, p. 81-99.

OSÓRIO, M. (2005b) – *Sabugal Velho: um povoado, duas ocupações*. In Catálogo da Exposição 25 sítios arqueológicos da Beira Interior (Maio/Dezembro 2005). Guarda: ARA; Câmara Municipal de Trancoso, p. 30-31.

OSÓRIO, M. (2005c) – *Contributos arqueológicos para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII)*. Praça Velha. Guarda. 8: 18 (1.ª série), p. 53-70.

OSÓRIO, M. (2005d) – *Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa*. In Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 35-65.

SARAIVA, J. M. da C. (1930) – *A região de Riba-Côa e um autógrafo de Brás Garcia Mascarenhas*. Biblos. Coimbra. 6, p. 439-463.

SILVA, M. D. O. da (1998) – *Sabugal Velho. In Terras do Côa: Malcata ao Reboredo: Os Valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 174-176.

SILVA, M. D. O. da (2000) – *O Sabugal Velho: primeiras achegas para o estudo de uma estação arqueológica*. In Beira Interior. História e Património. Guarda: [s.n.], p. 201-214.

SILVA, M. D. O. da (2001) – *Metalurgia no povoado fortificado Alto-Medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda)*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Edições Colibri, p. 791-794.

acta 2

**A vila de Vinhais:
da sua fundação e
amuralhamento**

Armando Redentor

**O contexto baixo-medieval da
criação da vila de Vinhais**

Da fortificação da vila de Vinhais já pouco resta, se nos reportarmos exclusivamente às estruturas visíveis e com alguma independência relativamente à malha edificada que a ela se sobrepôs. O recurso à documentação gráfica e escrita, bem como à Arqueologia, torna-se, na actualidade, totalmente incontornável no processo de reconstituição de parte significativa dos traçados e da arquitectura desta fortaleza, tal como é indispensável para a construção da sua história. Deste modo, é recorrendo à via documental que apresentamos uma abordagem preliminar da questão.

A história da vila de Vinhais não recua para além do século XIII. Data dos meados do século XII, mais propriamente de 1159, a mais antiga referência escrita ao território de Vinhais, a qual está presente numa carta de doação ao Mosteiro de San Martín de Castañeda, por parte de *Fernandus Godiniz*, de uma propriedade *in villa que vocatur ravanal et est sita in territorio bregantie in villa que vocitant vilar de ossus in territorio viniales* (doc. 199 in Alves, 1910: 263-264). As autoridades superiores aí referidas são o *Rege fernando in Legione et Galletia et pontius comite eo tempore maiordomus ipsius rege et princeps huius terre* e o *Episcopus fernandus asturicences ecclesie*. Trás-os-Montes representa nestes tempos iniciais do reino português um espaço periférico, aproveitado pela expansão senhorial a partir de Astorga e de Zamora, pelo que não surpreende esta referência documental, justificando este contexto que um dos vectores da política de D. Afonso Henriques tenha visado assegurar a fidelidade das comunidades locais e dos senhores da região, em particular os Bragançons (Mattoso, 1985: 26; Gomes, 1993: 26).

Em 1212, D. Afonso IX de Leão invade a “terra” de Vinhais numa expedição de auxílio a D. Sancha, D. Teresa e D. Mafalda, no contexto do conflito que as opôs a seu irmão D. Afonso II de Portugal (Gomes, 1993, 39). O território vinhaense tinha, então, centro num castelo roqueiro situado em Vale de Janeiro, como parece depreender-se do facto de a igreja de Vale de Janeiro se ter chamado de Santa Maria do Castelo e de Nuzedo de Baixo, localizado a sul daquele lugar, junto ao Tuela, ser referido nas Inquirições de 1258 como *Luzedo de sub castelo de vinaes* (doc. in Alves, 1918: 47-48; *Grande Enciclopédia...*: 203). Em 1224, é celebrado um *pactum* entre o Arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, e a *ecclesia que constructa est in castello de Vinaes et concilium ipsius populacionis que facta fuit per domnum Sancium Secundum, illustrissimum regem Portugaliae, ex altera* (*Grande Enciclopédia...*: 208-209). As disposições constantes deste pacto parecem inviabilizar a localização desta igreja na área da actual vila de Vinhais, dada a proximidade com a paróquia de S. Facundo. No entanto, as cláusulas finais deste documento – *ista carta debet valere quandiu ista populatio stetit. Si forte, quod absit, populatio destruat nichil valeat carta ista* – parecem apontar para a precariedade deste acordo, indiciando o carácter transitório do local como cabeça da “terra” de Vinhais. As Inquirições de 1258 são preceptivas ao atribuir a D. Sancho II a iniciativa de criar uma vila nova com o seu castelo: várias testemunhas referem que os *homines de vinaes quando rendauerunt ipsam terram de vinaes Regi domno Sancio germano istius [...] facerunt ei tale pactum quod facerent in vinaes unam villam et quod affortalezassent illam et non fecerunt illam* (doc. in Alves, 1918: 39, 44 e 50).

A concessão feita por D. Afonso III, em 1253, de uma carta de foral aos *hominibus de Vinaes* é, assim, anterior à concretização do propósito, do seu antecessor, de criação de uma nova vila; o Bolonhês apenas se refere à *terra de Vinaes* e ao seu *castello*, tratando com aqueles o pagamento de um foro anual de 600 morabitinos – *500 pro renda de ipsa terra e 100 pro tenencia de ipso castello* – e estipulando que a *iustitia debet fieri in terminis de Vinaes per iudices de Vinaes* (doc. 149 in Alves, 1918: 435).

Como vimos, à data das Inquirições de Afonso III ainda não tinha sido cumprido o acordo estabelecido entre D. Sancho II e os *homines de Vinaes*. A inquirição no Julgado de Vinhais inicia-se pela paróquia de S. Facundo de Crespos, o povoado que preexistia próximo do outeiro onde irá nascer a futura vila, e informa-nos que *tota ipsa villa de crespos est foraria regis*, à excepção de um casal possuído por D. Fernando Eanes da Galiza, de dois casais do Mosteiro de Castro de Avelãs e de outros dois do fidalgo leonês Mem Peres e de seu irmão (doc. in Alves, 1918: 38-41), circunstância que teria facilitado a fundação de Vinhais.

Há indicação de que uma notícia estranha às Inquirições de 1258, mas ainda do reinado de D. Afonso III, cita uma povoação designada Vinhais, que, assim, recebe da antiga “terra” o nome e o seu território por termo (*Grande Enciclopédia...: 207*); por outro lado, na *Crónica de D. Dinis*, Rui de Pina (1945: 154-155) diz que este monarca *nas comarcas damtre douro e minho e trallos mōtes fez estas villas e fortalezas .s. çerquou gujmarães daçerqua que agora tem, e braga, e mjramda do douro, e seu castelo, e mōçã, crasto Leboreyro, e pouorou denouo e fez os castellos de vinhaes, e villa frol, e dalfundegua e mirãdella, e freyxo despada cinta, e villa noua de çerueyra, E fez de nouo e do primeyro fundamento vila Real*. Fica-nos a dúvida acerca da paternidade desta criação: afonsina ou dionisina, da segunda metade do século XIII. A título de hipótese, não será de rejeitar um cenário de arranque da iniciativa de instalação da nova vila na recta final do reinado de D. Afonso III e o seu efectivo desenvolvimento e conclusão sob os auspícios de D. Dinis. De qualquer modo, esta acção insere-se numa política régia que desejava criar pontos de apoio da administração central e de defesa militar, enquadrando-se a nova criação na constelação de vilas que pontilham a fronteira norte do reino. A vila de Vinhais começa a desempenhar o papel de centro organizador de uma parcela do país e a funcionar como tentáculo local da centralização do poder régio.

De acordo com as Actas do Numeramento de 1527-1532 relativas à Comarca de Trás-os-Montes (Freire, 1906; Galego e Daveau, 1986), Vinhais insere-se na tipologia designada por *villa*. Esta, tal como o *concelho*, tem autonomia político-jurisdicional, mas difere dele pelo seu carácter de “povoado fortificado” e por ter uma origem diferente, que entronca no movimento reorganizador régio de meados do século XII e do século XIII. O facto de ser pólo de concentração do poder político, com jurisdição sobre um território determinado, define-lhe o carácter de centro urbano (cf. Gomes, 1993: 28-30).

A reconstituição da planta do castelo de Vinhais apresenta hoje dificuldades importantes que advêm, sobretudo, do seu estado de conservação. A evolução urbana da vila foi mascarando a arquitectura da fortaleza, pelo que são poucas as estruturas que conservam alguma integridade relativamente às construções que foram ocupando todo o espaço amuralhado. As estruturas defensivas que mantêm alguma autonomia relativamente à malha urbana do aglomerado são extremamente parcas e sempre parcialmente solidárias com as construções envolventes. Permanecem com algum grau de integridade: a porta de S. Facundo e a porta da Senhora das Portas Abertas, cada uma ladeada por duas torres, pertencentes à antiga cerca e voltadas, respectivamente, a sul e noroeste; a porta de Santo António, pertencente à antiga barbacã, em posição fronteira à porta da Senhora das Portas Abertas; a torre norte, parcialmente destruída; e um pano de barbacã, com cubelo associado, no lado sul. A torre do lado nascente também se recorta facilmente na malha urbana, apesar de se encontrar convertida em capela privada, desde a década de 50 do século transacto (fig. 1).

O material construtivo empregue na edificação, quer da cerca, quer da barbacã, é a pedra de xisto, dando corpo a uma alvenaria irregular com argamassas de areia e cal, difíceis de distinguir numa simples análise macroscópica, até porque os sucessivos restauros dificultam

Evolução planimétrica do amuralhamento de Vinhais

essa tarefa. Além disso, estes também embaraçam a identificação de diferenças técnico-construtivas, sobretudo porque a consolidação das estruturas foi passando, nomeadamente na contemporaneidade, pelo aconchego das juntas com argamassas de areia, cimento e cal hidráulica.

Este cenário torna patente que o completo descortinar da evolução planimétrica do amuralhamento de Vinhais exige um projecto estruturado de trabalhos arqueológicos vocacionado para o estudo da temática em questão; todavia, é possível chegar, partindo dos vestígios materiais visíveis ou percepcionáveis e recorrendo às fontes escritas e gráficas modernas, a uma proposta de reconstituição dos traçados e da sua evolução, a qual passamos a apresentar em função do reconhecimento de duas fases ou grandes momentos construtivos marcantes da sua estrutura arquitectónica.

1. Fase I

A fase I do castelo de Vinhais é a correspondente à sua construção e história baixo-medieval. Aquando da concessão do Foral de 1253 aos *hominibus de vinaes* por D. Afonso III e da inquirição ao Julgado de Vinhais de 1258, não existia ainda a vila de Vinhais.

Como vimos, a sua construção poderá datar ainda do reinado de D. Afonso III (*Grande Enciclopédia...*: 207) ou ser já obra dionisina, como quer fazer crer Rui de Pina (1945: 155) na *Crónica de D. Dinis*.

A nova criação régia, verosimilmente, de finais do século XIII, afonsina ou dionisina, implicou a construção de uma cerca que se adaptou às características morfológicas do outeiro amplo e pouco acidentado que a acolheu: mantém ao longo do seu perímetro uma cota mais ao menos constante e define uma planta subcircular.

Os dados que possuímos para a reconstituição desta fase inferem-se da documentação quinhentista. A fortificação da vila nova resumiu-se à construção de uma cerca com duas portas – as actuais portas de S. Facundo e da Senhora das Portas Abertas – e um postigo. A porta de S. Facundo estava ladeada por duas torres – como se percebe de um relato de 1508 constante do fl. 4 dos *Manuscritos Antigos IV* da Câmara de Bragança (in Alves, 1910: 156-161): *estando dous cubellos que estam sobre ahuua porta da bylla que se chama de sam fagundo saos de paredes* –, tal como estaria a porta da Senhora das Portas Abertas. A cerca medieval contaria ainda com uma torre de menagem, localizada a sul da porta da Senhora das Portas Abertas, que no início do século XVI, segundo Duarte de Armas (IAN/TT, *Livro das Fortalezas*, ms. 159 da Casa Forte, fl. 131), *estava toda derybada da parte de dentro da villa*, e com mais três torres, uma a sudoeste, protegendo o postigo, outra a nascente e a última do lado norte (fig. 2).

Presumivelmente, a construção desta fortificação adopta desde logo as soluções arquitectónicas góticas inspiradas no conceito de “defesa activa” (cf. Barroca, 1990-1991: 125-126), através da inserção de torres ao longo da cerca que permitiam a defesa directa dos alicerces dos muros.

Não temos dados que nos permitam asseverar que toda esta estrutura de arquitectura bélica é fruto de uma única obra inicial – apesar de a hipótese nos parecer razoável – ou se teria recebido sucessivos contributos ao longo da Baixa Idade Média, como viria a acontecer no reinado de D. Afonso V.

Por carta de 18 de Maio de 1458, D. Afonso V dá a D. Martinho de Ataíde, Conde de Atouguia e Senhor da Vila, *lugar e licença* para edificar *huum castelo em na dita villa* que por requerimento deste deveria ser construído nas *duas tores que som sobre o cano da porta da dita villa* (IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 47v.). As torres em causa são, com certeza, as que ladeiam a porta da Senhora das Portas Abertas que tinham pela frente o

cano, ou seja, a fonte, ainda hoje presente no Arrabalde e apelidada de Fonte do Cano – a sua existência está documentada nos debuxos de Duarte de Armas (IAN/TT, *Livro das Fortalezas*, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91 e 131), vindo a ser transformada em chafariz no século XVII por Estêvão de Mariz Sarmento (Elmano, 1934: 41). Sobre aquelas duas torres preexistentes e a porta foi, então, edificada uma torre que Duarte de Armas virá a identificar como aposento do alcaide. A obra não deveria estar ainda terminada em 1487, dado que nessa data D. João II confirma um alvará de D. Afonso V, seu pai, no qual este considera a necessidade de *sse acabar o castello dessa villa* e ordena tal tarefa a D. Martinho de Ataíde, que deveria obter dos juizes e oficiais *toda a serventia que ouver mester pera ella pagando elle os meestres* (IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 18, fl. 33), de acordo com o costume das obras por ele ordenadas.

Obras de restauro dos muros e torres, sempre necessárias, e ainda mais em tempos de instabilidade, deverão ter ocorrido amiúde. No reinado de D. Fernando, a oferta régia de 600 morabitinos velhos ao concelho e homens-bons de Vinhais para obras do concelho, datada de 21 de Março de 1372 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 104-104v.), poderá relacionar-se com esta necessidade de manter as defesas do reino em boas condições, sobretudo atendendo ao facto de Vinhais haver caído em mãos castelhanas durante a guerra de 1369-71.

2. Fase II

A segunda grande fase construtiva identificada é datável dos albores do século XVI, sabendo-se que estavam obras em curso nos derradeiros anos da primeira década.

Esta empresa decorrerá das preocupações dos monarcas D. João II e D. Manuel I em providenciarem a promoção e consolidação da defesa do reino face ao perigo castelhano, através da adaptação das fortalezas fronteiriças às exigências da pirobalística moderna. Pelo *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (IAN/TT, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91, 92 e 131) e por documentação constante dos *Manuscritos Antigos IV* da Câmara de Bragança (in Alves, 1910: 156-161) percebe-se que nesse início de século se vivia na fortaleza de Vinhais grande afã edificativo.

No verso do fl. 3 dos *Manuscritos Antigos IV* encontra-se uma declaração de Lopo de Sousa, vedor-mor das obras, datada de 1508, na qual se diz que *agora sse correge [o muro] de binhaes e se faz de novo toda a barbacã daredor*. No fl. 4 do mesmo livro lêem-se os agravos que sentiam os *lavradores e precuradores e omees boos dos concelhos de bynhaees e lomba e ball de paaçó* por causa das obras em curso na vila de Vinhais que consistiam *emlevantar muros que estabam derybados e fazer cubellos e barreiras e outras hobras*, queixando-se, ainda, do vedor das obras da vila *que mandou desfazer os ditos cubellos [da porta de S. Facundo] e poer a pedra por cyma do muro que estava a cabo dos cubellos e com ho pezo da dyta pedra que era muyto e quayo o muro que estava bem repayrado*.

Também Duarte de Armas nos dá conta das obras que se encontravam em curso na fortaleza de Vinhais aquando da sua visita no dealbar de Quinhentos. Nas duas vistas de Vinhais que apresenta, o escudeiro de D. Manuel dá-nos conta da existência de alicerces *pera fundarem ao redor desta villa cobellos*, tal como reafirma na planta que desenhou. Refere que o cubelo que se une à barbacã no lado sul – e que ainda hoje se conserva – *he novo e nom he acabado* e que as torres que ladeiam a porta de S. Facundo *lhe parecem que nom sam bem firmes*, o que poderá estar relacionado com o episódio relatado no fl. 4 dos *Manuscritos Antigos IV*. A análise desta documentação deixa-nos a impressão de que estava em curso uma grande empreitada de restauro e adaptação da fortaleza às exigências bélicas modernas: para além da construção da barbacã com o seu cubelo provido de troneiras, planeava-se a

construção de mais sete cubos distribuídos ao longo do seu circuito, bem ritmados, de norte a sudeste. Provavelmente, este plano não terá sido integralmente concretizado, pois apenas conhecemos vestígios de mais uma dessas construções, em frente à torre nascente da porta de S. Facundo, a qual também aparece em plantas do século XVIII conjuntamente com o cubelo provido de troneiras, mas segundo o relato do *Sítio de Vinhais em 17 de julho de 1666 pelo general Pantoja* (in Alves, 1909: 99-111) deveriam ter sido construídos mais dois, uma vez que aí se diz que a *segunda muralha tem quatro tenalhas ou furaois redondos*, devendo o autor querer referir-se mais propriamente a cubelos (fig. 3).

A arquitectura do castelo de Vinhais ganha forma definitiva com esta intervenção manuelina, dando-nos uma ideia realista dela a imagem esboçada por Duarte de Armas. De acordo com os desenhos do *Livro das Fortalezas* (IAN/TT, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91, 92 e 131), a cerca dispõe de duas entradas principais e de um postigo, para além de cinco torres, da torre de menagem e da torre que serve de aposento ao alcaide, correndo ao longo de todo o seu perímetro um caminho de ronda. A torre sudoeste posiciona-se estrategicamente para defesa do postigo e escadas que dão acesso a um ponto de água existente entre a muralha e a barbacã; duas torres ladeiam a porta do lado sul e outras duas reforçam os panos de muralha dos lados nascente e norte. Quer a torre de menagem, quer a torre que serve de aposento ao alcaide estão voltadas a noroeste, para a zona habitada exterior à fortificação. A torre de menagem tem planta rectangular, com uma entrada lateral e três pisos, cada um com seteira voltada para o espaço extramuros. Os aposentos do alcaide, de planta rectangular e entrada lateral, com uma janela voltada para o exterior e telhado de quatro águas, sobrepõem-se à porta noroeste [porta da Senhora das Portas Abertas] e às duas torres que a ladeiam. A sul, abre-se a outra porta ladeada por duas torres, designada, já no século XVI, de S. Facundo, por estar voltada para a igreja românica que tem este santo por orago. O postigo abre-se para as escadas que dão acesso à cisterna localizada na liça. A barbacã apresenta duas entradas: entre a torre de menagem e a dos aposentos do alcaide abre-se uma delas [porta de Santo António], sobre a qual foi construído um balcão saliente provido de matacães, reflectindo o carácter gótico da arquitectura; a segunda encontra-se próxima da porta sul, mas descentrada. A oeste desta entrada, posiciona-se um cubelo semicircular com duas troneiras e mais à frente, junto à cisterna, a barreira interrompe-se, inflectindo para a cerca, resguardando e reforçando a defesa daquela. No recinto, aparece um grande terreiro liberto de construções, para o qual a entrada sul dava acesso directo. As construções existentes (casas e igreja de Nossa Senhora da Assunção) concentravam-se, sobretudo, na metade noroeste do espaço amuralhado. A área envolvente da fortificação é relativamente despovoada, distinguindo-se dois pequenos bairros exteriores. Um deles, localizado a sul, é assinalado por duas casas, podendo tratar-se do bairro de Crespos; o outro, circundado por vários terrenos de cultivo, está representado por um quarteirão de construções e desenvolve-se, a poente da fortaleza, ao longo de um eixo viário, documentando o primitivo sentido da expansão urbana de Vinhais.

O castelo irá receber nos séculos seguintes obras pontuais de menor envergadura, sobretudo obras de restauro, na maioria dos casos mal documentadas. Logo em 1530, no cadastro referente ao *Numero dos moradores da comarca de Trallos Montes* diz-se que a *villa de Vinhaes he cercada e a cerca e partes derribada* (Freire, 1909: 268), aclarando a precisão de nela se proceder a trabalhos de reconstrução. Porém, será no contexto das guerras da Restauração, em meados do século XVII, que essas obras se tornarão mais necessárias, como se depreende da notícia de 1641 referente a vários donativos destinados à *reformação dos muros desta villa* (doc. in Alves, 1918: 492) ou a *fabrica dos muros de vinhais e feitio e custo das portas da dita villa* (doc. in Alves, 1918: 494).

Informações setecentistas, escritas e ilustradas, documentam a praça de Vinhais com uma estrutura arquitectónica que pouco difere da apresentada por Duarte de Armas, à excepção de algumas subtracções, nomeadamente da torre de menagem e de alguns panos da barbacã. O documento que relata o *Sítio de Vinhaes em 17 de Julho de 1666 pelo general Pantoja*, datado de 1786 e da autoria de Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz (in Alves, 1909: 99-111), descreve em pormenor a fortaleza, reportando-se ao seu estado na segunda metade do século XVII. De acordo com esta fonte, a fortaleza dispunha de duas entradas: uma que *sahe para o Terreyro a onde acaba a ultima porta de três que tem em distancia de 15 pés de hua a outra com que melhor se fortalece a entrada que por esta parte he coaze plana; outra do lado sul, e da mesma forma duas portas com a mesma distancia e direitura de hua a outra, além de hua piquena porta falsa chamada a do sol que hoje esta tapada de pedra*. No respeitante à cerca, anota-se que *tera a sua circumferencia quinhentos e cincoenta pasos por ella se devidem sete torres de sufrivel altura: dois pares ladeando cada uma das entradas, outra torre chamada a do sonço para o nascente, outra entre este e o sul e outra para o poente*. Entre a cerca e a barreira, *serve o terreno de 15 pés que entre hua e outra medêa de foço, tendo esta quatro tenalhas ou furaois redondos em proporcionada distancia das torres do muro anterior e, sobre a entrada voltada para o terreiro, hua piquena obra cornea que do ramal do muro distava fora dois palmos cobicos com gatos de cantaria para por entre seus extremos se defender a porta com breu e materias combustiveis, e ainda com tiros de arremesso*. Com toda a probabilidade, os quatro cubelos têm origem quinhentista. Actualmente, apenas restam vestígios de dois deles, os únicos que também aparecem registados em plantas setecentistas. Do confronto destas fontes verificamos que entre a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte desaparecem dois dos cubelos noticiados, facto que poderá prender-se com as intervenções efectuadas nesta praça de guerra, durante este lapso de tempo, sob a direcção do vedor-geral António Roiz Couto que, segundo Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz, *tudo lhe disfigurou e a poz em forma que deveria ser castigado se o não disculpace a sua reconhecida ignorancia e má ideia pois por ella se vê mais decipada*. Este documento reflecte, ainda, uma adaptação sumária da fortaleza aos parâmetros da fortificação nova ou moderna, pois nele se discrimina que *hum e outro muro são bem aterrplanados, athe os parapeitos tiverão sete ou oito peças de artilharia, as torres que antes da guerra se mandarão hir para Bragança tinha uma forte estacada e sua barbacam tem corpo de guarda, armazem e tudo o mais comcerente*.

Conhecem-se três plantas da praça de Vinhais, conservadas no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. A *Planta da Praça de Vinhaes na Provincia de Trás-os-Montes pelo Ajude Ingenheiro Iosê Monteiro de Carvalho* é a única datada: de 1753. As outras duas, a *Planta da Praça de Vinhaes cituada na Prov^a de Trás-os-Montes por Rodrigo de Sande e Vasconcellos* e a *Planta de Vinhaes*, de autor desconhecido, pela sua semelhança com a primeira deverão corresponder, sensivelmente, à mesma época. O traçado da fortaleza que nelas se representa coincide com a descrição de Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz, excepto no número de obras exteriores da barbacã, dado que, como referimos, só duas se representam. Documentam, ainda, que a barreira havia perdido a sua integridade, desaparecendo parcialmente em frente às torres norte e nascente.

A perda da importância militar deste castelo fez com que conhecesse um processo de degradação progressiva: foi-se encobrindo com a expansão do casario, a sua pedra foi sendo reaproveitada... até se tornar vestigial. Nos finais do século XIX, já o Abade de Miragaia (Ferreira, 1890: 1501) refere que *dos seus muros restam apenas pequenos lanços, alguns ainda com ameias*.

O castelo de Vinhais foi classificado como Monumento Nacional em 1947, pelo Decreto n.º

36383, de 28 de Junho. Nesse mesmo ano ruiu parcialmente a torre norte, permanecendo ainda amputada do seu lado nascente. Beneficiando do seu estatuto patrimonial, as ruínas do castelo recebem restauros nos anos de 1960 (trabalhos de consolidação e restauro das portas de Santo António e lado sul das muralhas), 1961 (limpeza e consolidação das muralhas), 1969 (consolidação dos restos da torre desabada), 1970 (reconstrução do troço de muralha na zona fronteira ao adro da igreja) e 1996 (consolidação, beneficiação e valorização de elementos do castelo), financiados e orientados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

A abordagem apresentada seguiu uma das possibilidades que o tema pode comportar: a análise documental. No respeitante às hipóteses de evolução planimétrica do amuralhamento da vila de Vinhais, advogamos que se torna necessário testá-las. Salvo o aparecimento de novos dados fornecidos por documentação medieval ou moderna, apenas o trabalho arqueológico futuro poderá resolver alguns aspectos menos claros. Particularizando, na sequência das propostas avançadas, julgamos da maior pertinência que os trabalhos de escavação arqueológica futuros possam: confirmar ou infirmar os traçados hipotéticos propostos, quer para a cerca, quer para a barbacã; verificar se foram construídos mais de quatro cubelos adossados à barreira, isto é, se foram concretizadas as obras em curso aquando da visita de Duarte de Armas nos inícios do século XVI, bem como localizar dois dos quatro cubelos de que há notícia segura; por último, avaliar eventuais vestígios de estruturas arqueológicas relacionadas com os cubelos cuja localização se desconhece, a torre de menagem, a torre sudoeste, o postigo, a cisterna e escadas que junto a ela existiram. Assim sendo, teria toda a pertinência a estruturação de um programa de Arqueologia urbana que possibilitasse a intervenção arqueológica nos espaços não construídos da “vila” e em todas as novas obras que impliquem revolvimento do subsolo, de forma a aperfeiçoar o conhecimento disponível acerca da história e da arquitectura das obras de fortificação, bem como da morfologia urbana do espaço que ao longo dos séculos cingiram.

figuras

fig. 1 Estruturas visíveis do castelo de Vinhais
B: barbacã; **C:** cerca; **Cc:** casa da Câmara;
Cs: cubelo sul; **Csw:** cubelo sudoeste;
Insa: igreja de Nossa Senhora da Assunção;
Pl: pelourinho; **Psf:** porta de S. Facundo;
Psa: porta de Santo António; **Pspa:** porta da Senhora das Portas Abertas; **Te:** torre este;
Tn: torre norte.

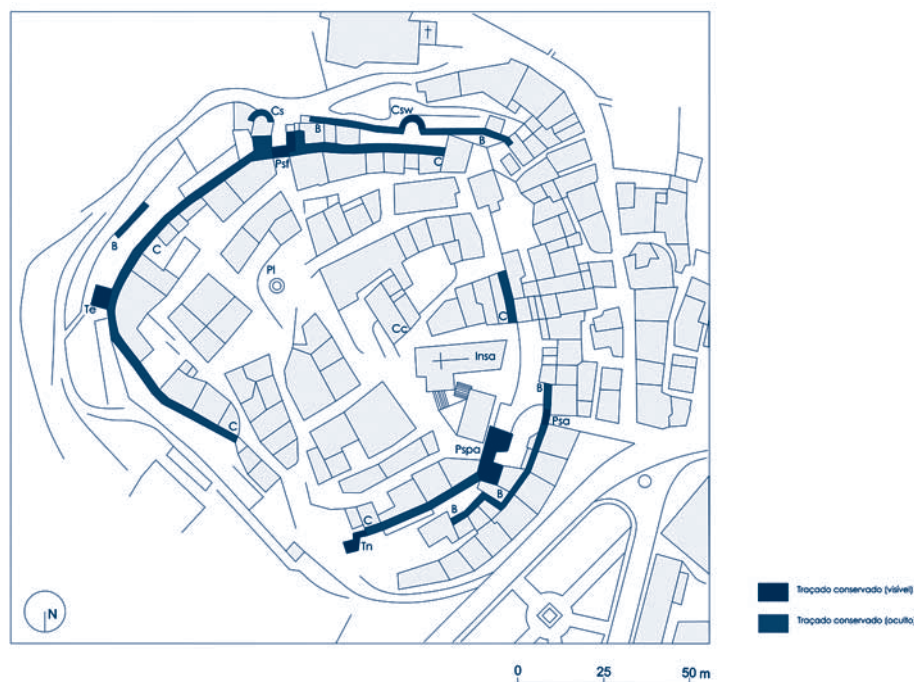




fig. 2 O castelo de Vinhais: planta da fase I.

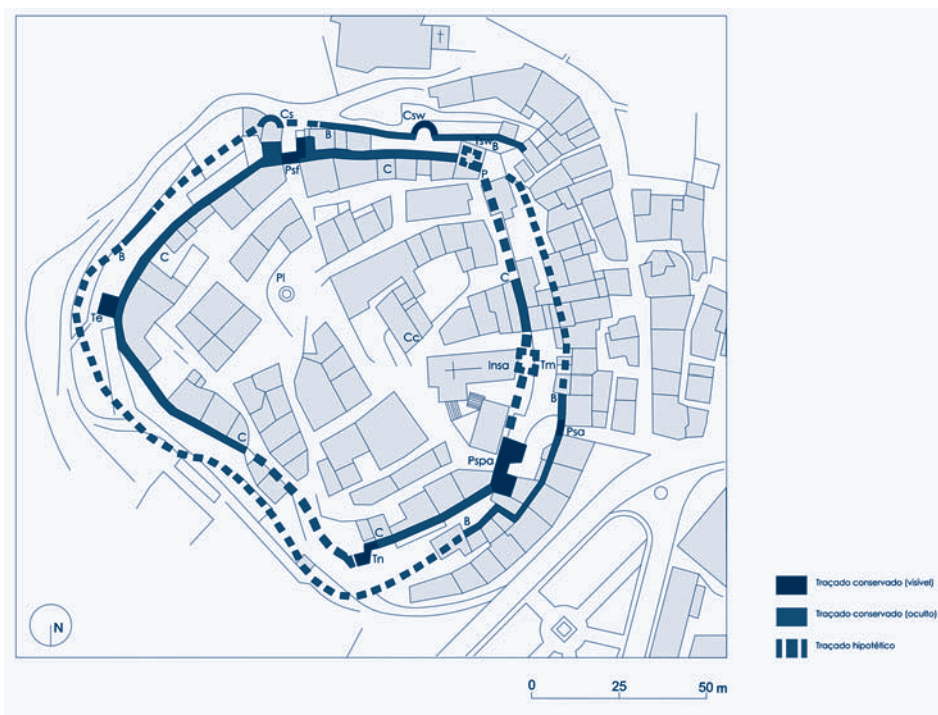


fig. 3 O castelo de Vinhais: planta da fase II.

Fontes manuscritas e cartográficas

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT):

Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 47v.
 Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 33.
 Chancelaria de D. Fernando, livro 1, fl. 104-104v.
 Livro das Fortalezas, ms. 159 da Casa Forte.

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM):

Planta da Praça de Vinhaes na Provincia de Trás-os-Montes pelo Ajude Engenheiro Iosê Monteiro de Carvalho, 1753.
 Planta da Praça de Vinhaes cituada na Prov^a de Trás-os-Montes por Rodrigo de Sande e Vasconcellos, s/d.
 Planta de Vinhaes, autor desconhecido, s/d.

Bibliografia

ALVES, F. M. (1909) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 1. Porto: Typ. da Empreza Guedes.

ALVES, F. M. (1910) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 3. Porto: Typ. da Empreza Guedes.

ALVES, F. M. (1918) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 4. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARROCA, M. (1990-1991) – Do castelo da reconquista ao castelo românico: séc. IX a XII. *Portugália*. Nova série. Porto. 11-12, p. 89-136.

ELMANO (1934) – *A vila de Vinhais*. Porto: Tip. Nunes & Rocha.

FERREIRA, P. A. (1890) – Vinhais. In *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, p. 1491-1511.

FREIRE, A. B. (1909) – Povoação de Trás-os-Montes no Século XVI. *Arquivo Histórico Português*. Lisboa. 7, p. 268-269.

GALEGO, J.; DAVEAU, S. (1986) – *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

GOMES, P. D. (1993) – *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Porto: s. n. [tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira (s/d) – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Vol. 36: «Vinhais», p. 200-215.

MATTOSO, J. (1985) – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*. Vol. 1: Oposição. Lisboa: Estampa.

PINA, R. de (1945) – *Crónica de D. Dinis*. Porto: Livraria Civilização-Editora.

Introdução

O resumo do estudo que agora apresentamos é o resultado dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da requalificação do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, entre os dias 6 de Agosto e 6 de Dezembro de 2001.

Os objectivos prendiam-se com a identificação, estudo, salvaguarda e valorização dos vestígios arqueológicos no espaço anexo aos edifícios dos CTT, da Câmara Municipal e da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

A entidade proponente dos referidos trabalhos foi a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Os trabalhos arqueológicos em epígrafe foram executados pela empresa Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

A direcção dos trabalhos arqueológicos ficou a cargo de António Chéney (director) e de Pedro Sobral de Carvalho (co-director).

Fizeram parte da equipa de campo João Miguel Perpétuo, Filipe João Carvalho dos Santos, Alexandre Valinho, Joaquim António Moura, Carlos Manuel Santos Rocha e um conjunto de trabalhadores auxiliares.

Em 2004, durante a realização, nos concelhos de Vila Nova Foz Côa e Meda, do “I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior”, tivemos oportunidade de apresentar de uma forma pormenorizada os resultados obtidos.

O estudo em causa está publicado na revista “Côavisão – Cultura e Ciência”, nº 7, ano de 2005, que corresponde exclusivamente às Actas do referido congresso.

O espólio arqueológico e os registos estão depositados no Museu do Ferro em Torre de Moncorvo.

1. Sondagem 1

Identificou-se um troço da cerca construída em alvenaria de xisto, com 2.40 m de largura e uma altura conservada de 1 m – U.E. [146].

Adossado a esta cerca encontra-se um enorme e robusto torreão semicircular com 8 m de diâmetro e uma altura conservada de 2 m – U.E. [144].

Esta estrutura foi edificada através da disposição de fiadas horizontais de lajes de xisto, algumas de grandes dimensões, sumariamente consolidadas com terras argilosas.

A cerca em alvenaria de xisto tem uma orientação paralela ao troço da cerca construída em granito – U.E. [142].

Este último tem uma largura de 2.60 m, e era considerado desde há muito, como sendo o troço original da cerca da vila de Torre de Moncorvo.

Construído com silhares em granito, possuem no entanto, um formato irregular.

O adarve, tem nesta zona uma largura de 2.20 m.

Esta cerca em granito, prolonga-se para o interior do castelo, tendo sido incorporada nas edificações desse espaço, nomeadamente na torre de menagem e numa outra torre de menores dimensões.

Como também é possível constatar, pertencente a esta cerca, existe uma torre rectangular – U.E. [141] que está encostada ao torreão semicircular.

É bem visível que neste ponto o adarve adaptou-se e configurou-se de acordo com o referido torreão.

A remoção de um talude, com uma cronologia recente, permitiu visualizar na íntegra, a face externa Oeste da muralha do castelo – U.E. [137].

Construído com silhares em granito, estes apresentam um conjunto de marcas de canteiro.

O aparelho é isódomo sendo perfeitamente visível duas troneiras cruzetadas.

acta 3

O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001

António Chéney

“Nenhum homem sensato teria pensado nisso”.

Michelet, Prefácio à História de França
(Bourdé e Martin, 1983: 94).

Descrição das estruturas defensivas

2. Sondagem 2

Identificou-se igualmente o troço da cerca em alvenaria de xisto.

Neste ponto, ela continua com uma largura 2.40 m e uma altura conservada de 1 m – U.E. [210].

Esta começa a flectir ligeiramente para Norte, continuando a acompanhar o trajecto da cerca em granito - U.E. [214].

Esta também continua a ter, neste ponto, uma largura de 2.60 m.

Contudo, o adarve apresenta uma largura mais reduzida, do que na sondagem anterior, nomeadamente: 2m.

De salientar a U.E. [218] que corresponde a um nível resultante da destruição da cerca em alvenaria de xisto.

3. Sondagem 3

Continuou-se a identificar a cerca em alvenaria de xisto – U.E. [312].

A largura é menor: 2.20 m.

No entanto, a altura conservada é significativa: 2 m.

De facto, nesta zona o seu estado de conservação era apreciável.

O torreão semicircular – U.E. [330] – colocado a descoberto nesta sondagem, com um diâmetro de 5.40 m e uma altura conservada de 2/3 m, é também construído em alvenaria de xisto.

Encontra-se igualmente adossado à cerca em xisto.

É de salientar que nesta sondagem foram encontrados vestígios importantes de um edifício datado do séc. XIII.

4. Sondagem 4

Os trabalhos efectuados nesta sondagem permitiram colocar principalmente a descoberto as estruturas relativas ao solar do séc. XVIII da família Carneiro de Vasconcelos.

Ainda nesta sondagem surge a cerca em alvenaria de xisto.

Nesta área a sua largura é de 2.20 m, o que nos permite adiantar que seria a largura média desta estrutura defensiva. A altura conservada é de 2 m.

5. Sondagem 5

Toda a área correspondente a esta sondagem sofreu um entulhamento maciço no séc. XIX.

Este foi o resultado da destruição do castelo o que terá provocado na altura a indignação de Alexandre Herculano.

A cerca em granito – U.E. [514] - já anteriormente identificada, surge também nesta sondagem, porque o castelo quando foi construído, incorporou-a no seu interior.

Denota-se igualmente que foi construída com silhares em granito que possuem um formato muito menos regular em comparação com o aparelho isódomo das muralhas do castelo.

Apresenta uma largura média de 2.80 m e conserva ainda uma altura de 3 m.

Das muralhas do castelo é possível visualizar as suas faces internas - U.E.s [547 e 551] - onde mais uma vez é notório os silhares graníticos, de formato essencialmente rectangular, com um aparelho isódomo bem delineado.

O miolo – U.E. [510 e 548] – é constituído por camadas de pedras de pequeno e médio porte em granito e em xisto, compactadas com argamassa e dispostas sucessivamente de uma forma linear.

A largura média da muralha é de 2.10 m, a largura máxima é de 2.60 m e altura conservada ronda os 5 m.

O paredão em blocos em granito – U.E. [515] –, que veio a ocupar o lugar do cubelo anteriormente existente, foi construído em 1869.

Os resultados obtidos com a escavação arqueológica permitem-nos verificar 3 grandes fases no castelo de Torre de Moncorvo, se exceptuarmos a ocorrida no séc. XIX, que corresponde à sua destruição.

O momento em que ocorreram é questionável.

Contudo, conjugando os vestígios arqueológicos com os documentos disponíveis, cremos que terá ocorrido do seguinte modo.

Conclusões

1. 1ª Fase (séc. XIII)

Em 1249 com a tomada de Albufeira e Porches, últimos redutos muçulmanos em território português, findava o processo da (re)conquista.

A preocupação principal, em termos militares, tornar-se-á a defesa da fronteira leste do país (Barroca, 2003: 62).

No decurso dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, a criação de vilas de raiz, culmina numa reorganização do território de Trás-os-Montes. Estas vilas localizam-se-ão principalmente junto à fronteira, indicando uma preocupação defensiva.

A vila “será o lugar da concentração do poder” (Gomes, 1993: 171), local onde desenvolver-se-ão as actividades urbanas e a cerca que a rodeia, o símbolo desse poder efectivado com a defesa da fronteira e das populações.

Do conjunto destas novas vilas surge Torre de Moncorvo.

Em 1258 é mencionada pela primeira vez, nas Inquirições de D. Afonso III, como aldeia do termo de Santa Cruz da Vilarça.

Em 1285 recebe foral de D. Dinis herdando-lhe o termo.

A implantação de Torre de Moncorvo “num amplo esporão [permitirá delimitar] um espaço urbano muito regular” (Gomes, 1993: 184).

A vila tinha então, dois eixos longitudinais e algumas travessas perpendiculares e estaria rodeada por uma cerca em alvenaria de xisto construída no reinado de D. Dinis, aproximadamente entre 1285-1295.

Um documento de 17 de Novembro de 1295 consolida esta perspectiva quando nele registamos obras de fortificação em Torre de Moncorvo (doc. in Arquivo Histórico de Torre Moncorvo).

Sobre os torreões semi-circulares, poder-se-ia dar o caso de serem escassamente posteriores à construção da dita cerca?

Nos castelos mais antigos os torreões são acrescentados em remodelações que são efectuadas (Barroca, 2003: 109), neste caso, por estarem nitidamente adossados, podem ter sido construídos a seguir a 1296, integrados no programa de reformas após o tratado de Alcanises, numa data entre 1296-1310 (Barroca, 2003: 117).

2. 2ª Fase (séc. XIV)

Ao confrontarmos com a cerca construída em granito, verificamos que a técnica construtiva é diferente, sendo por demais evidente.

Os silhares têm um formato irregular, não apresentam marcas de canteiro e estão sobrepostos em fiadas com uma linearidade tosca (Figs. 1 e 3).

Na cerca em granito é perfeitamente visível o adarve (caminho da ronda) sendo possível observar uma pequena torre rectangular, edificada com a mesma técnica construtiva.

A existência deste troço da cerca em granito levanta um dilema.

Nesta zona, seria a edificação da cerca em alvenaria em xisto interrompida, para dar imediatamente lugar à construção do troço em granito?

Creemos que não e que a cerca em alvenaria em xisto, construída no reinado de D. Dinis, foi posteriormente aqui desmantelada.

Estaríamos assim perante um reforço da cerca, na zona mais frágil e susceptível a ataques de exércitos inimigos, nomeadamente, no acesso ao esporão.

Esta remodelação poderá ter ocorrido no reinado de D. Pedro I (1357-1367), como poderá testar um documento de 1366.

Este menciona obras de restauro efectuadas pelos habitantes de Urros e Peredo, obrigados a prestarem adua.

Competir-lhes-ia que “sservissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbaca e ajudassem aalimpar a carcova da dita vyla da torre” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278). Este muro iria “des ho cubo novo ataa cubo da porta do castelo” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278).

Creemos que o muro, referido neste documento, seja o troço da cerca em granito.

A referência explícita, da construção de uma barbaca, que em “termos gerais [é] um muro de altura mais baixa do que a muralha” (Monteiro, 1999: 86), vai ao encontro da afirmação de que seria um “elemento [inovador] do castelo gótico [associado] ao curto reinado de D. Pedro I “ (Monteiro, 2002: 661).

3. 3ª Fase (séc. XIV)

Rodeada por uma cerca em xisto com torreões semicirculares, fortalecida a Sul e parcialmente a Este por um troço edificado em granito, com torres de planta rectangular e possivelmente com quatro portas, assim se apresentava Torre de Moncorvo em vésperas das Guerras Fernandinas (1369-1371;1372-1373;1381-1382).

Em 1372, no decorrer das referidas guerras, Torre de Moncorvo é cercada sendo queimados “gram parte dos aravaldes e termhos que avyam” (doc. in Alves, 1981, IV: 285-288).

Estas guerras, resultantes da pretensão de D. Fernando em ascender ao trono de Castela, terão contribuído para que a fisionomia da cerca de Torre de Moncorvo se modificasse drasticamente.

Consequentemente, é provável que, após o cerco de 1372, fosse construído o castelo, com o intuito de fortalecer eficazmente a vila e consolidar a defesa da fronteira e da região circundante.

Num documento de 6 de Março de 1376, D. Fernando manda o ouvidor Diogo Gil a Torre de Moncorvo e este “mandou que ffizessem en ella oyto cubos mays dos que tynham em logares certos” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Há nitidamente uma preocupação de reforço defensivo.

No mesmo documento é mencionado novamente os “oyto cubos que lhe o dito diogo gil mandou que ffezessem arredor da dita cerca para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he e que elles faram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Esta referência a uma fortaleza a ser construída, com as indicadas características, creemos que seja o castelo e vai ao encontro da afirmação de que “durante os reinados fernandino e joanino, houve lugar a grandes campanhas de obras de reforço e restauro de castelos e cercas urbanas [estando] sempre presente a intenção de garantir que as fortalezas estivessem equipadas com torres de menagem” (Monteiro, 2002: 662).

A obra será tão dispendiosa, que num documento de 15 de Julho de 1377, os homens bons

e o concelho de Torre de Moncorvo solicitam apoio ao rei, devido às dificuldades financeiras porque “non avyam renda tamanha pera essa obra” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

É, por conseguinte, determinado que Vila Flor e o seu termo, como também Vila Nova de Foz Côa e o seu termo, contribuam com as aduas para o término dos trabalhos, enquanto as aldeias de Urros e Maçores “que ssom termho da dita vylla da Torre de mencorvo que ssyrvhm e ajudem daqui en deante en nas ditas obras da dita vylla” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

Deste modo, cremos que, conjugando os resultados arqueológicos, os documentos mencionados, bem como as características arquitectónicas, que mencionaremos imediatamente, que o castelo de Torre de Moncorvo foi mandado erguer no reinado de D. Fernando.

Localizado no extremo Sul da vila, o castelo possuía uma planta trapezoidal.

As suas muralhas foram edificadas com silhares de granito, muitos com marcas de canteiro, com um talhe regular e linear, formando fiadas sucessivamente sobrepostas, aparentando um perfeito aparelho isódomo (Figs. 2, 4 e 5).

Na face externa Oeste da muralha do castelo é possível identificar duas troneiras cruzetadas situadas numa cota baixa. Na face externa Este da muralha do castelo é também possível visualizar uma outra troneira cruzetada situada igualmente a uma cota baixa.

Estas troneiras permitiriam o acolhimento de armas de fogo.

Esta característica arquitectónica enquadra-se na afirmação de que “ao longo da segunda metade do séc. XIV, e muito especialmente durante o século XV” a arquitectura militar desenvolve-se, adaptando-se à nova realidade das armas de fogo (Monteiro, 1999: 37).

Ladeado somente por uma linha de silhares existe o miolo.

Este foi construído com fiadas sobrepostas sucessivamente, de pedras principalmente em granito e em menor número em xisto, de médias e pequenas dimensões, prensadas por argamassa.

O castelo possuía uma torre de menagem que seria de planta quadrangular e uma outra torre de menor altura que seria de planta rectangular.

Sendo mais um exemplo arquitectónico do triunfo da defesa activa, a localização da torre de menagem “torna-se [num] dispositivo solidário com o conjunto em que se integra. Desloca-se para junto da muralha, aproximando-se das zonas onde a defesa era mais sensível e difícil” (Barroca, 2003: 119).

Os dois cubelos, que estavam situados em duas extremidades do castelo, são mais uma “presença [que] o século XIV e a primeira do século XV se encarregarão de consagrar” (Monteiro, 1999: 35).

Na planta do castelo de Torre de Moncorvo, datada do séc. XIX (Chéney e Carvalho, 2005: 271) é possível averiguar que ambas as torres estavam integradas numa área destinada à habitação, sendo visível em cada uma, uma janela.

Esta função residencial será um processo delineado a partir dos finais do século XIV e no século XV (Barroca, 1990/91: 125)

Contudo, a sua função militar, a razão principal para a qual foram erguidas, não se perde (Monteiro, 2003: 167).

No entanto, para além das características arquitectónicas inovadoras mencionadas, o mais inquietante é verificarmos que, para além da técnica construtiva ser diferente, entre a muralha do castelo e a cerca em granito, esta é incorporada no castelo (Chéney e Carvalho, 2005: 265). De aparelho bem diferente, o castelo será de construção mais recente, absorvendo uma parte da cerca, de cronologia mais antiga, integrando-a no novo dispositivo defensivo, perfeitamente visível na planta do castelo de Torre de Moncorvo datada do séc. XIX e do desenho de Miguel

José Castelinho de 1815 (Chéney e Carvalho, 2005: 271).

Na verdade, as muralhas do castelo incorporam a cerca em granito.

E estão simplesmente adossadas à dita cerca, o que fragiliza profundamente a eficácia defensiva (Figs. 6 e 7).

Esta visível vulnerabilidade levanta a questão da operacionalidade e correcta concepção do castelo.

No verão de 1381, Trás-os-Montes conhece uma nova invasão castelhana, tendo sido conquistados os importantes castelos de Miranda do Douro e Mogadouro.

Entretanto, estaria o castelo de Torre de Moncorvo já terminado?

Creemos que sim, senão Torre de Moncorvo seria um alvo fácil.

De facto, pensamos que para a época e mesmo para a região, o castelo seria uma “ffortaleza” possante e dissuasora.

Mas seriam as dificuldades inerentes a uma época de guerra, os problemas financeiros ou simplesmente estarmos perante um período de transição entre guerras efectuadas sem/com armas de fogo o motivo por esta concepção, que contraria um princípio primário?

Que uma muralha simplesmente adossada a uma outra é um ponto frágil e que não responde principalmente aos desafios das armas de fogo, lentamente generalizadas na Europa entre 1325 e 1449 (Monteiro, 2003: 166) e que apesar de “documentadas desde... o reinado de D. Fernando, não [implicaram] alterações significativas na fisionomia dos nossos castelo, antes dos meados do séc. XV” (Monteiro, 2003: 167).

Estamos perante a edificação de um dos primeiros castelos aptos para a guerra com armas de fogo mas ainda com uma falha arquitectónica grossa, que não teve em conta, devido a desconhecimento, do potencial demolidor da artilharia?

Concluindo, edificado entre 1372-1381, creemos que estamos perante um castelo com características arquitectónicas avançadas para a época mas com fragilidades que são evidentes perante uma artilharia de ataque que se desenvolverá em pleno séc. XV, nos “reinados de D. Afonso V e de D. João II [que] vão de 1438 a 1495” (Duarte, 2003: 364).

figuras



fig. 1

fig. 2

fig. 3

fig. 4



fig. 5

fig. 6

fig. 7

bibliografia

- ALMEIDA, C. A. F. (2000) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho: Desde as origens a 1220*. [Trabalho complementar para a prestação de provas de doutoramento em História de Arte, policopiado].
- ALVES, F. M. (1981) – *Memórias Arqueológicas-históricas do distrito de Bragança. Tomos II a XI*. Bragança: Museu do Abade do Baçal.
- ABREU, C. d' (2000) – *O castelo da Vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição)*. Douro: Estudos e Documentos. Porto. 5: 10, p. 73-98.
- ARMAS, D. de (2006) – *Livro das Fortalezas. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*; Edições Inapa (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco.
- BARROCA, M. J. (1990/1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Portugália. Porto. 11-12: Nova Série, p. 89-136.
- BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 21-162.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. (1983) – *As Escolas Históricas*. Mem Martins: Publicações Europa-América (Fórum da História).
- CARQUEJA, M. da A. (1955) – *Subsídios para uma monografia da vila de Torre de Moncorvo*. [Tese de dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUC, Coimbra, policopiado].
- CHÉNEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2001) – *Relatório Final: Sondagens e escavações arqueológicas na zona do castelo de Torre de Moncorvo*. [Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda, policopiado].
- CHÉNEY, A.; Carvalho, P. S. de (2005) – *O castelo de Torre de Moncorvo: Resultados da intervenção de 2001*. Còavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004), p. 251-273.
- DUARTE, L. M. (2003) – *A marinha de guerra: A pólvora: O Norte de África*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 289-441.
- FERNANDES, I. (2001) – *Torre de Moncorvo: Município tradicional*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- GOMES, P. D. (1993) – *O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras impressões e hipóteses de trabalho*. Arqueologia Medieval. Porto: Edições Afrontamento. 2, p. 171-190.

GOMES, P. D. (1998) – *Centros de povoamento: Um percurso pelas vias medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. - *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-22.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, J. G. (2002) – *Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, p. 659-666.

MONTEIRO, J. G. (2003) – *De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449): Os desafios da maturidade*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Circulo de Leitores, p. 163-288.

MORENO, H. B. (1982) – *A vila de Torre de Moncorvo no reinado de D. João I*. Porto.

REBANDA, N. (1986) – *O castelo de Torre de Moncorvo na geo-estratégia do Douro Superior: Sua origem, existência e morte*, [Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, policopiado].

REBANDA, N. (1988) – *Sondagens arqueológicas no castelo de Moncorvo*. [Relatório apresentado ao IPPC, policopiado].

REBANDA, N. (s./d.) – *Fortificações medievais de Torre de Moncorvo (Trás-os-Montes) – Estudo diacrónico*. [Texto policopiado].

REBANDA, Nelson (s./d.) – *Fortificações defensivas do período medieval no Sul do distrito de Bragança – Norte da Guarda: O caso de Vila Velha / Santa Cruz da Vilarça no concelho de Torre de Moncorvo*. [Texto policopiado].

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1992) – *Cerâmica medievais do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo)*. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval (Tondela de 28 a 31 de Outubro de 1992)*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 51-66.

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1998) – *Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Stª Cruz da Vilarça*, *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela de 22 a 25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela, p. 101-126.

SOUSA, F. de (1982) – *O arquivo municipal de Moncorvo*. Porto: [s.n.].

Os trabalhos arqueológicos que agora se noticiam enquadraram-se no âmbito do projecto de construção de um edifício, sito na Rua Tomás Ribeiro, nº 18 a 26 e lote contíguo em Torre de Moncorvo, tendo sido realizados entre Janeiro e Fevereiro de 2006.

O edifício encontrava-se adossado à cerca medieval de Torre de Moncorvo, inserindo-se assim na zona de protecção do Castelo, classificado como IIP Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 40 361, DG 228, de 20-10-1955. Este facto motivou a emissão de um parecer por parte do IPPAR, condicionando a execução do Projecto à apresentação de um Plano de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos que foram adjudicados à empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia e Património Lda.*, contemplavam a abertura de quatro sondagens, acompanhamento arqueológico da remoção dos rebocos que cobriam a muralha e dos desaterros necessários à execução do projecto de arquitectura. Os alçados da muralha e do torreão foram fotografados e desenhados.¹

As sondagens arqueológicas abrangeram uma área de cerca de 20 m² localizando-se três na área de implantação do projecto e a quarta no cimo do torreão.

A estratigrafia presente nas três sondagens localizadas na área de implantação do projecto resume-se apenas a uma camada de sedimentos seguidos imediatamente pelo solo geológico (xisto). Esta camada de sedimentos resultará de uma grande regularização efectuada no solo geológico que teve como objectivo o seu nivelamento para a construção do edifício. A sondagem efectuada no cimo do torreão revelou-nos um alinhamento de pedras graníticas, não argamassadas e irregulares que servem de apoio a um muro de xisto. Este alinhamento não respeita a orientação do muro de xisto, mas acompanha o alinhamento do alçado Oeste do torreão. Julgamos poder tratar-se do pavimento original deste torreão. A tipologia das pedras e a sua irregularidade são comuns às que se podem observar no outro torreão da cerca, localizado mais próximo do castelo (a Sul). Podemos ainda, relacionando com a observação do outro torreão, notar que as faces internas da muralha e do torreão, não se apresentam de aparelho tão regular e cuidado quanto a sua face exterior.

O pano de muralha posto a descoberto com a demolição dos edifícios mede cerca de 20.70m, incluindo a parte visível do torreão.

A muralha é construída em granito e assenta directamente no afloramento de xisto. A primeira fiada de silhares é composta por blocos graníticos que procuram adaptar-se aos contornos do afloramento e proporcionar às restantes fiadas uma certa regularidade.

Os silhares não são perfeitamente esquadriados nem têm o mesmo comprimento, mas procuram manter a mesma altura. O aparelho construtivo pode considerar-se pseudo-isódomo. É coroada por cinco ameias, que têm entre 1.60m e 1.80m de comprimento, aproximadamente 1 m de altura e os espaços entre elas medem cerca de 0.70m, porém nos primeiros metros da muralha elas terão sido destruídas (zona Norte).

Na zona Norte a muralha atinge cerca de 3.70m de altura acima do afloramento e na zona Sul possui 4.60m, esta diferença de cotas prende-se com o facto do afloramento perder gradualmente, de Norte para Sul, cerca de 1m de altura. Nesta medição consideramos a base das ameias e não o seu topo.

acta 4 Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo

César Guedes

¹ Os trabalhos arqueológicos foram coordenados por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca. A direcção do trabalho de campo foi assegurada por César Guedes.

Sondagens Arqueológicas

Pano de Muralha e Torreão

Preenchendo e aproveitando o espaço entre as ameias da muralha, observamos que se procedeu à abertura de uma porta que daria acesso ao lado Este da muralha. Esta porta corresponderá ao momento em que se acrescentou ao topo da muralha um muro em xisto e que terá sido entaipada aquando da construção de um forno que se desenvolvia para o interior da cerca. A estrutura foi construída numa zona entre duas ameias, sendo perceptível uma pequena alteração no seu aparelho. Segundo Pedro Sobral de Carvalho e António Cheney, este forno terá uma cronologia do século XVIII e deve relacionar-se com o abandono do adarve (Cheney e Carvalho, 2005: 261).

O torreão destaca-se da muralha aproximadamente 3 metros na sua face voltada a Norte e cerca de 4 m na sua zona mais a Sul, prolongando-se para o interior de um edifício contíguo e deixando visível apenas cerca de 7 metros de comprimento. Apresenta na sua fiada mais alta (alçado Norte) a altura de cerca de 6 metros enquanto que na face Oeste apresenta, devido a destruição levada a cabo já no século XX, apenas aproximadamente 3.50 metros. Os seus silhares são graníticos, esquadriados e dispostos em fiadas irregulares de aparelho pseudo-isodómo.

Vestígios do Fosso

O uso de valas ou fossos como sistema defensivo é conhecido e aconselhado desde a antiguidade (Monteiro, 1999: 93). Um fosso bastante largo e profundo podia mesmo substituir, como no caso do Castro de Ovil, um sistema amuralhado (Salvador e Silva, 2000: 171). Durante a Idade Média, terá perdido alguma da sua importância, sobretudo devido ao uso da barbacã e do alambor. Tal como o fosso, a barbacã apresentava-se como uma primeira barreira e o alambor impedia (ou dificultava) o encosto de escadas e torres de assalto. De qualquer forma devemos notar que a utilização da barbacã e do alambor, não seriam impeditivas do uso do fosso.

Este tipo de estrutura conviveu de perto com a evolução das fortificações e consequentes adaptações às novas formas de fazer a guerra. Com a adaptação das estruturas militares à pirobástica e consequente redução da altura dos seus muros, o fosso tornou-se uma peça essencial na defesa das praças, circunscrevendo-as e contornando também muitos dos seus complementos avançados, como os revelins ou hornaveques.

Em época medieval, o fosso fez parte activa dos sistemas de defesa. Podemos observar o seu uso em estruturas militares do tipo mota, que terão surgido nos últimos decénios do ano Mil e prevalecido até ao século XIII (Barroca, 2003: 102). Estes montes artificiais de perfil cónico e planta circular, eram delimitados na sua periferia por um fosso e uma paliçada de madeira (Barroca, 2003: 101).

Entre nós, o fosso, a *cava* ou a *carcava* “ foi uma solução típica do séc. XIV” (Barroca, 2003: 157). Consiste na escavação de uma vala que acompanha total ou parcialmente o perímetro de uma cerca ou castelo, protegendo-o ou reforçando algumas zonas mais sensíveis, sendo um elemento exterior de protecção. Esta vala pode ser cheia com água, deixada seca ou utilizar ambas as soluções. A sua eficiência dependeria da largura e profundidade com que era escavada.

Destinado sobretudo a impedir a aproximação de pessoas e engenhos de guerra e a evitar os trabalhos de mina ou sapa, o fosso articula-se geralmente com um outro sistema defensivo de localização exterior ao castelo: a barbacã, solução bastante mais comum.

O fosso foi sobretudo usado no Centro e Sul do País, onde a implantação dos castelos em planícies era mais vulgar. No Norte granítico, os castelos e a sua cuidada implantação no terreno dispensariam muitas vezes estas estruturas (Barroca, 2003: 157).

Das poucas referências a fossos devemos realçar as que João Gouveia Monteiro enumera referindo-se à construção, feitura ou reparação destas estruturas. Este autor refere obras entre os anos de 1358 e 1450 em 17 fossos. Do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, regista a presença de cavas em quatro castelos: Mourão, Alandroal, Olivença e em Elvas e refere-nos outras cinco situações onde um curso de água natural substituiria a necessidade de um fosso (Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos e ainda Monção e Lapela) (Monteiro, 1999: 94-95). Por seu lado, Mário Barroca admite a existência de fossos em 12 debuxos de Duarte de Armas (21% do total de desenhos), todos localizados no Centro e Sul do País (Penamacor, Segura, Castelo Branco, Nisa, Monforte, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Olivença, Alandroal e Serpa) (Barroca, 2003: 157-158).

A estas referências documentais devemos também acrescentar uma outra, datada de 1366 onde nos é referido o tipo de trabalhos que competiam aos habitantes de Peredo e Urros, prestando “*adua*”, ou seja, que “*ssevissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbacaa e ajudassem a aalimpar a carcova da dita vyla da torre*” (Cheney e Carvalho, 2005: 269).

Este documento revela-se de extrema importância, pois informa-nos da existência de um fosso e da intenção de construir um muro e uma barbacã. Esta é a segunda referência documental que encontramos relacionada com a barbacã de Torre de Moncorvo. A primeira data de 1337 refere-nos o contrato firmado entre o procurador do Concelho e dois mestres pedreiros, com vista à construção de “*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*”, confirmando assim a existência de uma barbacã (Abreu, 1999: 27). A segunda referência (de 1366) não confirma a existência de uma barbacã, referindo-nos apenas a obrigatoriedade dos habitantes de Peredo e Urros de ajudarem e servirem na sua construção. Não sabemos se a barbacã existente em 1337 continuaria a existir em 1366, ou se nesta data se propunha a construção de uma nova. Das intervenções arqueológicas levadas a cabo em Torre de Moncorvo, não resultaram evidências claras no que concerne à existência de uma barbacã seja ela extensa ou de porta.

Durante o acompanhamento da remoção de terras registamos uma vala que pelas suas características pensamos tratar-se de vestígios da “*carcova*” mencionada no documento de 1366.

Esta vala é escavada no afloramento de xisto e apresenta um perfil irregular, ovalado junto ao torreão, rectangular na zona central da sua extensão e no topo Norte apresenta-se com ligeiro declive. Acompanha a muralha granítica de forma paralela sendo a distância do eixo da vala à muralha de cerca de três metros. Prolonga-se desde a face Norte do torreão até ao limite Norte da área sujeita a intervenção arqueológica medindo cerca de catorze metros de comprimento e variando na sua largura entre dois metros (nos extremos) e aproximadamente três metros na zona central. Prolonga-se tanto por baixo dos edifícios a Norte, como também para Sul, sob o torreão.

Como já referimos anteriormente, o afloramento sofreu uma grande regularização. Este facto impede-nos de afirmar com segurança a profundidade e a largura original desta estrutura. Porém, podemos tentar inferir as medidas do desnível que ela criava. Partindo do embasamento da muralha e medindo até à profundidade máxima da vala, podemos dizer que no limite Norte atingiria a profundidade de 3.08 metros, ao centro, 2.78 metros e a Sul, cerca de 2 metros.

A relação dos vestígios do fosso com o torreão leva-nos a afirmar que ele é anterior à data da construção do torreão. De facto, ao observarmos o topo Sul, verificamos que o embasamento do torreão preenche, acompanha e assenta na sua escarpa.

O torreão e a muralha de granito terão sido mandados construir provavelmente no reinado

de D. Pedro I, (documento de 1366) reforçando as estruturas defensivas e dotando a vila de um muro e de uma barbacã. Do documento onde nos é fornecida esta informação, é-nos também dito que para além destas novas estruturas, era também necessário limpar a carcova da vila (Cheney e Carvalho, 2005: 269). Não seria de estranhar que a construção do torreão de granito venha sobrepor-se e inutilizar um trecho do fosso. De facto, ao analisar a muralha, observamos que a cota do afloramento desce, perdendo cerca de 1 metro até à zona onde se implanta o torreão. A construção desta estrutura reforçou a defesa da muralha numa zona mais permeável.

A distância entre os vestígios do fosso e a muralha de granito é de cerca de três metros, porém pensamos que este se articula com a cerca de xisto de D. Dinis e não com a cerca de granito existente. Assim, a distância entre o eixo do fosso e a cerca de xisto de D. Dinis será aproximadamente de 10 metros. A cerca mandada construir por D. Dinis em 1295 tem a mesma orientação e é acompanhada paralelamente pela cerca construída em granito. Esta cerca foi parcialmente exposta pela intervenção arqueológica levada a cabo em 2001 (Cheney e Carvalho, 2005: 254).

Conclusões

No que respeita aos resultados dos trabalhos arqueológicos, podemos afirmar que apenas uma sondagem nos trouxe informações pertinentes. Foi a sondagem localizada no cimo do torreão, que permitiu identificar um alinhamento em granito que julgamos poder tratar-se de vestígios do pavimento do torreão.

Os trabalhos de acompanhamento da intervenção no edificado trouxeram resultados importantes para a compreensão da fortificação, pois permitiram expor o pano de muralha com as suas ameias e o alçado Norte do Torreão. Permitiram também identificar diferentes fases de utilização da muralha, tais como a abertura de uma porta para o interior da cerca, a construção de um forno e diferentes negativos de pisos ou sobrados.

O acompanhamento da remoção de terras permitiu-nos identificar e registar dos vestígios do fosso da Cerca de Torre de Moncorvo referido no documento de 1366.

Estes resultados são animadores e por isso achamos importante que de futuro se procure definir não só a extensão do fosso e a sua orientação, mas também confirmar a existência das barbacãs mencionadas nos documentos de 1337 e 1366.

figuras

fig. 1 Carta Militar 1:25000, Folha n.º 130.

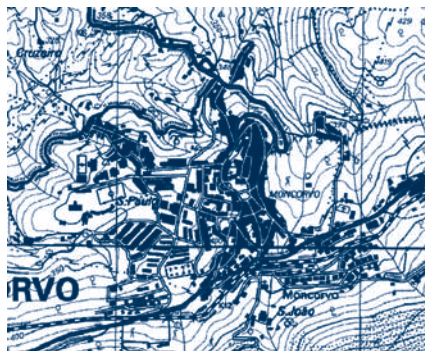


fig. 2 Planta de localização das sondagens.



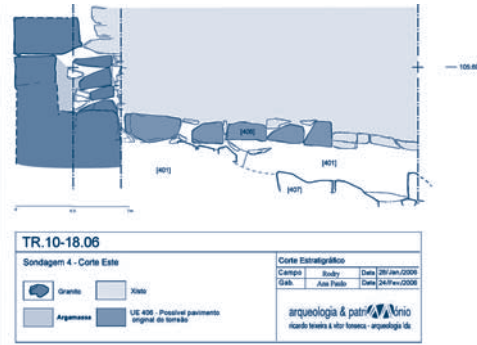
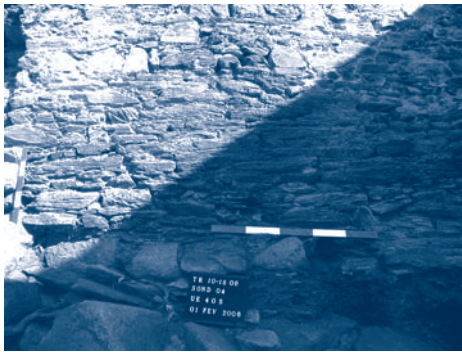


fig. 3 Alinhamento de pedras, possível pavimento original do torreão.

fig. 4 Corte Oeste da sondagem 04.

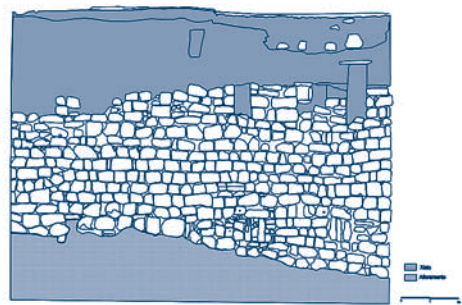


fig. 5 Pano de muralha da cerca de Torre de Moncorvo onde são visíveis ainda algumas ameias.

fig. 6 Alçado da muralha.



fig. 7 e 8 Alçados do Torreão.

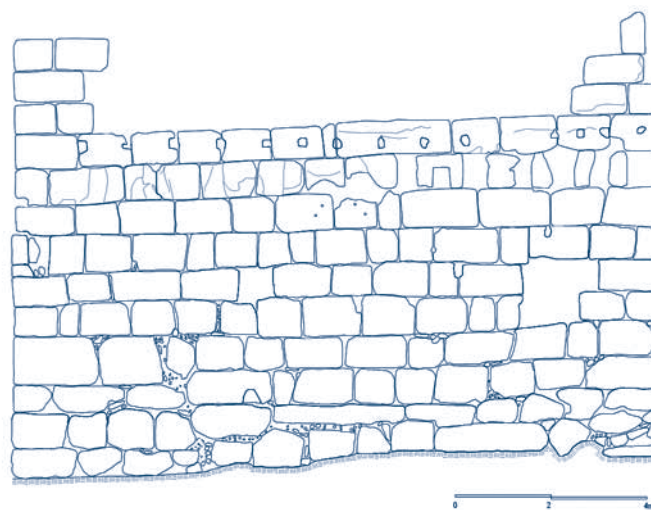
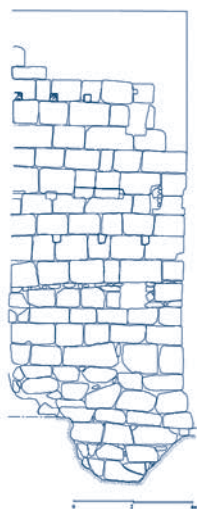


fig. 9 Alçado Norte do Torreão.

fig. 10 Alçado Oeste do Torreão.

fig. 11 Pormenor da base do torreão preenchendo o fosso.

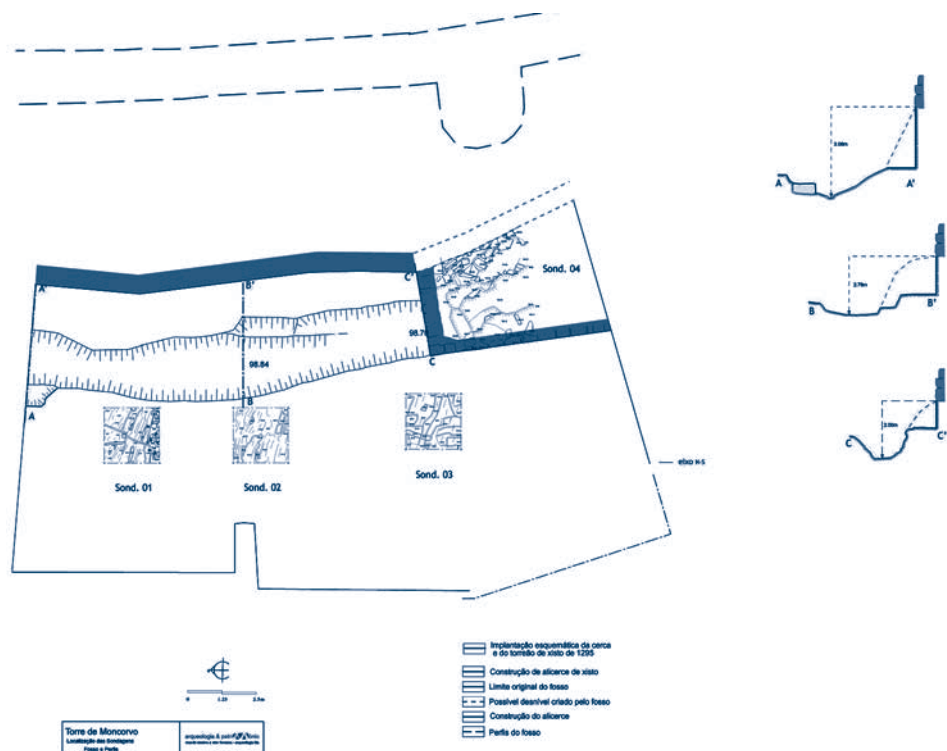
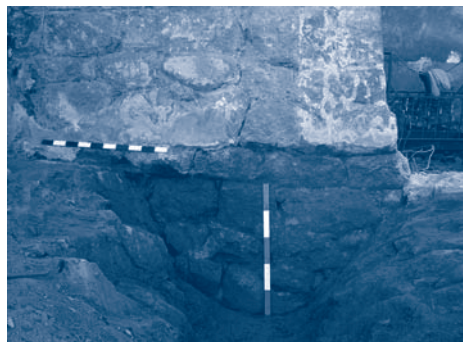


fig. 12 Localização e perfis do fosso, implantação esquemática da cerca em xisto de D. Dinis.

Bibliografia

ABREU, C. d' (1999) – *A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana*. In BARROCA, M. J. – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam. Vol. I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 23-32.

BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis. Arquitectura Militar*. In MATTOSO, J., coord. – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

CHENEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2005) – *O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001*. Coavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7, p.251-273.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra; 29).

SALVADOR, J. F.; SILVA, A. M. S. P. (2000) – *Da Descoberta do Castro de Ovil à criação de um Gabinete de Arqueologia*. Al-madan. Almada. 2.ª série. 9, p.169-173.

Resumo

Centrando-nos num espaço de transição – interface entre o litoral e o interior do Reino – onde se interpenetram realidades geográficas e históricas distintas, enunciam-se as principais transformações ocorridas entre os séculos IX e XIV no povoamento e organização dos territórios em torno dos três principais pólos que desde os tempos medievais estruturam a rede urbana regional – Chaves, Vila Real e Lamego.

Introdução

O espaço geográfico em que nos vamos centrar constitui uma faixa alongada que se estende desde o Alto-Tâmega, a Norte, até às margens do curso médio do Douro, a Sul. É, a vários títulos, uma zona de transição onde se interpenetram realidades geográficas e históricas distintas. Uma barreira orográfica constituída pelas serras do Marão e Alvão, na margem Norte, e do Montemuro, na margem oposta, separa-a do litoral e das terras do Entre-Douro-e-Minho. Mas, como porta de entrada no Alto Douro, abre-se a Leste para o interior transmontano e beirão.

Zona de transição também entre um povoamento denso, de habitat disperso, no litoral, e zonas de povoamento menos denso e habitat concentrado, no interior, nela se conjugam características dos dois modelos. A meio caminho entre a área por excelência do regime senhorial, o Entre-Douro-E-Minho, e o interior do país onde predomina a organização concelhia, o Douro Médio é uma zona de beatrias e dos chamados *concelhos imperfeitos* ou *rurais*, feitos de pequenas comunidades que tendem a conservar a sua identidade embora enquadradas de uma forma crescente pelo poder senhorial que progressivamente se estende à região.

Assim, a localização deste espaço fez dele uma área de circulação que desde cedo se materializou num conjunto de caminhos transversais que ligaram o litoral ao interior. Mas foi sobretudo uma via principal, de eixo N-S, ligada à travessia do Douro e articulada com os caminhos transversais, aquela que, ainda hoje, lhe confere alguma consistência. Numa primeira fase, em que se destacam as *civitas* de Flavias (Chaves) e Lamego - constituiu um importante corredor do avanço da “Reconquista” e da acção de presúria, marcado por uma fronteira flutuante entre as forças cristãs e muçulmanas. Depois, no período de afirmação e consolidação da nova unidade política do Reino de Portugal, desenha-se a Norte uma fronteira com Leão e Castela e ao longo daquele eixo afirmam-se os três principais núcleos urbanos que ainda hoje polarizam o povoamento da região. Cada uma destas localidades e o território adjacente possui um percurso histórico distinto. Chaves foi um importante centro administrativo romano – a cidade de *Aquae Flaviae* – que renasce com Afonso III. Vila Real representa, no antigo território de Panóias, uma fundação nova de iniciativa régia concretizada no reinado de D. Dinis. Lamego afirma-se como centro episcopal desde o período suevo-visigodo desempenhando, como cidadela fortificada, um papel importante na “Reconquista” a Sul do Douro.

No vasto período que decorre entre o momento em que as primeiras acções efectivas de “Reconquista”, empreendidas no âmbito da dinâmica expansiva da monarquia astur-leonesa, se fazem sentir neste espaço, até à formação e estabilização geo-política do Reino de Portugal, isto é, genericamente, entre a segunda metade do século IX e o final do século

acta 5

Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (sécs. IX-XIV).

Ricardo Teixeira

Etapas e modelos de organização dos territórios

XIII, ocorreram importantes transformações político-militares e também económico-sociais que tiveram profundos reflexos nas formas de conceber a ocupação e domínio do espaço, a administração do território e o conseqüente enquadramento das populações.

Numa perspectiva de síntese, propomos uma leitura geral da evolução deste espaço assente em três grandes etapas às quais correspondem, de forma prevalectente em cada época, outros tantos modelos de organização e domínio do território.

As civitates da “Reconquista” (séculos IX-X)

A segunda metade do século IX consagrou importantes transformações políticas, administrativas e militares que afectaram o território duriense. A acção “repovoadora” desencadeada pelo rei asturiano Afonso III (866-910) conduziu à presúria de várias localidades importantes, entre as quais se destacam a tomada do Porto pelo conde Vímara Peres, em 868, logo seguida também pela presúria de Chaves, feita pelo conde Odoário, em 872. Poucos anos depois, em 878, Hermenegildo Guterres conquistou Coimbra, provocando um avanço provisório da “Reconquista” até à linha do Mondego e a ocupação de Lamego e Viseu. No final do seu reinado estava definitivamente consolidado o avanço até ao Douro, o que se traduziu também, logo em seguida, na estratégica transferência, mais para Sul, da própria capital do reino Asturiano, da cidade de Oviedo para Leon.

Esta ocupação do território obedeceu e foi acompanhada de uma importante reorganização político-militar do espaço conquistado. Se bem que não se conheçam em todos os seus pormenores os contornos desta reorganização, os textos dos documentos coevos evidenciam que se tratou de uma estrutura fortemente apoiada em *civitates*, à frente das quais se encontravam condes ou delegados régios situados na dependência directa de Afonso III, um pouco à semelhança das *commissiones* asturianas e galegas e equivalente às marcas muçulmanas implantadas pelo califado nas regiões fronteiriças (BARROCA, 1990: 92; ALMEIDA, 1991: 47, 49). Assim se terão estabelecido as *civitates* de Tui, Braga, Guimarães, Seia, Coimbra e, em articulação próxima ou mais directa com o Douro, as de Portucale (Porto), Anégia (Eja, Entre-os-Rios), Santa Maria, Viseu, Lamego e Flavias (Chaves), sendo as duas últimas as que mais directamente se relacionam com a região que tratamos.

O seu processo de constituição apresenta desfasamentos quanto à data de estabelecimento, dependente do avanço da presúria, assim como na importância e extensão de cada uma destas unidades. Muitas estruturaram-se tendo como centro localidades que haviam já assumido importância no período romano e suevo-visigodo, sendo algumas delas antigas sedes episcopais. Infelizmente Chaves e Lamego não dispõem de séries documentais tão antigas e completas como aquelas que permitem conhecer a *civitas* de Anégia, apontar os seus limites territoriais e seguir a sua evolução até ao desmembramento em *Terras* (LIMA, 1993). A ocupação de Chaves justifica-se por ter sido importante Município Romano (*Aquae Flaviae*) e nó viário estratégico, articulado com a passagem da via imperial que ligava Braga a Astorga, a qual transpunha o Tâmega na célebre ponte de pedra situada junto à cidade. O seu território, centrado no Alto Vale do Tâmega, constituiu também um corredor natural de circulação de eixo N-S, já materializado na viária romana (TEIXEIRA, 1996: 141) que conduzia ao Douro, o que o tornou particularmente importante no período em que as acções da “Reconquista” da monarquia asturiana se dirigiram cada vez mais para o Sul.

Os antecedentes romanos de Lamego são menos conhecidos, mas mesmo assim ainda bastante evidentes (TEIXEIRA, 1998). É no entanto a partir do período suevo-visigodo que a história da cidade emerge nas fontes escritas como importante sede episcopal. Localizada junto a uma elevação rochosa, de fácil defesa, a cidadela, com ocupação romana confirmada pelos vestígios de superfície, cedo se deve ter fortificado, exercendo o domínio sobre uma importante zona de circulação ligada quer à travessia do Douro, quer às ligações para a Beira Interior - para onde se estendeu, mais tarde, o território diocesano - e para o Sul, em direcção a Viseu e Coimbra.

Revelando uma ordenação do espaço que deve muito à memória do quadro administrativo tardo-romano e suevo-visigodo, mantido e adaptado pela estrutura eclesiástica, as *civitates* da “Reconquista”, para além de centros político-administrativos dum território, tinham uma função militar relevante que implicava um habitat fortemente fortificado. Mas a vastidão dos territórios sob o seu controlo exigia certamente a articulação com outras fortificações – castelos e torres – localizadas em pontos estratégicos, algumas das quais estarão na origem dos múltiplos castelos que veremos emergir na fase subsequente, quando se dá o desmembramento das *civitates* em *Terras*. Infelizmente, tanto ao nível da estrutura interna do habitat das *civitates* – suas dimensões, estruturas fortificadas, edifícios e organização do espaço – como da identificação e caracterização dos castelos com elas correlacionados – os textos escritos quase nada revelam, sendo também um campo em que os estudos arqueológicos pouco avançaram. É muito provável que o aproveitamento e adaptação de estruturas anteriores dos povoados tenha tido um papel muito relevante tanto na localização como na topografia urbana de cada *civitas*.

No caso de Lamego sabemos que possuiria uma fortificação importante, documentada desde, pelo menos os meados do século X. No final deste século, uma das importantes incursões militares de Almançor, dirigida a Compostela, atravessou a região, tendo ocupado o castelo de Lamego. No regresso da expedição aí terá realizado a distribuição de benesses pelos senhores que o acompanharam. Só em meados do século seguinte, em 1057, será sido posto fim definitivo ao domínio muçulmano da região, através das campanhas de Fernando Magno. Algumas das crónicas que relatam o evento realçam a resistência e a dificuldade da conquista da cidadela que se encontrava bem fortificada. A partir de 1064/1065 Lamego e o seu território ficam sob a administração do alvazir de Coimbra, D. Sesnando que deve ter promovido a organização e povoamento da região, assim como a reparação do seu castelo.

O que hoje vemos no castelo de Lamego são sobretudo os resultados das transformações românicas e góticas. No ponto mais elevado ergue-se a Torre de Menagem românica integrada num recinto amuralhado superior. Em seu redor, alongando-se pela encosta Sul da elevação desenvolve-se o povoado medieval circuitado por muralha românico-gótica com duas portas localizadas nas extremidades opostas. Mas, na cerca que integra a torre de menagem românica, identificam-se troços de aparelho construtivo mais antigo, reutilizando silhares e epígrafes romanas, juntamente com pedras que exibem o característico “talhe em cotovelo” do aparelho pré-românico. Do lado oriental, sobre a escarpa é possível também observar alguns entalhes no afloramento rochoso que indiciam um traçado diferente daquela que seria talvez a primitiva cerca do castelo. Infelizmente nunca foram realizados quaisquer estudos arqueológicos que nos possam elucidar acerca da topografia urbana alto-medieval da cidade. É provável que o espaço ocupado pela *civitas* e pela cidadela da “Reconquista” se tenha localizado em redor deste ponto mais elevado, formando talvez um perímetro sub-

circular ainda sugerido pela matriz urbana da zona. É também provável que no interior deste recinto se encontrasse localizado um templo, de que a actual capela da Senhora do Socorro poderá ser a memória, embora sem vestígios materiais que denotem antiguidade. No exterior do espaço fortificado, para Oeste, próximo de um dos acessos da cidadela, localizar-se-ia um templo que estará na origem da igreja românica de Santa Maria de Almacave. A raiz islâmica do topónimo – almocavar – significando cemitério, associada a vestígios significativos de uma das necrópoles romanas da cidade, faz supor uma origem muito antiga deste templo que poderá radicar numa basílica martirial. Outros topónimos urbanos que ainda se conservam, como Almedina e Alvorações, testemunham também traços de uma presença islâmica que permanece na obscuridade.

Cada uma destas duas *civitates* possuía um território próprio, cujos limites exactos desconhecemos mas que, se tomarmos como modelo a *civitas* Anégia, seriam certamente bastante extensos. No caso de Lamego é provável que, à semelhança da área diocesana, constituísse uma extensa faixa ao longo da margem Sul do Rio Douro. Trata-se apenas de uma suposição, já que para esse efeito não nos podemos basear nas referências documentais que aludem ao “território” de Lamego, dado que aquele termo se utilizava também na acepção de espaço diocesano.

Relativamente a Chaves o panorama não é muito diferente. Além de tardias – a primeira data de 1029 e as restantes situam-se entre 1072 e 1086 – as referências documentais são escassas e dizem sobretudo respeito a propriedades localizadas muito próximo da cidade, o que lhes retira qualquer valor informativo acerca da extensão do território flaviense, de que nos interessaria particularmente conhecer o seu limite meridional. Como vimos, esta cidade controlava um corredor de circulação potenciador das ligações para o Sul, o que nos leva a interrogar se o seu território se estendia até ao Douro ou se, pelo contrário, dada a proximidade de Lamego, esta zona marginal Norte não estaria antes integrada no território desta *civitas*. Independentemente da resolução deste problema, o certo é que nesta zona da margem Norte do Douro cedo se individualiza o extenso território de Panóias, documentado desde meados do século XI, e que se havia constituído como paróquia suevo-visigoda, e mais tarde como arcediagado da sede bracarense.

Ainda relativamente à organização do território da *civitas Flaviae* (Chaves), possuímos uma referência documental que, embora devendo ser apreciada na óptica de um discurso legitimador da “Reconquista”, elaborado cerca de cem anos depois, nos abre algumas pistas sobre as formas do povoamento e as acções que o conde asturiano responsável pela presúria da cidade aí promoveu, visando a ordenação do espaço reconquistado: “... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, In Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso qui venit in civitate Flaviae, secus fluvium Tamice, vicus et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit, et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*” (TC: doc. 265).

A acção desenvolvida pelo conde Odoário, que os textos deste período genericamente designam por “povoar”, evidencia uma preocupação de ordem administrativa que consistiu em promover e enquadrar as populações distribuídas pelos diversos tipos de habitats, atribuindo-lhes estatutos e limites bem precisos. Além da referência aos *vici*, *civitates* e *villae*, importa-nos aqui sobretudo a dimensão inequivocamente fortificada do habitat designado por *castella*. É provável que nesta categoria se inscrevessem também alguns dos antigos castros

com ocupação tardo-romana e suevo-visigoda que, ou nunca chegaram a ser totalmente abandonados ou conheceram uma reocupação mais intensa neste período de insegurança. Do ponto de vista arqueológico, pudemos documentar, num destes povoados situado junto a Chaves, indícios bastante seguros de ocupação efectiva durante este período. O local, conhecido como Crastas de Santiago, ergue-se a grande altitude, no rebordo da Serra do Brunheiro, em posição dominante e sobranceira à Veiga do Tâmega. Na plataforma superior do antigo povoado podem observar-se alguns arranjos defensivos realizados posteriormente, formando um reduto de menores dimensões. No interior deste espaço pudemos identificar alguns silhares almofadados e um ajimez pertencentes a um templo pré-românico associado a uma sepultura escavada na rocha.

Este conjunto representa, sem dúvida, um testemunho notável de ocupação de um castro proto-histórico revelado apenas por trabalhos de prospecção arqueológica de superfície. No entanto, trata-se de um exemplo, por enquanto, isolado e excepcional nesta região. Mas, o inventário e o reconhecimento de campo das sepulturas escavadas na rocha, pese embora todos os problemas de datação que ainda envolve este tipo de túmulos, pode ajudar-nos a localizar os habitats da “Reconquista”, e a compreender um pouco melhor a distribuição do povoamento neste período.

No Alto Tâmega, como nas zonas mais próximas do Douro, temos vindo a identificar vários modelos de distribuição das sepulturas, sendo um deles de provável correlação com povoados fortificados de origem proto-histórica (castros) (TEIXEIRA, 1996). Trata-se no entanto de um modelo de associação distinto daquele que registámos nas Crastas de Santiago. De facto, muitas destas sepulturas, apesar de se implantarem em sítios abertos e, por vezes, com fortes indícios de ocupação romana, encontram-se efectivamente localizadas nas proximidades, ou mesmo no sopé, de povoados fortificados. Admitindo que os habitats da “Reconquista” não se encontrariam muito afastados das respectivas necrópoles, é provável que, nalguns casos coincidam com os próprios castros. Noutras poderemos estar em presença de habitats abertos, situados nas zona baixas, junto às sepulturas, embora protegidos pela proximidade de um local fortificado, no qual populações e gado encontrariam um refúgio fácil, em caso de perigo temporário.

O período correspondente aos finais do século X e inícios do seguinte foi marcado por um forte clima de instabilidade, traduzido em profundas transformações políticas e sociais que de certa forma aceleraram o processo de implantação do regime senhorial. A conjuntura interna e externa levou a uma forte militarização da sociedade e favoreceu a acção autónoma de senhores que tenderam a afirmar-se localmente cada vez mais desvinculados das autoridades condais, entendendo exercer o seu poder não já por delegação mas por direito próprio, num ambiente também de revoltas, lutas internas e guerras civis pela sucessão ao trono. As ameaças externas parecem ter favorecido e reforçado ainda mais esta tendência. Com o apoio de alguns senhores locais, as forças muçulmanas, chefiadas por Almansor, realizaram importantes investidas, com destaque para a conquista de Coimbra, em 987, e a célebre expedição a Santiago de Compostela, em 997. As zonas costeiras foram também fustigadas por incursões normandas que levaram as populações e os senhores laicos e eclesiásticos a promoverem, por sua própria iniciativa, a organização da defesa e a construção de fortificações.

Na segunda metade do século XI a autoridade asturo-leonesa foi de certa forma restabelecida o que permitiu uma nova etapa da expansão cristã, com as campanhas de Fernando, o

As Terras e os castelos (séculos XI-XII)

Magno, a fazerem deslocar novamente a fronteira para Sul, levando à ocupação definitiva de Lamego, Viseu e Coimbra. Assistiu-se também a importantes transformações sociais, traduzidas na ascensão de determinados elementos da nobreza local, e a mudanças administrativas e militares. A antiga organização territorial baseada nas *civitates* foi progressivamente dando lugar a unidades administrativas de menor extensão, as *Terras* capitaneadas por um castelo, melhor adaptadas às novas condições geo-estratégicas da “Reconquista” e às transformações sociais entretanto registadas. O processo não foi imediato e deu certamente lugar à competição entre castelos, alguns conseguindo ascender a cabeças de *Terra*, enquanto outros entraram definitivamente em declínio, acabando mesmo por desaparecer (ALMEIDA, 1978a: 47-48; BARROCA 1990-1991: 115-119). Estas transformações traduziram-se numa consolidação do regime senhorial pelo qual os detentores de castelos e *Terras*, designados por “tenentes”, passaram a exercer uma autoridade sancionada pelo próprio rei. Estas mudanças representam também o definitivo declínio das antigas famílias condaís e a emergência dos infanções que passaram a exercer funções fiscais, judiciais e militares nos territórios que controlavam (MATTOSO, 1982: 243-244).

Não dispomos de séries documentais tão completas para esta zona do território duriense como as que permitem conhecer com certo detalhe o processo de desagregação da *civitas* Anégia em várias *Terras*, ao longo do século XI. Contudo, os elementos que possuímos apontam para a ocorrência de um processo semelhante nesta região do vale médio do Douro. Ao longo do século XI e sobretudo do século XII, em que o número de diplomas aumenta, multiplicam-se as referências que permitem identificar um número significativo de *Terras* que substituem a anterior organização estruturada em *civitates*. Na zona do Alto-Tâmega, em volta de Chaves, assinalam-se Baronceli, Montenegro, Rio Livre, Santo Estêvão de Chaves (TEIXEIRA, 1996) e um pouco mais para Sul, Aguiar da Pena (BARROCA et al., 1986). Na margem direita do Douro estruturam-se ainda os territórios de Panóias e Penaguião. Na margem Sul vamos encontrar São Martinho de Mouros, Lamego, Tarouca e Armamar. Cada uma destas unidades territoriais era capitaneada por um castelo, cabeça militar da respectiva *Terra*, embora frequentemente apoiado em torres e fortificações secundárias que ajudavam no controlo do território (TEIXEIRA, 2002). No governo destas *Terras* e na tenência dos respectivos castelos vamos encontrar alguns dos mais destacados membros das principais linhagens do século XII. Pela sua ação, a região do Douro Médio converte-se numa importante extensão ou mesmo no palco nuclear dos seus poderes senhoriais associados ao patrocínio dos principais institutos monásticos da região, onde estas famílias constituem também um vasto património fundiário.

As Vilas e os Termos (séculos XIII-XIV)

O terceiro e último “momento” que elegemos nesta abordagem é o que corresponde à afirmação e consolidação do espaço da monarquia portuguesa cuja estruturação pleno medieval expressa já um outro modelo de organização do território, com amplos reflexos na distribuição e enquadramento das populações, nas formas do habitat e também nas características e função desempenhada pelos castelos e fortificações da região. Após a fase de afirmação dos poderes senhoriais das principais linhagens, fortemente ligada ao controlo e posse de castelos, assistiu-se, entre a segunda metade do século XIII e os primeiros anos do século seguinte, a um vasto processo de reorganização territorial que deu origem à promoção de uma nova forma de habitat concentrado e fortificado, a *vila*, investida por iniciativa régia de funções de capitalidade sobre um território mais ou menos vasto, o respectivo termo. No novo modelo de organização do território cada vila recebeu geralmente como termo

uma área que podia ser coincidente com a antiga *Terra*, resultar da integração de várias destas antigas circunscrições ou do seu desmembramento. Promovido e incentivado pelos monarcas, este modelo de ordenação do espaço, que não é exclusivo e convive com outros, de natureza senhorial, com os quais se geram frequentes conflitos, adapta-se melhor a uma organização socio-política e económica em que as actividades artesanais e o desenvolvimento do comércio ganham um peso crescente. Ele reflecte também uma conjugação mútua de interesses em que o poder régio se afirma perante as comunidades de homens livres, subtraindo-os da órbita de outros poderes senhoriais, tendo como contrapartida o reconhecimento e garantia, por parte do monarca, dos direitos e organização tradicional destas comunidades. Não foi um processo simples nem linear e teve muitas cambiantes no tempo e no espaço. Nesta área duriense, os resultados foram desiguais devido a diversos factores, entre os quais o diferente peso e poder das comunidades concelhias pré-existentes, a menor ou mais intensa senhorialização laica ou eclesiástica que serviu frequentemente como obstáculo à constituição e afirmação de comunidades fortes e organizadas, ou ainda o próprio índice de ocupação do espaço, traduzido numa maior concentração ou dispersão do habitat.

Na região do Alto-Tâmega, onde se consolida a constituição da fronteira norte do Reino, afirmam-se dois centros importantes que irão polarizar a organização dos territórios baixo-medievais: as vilas fortificadas de Chaves e de Monforte de Rio Livre. Esta encontrava-se já perfeitamente estabelecida em 1273. A primeira conheceu vicissitudes que em parte desconhecemos, principalmente na fase inicial do processo, anterior a 1258. Alude-se a uma tentativa efémera de constituição de uma Póvoa de Santo Estêvão de Chaves cujos vestígios julgamos ter identificado numa área situada entre o Castelo de Santo Estêvão de Chaves e a actual cidade (TEIXEIRA, 1996; 2002). Em 1258 a vila de Chaves aparece já em coincidência topográfica com a antiga *Aquae Flaviae*, mas o seu termo era ainda extremamente reduzido, confinando-se a uma pequena faixa situada na margem direita do Tâmega, aproximadamente equivalente às actuais freguesias de Outeiro Seco, Curalha e Redondelo. É provável que a ampliação do termo se tenha verificado ainda no reinado de D. Afonso III, integrando-se nele o território de Montenegro – que ainda aparece com autonomia em 1258. Porém só no reinado seguinte, em 1304, ficará o território de Montenegro definitivamente integrado no termo de Chaves, após um período de conflitos e negociações que acabou por inviabilizar o sucesso de uma vila urbana que chegou a estar criada naquele espaço – Vila Boa de Montenegro. A partir de então Chaves irá afirmar-se cada vez mais como fortificação avançada – e mais tarde como praça-forte – situada na primeira linha de uma fronteira que a monarquia portuguesa pretendia consolidar.

Imediatamente a Sul, na antiga Terra de Aguiar da Pena não se assiste à fundação de qualquer vila fortificada. Pelo contrário, a reorganização deste território e do seu povoamento desenvolvia-se desde os inícios do século XIII através da concessão régia de forais e aforamentos colectivos, que se intensificam com Afonso III (BARROCA, 1986: 46). A tentativa de enquadramento, por parte do monarca, das pequenas comunidades desta região, parece ter privilegiado estrategicamente as localidades onde não possuía a maioria das terras ou aquelas que se inseriam no importante eixo de comunicação entre Chaves e o Douro (BARROCA, 1986: 47-48).

No entanto, o modelo de organização do espaço deste território apresentava, como veremos mais adiante, algumas semelhanças com o da Terra de Panóias. É que, se por um lado a cabeça militar do território se encontra corporizada num castelo cuja localização, por

motivos estratégicos, se encontra descentrada do território, por outro, a sede civil, e de certa forma económica, encontrava-se reunida num povoado aberto situado em plena veiga – a vila de Jugal. Documentada desde os finais do século XI, esta localidade beneficiava da sua localização numa portela natural onde se cruzavam as duas mais importantes vias que atravessavam a região: a já referida via de Chaves para o Douro e a que de Guimarães se dirigia a Bragança. Local de feira, aí se encontravam também as medidas padrão usadas na Terra de Aguiar, às quais os diplomas insistentemente se referem.

Ao longo do século XIII assiste-se já a um declínio efectivo da importância militar do Castelo de Aguiar o qual, como Mário Barroca salientou, se converte em “castelo de segunda linha”. A tendência encontra-se bem expressa na diminuição dos encargos das populações de Aguiar para com o castelo, registada entre 1220 e 1258. Em simultâneo surgem também obrigações novas para com o Castelo de Chaves, valorizado como castelo fronteiriço de primeira linha (BARROCA, 1986: 60). O abandono definitivo do castelo de Aguiar só deve ter ocorrido no final do século XV, data em que Jugal, cujo nome se alterara, ainda no decurso do século XIV, para Vila Pouca de Aguiar, se assumia, de há muito, como pólo principal do território.

Mais próximo do Douro, na Terra de Panóias, a reorganização do território ocorre também por intervenção directa do Monarca. Nesta vasta circunscrição assiste-se ao desmembramento e autonomia de multiplicidade de comunidades que nas inquirições de 1220 integravam a Terra de Panóias e que em 1258 surgem já como julgados próprios, constituindo-se como concelhos autónomos – o que acontece sobretudo na área leste, em Murça e Noura, Abreiro, Alijó, Favaios e Jales. Em paralelo com esta tendência de desmembramento e autonomização de parcelas do antigo território de Panóias, ocorre um movimento contrário, de iniciativa régia, de tentativa de constituição de um novo pólo que centralizasse funções políticas, administrativas e militares da restante área de Panóias. A iniciativa, que remonta ao reinado de Sancho II, encontra eco nos depoimentos de várias testemunhas inquiridas em 1258. Mas, a Póvoa da Ponte de Panóias, como era designada a nova localidade, acabou por não vingar, tornando-se um sítio ermo, como informam as referidas testemunhas. Na freguesia de Mouçós, existe ainda actualmente a aldeia de Ponte, mas o local de implantação da póvoa medieval, situa-se um pouco para noroeste, num outeiro sobranceiro ao Rio Corgo, próximo da igreja da Senhora de Guadalupe (AZEVEDO, 1890: 17). Como geralmente acontece em elevações que tiveram povoamento antigo, o local encontra-se sacralizado por uma capela. Porém, os vestígios que aí se detectam, nomeadamente restos de amuralhamentos e muita cerâmica que pudemos observar, remetem-nos essencialmente para uma ocupação bem mais antiga, do período proto-histórico. A implantação da póvoa medieval neste sítio deve ter tido muito curta duração, não parecendo ter deixado marcas muito evidentes. É de qualquer modo recorrente este fenómeno de eleição de locais já amuralhados, embora arruinados, de antigos povoados proto-históricos para implantar na Idade Média muitas das vilas novas fortificadas, como ocorreu em Montenegro (TEIXEIRA, 1996) e em Tarouca (TEIXEIRA, 2002). Nos reinados seguintes prosseguem as iniciativas régias tendentes à fundação duma póvoa na Terra de Panóias. Afonso III confere-lhe foral em 1272, sendo já então designada como Vila Real, mas as dificuldades do projecto arrastam-no para o reinado de D. Dinis, no qual, após um primeiro foral de 1289, se consegue finalmente a fundação de Vila Real segundo novos diplomas concedidos em 1293 e 1304 (AZEVEDO, 1890; SOUSA e GONÇALVES, 1987: 23-35). Desta forma e a partir de então, Vila Real, implantada num remate de esporão na confluência dos rios Corgo e Cabril, assumia-se definitivamente como o centro do antigo território de Panóias.

Na Terra de Penaguão a evolução que conduz do território polarizado e capitaneado por um castelo até à sua organização baixo-medieval, não deu origem à fundação ou promoção de qualquer centro urbano fortificado. Pelo contrário, afirmam-se uma multiplicidade de pequenas unidades concelhias de organização incipiente. Para isso terá contribuído não só a intensa senhorialização desta área mas também a forte dispersão do povoamento, traduzidos numa característica organização do espaço em que cada um dos pequenos concelhos, composto por vários “lugares”, não possuiu sequer um povoado ou núcleo urbano cabeça do concelho. Tal como se evidencia ainda no Numeramento realizado nos inícios do século XVI, a população que se encontra dispersa pelo território reúne-se e realiza o concílio em locais ermos situados nos limites entre os vários lugares que constituem a área concelhia. Apenas o exemplo de Mesão Frio parece contrariar um pouco esta tendência. Mesmo assim, este burgo, essencialmente ligado às actividades mercantis e à passagem de uma via importante, estabelece-se com uma organização que poderíamos designar de urbana, mas de urbanismo incipiente, de tipo linear, ligado à via, formando um núcleo de *habitat* mesmo assim partilhado por duas comunidades com enquadramento paroquial distinto – S. Nicolau e Santa Cristina.

A Sul do Douro, na região em volta de Lamego, onde a senhorialização e a dispersão do *habitat* são também intensas, assiste-se a uma tentativa falhada de constituição de uma póvoa na Terra de Tarouca – a vila de Castro Rei. Em 1258, o texto das Inquirições revela-nos um aglomerado constituído em torno do antigo castelo. Mas, uns anos mais tarde, em 1262, promove-se e incentiva-se a formação de uma nova povoação que deveria encabeçar o território de Tarouca. A iniciativa, que se deve a D. Afonso III, expressa-se no foral que é dirigido aos “*populatoribus de mea popula de Terra de Tarouca que vocatur Castro Rey*”. O novo povoado, oficialmente referido nos diplomas da época com a designação de “Castro Rei”, localizar-se-ia no conhecido monte de Santa Bárbara, junto à actual aldeia de Dalvares, (FERNANDES, 1970: 57-64), onde se detectam amuralhamentos e vestígios de ocupação pré-romana (TEIXEIRA, 2002). Por razões que se desconhecem, a ocupação desta “*popula sive Castro*” não chegou a concretizar-se, ou foi efémera. O insucesso patenteia-se cerca de uma década depois, em 1273, quando o concelho de Tarouca permuta propriedades com o prelado da igreja de S. Pedro, recebendo dele uma vinha no caminho de “Memoiral” e Mondim para aí fazer a vila nova, “*en a qual vina nós conzelo queremos fazer a villa*” (FERNANDES, 1970: 64). Uma vez mais se tratou de uma iniciativa gorada. Com o passar do tempo, o nome de Castro Rei, utilizado como designação oficial a par do nome antigo da terra – Tarouca – foi caindo em desuso, perdendo-se-lhe o rasto a partir do 3º quartel do século XIV. A vila de Tarouca desenvolvia-se e mantinha-se assim, de uma forma orgânica, polarizada entre o Castelo e a nova Igreja de S. Pedro, como se verifica pelo texto das Inquirições realizadas em 1288.

Finalmente, em relação a Lamego, diremos que representa um caso singular de longa permanência topográfica do aglomerado urbano. Com o seu estatuto de cidade episcopal e cidadela fortificada, afirma-se ao longo dos séculos XII e XIII como o principal núcleo urbano da região.

A sua estrutura apresenta um urbanismo polinuclearizado associado também a diferentes estatutos jurídico-administrativos da sua população. Na zona elevada, em volta do castelo, desenvolve-se a cidadela circuitada por muralha românica e gótica. Esse espaço intra-muros confina o domínio da comunidade urbana que constitui o concelho. Na zona baixa, no sopé do castelo, na outra margem da Ribeira de Coura, desenvolve-se o núcleo episcopal, com couto próprio. Ainda fora de portas, na zona intermédia, desenvolve-se o núcleo cada vez mais ligado às actividades artesanais e comerciais, onde se integra uma forte comunidade judaica.

figuras

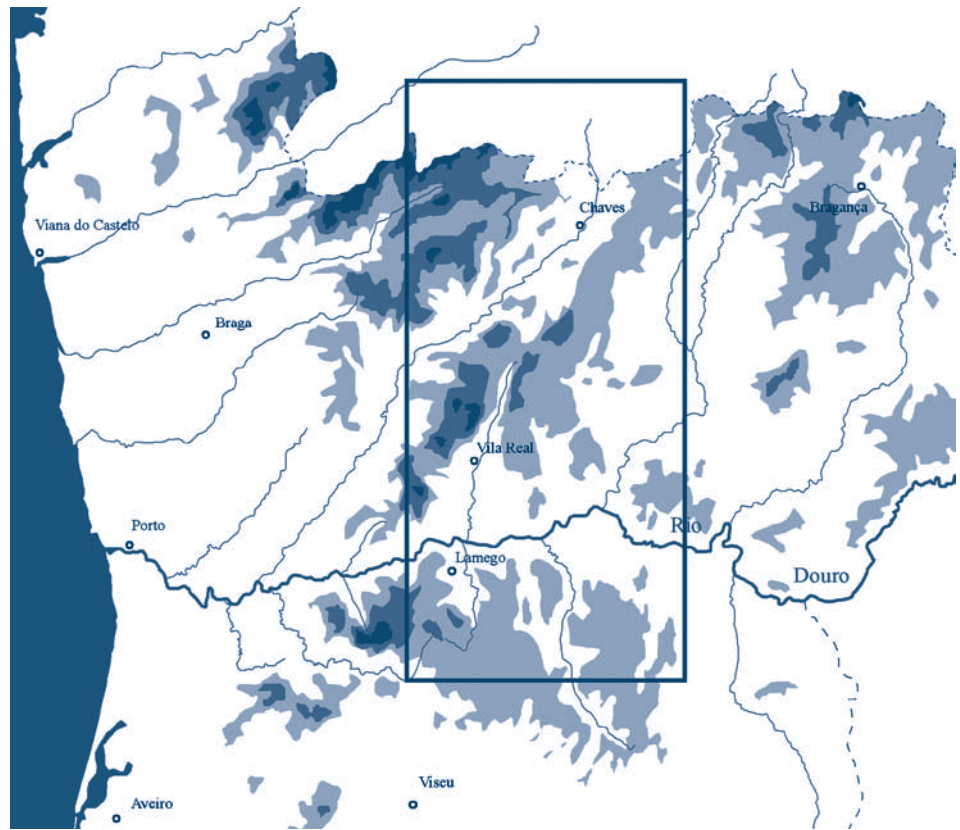


fig. 1 Localização da área em estudo.

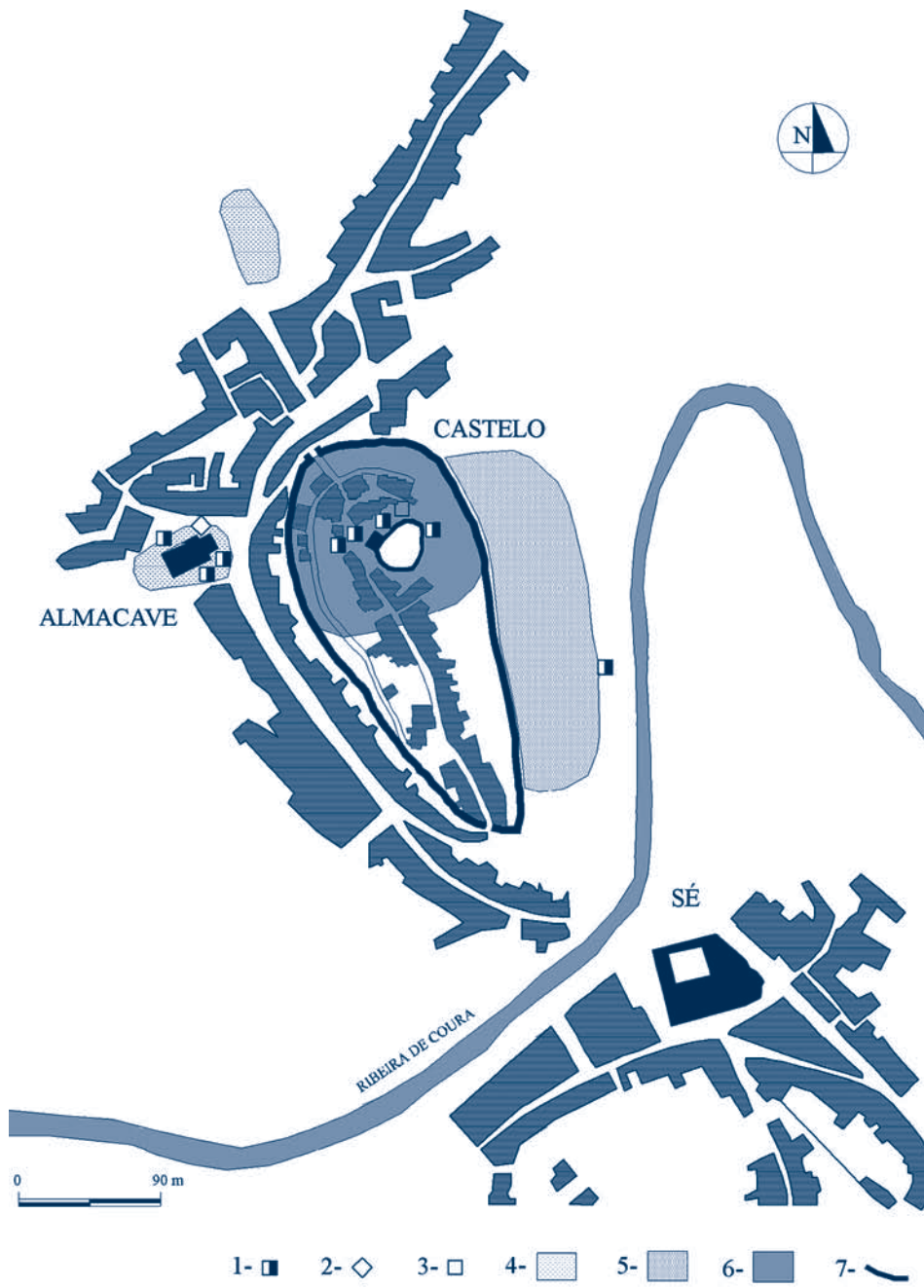


fig. 2 Lamego. Da ocupação romana à cidade episcopal da Baixa Idade Média.

Vestígios romanos:

- 1. Epígrafe funerária;
- 2. Estatuária;
- 3. outros elementos;
- 4. Necrópole;
- 5. Concentração de vestígios à superfície.

Da “Reconquista” à Baixa Idade Média:

- 6. área provável da civitas;
- 7. Castelo e cerca urbana medievais.

fig. 3 Alto-Tâmega. Sarcófagos alto-medievais, Sepulturas rupestres e Vestígios de templos Pré-românicos.

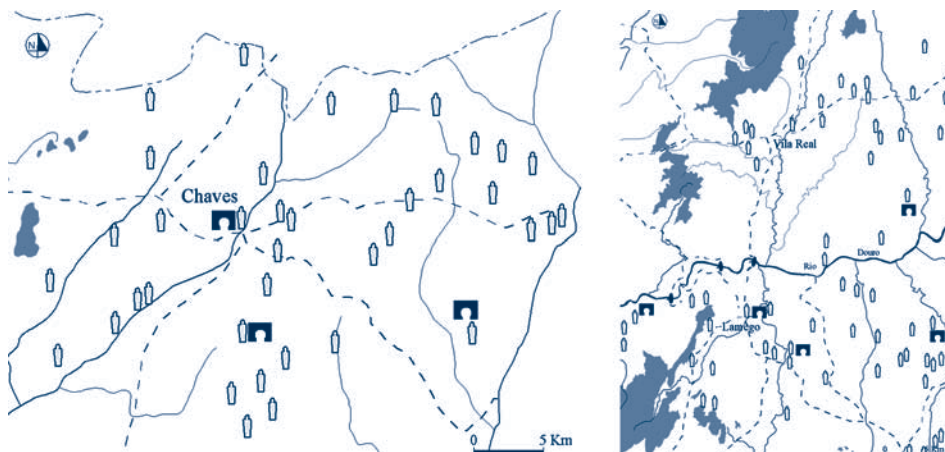


fig. 4 Douro. Sarcófagos alto-medievais, Sepulturas rupestres e Vestígios de templos Pré-românicos.

fig. 5 Alto-Tâmega. Fortificações e Castelos cabeça-de-Terra (Sécs. XI-XII).

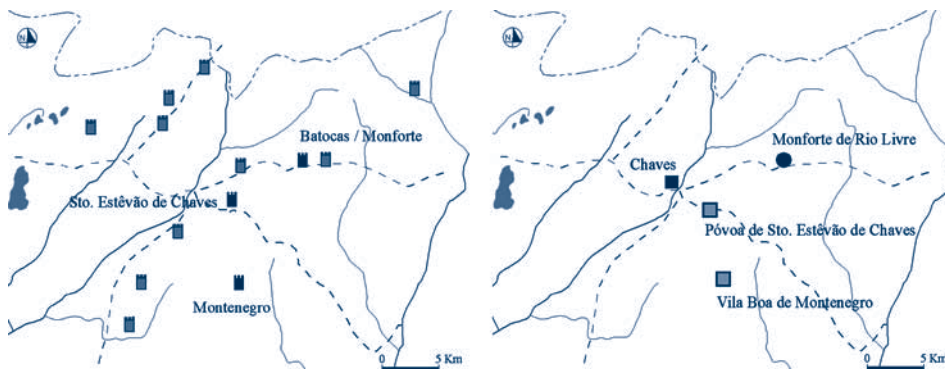


fig. 6 Alto-Tâmega. Vilas urbanas fortificadas (Sécs. XIII-XIV).

Vila de fundação régia (quadrado negro).
Vilas novas cuja fundação não teve sucesso (quadrados cinzentos).

fig. 7 Douro. Fortificações e Castelos cabeça-de-Terra (Sécs. XI-XII).

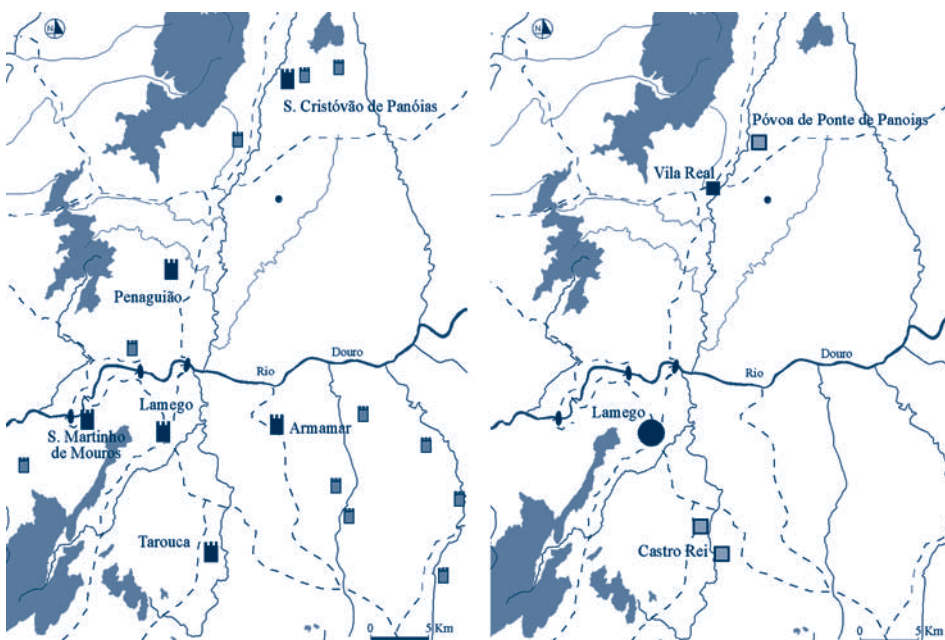


fig. 8 Douro. Vilas urbanas fortificadas (Sécs. XIII-XIV).

Cidade episcopal (círculo negro); Vila de fundação régia (quadrado negro); Vilas novas cuja fundação não teve sucesso (quadrados cinzentos).

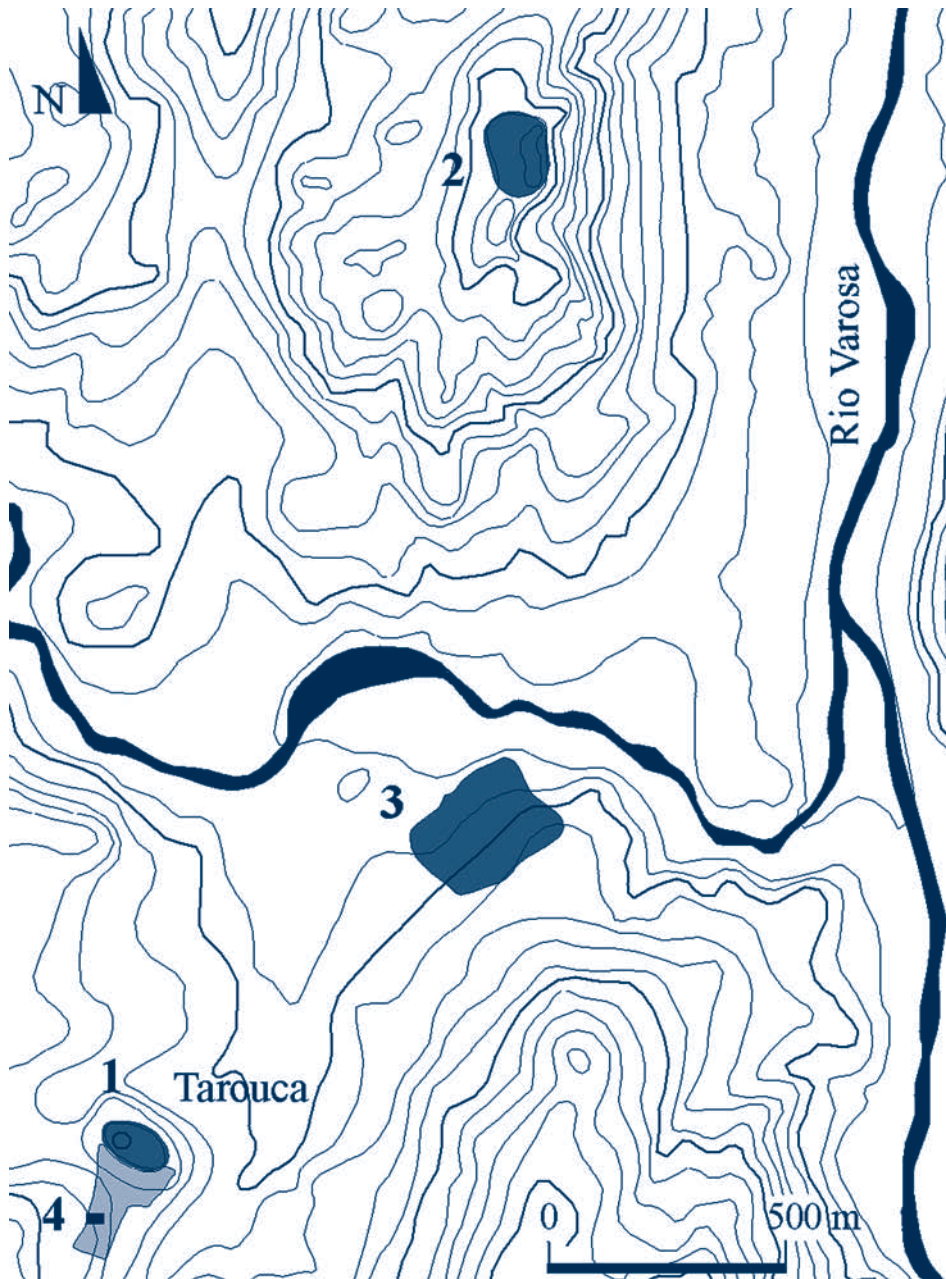


fig. 9 O Castelo e a Vila de Tarouca. (Sécs. XI-XIV).

- 1. Castelo de Tarouca;
- 2. e 3. Locais sucessivamente escolhidos para acolherem a fundação régia da Vila de Castro Rei;
- 4. Área entre o Castelo e a Igreja de S. Pedro, onde acabou por se desenvolver, de uma forma orgânica, a Vila de Tarouca.

Bibliografia

Fontes documentais

DMP-DR, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*. ed. de Rui de Azevedo, vol. 1, Lisboa, 1958; vol. 2 (Aditamentos, Fontes e Índices), Lisboa, 1962.

LIBER FIDEI, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. de Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, Assembleia Distrital de Braga, 1965 (vol. I), 1978 (vol. II), 1990 (vol. III).

PMH-DC, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Diplomata et Chartae*. Lisboa, Academia das Ciências, 1867.

PMH-INQ, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones*. 9 fasc., Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1897.

PMH-LC, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Leges et Consuetudines*. Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868.

TC, *O Tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices (ss.IX-XII)*. ed. José Miguel Andrade Cernadas. Fontes Documentais para a Historia de Galicia. 2 vols. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1995.

DOC. SANCHO I, Documentos de D. Sancho I (1174-1211). ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira -1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.

Estudos

ALMEIDA, C. A. F. de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Tese complementar de doutoramento].

ALMEIDA, C. A. F. de (1991) – *Castelos e cercas medievais: Séculos X a XIII*. In MOREIRA, R., dir. – *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, p.38-54.

AZEVEDO, J. A. A. de (1890) – *Origens de Villa Real (Protohistoria Portuguêsa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARROCA, M. J. (1990-1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XIII)*. Revista Portugália. Porto. Nova série. 11-12, p.89-136.

BARROCA, M. J.; MORAIS, A. J. C. (1985-1986) – *A Terra e o castelo: Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*. Portugália. Porto. Nova série. 6-7, p.35-87.

COSTA, A. de J. da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FERNANDES, A. de A. (1970) – *Esparsos de História (sécs. XII e XIII)*. Porto: [s.n.].

GOMES, P. J. A. D. (1993) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

LIMA, A. M. de C. (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro: séc. IX-XII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Dissertação de Mestrado em Arqueologia].

MATTOSO, J. (1982) – *Ricos-Homens: Infanções e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & C.^a.

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real; Câmara Municipal de Vila Real.

TEIXEIRA, R. (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves: Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado].

TEIXEIRA, Ricardo (1998) – *Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão*. Douro - Estudos & Documentos. Porto: GEHVID. 3: 5, p. 11-28.

TEIXEIRA, Ricardo (2002) – *Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro – sécs. IX-XIV*. In Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, p. 463-476.

acta 6

As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real

Lídia Baptista

(Arqueóloga, Colaboradora da Arqueologia & Património)

“A conservação dos vestígios, sejam eles quais forem, apresenta pois sempre uma dimensão funerária, ou seja, no fundo, uma função de protecção dos vivos. Trata-se sempre de gerir um espaço e de organizar práticas que retenham nele tudo o que possa exceder os limites da vida: memória, discursos, história, obras, objectos.”

(Guillaume, 2003: 90)

Introdução

Os trabalhos arqueológicos na Vila Velha de Vila Real foram realizados no âmbito do Programa Polis para aquela cidade. Foram executados em várias fases do projecto, iniciados com sondagens prévias de avaliação, que condicionariam os projectos de reabilitação do espaço urbano da Vila Velha e de musealização de contextos arqueológicos considerados importantes.

Além destas sondagens prévias, o acompanhamento arqueológico da obra de reabilitação do espaço urbano da vila velha veio pôr a descoberto muitos mais dados relevantes sobre a ocupação deste esporão sobranceiro ao rio Corgo.

Este trabalho tenta apresentar de forma sucinta os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados, que se encontram ainda numa fase inicial de estudo.

Os trabalhos arqueológicos visavam esclarecer, fundamentalmente, quatro pontos cruciais: a cerca medieval, as portas da vila medieval, o traçado urbano medieval e a ocupação pré-histórica.

Enquadramento Histórico

A fundação de Vila Real no reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII, culmina num longo processo iniciado por D. Sancho II, que visava a constituição de um centro urbano como cabeça da Terra de Panóias.

A primeira tentativa para a fundação de “Vila Real” data do reinado de D. Sancho II, com o objectivo de agregar num local mais central a população de uma área mais vasta. A Póvoa da Ponte de Panóias, como seria chamada essa localidade, não vingou como referem testemunhas inquiridas em 1258.

A 7 de Dezembro de 1272, D. Afonso III, concedeu carta de foro para povoamento de Villa Real de Terra de Panoyas. Mas não foi suficientemente atractivo para a população devido as exigências de rendas altas.

Assim, a 4 de Janeiro de 1289, D. Dinis, passa nova carta de foro a Vila Real. Deste foral destaca-se o número elevado de povoadores a que o rei aspirava para a sua nova vila, o facto de que o caminho que seguia de Panóias a Amarante, passaria daí em diante por Vila Real. Contudo esta carta não surtiu o efeito desejado, e em 1293 D. Dinis passa nova carta de foral a 24 de Fevereiro. Deste novo foral destaca-se: a redução do número de povoadores para 500, metade do exigido no foral anterior; o facto do rei se referir ao “Castelo” de Vila Real, por diversas vezes e quase no fim do diploma fazer referência a “e eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda”; o facto de ter passado o poder judicial de Constantim para Vila Real. A referência a castelo de Vila Real neste documento levanta várias questões sobre o espaço da Vila Velha: seria apenas pela sua localização, um promontório entre rios com escarpas naturais que faziam do local um espaço protegido por natureza à excepção da sua vertente Norte?; ou existiriam estruturas de casas ou muralhas de uma ocupação anterior do local? Se não existiam, haveria a memória colectiva dessa ocupação que levasse o monarca a referir-se ao Castelo de Vila Real em 1293?

O que é facto é que locais com ocupação anterior são conhecidos por este topónimo e que o rei D. Dinis o atribui a esta vila em formação.

Quanto à referência a propósito da cerca “e eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda”, sabe-se, no entanto, que a sua construção/conclusão foi demorada. Em 1304 se encontra uma referência em que D. Dinis ficava de “lhys fazer o muro em esse vila quando o poder fazer querendo deus”.

Sabemos também que no final desse século os trabalhos de construção estavam não só concluídos como já a necessitar de obras de reparação.

Em 1395, o rei ordena que sejam reparados os muros da vila em alguns dos seus pontos, cedendo, para o efeito, pedra do Alcácer (Monteiro, 1999: 135).

A igreja de S. Dinis já existia em 1297, ano em que D. Dinis a doou ao mosteiro de Pombeiro. No entanto só em data posterior a 1320 terá adquirido o estatuto e autonomia como sede paroquial.

Adossada à igreja de S. Dinis, é construída a capela de S. Brás, do lado da Epístola, em posição frontal. Trata-se de uma capela funerária cuja construção parece remontar ao século XIV.

Em 1369, D. Fernando ordena que todos os oficiais e mestrais de Vila Real morassem no interior da cerca a qual estava demasiado despovoada (Monteiro, 1999: 229).

A vila começa ainda no século XIV a transferir-se para Norte, esta transferência ganha maior importância com a construção do mosteiro de S. Domingos nos inícios do século XV.

Em 1677, a vila intra-muros, contava com menos de 10 moradores e uma vez mais, numa tentativa de evitar o despovoamento total, confirmam-se-lhe os privilégios e isenções.

No século XIX com a demolição das muralhas, construção do cemitério e mais recentemente, as constantes demolições dos restantes edifícios dificultam a percepção exacta do traçado urbano medieval.

Já no século XX, este espaço sofreu mais alterações, com a demolição de casas e nivelamento do espaço, sendo utilizado como parque de estacionamento antes do início dos trabalhos.

No espaço intra-muros, ainda hoje se percebe alguns eixos do cadastro regular medieval organizado em blocos rectangulares (Gomes, 1993: 180) e foi baseado nestes eixos e na intervenção arqueológica realizada pelo IPPAR em 1995, junto ao Liceu Camilo Castelo Branco, onde foram detectadas estruturas medievais e níveis pré-históricos, que se realizou um plano de Pormenor da Vila Velha para os trabalhos integrados no Programa Polis de Vila Real.

A cerca medieval teria três portas de acesso ao seu interior: a porta principal, a Norte, conhecida entre os vila-realenses como as “Portas da Vila”, com dois torreões a flanqueá-la; uma porta a Sul; e uma porta a Oeste conhecida pela “Porta Franca”, também ela com uma torre a protegê-la.

O recinto da muralha apresenta uma planta ovalada, embora hoje em dia só seja visível a muralha medieval, na encosta Sudoeste, virada ao rio Cabril. Trata-se de um aparelho em silhares graníticos bem aparelhados, de típica construção medieval (Figs. 1 e 2).

A realização de uma sondagem na face interna da muralha nesta área revelou o mesmo tipo de aparelho. Na vertente Oeste, contrariamente, a escavação no interior do recinto amuralhado mostrou um aparelho irregular com pedras de granito, à qual estão associados níveis da idade do Ferro que lhe encostam e estão por baixo (Fig. 3).

Na área Norte, onde incidiram o maior volume de trabalhos de escavação durante a fase de sondagens prévias, detectou-se parte da Muralha, que se estendia para leste (Fig. 4). Posteriormente, já em fase de acompanhamento arqueológico colocou-se a descoberto o restante pano da muralha e um torreão a leste, onde se perde o traçado da muralha, que devia inflectir para sul (Fig. 5).

Os Resultados

A detecção destes novos elementos arquitectónicos, a muralha e o torreão leste, levou à execução de trabalhos arqueológicos no seu topo e na sua face interna de forma a integrar de forma coerente estes elementos na leitura final da sua apresentação pública prevista no projecto de musealização da Porta Norte.

A realização de uma sondagem de 4x4m permitiu caracterizar a face interna da muralha que parece ser, nesta área e a cotas mais baixas, escalonada, com uma linha mais destacada e larga onde assentam as pedras da fiada seguinte que correspondem ao alinhamento visível da muralha (Figs. 6 e 7).

A restante escavação do topo da muralha foi realizada com apoio mecânico, onde se colocou a descoberto a linha interna da muralha e o seu miolo. Como a rocha base sobe consideravelmente de norte para sul as pedras detectadas na face interna são irregulares, o que nos leva a pensar que provavelmente estas pedras não estariam visíveis (Figs. 8 e 9).

Quanto às Portas da Vila, só foram confirmadas a Porta Norte e a Porta Poente.

Na área Norte, os trabalhos arqueológicos de sondagens prévias colocaram a descoberto as duas Torres que constituíam a Porta Norte, mas o grau de conservação deficiente, devido a demolições e construções posteriores, apenas permitiu detectar as pedras a nível da base e alguns entalhes no saibro que permitiu “desenhar” em planta as Torres (Figs. 10, 11, 12 e 13).

Já em fase de acompanhamento arqueológico dos nesta área, colocou-se a descoberto várias estruturas, duas delas, possivelmente, relacionadas com a Porta.

Uma dessas estruturas está implantada a norte da Torre Oeste das “Portas da Vila” e encontra-se completamente alinhada com a torre (Figs. 14 e 15). Contudo devido as grandes alterações nesta área esta estrutura surge-nos muito destruída e a ligação estratigráfica com a torre perdeu-se (Fig. 16).

Mas uma observação mais atenta do seu traçado e da torre leva-nos a considerar tratar-se de dois elementos do mesmo conjunto construtivo, designado no seu todo por “Portas da Vila”. Esta designação, no plural, da Porta Norte da Vila Velha, leva-nos a reflectir sobre a construção que existiria no local. Seria uma estrutura em arcos que permitiria o acesso ao seu interior por três lados? Contudo as reconstituições existentes para a Porta Norte não são esclarecedoras.

Outra estrutura, um muro largo com cerca um metro e vinte de largura parte do cunhal oeste da estrutura a norte da Torre Oeste, que tem orientação, grosso modo, Este/Oeste. Infelizmente esta estrutura segue em direcção as garagens do Parque do Alvão, não permitindo aferir a sua funcionalidade.

Contudo, esta estrutura pela sua técnica construtiva parece tratar-se da mesma estrutura detectada meses antes na Rua de S. Dinis, em fase de acompanhamento de abertura de vala para a colocação de infra-estruturas (Figs. 17, 18 e 19). A observação destas estruturas em planta, parece não deixar margem para erro. Assim sendo, esta estrutura poderá tratar-se de uma segunda linha de muralha (barbacã) (Fig. 20).

A porta Poente, ou Porta Franca como é conhecida, era flanqueada por uma Torre, no seu lado sul. Esta estrutura anunciava-se pela presença de entalhes na rocha que permitia o assentamento de silhares. Com os trabalhos de escavação nesta área colocou-se a descoberto a continuidade dos entalhes e de alguns silhares basais da Torre. Trata-se de uma torre de planta sub-rectangular com cerca de 4x3m (Figs. 21 e 22).

O Traçado Urbano da Vila Velha obedece a um esquema ortogonal, que terá a sua origem medieval. Constituído por um eixo longitudinal principal de orientação Norte/Sul, patenteada na Rua de S. Dinis, auxiliada por uma rua paralela conhecida como a Rua da Quelha ou Rua Direita, também denominada como Rua de D. Dinis numa planta de 1960. Estas ruas estavam ligadas por vielas desenhando quarteirões rectangulares. É de referir a existência extra-muros de vielas que circundam a cerca. A viela oeste dá acesso à Ínsua (confluência dos rios Corgo e Cabril) e à zona ribeirinha onde ainda se vêem em ruínas inúmeros moinhos, que justificará a designação de Viela dos Asnos na planta de 1960.

Na Rua da Quelha, foram detectados três níveis de pavimento, assim como reajustes ao limite da rua que inicialmente seria mais larga, mas que foi estreitada durante os tempos. Esta prática foi também observada na viela entre a Rua de S. Dinis e a Rua da Quelha (Figs. 23, 24 e 25).

A ocupação Pré-histórica já tinha sido detectada durante a intervenção de 1995, na área do Liceu Camilo Castelo Branco. Contudo os trabalhos realizados nesta altura foram poucos, e os níveis mais antigos encontravam-se parcialmente destruídos pelas ocupações posteriores, o que não permitiu uma caracterização conveniente.

Os trabalhos arqueológicos, quer de sondagens prévias, quer durante o acompanhamento arqueológico, permitiu a identificação/caracterização de dois níveis de ocupação pré-histórica integráveis na Idade do Bronze Final e Idade do Ferro.

Os resultados da intervenção permitiram detectar diversas estruturas e contextos bem preservados, em vários pontos da área mais aplanada do morro, o que parece indiciar para uma ocupação sistemática em toda a sua extensão.

Na área Norte, entre a muralha e o muro de propriedade do Parque do Alvão foram detectados vários contextos:

- Nível de ocupação com um piso, onde foram exumadas quatro lareiras e um buraco de poste. Este nível está sobre a estrutura Rampa/Talude.

As lareiras caracterizam-se por barro cozido pela acção do fogo aí praticado, sendo duas delas constituídas também por pedras, que as delimitam (Figs. 27, 28, 29, 30, 31 e 32).

Outra estrutura, que pela sua deposição poderá ser funerária, trata-se de uma estrutura em negativo condenada por uma grande pedra, na qual se exumou um vaso completo, embora fragmentado pela força exercida pela pedra. Nesta estrutura além do vaso foram exumados dois líticos, um dormente em granito e um alisador em quartzito (Figs. 33, 34 e 35).

Destes contextos foram recolhidas amostras para análises: das lareiras foram recolhidas amostras dos barros e de carvões e da estrutura o enchimento do interior do vaso. Os resultados das análises poderão trazer mais certezas quanto a cronologia e quanto à funcionalidade desta.

A estrutura pétreia em rampa/talude é constituída por grandes pedras em granito, sendo algumas destas fragmentos de mós, envoltas num sedimento castanho-escuro. Entre as pedras foram exumadas sementes carbonizadas, alguns fragmentos cerâmicos e duas braceletes em bronze (Figs. 36, 37, 38 e 39).

Dadas as vicissitudes das alterações urbanísticas ao longo do tempo nesta área, esta estrutura encontra-se cortada, a sul pela Muralha medieval e a norte pelo muro do Parque do Alvão, o que não permitiu reconhecer os seus verdadeiros limites.

Quanto a sua funcionalidade, esta estrutura implementada a norte do esporão, que pelas

suas especificidades físicas é a vertente mais acessível ao morro, pode indiciar uma função defensiva/monumental que daria visibilidade ao sítio e o destacaria na paisagem. Estas propriedades associadas às características defensivas naturais do esporão, nas suas vertentes Este, Oeste e Sul transformam este local num marco imponente da paisagem que dominaria as principais vias naturais circundantes. Talvez, daí decorra o topónimo utilizado pelo monarca D. Dinis de Castelo para se referir à Vila Velha.

Na área mais central do morro (entre a Rua de S. Dinis e a Rua da Quelha, mais precisamente na viela perpendicular que as une) foi detectada uma estrutura em negativo, escavada no saibro, associada a um piso e um buraco de poste, assim como um “canal” que circunda parcialmente a estrutura. O enchimento desta caracteriza-se por depósitos argilosos alaranjados alternados com níveis de cinzas. Com muitos fragmentos cerâmicos nos níveis de topo e restos osteológicos. O “canal” estava cheio com um nível de carvões e centenas de sementes; um nível de cerâmicas e alguns objectos líticos envoltos num sedimento castanho argiloso. A componente artefactual aponta para uma cronologia da idade do Ferro, quanto a sua possível funcionalidade, não existem paralelismos a destacar. Apenas a semelhança dos depósitos encontrados na estrutura com soengas, contudo esta associação poderá ser precipitada, na medida em que o estudo da estrutura está apenas numa fase embrionária (Figs. 40 e 41).

Em síntese

“Conservar é suspender a interrogação para dar voz a uma qualquer resposta. Conservar uma ruína implica suprimir, mesmo que transitoriamente, a degustação da sua fisicalidade e impor-lhe uma rigidificação de sentidos.”

(Jorge, 2005: 240)

A concepção do projecto de reabilitação do Espaço Público da Vila Velha, que teve vários intervenientes, desde a solução urbanística patenteada no papel do Arquitecto responsável, apoiado pelos técnicos de arqueologia e de Conservação e Restauro, foi concebido nos meandros de uma política nacional, o Programa Polis.

Após a execução do projecto e dos trabalhos de conservação e restauro levados a cabo, cabe reflectir sobre as decisões tomadas pelos intervenientes e o conceito de património associado. A partir das categorias de Marc Guillaume (1980: 41) de memória autorizada (simultaneamente discursiva; narrativa histórica / não discursiva; monumento) e memória simbólica (enraizada no quotidiano das práticas sociais) é de assinalar que a primeira veiculada pelos mecanismos de regulação do poder político e técnico nem sempre encontra correspondência nas memórias simbólicas de grupos ou de comunidades, estabelecendo-se assim um mecanismo de exclusão de uma diferença e representação identitária na conservação e preservação do património colectivo.

Assim, tendo como base o conceito de património que se alargou de tal forma no século XX, que faz o seu objecto todo o real e o seu sujeito toda a humanidade, temos que chegar aos diversificados públicos através de diferentes discursos de modo a partilhar as memórias da Vila Velha.

O Centro Interpretativo da Vila Velha deverá agir no sentido da comunicação, dando progressivamente relevância a noções de participação, acessibilidade, envolvimento, inclusão e responsabilidade social.

Como é corrente numa intervenção patrimonial no espaço público, esta é realizada num contexto de diferenças e tensões, daí a necessidade que as acções se orientem por princípios democráticos, levando os técnicos intervenientes (arqueólogos, conservadores e outros) a reflectir sobre o seu conhecimento e que promovam activamente esse mesmo conhecimento através de acções de esclarecimento.

Essas acções deverão ser colocadas em prática através do Centro Interpretativo aberto aos “públicos” e os diferentes discursos serem o resultado de uma política interna de investigação que, após o término dos trabalhos de campo, terá que seguir em gabinete.



figuras

fig. 1 Aspecto da Muralha na vertente SW.

fig. 2 A face interna da Muralha na vertente SW.

fig. 3 Aspecto da face interna da Muralha na vertente Oeste.



fig. 4 Vista geral da Muralha e torreão leste após limpeza dos níveis de aterro.

fig. 5 Torreão leste.



fig. 6 A Muralha, aspecto do seu miolo.

fig. 7 Muralha, destaque para a sua construção escalonada.



fig. 8 A Muralha, os trabalhos de limpeza do seu topo.

fig. 9 Muralha, aspecto após a limpeza.



fig. 10 Uma das Reconstituições das Portas da Vila (figura retirada em SOUSA, 1987).



fig. 11 Torre Este da Porta Norte.



fig. 12 Torre Oeste da Porta Norte.

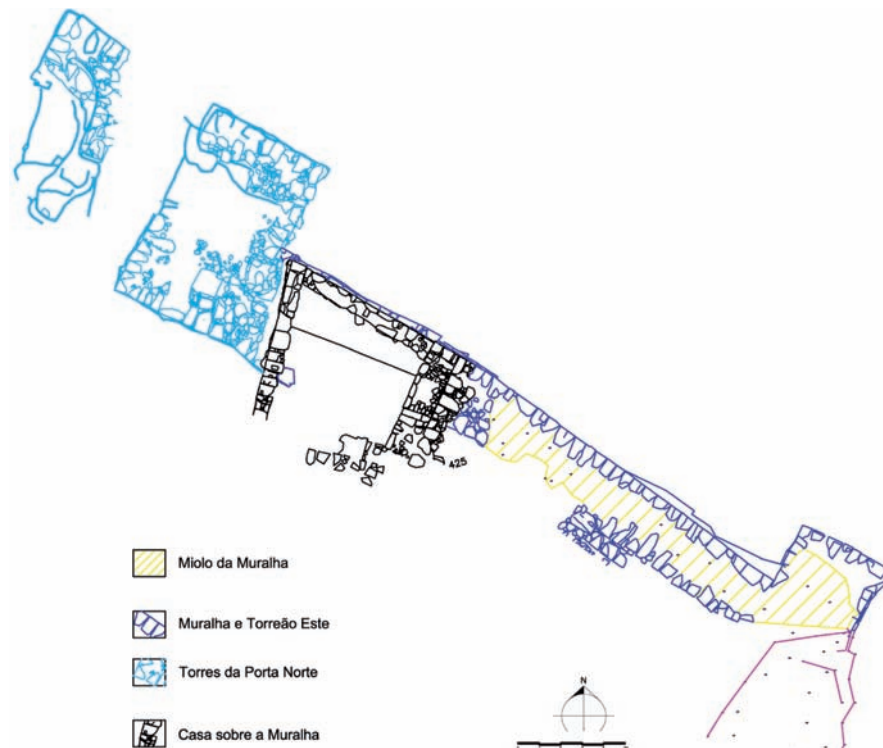


fig. 13 As Torres da Porta Norte, a Muralha, o Torreão leste e a casa sobre a muralha.



fig. 14 Estrutura alinhada com a torre Oeste da Porta Norte (fotografia tirada de nordeste).

fig. 15 Um outro aspecto da mesma estrutura (fotografia retirada de Noroeste).

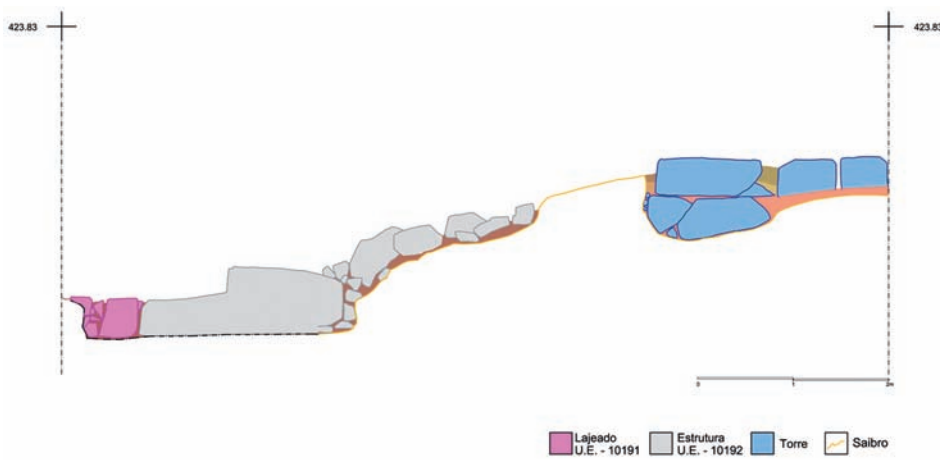


fig. 16 Corte Este das estruturas detectadas a Norte da Torre Oeste. Pode-se verificar a perda de conexão estratigráfica da Torre Oeste com a estrutura a norte.



fig. 17 Muro adossado à estrutura a norte da Torre Oeste da Porta Norte.

fig. 18 Muro detectado na Rua S. Dinis.



fig. 19 Muro, pormenor em alçado, com silhares (dois com siglas).

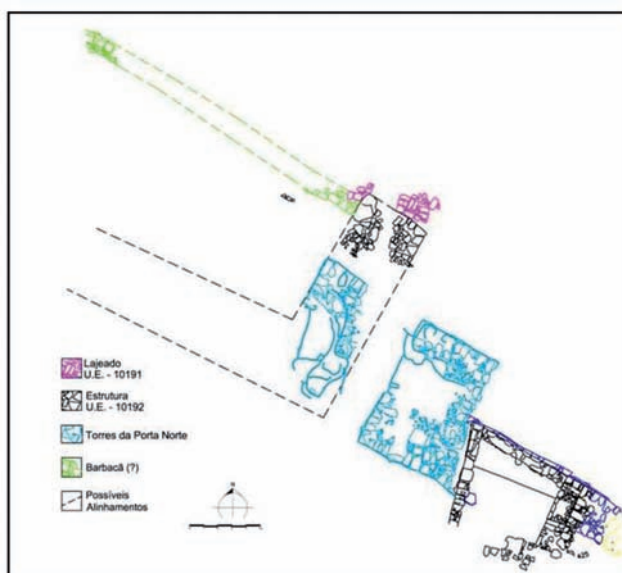
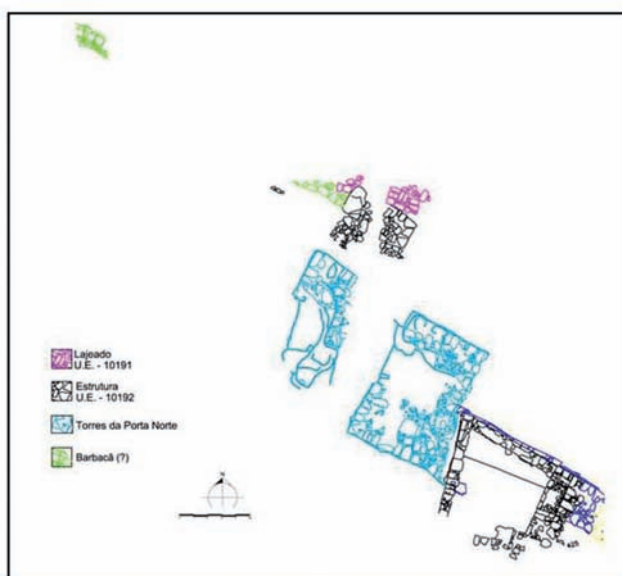


fig. 20 Exercício de possíveis alinhamentos; em cima, as estruturas detectadas e em baixo possível ilustração do traçado planimétrico das estruturas que constituíam as “Portas da Vila”

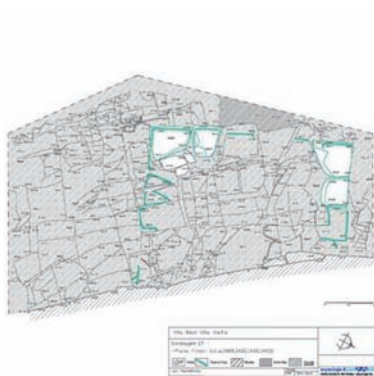


fig. 21 Desenho da Torre da Porta Poente.

fig. 22 Fotografia da Torre da Porta Poente.



fig. 23 e 24 Rua da Quelha. Diferentes momentos de pavimentação da rua.



fig. 25 Aspecto da Sondagem 6, onde se pode ver o traçado da rua da Quelha

fig. 26 Aspecto da sondagem 1, no final dos trabalhos de escavação prévios.

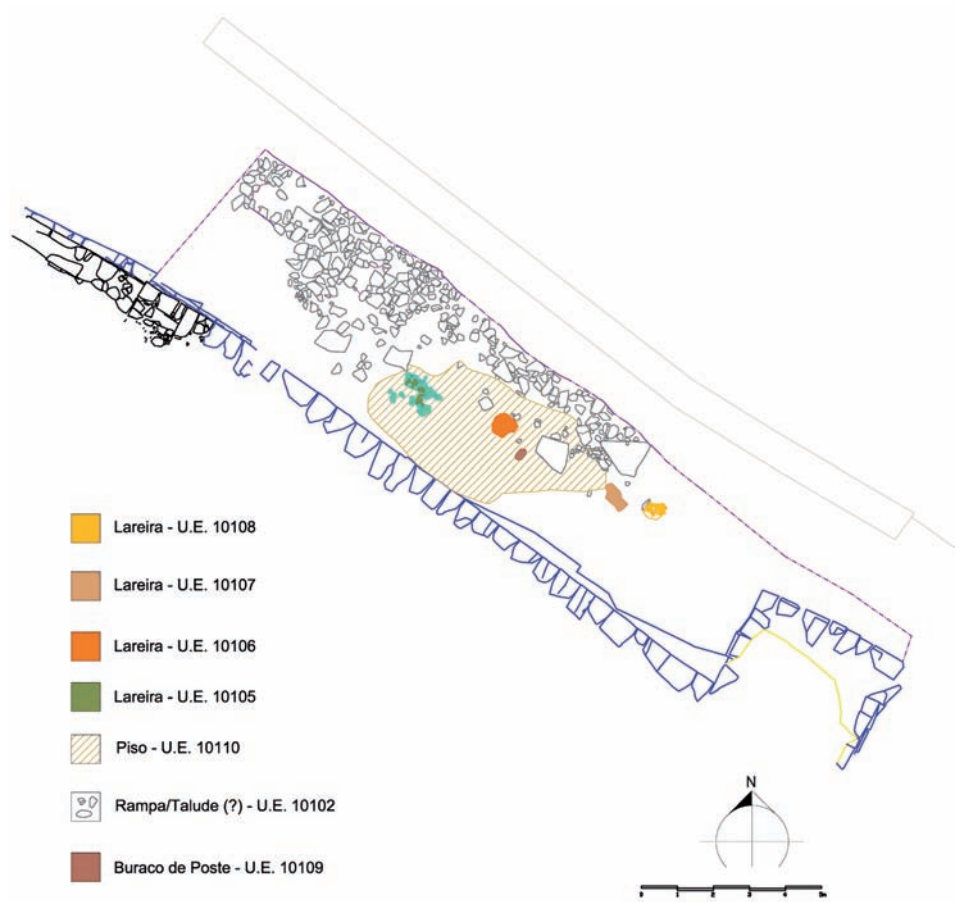


fig. 27 Níveis da 2.ª ocupação.

Representação das lareiras, buraco de poste e o respectivo piso.



fig. 28 Aspecto geral das estruturas que constituem o nível da 2.ª ocupação.



fig. 29 Lareira (U.E. 10108), pormenor.



fig. 30 Lareira (U.E. 10107), pormenor.



fig. 31 Lareira (U.E. 10106), pormenor.



fig. 32 Lareira (U.E. 10105), pormenor.



fig. 33 Estrutura em negativo, após retirar a pedra de condenação.



fig. 34 Estrutura (U.E. 10132), com o vaso.

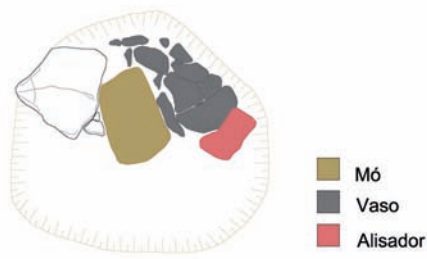


fig. 35 Estrutura (U.E. 10132): representação do vaso, com a mó e o alisador.

fig. 36 Rampa/Talude (U.E. 10102),
pormenor



fig. 37 Vista em corte da estrutura (grande
massa pétreia)



fig. 38 Bracetele em bronze, in situ.



fig. 39 Corte Oeste, leitura dos diferentes
níveis de ocupação.

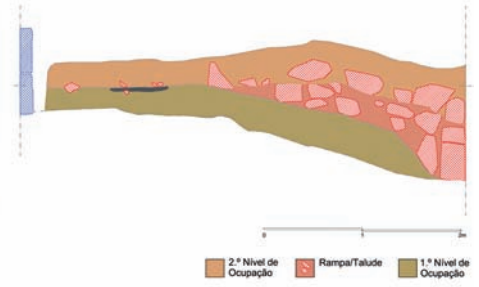


fig. 40 Canal da Estrutura escavada no
saibro.



fig. 41 Aspecto da escavação do interior da
estrutura.



fig. 42 e 43 Vistas gerais da Porta Norte após
o Restauro.



Bibliografia

ALMEIDA, C. A. F. de (1992) – *Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal: A sua lição para a dinâmica urbana de então*. In Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 137-141.

AZEVEDO, J. A. A. D' (1889) – *Origens de Villa Real: (Protohistoria Portuguêsa)*. In Separata do Instituto. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHORÃO, M. J. M. B. (1990) – *Os Forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T..

COSTA, A. de J. da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

DIAS, L. F. de C. (1961) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Beira*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1961) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Trás-os-Montes*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1962) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Estremadura*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1965) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Entre Tejo e Odiana..* Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].

DIAS, L. F. de C. (1969) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Entre Douro e Minho*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].

DUARTE, L. M. (1997) – *O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações*. Douro: Estudos & Documentos. Porto: GEHVID/FLUP. 2: 3, p. 29-44.

GASPAR, J. (1969) – *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*. Finisterra. Lisboa. 4: 8, p. 198-215.

GOMES, P. J. A. D. (1993) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado].

GOMES, P. D. (1993) – *O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho*. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p.171-190.

GUILLAUME, Marc (2003) – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

MARQUES, J. (1983) – *O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII*. Separata da Revista Estudos Transmontano. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 1, p. 105-130.

MAURICIO, M. F. (1997) – *Entre o Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri, p.135 e 229.

NETO, J. M. (1975) – *O Leste do Território Bracarense*. [Torres Vedras]: [A União, Lda.].

PLÁCIDO, M. A. (1986) – *Torre de Quintela*. Vila Real: Ed. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real; Instituto Português do Património Cultural (Série Memórias do Tempo; 1).

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, M. A.; LEBRE, A. G. (2003) – *Cerâmicas Medievais da Vila Velha (Vila Real)*. In Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.151-159.

SANTANA, O. (1993) – *Os Forais de Vila Real. Vol. I: Edição e Estudo Linguístico. Vol. II: Anexos*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. [Trabalho de Síntese para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica].

SANTANA, O. (1995) – *Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real; Governo Civil do Distrito de Vila Real; Região de Turismo da Serra do Marão; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SANTANA, M. O. R. (1999) – *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: Introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor, p.210-214.

SOUSA F. de (1976) – *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga: a Comarca de Vila Real nos fins do séc. XVIII*. Braga: [s.n.].

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1977) – *Vila Real no século XVIII. Estudos Transmontanos e Durienses*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 7.

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real; Câmara Municipal de Vila Real.

TEIXEIRA, R. (2001) – *Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica*. In Programa Polis Vila Real – Plano de Pormenor da Vila Velha. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real; Sociedade Polis de Vila Real.

No âmbito do projecto de valorização e salvaguarda do Campo de Batalha de S. Marcos, em Trancoso, cujo processo de classificação se encontra em fase de conclusão – com despacho de abertura do Vice-presidente do IPPAR em 2003 e homologado por S. Ex.^a o Ministro da Cultura, como Monumento Nacional, em Julho de 2004 – a Fundação Batalha de Aljubarrota e a Câmara Municipal de Trancoso têm vindo a promover um conjunto de iniciativas que incluem um levantamento documental sobre o monumento, um estudo arqueológico monográfico nas suas diversas valências – antropologia, zooarqueologia e paleobotânica, entre outras –, o tratamento da paisagem e, por fim, a construção de um Centro de Interpretação sobre o encontro militar ocorrido no contexto das guerras peninsulares dos finais do século XIV. A área classificada situa-se a cerca de dois quilómetros a Sul da vila de Trancoso e distribui-se pelas freguesias de S. Pedro, Torres e Santa Maria. O objecto patrimonial deste sítio abrange uma área geográfica relativamente extensa coincidente com a zona de posicionamento dos dois exércitos, o local onde teria acampado toda a carriagem e curral castelhanos (a carriagem portuguesa ter-se-ia mantido no castelo de Trancoso), a zona do confronto e, ainda, um pequeno templo, a Capela de S. Marcos, de finais do século XVIII, que perpetuou a memória deste evento. (Fig. 1)

O templo actual é um edifício de planta rectangular, com cobertura de duas águas assente numa cornija de granito e fachada de remate contracurvado. Os cunhais são em cantaria, de granito da região, e os paramentos rebocados. A porta principal, voltada a Oeste, tem ombreiras em silhares de granito, encimadas por lintel ligeiramente saliente e contracurvado nas extremidades, onde se inscreve uma data em caracteres latinos MDCCLIII. Esta data repete-se, em numeração árabe, no cunhal sudeste da capela, juntamente com uma inscrição E.O.A. / I.R.S., cujo desdobramento nos oferece sérias dificuldades (Caramelo, 2003: 536)¹. Sobre a porta, uma janela losangular, com as faces ligeiramente côncavas, reforça o desenho contracurvado da fachada. O telhado, na zona voltada a oeste, é rematado por um crucifixo em pedra, assente em peanha e, lateralmente, por 2 remates de base prismática. A metade Este da capela é rasgada por dois vãos simples, do lado Norte e do lado Sul.

Segundo a documentação e relatos monográficos locais, a capela actual teria sido mandada construir pela Câmara de Trancoso, em época de D. João V (1689-1750), em comemoração da batalha contra os castelhanos, em 1385 (Moreira, 1932: 23, 25-26). De facto o templo existia já em 1732, mas encontrava-se em muito mau estado (*Idem*: 65). O Abade da paróquia de Santa Maria de Guimarães, Diogo Furtado da Costa Mendonça, informava, por essa altura, que a Câmara e povo de Trancoso costumavam fazer, por antigos votos, romarias a esta capela na véspera e dia de S. Marcos que, até à data, fora da administração da família Fonseca, originária de Trancoso. Essa administração tinha cessado pouco tempo antes *porque os descendentes, a quem pertencia ficão sem bens alguns pelos averem arrematado, pela dívida dos pagadores gerais desta província, Com que ficarão a fazenda real D. Luís de Sousa e seu filho Gaspar de Souza, que ambos o forão, e devedores ambos e se faz esta romaria por votto a que ficarão obrigados pela vitoria alcançada no mesmo sítio da Capella* (Correia, 1989: 46). Mais informa este Abade que para dizer as missas destas romarias, que eram três ao todo (S. Marcos, Nossa Senhora da Ribeira e Nossa Senhora de Açores), era nomeado, de dois em dois anos, pelos clérigos da vila de Trancoso (cerimónia presidida pelo Arcipreste e onde apenas tinham voto, na eleição, os Presbíteros) um capelão a quem chamavam Mestre sala e que tinha como função dizer as missas e arrecadar as esmolas. A ele pertenceriam os dízimos de todas as fazendas – *Boucalleiras* - que estavam em zonas exteriores aos limites das Igrejas *que he parte do aro da Villa, e do Couto da serra, Cujos senhores estão fora do Bispado, e as fabricão por sua conta*. Os proprietários que residissem no Bispado, onde deveriam ser fregueses, arrecadariam para si essas rendas (*Idem*: 47).

acta 7

Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385

Maria Antónia Athayde Amaral

Paulo Morgado

Ricarda Moura

António Coelho Rocha

¹ Este autor apresenta uma leitura E(*esta*) O(*bra*) A(*cabou-se*) e o I.R.S. como referente ao construtor, que não nos parece credível.

A cessação da administração da capela por parte da família Fonseca parece sugerir um subsequente período de abandono do templo; pelo menos assim relata o Abade de Santiago Araújo Tavares da Costa (*Idem*: 65), que explicaria a grande campanha de obras impulsionada pela Câmara de Trancoso em 1784 (alargada, de qualquer modo, a vários monumentos da vila), testemunhada nas deliberações camarárias desse mesmo ano, o novo incremento concedido ao mercado que se costumava realizar no dia 25 de Abril na capela de S. Marcos, bem como a data gravada no cunhal Sudeste da capela e no lintel da porta principal. (Fig. 2)

A documentação consultada é inequívoca quanto às obras de reparação do edifício em 1784 e em 1857², não se referenciando nunca obras de construção de raiz. A capela de S. Marcos existente em 1732 é, por conseguinte, a mesma que chegou aos nossos dias, mais ou menos alterada pelas intervenções posteriores, podendo adiantar-se que a sua construção deve remontar, efectivamente ao século XVII, inserida no conjunto de acções simbólicas de afirmação da independência nacional levadas a cabo no período da Restauração pelo poder régio, em todo o País, mas também pelos poderes locais e regionais.

Restava-nos agora, e para colmatar algumas lacunas de informação – ao contrário com do que se passara com o projecto de Aljubarrota, esta zona nunca tinha sido alvo de uma intervenção arqueológica nem havia notícias, antigas ou recentes, que referissem achados medievais no local que historiografia vinha designando, até hoje, como provável da Batalha de S. Marcos – proceder à identificação exacta da capela que, segundo as crónicas medievais, aqui teria existido em finais do século XIV, e que teria sido destruída por acção do fogo.

² A 9 de Março de 1857 a Câmara Municipal de Trancoso deliberou no sentido de mandar reparar a ermida de S. Marcos, que se encontrava em estado de ruína.

A Batalha de S. Marcos, em Trancoso

Se, por um lado, os vestígios materiais da batalha eram, até à data, inexistentes neste local, havia um inusitado manancial de descrições coevas, algo pormenorizadas, sobre a batalha que aqui se desenrolara e sobre o monumento, a capela de S. Marcos, que serviu, para a historiografia posterior, de elemento rememorativo e identificador do local. Importantes cronistas dos finais do século XIV e inícios do XV, nacionais – Fernão Lopes – ou estrangeiros – Pero Lopes de Ayala e Jean Froissart –, teriam deixado as suas impressões, com algumas diferenças e mesmo alguma confusão, sobre o que teria acontecido naquela manhã de 29 de Maio de 1385, na veiga de Trancoso, localizada a sul da actual vila. Conta-se, então, e em síntese, que um pequeno exército, organizado localmente por cinco fidalgos das mais prestigiadas famílias beirãs – Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso, Martim Vasques da Cunha, alcaide de Linhares, Gil Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco, alcaide de Ferreira de Aves e Egas Coelho – surpreendera o poderoso exército castelhano em marcha de regresso de uma das muitas incursões de pilhagem à região das Beiras.

O exército invasor, comandado por João Rodrigues de Castanheda, percorria há já algum tempo a zona entre Almeida e Viseu, sem *receo e de seu vagar... a roubar, cativar, e fazer todo o dano que podiam, a sua vontade, em vista e rosto dos capitães daquela comarca, como homees que se nom receavam delles nem doutra nenhuma pessoa, por então nem ao diante, e entrarom nas igrejas, roubaromnas de quanta prata e averes em ellas achavam* (CDJI, II: 42). A facilidade com que o exército castelhano se movia numa zona do território português que se encontrava nas mãos de poderosas famílias, com capacidade militar para sustentar a pilhagem e destruição, não deixou de ser notada, com alguma ironia, por D. João, Mestre de Avis (*Idem, ibidem*)³, que se encontrava, com D. Nuno Álvares Pereira, nessa mesma altura, em campanhas de Entre Douro e Minho.

³ E a causa desta atitude mais não era consequência do ódio e desvairo que os capitães portugueses que em aquella comarca estavam amtre sy avia, emtemdemdo quue pois dacordo não erao, que se nã juntario comntra eles.

Maravilhado som de Gonçalo Vasquez e de Martim Vasquez e daquelles fidalgos da Beira que alaa estam, andarem asy os inimigos perante elles como per sua casa, fazendo tanto estrago como dizem que fazem, e nom lhe poerem a praça, e leixaremnos assi roubar e ir a seu salvo; parece que se doem pouco da terra que am de lograr e com que soportam suas honras e estados (Idem, ibidem: cap. XIX, p. 44).

João Fernandes Pacheco, guarda-mor del rei, é enviado à Beira com o objectivo de conciliar os fidalgos, *que erom postos em desvairo e omizio por azo de tomadyas que hûus diziaõ aos outros que tomavõ em suas terras naõ ho devendo de fazer (Idem, ibidem: 43)*, e convencê-los a organizarem-se militarmente, o que realmente acabou por suceder, fosse pelas palavras do emissário régio, fosse pela quantia que sabemos ter-lhes sido enviada, talvez pela mão do próprio João Fernandes Pacheco, a que se referem os capítulos especiais das Cortes de Évora de 1436, apresentada pelos procuradores daquela cidade (Arnaut, 1947: 34, 71-72 e 109-110). *E tambem mandaram mujtos djnheiros a gonçalo uasquez coutinho e a martim uasquez da cunha por teerem a batalha de Trancoso (Idem, ibidem: 34, 107-109).*

Seja como for, o facto é que o exército português, composto por 340 homens de armas e cerca de 1400 peões⁴, foi posicionar-se na veiga de Trancoso por onde o exército inimigo haveria forçosamente de passar, no regresso de Viseu. *E sabendo que elles avião de vir perante a villa de Trancoso cõ todo o roubo, poserom su batalha em huma ueiga, a meã legoa pequena da villa, por hu lhes era forçado de passar (CDJI, II: 46).*

Crê-se que o exército castelhano teria preferido o trajecto da antiga via de Viseu à fronteira, seguindo, no regresso, por Povolide, Roriz, Esmolfe, Sezures, Forninhos, Penaverde, Casal do Monte, Venda do Cepo, *ueiga de Trancoso* e daqui, por Póvoa del Rei, Valbom, Pinhel, Pereiro, Valverde e Almeida (Vale de la Mula).

Este exército, bastante mais numeroso que o exército beirão, era constituído por cerca de 400 cavaleiros e um número indeterminado de homens de pé e de besteiros, para além de uma carriagem, muito longa, que englobava mais de setecentas azémolas e outros gados, o saque considerável (*trazião muy gramde roubo*) e um extenso séquito de prisioneiros que incluía homens, mulheres e crianças (CDJI, II: 46), além do conjunto de muares e viaturas onde se transportavam as munições, bagagens, víveres e forragens (Monteiro, 1998: 252), perfazendo uma coluna de marcha de cerca de 3 km de extensão (Arnaut, 1947: 97). *...parecerom...no começo da veiga e quando virom os Portuguese estarem daquelle geito contra si, falando verdade, nom lhes prougue muito.... E fastavãose da veiga aa mão direita, contra a ribeira de Freches por se irem polla ladeira do valle, por antre os Portugueses e a fraga do monte; Hos Portugueses, quando esto virom, moverom loguo por diante, e chegaramsse mais a elles de rosto, hu esta huma ermida que chamão Sam Marcos (CDJI, II: 46-47).*

Depreende-se desta descrição que o exército português esteve primeiramente posicionado um pouco a Norte da ermida de S. Marcos e que, observando a mudança de trajecto do exército inimigo, se colocou junto à capela, impossibilitando o exército castelhano de alcançar a via que conduzia ao Chafariz do Vento e tornando, deste modo, inevitável o confronto. (Fig. 3)

⁴ Um recrutamento, que se sabe apressado, de camponeses dos concelhos vizinhos.

O estudo arqueológico

O objectivo do estudo arqueológico deveria, por conseguinte, tentar responder à questão da identificação do posicionamento dos dois exércitos no terreno, da consequente zona do confronto e ainda da capela desaparecida pouco depois da batalha.

Para tal, tornava-se urgente, antes de mais, proceder ao estudo das vias antigas em torno da vila de Trancoso, com base nas fontes escritas, na cartografia antiga e moderna e, na foto-interpretação; seria, ainda, importante, localizar, através da prospecção geofísica e da escavação arqueológica, a antiga capela de S. Marcos que poderia fazer sob o actual edifício ou, mais provavelmente, nas suas imediações.

1. A foto-interpretação

A foto-interpretação foi o método de prospecção arqueológica indirecto que, desde logo, se nos afigurou capaz de registar e seleccionar os locais preferenciais para a utilização de outros modelos de prospecção, como a geofísica, de que necessitávamos para iniciar a investigação arqueológica numa área tão vasta, reduzindo a área de intervenção, o tempo dispendido e os subsequentes custos.

A foto-interpretação teve por base uma série temporal disponível de fotografias, constituindo pares estereoscópicos, obtidas em voos de 1958, 1968, 1974, 1983, 1995, com filmes a preto e branco. Através deste método analisou-se a evolução da rede viária, e individualizou-se todo o conjunto das vias na actualidade, por um lado, e constituiu-se, por outro, um possível cenário para as vias consideradas antigas, ou seja, aquelas que definiam o emparcelamento da paisagem. Desta análise pôde concluir-se que a rede viária antiga se estruturou a partir de quatro eixos principais, dois com a orientação Norte-Sul – coincidente, a oeste da capela, com o actual eixo principal de ligação entre Trancoso e Fiães, e a Este do mesmo templo, com a antiga ligação Trancoso – Courelas – Frecha – Freches – e dois com a orientação Este-Oeste – o eixo localizado a Norte da capela de S. Marcos, que liga a povoação de Courelas à estrada de Trancoso a Fiães, o eixo localizado a Sul liga a povoação do Frechão à estrada de Trancoso – Fiães. Estes quatro eixos, curiosamente, interceptam-se exactamente na área em estudo, formando um anel em torno da cumeada onde se implanta a actual capela de S. Marcos. Identificaram-se, ainda, na busca da presença de eventuais estruturas antigas, contrastes anómalos, alinhados ou não, sobre o solo, ou outras alterações significativas na paisagem, quatro zonas de destaque:

Zona A – localizada a cerca de 400 m a Oeste da capela, caracterizada por zonas com contraste de forma aproximadamente circular, de tonalidade mais clara ao centro e com rebordo descontínuo mais escuro sendo bem visível, no voo de 1974, um alinhamento não concordante com os limites de propriedade ou caminhos.

Zona B – localizada a cerca de 400 metros Norte da capela, formada por anomalias lineares identificadas em 4 datas (1958, 1968, 1974 e 1983).

Zona C – prolonga-se a N/NE da capela, à distância mínima de 100 metros e máxima de 400 metros, sendo formada por anomalias em mancha e lineares.

Zona D – A cerca de 150 metros a Nordeste da capela, é constituída por diversos alinhamentos.

Foram ainda detectadas, durante a prospecção de campo de toda a área em vias de classificação, duas zonas com vestígios ceramológicos à superfície, um núcleo a cerca 50

metros a Oeste da capela e outro a cerca de 400 m a Nordeste do mesmo templo.

Em síntese, poderíamos concluir:

1 - Três das quatro áreas identificadas correspondem, grosso modo, à zona correspondente ao local onde a historiografia localiza a batalha.

2 - A zona A pode corresponder à zona onde o exército castelhano terá assentado o arraial, *campo bel et ample* de que fala Froissart (Arnaut, 1947: 23-24) ou ainda as *tierras labradas que y avia por dó avian de passar*, referenciadas por Ayala (*Idem, ibidem*). No mesmo local encontra-se identificado um casal rural romano com vestígios superficiais de cerâmica de construção e de cerâmica comum (Crespo, 2000: 368).

3 - Por fim, não podemos deixar de referir a hipótese de as anomalias identificadas e a respectiva delimitação de zonas poderem ter tido uma génese associada às condições geológicas e pedológicas locais ou corresponderem a acções humanas não relacionadas directamente com a batalha. (Fig. 4)

2. A geofísica

Identificadas estas quatro zonas, o passo seguinte teve, mais uma vez, como objectivo, a restrição da área de intervenção arqueológica que, mesmo depois da redução proporcionada pela foto-interpretação, se apresentava muito extensa para aferição dos resultados.

A prospecção geofísica foi elaborada pela empresa Sigologia em colaboração com a Geosonda, Lda., através de métodos magnéticos e eléctricos, complementados com sondagens mecânicas a trado, ao longo de uma faixa de cerca de 400 metros por 100 metros, inserida num vale muito aberto de orientação NNE, em direcção à povoação de Courelas.

A metodologia utilizada conjugou a prospecção do subsolo baseada em propriedades físicas (magnetismo e resistividade) com a recolha de amostra de subsolo no sentido de atingir os seguintes objectivos:

1 - Identificar anomalias magnéticas;

2 - Identificar anomalias resistivas;

3 - Aferição dos modelos geofísicos através de sondagens mecânicas.

Como conclusão deste trabalho foram sugeridas 7 áreas potenciais para uma intervenção arqueológica, cuja escolha foi baseada na relevância das anomalias detectadas. (Fig. 5)

A zona do adro da actual capela de S. Marcos, que se prospectou com o objectivo de identificar aquela que D. Juan de Castela teria mandado incendiar quando novamente invadiu Portugal, em Julho de 1385, e cuja marcha culminou com o desastre de Aljubarrota, revelou grande variabilidade no parâmetro gradiente magnético e resistividade eléctrica, detectando-se anomalias com alinhamentos paralelos e ortogonais, indicadores da presença da actividade humana e confirmados pelos resultados da campanha de sondagens mecânicas. (Fig. 6)

3. A sondagem arqueológica no adro da Capela de S. Marcos

Em Setembro de 2004 procedeu-se a uma sondagem na zona do adro da capela de S.

Marcos com o objectivo de aferir, pelo menos para o caso da Capela de S. Marcos, os dados proporcionados pelos métodos de prospecção utilizados.

Foi marcada, na zona a Oeste, coincidente com os alinhamentos paralelos e ortogonais detectados na prospecção geofísica, uma sondagem de 8 m x 4 m, com a orientação Este-Oeste, e uma outra, que acabou por não poder ser intervencionada, de 4 x 4 metros a Sul da

capela, onde também tinha sido detectado um ponto de manifesto interesse arqueológico. (Fig. 7)

A primeira decapagem revelaria de imediato uma estrutura constituída por um ângulo (Sudoeste) de um muro de grande envergadura, de 6 metros de comprimento e 85 cm de largura, no sentido Este-Oeste – com duas fiadas de pedras rudemente afeiçoadas, com dimensões entre 58x36 cm a 33x30 cm –, e 4,5 metros de comprimento no sentido de Sul-Norte.

A necessidade de caracterizar esta estrutura obrigou a um alargamento da sondagem 80 cm para Sul e 2 metros para Oeste,

Ao longo da escavação verificou-se o seguinte:

- o muro Sul foi destruído por uma vala, com um depósito de terras negras, com bastantes carvões, onde foram exumados materiais ceramológicos que não ultrapassam o século XVII na parte superior e materiais contemporâneos na inferior, como caricas e plásticos, apresentando uma estratigrafia completamente invertida.
- o muro Oeste apresenta uma interrupção a Norte, que pode corresponder à porta de entrada do templo primitivo.
- uma pedra saliente, na parte exterior do ângulo da estrutura, correspondente ao arranque de um segundo compartimento, sugere a continuidade do edifício para Sul.
- a uma cota inferior, e com um traçado ligeiramente oblíquo ao muro Oeste, surgia uma segunda estrutura, que se prolongava sob o alicerce do referido muro e, conseqüentemente, mais antiga. (Fig. 8)

Conclusão

Os trabalhos desenvolvidos até agora permitiram pôr à vista uma estrutura de grandes dimensões, a Oeste da actual capela de S. Marcos, que pode corresponder ao edifício mandado destruir por D. Juan de Castela, em Julho de 1385⁵.

Esta estrutura, apresenta, a Oeste, cerca de 10 metros de comprimento (4,5 metros visíveis, interrompida por uma porta que poderia ter 1 metro de largura, com prolongamento de mais 4,5 metros), provavelmente encostada aos penedos de granito, e a Este, o mesmo comprimento, ou mais uns quantos metros, perfazendo uma planta quadrangular ou rectangular, que poderia prolongar-se sob a nave da actual capela. Foi ainda registado um nível de ocupação, mais antigo, materializado numa segunda estrutura que se prolonga sob o alicerce do muro Oeste, a uma cota inferior.

Em relação à implantação da capela actual podemos contactar um recuo significativo em relação ao templo primitivo. Após o incêndio do século XIV o local deve ter ficado exposto à acção do homem e do tempo, por longos anos, sendo natural que, quando se tomou a iniciativa de ali erguer uma nova capela em comemoração da vitória sobre os castelhanos, o que pode ter ocorrido, como já foi referido, no tempo de D. João V ou mesmo antes, já não houvesse memória sobre o local exacto da anterior ou, mais provavelmente, que a lógica de implantação fosse outra, não fazendo sentido aproximá-la dos barrocos de granito mas antes recuá-la em relação à via permitindo, deste modo, a definição de um adro amplo, mais apropriado aos dias das romarias e de mercado.

Para finalizar podemos ainda acrescentar que toda esta área aplanada que terá servido de palco à movimentação dos dois exércitos, localizada a Sul da vila de Trancoso, com a cota

⁵ Não podemos, contudo, deixar de pôr hipótese de também se poder tratar de uma outra capela, mandada erigir no reinado de D. João I, a par das obras de beneficiação da fortificação que, sabemos, o mesmo monarca promoveu em Trancoso.

altimétrica entre os 800 e os 850 metros de altitude, constitui-se geograficamente como ponto de divisão das bacias de dois importantes cursos de água – O Douro e o Mondego – e estrategicamente como importante ponto de cruzamento das vias que, desde a Antiguidade, se dirigiam ao Douro, a Viseu, a Coimbra e à fronteira com Espanha. Não admira pois que aqui se tenha erguido, provavelmente desde tempos remotos, um templo que assinalasse, na paisagem, este importante nó viário. Também não surpreenderá que esse mesmo templo, ou outros que antes ou depois da Batalha de S. Marcos aqui tivessem sido erguidos, fosse destruído pelos exércitos que por aqui passaram, como parece sugerir a lenda de S. Marcos relatada por Manuel de Araújo Tavares da Costa, abade de Santiago (Correia, 1989: 99)⁶, e que este local se venha a revelar um importante repositório não de uma mas de várias ocorrências bélicas.

Aguardemos, pois, o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, nesta área, pois só assim poderemos conhecer a história desta região em várias épocas e em várias valências.

⁶ O autor põe a hipótese de aqui se ter dado a batalha de D. Afonso Henriques contra os Mouros em 1140. Teixeira 1932: 15 conta que após Ourique, Omar avança sobre Trancoso assentando arraiais num planalto do desfiladeiro de Freches, onde diz a tradição existiu um convento de monges militares – São Marcos – e breve puseram cerco a Trancoso.



figuras

fig. 1 Capela de S. Marcos.



fig. 2 Cunhal da Capela de S. Marcos.

fig. 3 Dois momentos da Batalha de S. Marcos.

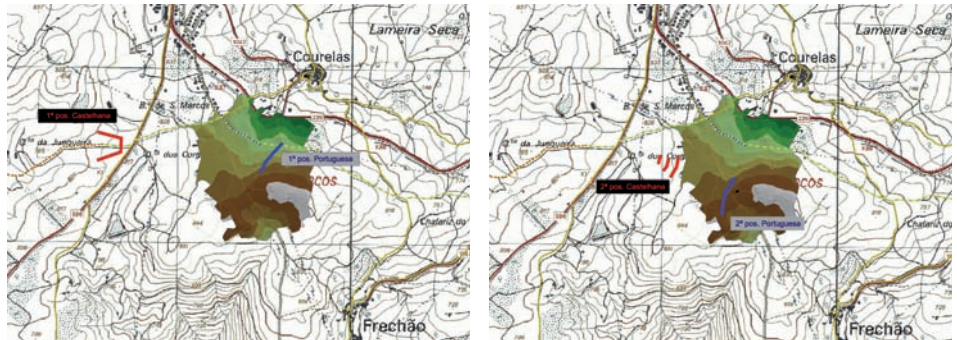


fig. 4 Resultados da fotointerpretação com a identificação da rede viária antiga, a vermelho, das zonas anómalas, a azul e dos vestígios de cerâmicas de superfície a roxo.



fig. 5 Anomalias detectadas pela prospecção geofísica, com a zona da capela de S. Marcos, a Sul.

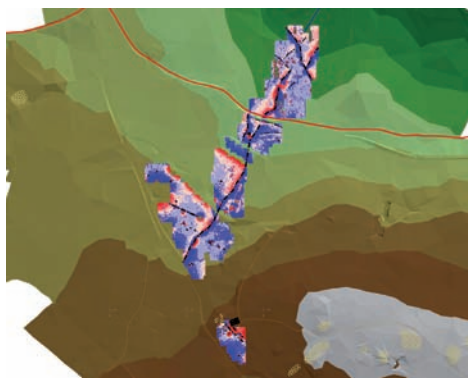


fig. 6 Resultados da prospecção geofísica na zona da Capela de S. Marcos.



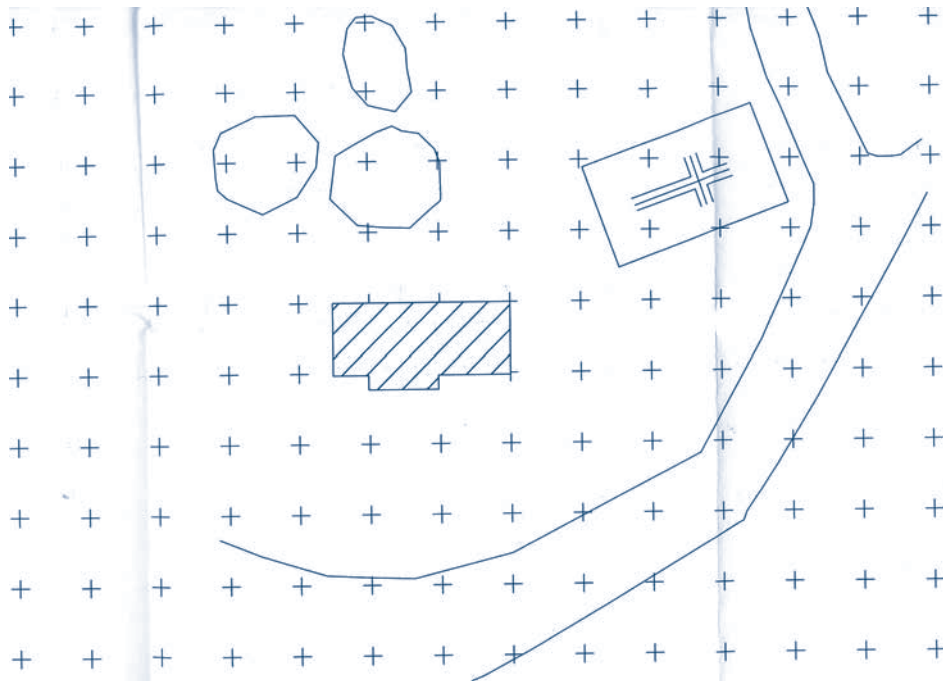


fig. 7 Implantação da sondagem a Oeste da Capela de S. Marcos.

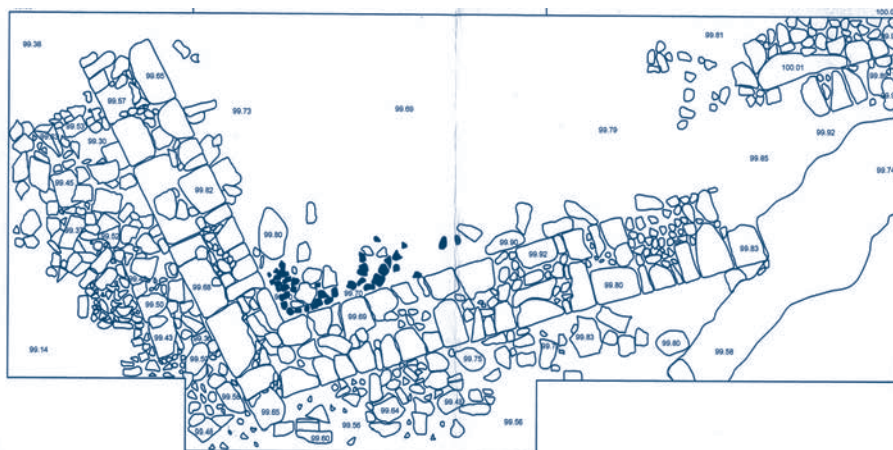


fig. 8 Planta da área escavada dos quadrados MNOP - 12 13.

Bibliografia

- ARNAUT, S. D. (1947) – *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BATLLE I GALLART, C. (1966) – *La fecha de la Batalla de Trancoso (29-5-1385)*. Anuario de Estudios Medievales. Barcelona. 3, p. 525-528.
- CAMPOS, N. (1915) – *Monographia de Trancoso*. Almanach-Anuario de Trancoso.
- CARAMELO, J. F. A. (2003) – *Monografia: Trancoso*. Trancoso.
- COSTA, A. da (1948) - *Dicionário Corográfico de Portugal. Vol. XI*. Porto: Livraria Civilização
- COSTA, F. J. dos S. (1999) – *Breve Monografía de Trancoso*, Trancoso.
- COSTA, F. J. dos S. (2003) – *O Bandarra*. Almanaque Anuário de Trancoso, Trancoso.
- CORREIA, L. (1986) – *Notícias de Trancoso*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CORREIA, L. (1989) – *Trancoso (Notas para uma Monografia)*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CRESPO, M. do C. – Contributos para a Carta Arqueológica de Trancoso. In FERREIRA, M. do C.; PERESTRELO, M. S.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. A., eds. – *Beira Interior. História e Património*. Guarda: [s.n.], p. 361-374.
- DORDIO, P. J. (1998) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento dos territórios da Baixa Idade Média (séculos XII-XIII)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- DORDIO, P. (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-73.
- LEAL, A. S. de A. B. de P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno. Vol. IX*. Lisboa: Mattos Moreira, p. 711-724.
- LOPES, F. (1990) – *Crónica de el rei D. João I. Vol. II*. Lisboa: Livraria Civilização.
- OLIVEIRA, Gen. F. A. de (1985) – *A Batalha de Trancoso*. In Aljubarrota 600 anos: Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência Nacional. [S.I.]: S.H.I.P., p. 211-228.
- MARQUES, M. A. F. (2000) – *As terras de Vila Nova de Foz Côa na Idade Média*. In Soalheiro, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 17-29.
- MONTEIRO, J. G. (1998) – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MOREIRA, D. B. S. (1932) – *Terras de Trancoso*. Porto: Ed. de Autor.

MORENO, H. B. (1972) – *Alguns documentos para os estudos das estradas medievais portuguesas*, Revista das Ciências do Homem. Lourenço Marques. 5: Série A, p. 97-110.

MORENO, H. B. (1998) – *A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV*. Separata de Revista de Ciências Históricas. Porto. 3, p. 217-221.

PERESTRELO, M. S., FERREIRA, M. do C. C. (2002) – *Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa*. In FERNANDES, I. C. F. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela.

ROCHA, A. C.; MOURA, R. (2005) – *Campo Militar de S. Marcos: Prospecção Geofísica: Relatório*. [Sigologia, Agosto de 2005].

ROCHA, A. C. (2004) – *Campo Militar de S. Marcos: Levantamento Topográfico: Relatório*. [Sigologia, Maio de 2004].

SOALHEIRO, J. M. (2000) – *Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego: Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais*. In SOALHEIRO, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p.30-56.

TEIXERA, I. A. (1982) – *Trancoso Terra de Sonho e Maravilha*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.

acta 8

Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)

Amândio Jorge Morais Barros

(CITCEM-Universidade do Porto.

amandiobarros@hotmail.com)

Introdução

O objectivo deste estudo é reflectir sobre a construção do espaço económico duriense e transmontano entre finais da Idade Média e princípios da Época Moderna, bem como a identificação dos principais agentes responsáveis por este processo, suas dinâmicas, estratégias de afirmação e alcance dos seus negócios. Tal propósito passa, também, pela caracterização sucinta do território e pela definição das etapas de construção do mesmo, com vista ao estabelecimento de uma cronologia capaz de tornar inteligível a forma de intervenção no espaço e as entidades e grupos mercantis que a realizaram nas diferentes fases. Em face da vastidão do tema, aquilo que aqui se propõe é apenas o enunciado de um conjunto de linhas de investigação fundadas em reflexões suscitadas pela análise de documentação que tem sido pouco explorada com este propósito: a documentação notarial guardada em arquivos distritais e a correspondência comercial entre mercadores portugueses e castelhanos naquele período. Uma e outra são complementares. Se a leitura dos inúmeros registos de tabeliães portugueses (infelizmente quase inexistentes para épocas anteriores a meados do século XVI) indicia a vastidão dos interesses mercantis nacionais, conferindo-lhes, de imediato, um carácter internacional praticamente desconhecido em toda a sua dimensão, a riquíssima informação contida nas cartas dos mercadores (maioritariamente conservada em arquivos espanhóis) levanta qualquer dúvida que subsistisse quanto a esse facto. Além disso, estas fontes demonstram a vitalidade e autonomia das economias ibéricas, bem como o alcance da actuação dos elementos implicados no comércio e na indústria, demonstrando, assim, a necessidade urgente de revisão profunda de vários conceitos (tradicionais) de história económica (e social) da Época Moderna.

Uma das ideias a rever é a de fronteira. As faixas territoriais raianas nunca deixaram de contactar entre si. E a níveis muito elevados. O corredor fronteiriço conheceu permanentemente um vaivém de gentes e bens que contribuíram para dinamizar a região e as economias (não apenas locais), a tal ponto que hoje em dia tem-se a ideia de que a vida (nas suas dimensões económica, social e cultural), neste espaço, alguma vez terá conhecido tanta animação como no período que aqui se estuda. Nesta linha de fronteira – tantas vezes um mero pró-forma político – viriam a constituir-se numerosas comunidades activas, indispensáveis elos de ligação entre os extremos do complexo geográfico duriense e transmontano.

Eis outro aspecto a considerar – e a precisar: o da extracção social dos homens de negócios responsáveis por todo esse dinamismo. Por aqui emergem mercadores, grandes e pequenos, ricos e menos abastados mas todos imbuídos de um espírito de iniciativa que, definitivamente, coloca todo este espaço no “mapa” da economia europeia dos primeiros tempos modernos. Na generalidade trata-se de cristãos-novos, herdeiros dos esquemas de comércio tradicionais da região e portadores de um conjunto de contactos alargados que tornarão a sua actuação muito mais eficaz. A sua presença é destacada desde finais da Idade Média, quando as movimentações provocadas pelas orientações políticas religiosas castelhanas e portuguesas fizeram do Douro internacional um refúgio seguro no qual estruturaram os seus pontos de apoio, modificando definitivamente a geografia económica desta região. É a estes homens, às suas poderosas redes de trato e ao alcance dos seus negócios que se deve a estruturação de uma funcionalidade económica, a promoção de vários povoados da extrema, a sua transformação em sociedades mercantis, desde Trás-os-Montes à Beira, em relação estreita com os localizados em Castela.

Finalmente, e decorrente de tudo isto, importa reconhecer, a partir deste exemplo, a vitalidade da economia ibérica deste período, em boa medida graças à relação (solidária) entre os espaços de um e de outro lado da fronteira, da forte articulação estabelecida entre eles e da

sua afirmação em termos internacionais, resultante da projecção concretizada através dos portos do litoral português, galego e cantábrico.

1. Pode parecer exagerado alongar o vale do Douro pelo território que se espraia entre a cidade do Porto, no litoral Oeste, e Burgos, no norte de Castela, e porventura, prolongá-lo ainda até à zona costeira cantábrica e basca de que Bilbao representará o mais importante porto de saída. Exagerado, inclusive, quando não se detectam traços identitários que permitam afirmar a consistência deste espaço. Dito de outra forma: não se encontra uma identidade duriense; encontram-se várias, e não apenas durienses. Também transmontanas, ou beirãs, ou mancomunárias de vale, de vinho, de montanha, em Castela e Leão. Além do mais o espaço em que nos movemos, como se vê, e se escreveu em cima, ultrapassa muito o Douro e as zonas limítrofes deste rio. Contudo, em termos económicos esse imenso corredor encontra-se articulado: cada região desempenha uma função específica, complementar, contribuindo para consolidar o todo. Ainda assim, em termos de geografia física e de economia, importa dizer que estas realidades não decorrem de uma perspectiva natural; trata-se de espaços e de economias construídas. Mas importa saber desde quando. A visão uniformizadora que hoje temos do Douro, a do célebre “país vinhateiro”, e que frequentemente “contagia” as terras contíguas, deturpa a imagem da província dos tempos medievos e modernos. Essa visão, em parte, deve-se à penúria de fontes documentais, que nos leva a valorizar (por vezes exageradamente) os poucos dados disponíveis, como acontece com o belo manuscrito de Rui Fernandes, de 1531-1532, sobre Lamego, no qual o bosquejo acerca dos vinhos, velhos e aromáticos, serve como paradigma descritivo desta região¹. Para estes tempos – e não apenas para eles, porventura – em vez de Douro devemos falar em “douros”; e em vez de vinho devemos falar de vinhos, de sumagres, de azeites, de cereais, de diversidade de culturas e de explorações. E, consoante as regiões (nomeadamente a da actual “região demarcada”), nem sequer por esta ordem. Já falarei mais em pormenor deste tema. O “douro” fez-se, em fases, conforme as necessidades: as das populações locais, como é lógico, e como resposta às pressões/solicitações que lhe foram dirigidas externamente; pelos mercados do litoral, por exemplo². Possivelmente estas serão as mais importantes a considerar já que nos tempos mais recuados – na Idade Média, por exemplo – o povoamento da região era muito escasso e concentrado em modestos núcleos, não desempenhando, portanto, estímulo suficientemente forte para provocar importantes alterações. Detenhamo-nos um pouco pelo exemplo do vinho. A forma como hoje ele se impõe na paisagem determinando o fâcies geo-económico da região é frequentemente transportada para as épocas históricas mais recuadas. Assim, costuma-se caracterizar o vinho como uma produção dominante, de tipo pré-capitalista, interessante para a economia das diferentes entidades localizadas mais ou menos perto do rio, nomeadamente a cidade do Porto. Ora, esta visão deve ser matizada. Certamente, o vinho era uma cultura essencial na estrutura produtiva das terras medievais, sobretudo nas de tradição e fisionomia de tipo mediterrânico. Entrava na dieta alimentar dos homens e impunha a sua presença na estruturação dos campos. Deste modo se explica que tenhamos notícias de vinhedos – de dimensão variável – nos lugares mais impensáveis, pois as necessidades de consumo assim o determinavam. Como sucedia no Douro. Evidentemente que poderia haver estímulo para a comercialização a média e longa distância do produto, nomeadamente quando nas proximidades, ou a bom caminho, existia um centro populoso; no entanto, isso só era possível a partir de zonas onde a produção excedia as necessidades locais, e quando as excedia. O que era mais excepção do que regra. E, também, onde os proprietários fundiários tinham capacidade para deslocar a produção, ou parte dela, para o mercado. No caso particular da relação Porto-Douro isso é

¹ “E são os mais excelentes vinhos e de mais dura que no Reino se podem achar, e mais cheirantes, porque há aí vinhos de quatro, cinco, e sete anos, e de quantos mais anos é, tanto mais excelente e mais cheiroso”. E logo em seguida: “E a maior parte dos vinhos de todo este compasso se carregam pelo Douro em barcas para o Porto e para Entre Douro e Minho, para Lisboa, para Aveiro, para as Ilhas e para as armadas de El Rei nosso senhor; e compram desses vinhos amaris e outros de baixo preço; e os vinhos cheirosos e de maior quantia vão por terra para muitos senhores e para a Corte de Castela e assim alguns para a Corte de Portugal. E há alguns anos que se aqui vende muito vinho a 400 e a 500 réis o almude do velho que cheira e também muitos anos se vende muito vinho para Guarda, Viseu, para Riba Côa, para a Beira, porque há muitos anos, como é este presente em Viseu, que há esterilidade de vinho, que aqui ainda que a haja, por a soma dos vinhos ser muita e as uvas de muitas castas, que se não vingam umas vingam outras; e a terra tem vinhas em terra fria e em terra quente se dá vinho; e quando não vence a terra fria o vinho, vence a terra quente, de maneira que sempre há muita soma de vinho”. FERNANDES, Rui – Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas (1531-1532), edição de Amândio Jorge Morais Barros. Lamego: Beira Douro, p. 21. Importa esclarecer que o vinho será, apesar destes reparos, um dos principais investimentos mercantis desde o século XVI.

² Por sua vez também eles pressionados por estímulos externos, ultramarinos e internacionais.

evidente:

³ Embora ainda com um peso específico muito interessante – e, nalguns casos, maioritário – dos cereais e da oliveira. Ver a este propósito BARROS, Amândio Jorge Morais; LEAL, Paula Montes – *Os pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca*, vol. I. Lamego e Porto: Beira Douro/GEHVID, 2001 e vol. II (inédito; projecto financiado – sem publicação – pela FCT no âmbito do Programa Sócrates, 2005).

⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Vereações*, liv. 15, fl. 21v.

⁵ Inclusive Ancede é muitas vezes referido autonomamente, não se integrando neste designativo. Em 1533 (11 de Outubro), numa fase em que a comercialização de vinhos já era negócio que a muitos interessava – com choque entre os interesses exportadores e abastecimento da cidade – teve lugar uma importante reunião da Vereação do Porto na qual se debateu o problema “dos vinhos que se compravam em Riba Douro, Lamego, Riba de Pinhão ou noutros lugares rio Douro abaixo para revender”. Insiste-se na proibição desta prática e no controlo apertado deste comércio, que poderia prejudicar a satisfação das necessidades de consumo do burgo. Como começava a ser costume, em determinada altura do ano (no início do Outono quando os stocks existentes já escasseavam e se esperava o fruto na nova colheita – e ainda mais em períodos em que a produção se esperava fosse curta), eram muitos os que iam rio acima comprar vinhos para os revender não na cidade como eram obrigados mas sim nos lugares de ao redor: Matosinhos, S. João da Foz, Massarelos, Gaia, Vila Nova, etc. (presumivelmente locais de onde era fácil promover o escoamento dos vinhos em navios para fora da terra). Ver AHMP – *Vereações*, liv. 11, fls. 99v-101.

Para uma geografia dos vinhos na Idade Média - Mosteiros e regiões produtoras



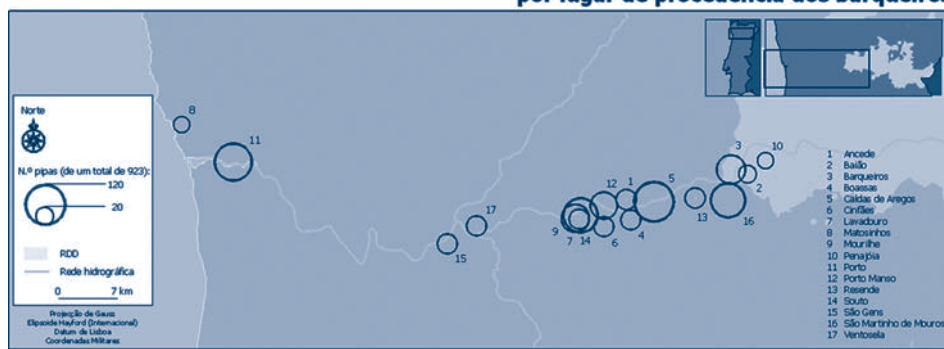
Mapa 1

Conforme se pode constatar na fonte indicada, as referências documentais procedem do Arquivo Histórico portuense e cronologicamente datam do século XV, embora esta seja uma tendência que se vai revelando ao longo da Idade Média. Como se observa, a grande mancha vinícola localiza-se a oeste da actual região demarcada do Douro (aqui assinalada), com maior incidência na zona de Baião, onde havia importantes casas monásticas – como Ancede – cuja produção vinhateira era de tal forma avultada que justificava uma colocação dos seus vinhos na cidade do Porto, centro consumidor em crescimento e, já, em parte, exportador barra fora. No interior da região demarcada, a grande excepção era o já citado caso de Lamego e o seu terreno circundante onde, por essa altura se realizava uma importante expansão dos vinhedos, em particular graças às interessantes iniciativas das casas cistercienses, as verdadeiras iniciadores da economia vitivinícola, quadro facilmente verificável na documentação produzida na área, que nos informa acerca de um investimento seguro na cultura da vinha³. Esta “geografia vinícola” conduz a outra reflexão: a da terminologia toponímica. Desde muito cedo o portuense habituou-se a identificar a região fornecedora de vinhos, designando-a por “Riba-Douro”. Este topónimo tinha “fronteiras” bem definidas e não ultrapassava Ancede/Oliveira; quando muito poderia prolongar-se até Mesão Frio visto “daquy pera bayxo ate a cidade [...] ser navegação de todo anno”⁴, ou seja, porque existia um elemento unificador. E, apesar da tendência conhecida, da época, de fazer corresponder esta denominação a todo o território até à fronteira – e isso aqui também acontecia por vezes – em regra separava-se claramente esta zona, Riba-Douro, do próprio Mesão Frio, do Peso da Régua, de Lamego, de Riba-Pinhão ou da Pesqueira, entre outros, individualizando-os⁵. Esta realidade é também perceptível no caso da navegação fluvial e no peso que ela tinha no processo de articulação do território. O rio era concorrido, era lucrativo, era cobijado pelas entidades que o rodeavam; era veículo de cultura, de informação, de trocas comerciais. Porém, uma coisa é o significado, mais restrito, que ele tem para as acanhadas comunidades que o ladeiam e outra aquilo que ele pode representar a um nível mais global. As características do Douro e a existência de um obstáculo intransponível, o “cachão da Valeira”, na zona de S. João da Pesqueira, como que partiam o rio em dois impondo duas realidades, diferentes, dois ritmos de circulação, também diferenciados: se até ao cachão a navegação, embora sujeita ao regime do rio, pautado pela variação das condições climáticas de Mesão Frio/Peares para cima, era o meio de circulação preferido, daí para montante o trânsito

era maioritariamente realizado percorrendo caminhos terrestres, complementados com passos de barcas, veredas viciniais e portelas. A velha calçada de Alpajares, que vem sendo estudada sistematicamente por Nelson Rebanda⁶, assumiria grande importância na zona de transição entre Trás-os-Montes e a Beira, assim como outros caminhos herdados do sistema viário romano, que a Idade Média nunca desdenhou. Circulação mais lenta. Bastante mais dificultada, portanto. E muito mais dificultada a articulação entre os dois universos. Que apenas se concretizará de modo continuado a partir do século XVI.

Atente-se na representação cartográfica seguinte, relativa ao transporte de vinhos para o Porto numa data tão adiantada como 1585, para verificarmos como este quadro de relações e de espaços económicos persiste⁷.

Número de pipas transportadas entre Janeiro e Fevereiro de 1585 para o Porto por lugar de procedência dos barqueiros



Mapa 2

Mais uma vez a fonte de informação é a municipal. Mais uma vez o ponto central da actividade permanece fora da actual demarcação vinhateira. A única diferença é que, na verdade, o foco produtor já começa a avançar para montante, e aos vinhos somam-se outras mercadorias de grande expressão mercantil, como o sumagre, a seda ou o esparto e o cânhamo, entre outras tradicionalmente transaccionadas. Nesta perspectiva, o século de Quinhentos assume-se como um período fundamental neste processo evolutivo, sendo, por isso, indispensável identificar os protagonistas no terreno.

Trata-se, no fundo, da construção do mercado, da relação entre cidade e território, do estabelecimento de níveis de actuação, atracção e formação do mercado local, do mercado intermédio e do mercado distante. Da relação entre cidade/umland/hinterland/voorland e da forma como a actividade do burgo se delineou no pressuposto da sua projecção comercial. Apesar das tradicionais lacunas documentais portuguesas, é possível detectar as linhas gerais deste relacionamento, conforme os modelos propostos pela historiografia anglo-saxónica, cuja investigação sobre níveis de vida e relações entre espaços económicos se encontra em fase bastante evoluída⁸.

Se a primeira etapa expansionista do Porto vive, essencialmente, da relação de dependência que esta impõe ao espaço circundante (o *umland*), e da acção do primeiro núcleo governativo recrutado no seio da *burguesia* medieval, a mesma relação foi imposta, a partir do século XVI ao *hinterland*, fruto da maior complexidade das relações económicas (internas, de abastecimento, e externas, de exportação e empenhamento em processos expansionistas ultramarinos), do aumento das requisições de mercadorias de lucro comercial (entre as quais se inclui o vinho de qualidade) e da acção de um novo grupo de empresários.

No primeiro caso, a par dos homens da Vereação, dos que ainda em tempos medievos

⁶ Pelos caminhos do Douro. Calçada de Alpajares, coordenação de Nelson Rebanda. S/I: Comissão Executiva das Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, 2006. Este investigador tem-se dedicado ao estudo do espaço transmontano e avança com várias hipóteses de caminhos de comércio, bem como a evolução das vias de comunicação, revendo matérias há muito mereciam atenção. Agradeço-lhe as informações que amavelmente me deu.

⁷ Considerando, contudo, que a realidade, nesta época, já se vem alterando substancialmente, no sentido em que o contacto entre a cidade e as comarcas mais a montante do Douro já começava a ser efectivo.

⁸ Ver DYER, Christopher – *Small places with large consequences: the importance of small towns in England, 1000-1540*, in "Historical Research", vol. 75, nº 187 (February 2002), p. 1-21.

⁹ Enquanto isso for possível e enquanto a sua administração não cair em mãos de comendadores rentistas e absentistas, mais interessados na satisfação dos seus interesses imediatos do que na correcta gestão do património.

¹⁰ BARROS, Amândio - "Por ser de sua lavra e cutelo": questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média e VENTURA, Margarida Garcez - O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à história política, ambos os trabalhos em "Douro: Estudos & Documentos", vol. III(5). Porto: GHEVID, 1998, respectivamente p. 49-87 e 89-93.

¹¹ Por exemplo, BARROS, Amândio - Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI, in Estudos

em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, p. 49-69.

¹² BARROS, Amândio - Alterações nas elites mercantis portuguesas no tempo dos Reis Católicos, in Isabel la Católica y su Época. Actas del Congreso Internacional, 2004. Luis Ribot, Julio Valdeón, Elena Maza, coordenadores, vol. 2. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, p. 877-896 e a bibliografia aí indicada.

¹³ D. João II cobrou uma taxa a todos os elementos judaico-conversos que se instalaram em Portugal por uma licença temporária de permanência. Mais tarde, arrecadou outra para autorizar a instalação permanente de algumas das mais importantes famílias no território nacional. Ver Barros, Amândio - Alterações nas elites, cit. p.882-886.

¹⁴ Todas estas informações em CASADO ALONSO, Hilario, - El triunfo de Mercurio. La presencia castellana en Europa (siglos XV y XVI). Burgos: Cajacirculo, 2003, p. 1-3.

¹⁵ Para além das localidades já apontadas, havia judiarias em Belmonte, Mogadouro, Miranda do Douro, S. João da Pesqueira, entre outras.

¹⁶ Ver BARROS, Amândio - Oligarquia política..., cit., p. 59. Os livros da alfândega de Vila do Conde são os únicos que subsistem nesta cronologia. Mas os exemplos mais tardios do Porto revelam a mesma tendência.

¹⁷ Trata-se de um estudo que estou, neste momento, a preparar. Importa não esquecer que me estou a referir apenas aos contactos ibéricos (dominados pela relação com a poderosa firma castelhana de Simão e Cosme Ruiz), uma vez que todas estas firmas tinham feitores e correspondentes em portos ultramarinos e europeus (como

impuseram um cunho eminentemente mercantil ao Porto, temos, como aliás se revela no mapa 1, uma presença muito marcada dos tradicionais agentes fundiários: os mosteiros e casas religiosas, detentores de património e mão-de-obra suficientes para investir em culturas especulativas e encararem o mercado como elemento relevante para o seu processo de enriquecimento⁹. Quanto aos burgueses da cidade, estes apresentam estratégias de afirmação socioeconómica muito semelhantes às adoptadas há muito pela nobreza, nomeadamente investindo em terras, constituindo quintas e casais em Riba-Douro e, graças ao seu estatuto, privilegiado, de “vizinhos” do Porto¹⁰, colocando no mercado urbano uma substancial percentagem da produção obtida nos seus “domínios”.

Este estado de coisas mudará pelos finais do século XV. Profundamente. Com ajustamentos, por vezes dolorosos, na tessitura social e empresarial de todo este espaço. Eis que nos aproximamos dos tempos modernos. Dos tempos da economia global. Dos tempos do sistema atlântico, das redes urbanas e mercantis, das relações económicas a grande escala. Dos tempos da redefinição de centralidades, de estudo e conhecimento dos mercados, de circulação de informação mercantil, de especulação, de jogos de trocas. De novos protagonismos e protagonistas. Estas temáticas, que há alguns anos venho investigando¹¹, mostram como a realidade é bastante complexa, plena de cambiantes e de aparentes contradições, sobretudo quando se pensa na diversidade de rivalidades, alianças de ocasião e posicionamentos adoptados por cada um dos grupos em cena consoante o evoluir das situações, bem como o jogo de poderes em disputa consoante as circunstâncias.

2. No dia 31 de Março de 1492 os Reis Católicos publicaram o decreto de expulsão dos judeus. E, para muitas zonas da Península Ibérica, nada mais voltou a ser como dantes. O processo é conhecido, o que não quer dizer que o debate sobre ele não continue em aberto. Perseguidos ou, pelo menos, assustados e inseguros, muitos judeus e conversos castelhanos optaram pela saída¹²; nem que esta solução, em muitos casos, tenha sido apenas transitória, uma vez que muitas famílias esperavam simplesmente que o ambiente desanuviasse para poderem regressar à origem. Neste contexto, ficou mais uma vez provado que a fronteira não representava um entrave significativo à circulação: com maior ou menor dificuldade, com mais ou menos dinheiro¹³, os fugitivos encontraram refúgio em Portugal, puderam refazer as suas vidas e, logo depois, retomar os seus empreendimentos mercantis. A par de cidades e lugares marítimos, como o Porto, Vila do Conde, Aveiro e Lisboa, as povoações da raia, estrategicamente colocadas junto de vias de comunicação muito frequentadas (rios e estradas ligando os dois reinos) serviram-lhes os propósitos de ampliação das redes de negócio e de expectativa do referido regresso. A partir de povoados como a Guarda, Celorico da Beira, Pinhel, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, Vimioso, Bragança, Vinhais, e outros localizados no eixo Lamego-Viseu, instalavam frutuozos tratos e “espreitavam” o outro lado da fronteira, num movimento incessante que muito contribuiu para o desenvolvimento deste espaço e crescimento, reconhecido, da sua importância económica específica no contexto dos reinos ibéricos no início da Época Moderna. As relações transfronteiriças entre Portugal, Castela e Leão atingem índices de intensidade tremendos desde finais do século XV e até ao século XVII; conforme Hilario Casado afirma, desenvolve-se a economia agrícola e ganadeira mas, acima de tudo, as novas relações económicas fundamentam-se na indústria têxtil, concretamente da lã e da seda.

Por outro lado, aquilo que o mesmo investigador designa como “destino histórico” das duas regiões é também determinado pela existência de estruturas – em grande parte dominadas por estes mesmos homens – básicas de apoio ao negócio, como as grandes

feiras de câmbios, redistribuição de produtos de todas as partes da Europa e do Ultramar, e casas bancárias de Medina del Campo, Medina de Rio Seco, Valladolid, Burgos, Bilbao, entre outras¹⁴. É a presença e articulação destes núcleos, bem como os contactos continuados entre as judiarias de Portugal¹⁵ e Castela (como as de Ciudad Rodrigo, Salamanca, Famoselle, Zamora, Villalpando, Sahagún, Medina del Campo, Avila, Arévalo) que me levam a pensar que o assentamento judaico-converso em terras transmontanas e durienses não foi obra do acaso, antes de uma avaliação ponderada dos proveitos que dela se poderiam retirar. O mesmo se pode afirmar da escolha das cidades e vilas do litoral, de Portugal e da Biscaia, as quais emergem como trampolim de uma expansão que se fará em direcção aos espaços ultramarinos atlânticos e aos mercados redistribuidores do norte da Europa. Fundamentalmente, temos nesta dinâmica mais uma prova da capacidade deste grupo na apreciação efectuada das potencialidades oferecidas por estas estruturas portuárias – explorando a sua tradicional vocação no âmbito do transporte atlântico e dos múltiplos contactos seculares que possuíam – que, desde então vão ser decisivamente ampliadas. Além do mais, o panorama socio-económico dominante nestes centros era-lhes favorável. Na abertura do século XVI a burguesia mercantil do Porto estava descapitalizada. Por vários motivos. Entre eles destaca-se o seu afastamento do processo expansionista indiano e a perda de negócios fundamentais como o dos couros, declarado monopólio régio desde o tempo de D. João II e, como pano de fundo, a “deslocalização” da generalidade do trato internacional para Lisboa. Neste contexto, este grupo era presa fácil para os recém-chegados comerciantes cristãos-novos, detentores de abundantes recursos financeiros e profundamente envolvidos em redes de tráfico transnacionais. Pouco tempo depois de se instalarem no burgo e portos circundantes fazem-se imediatamente notar: em 1504 o mercador cristão-novo Gomes de Paz, rendeiro da alfândega de Vila do Conde e rendeiro da sisa dos panos do Porto, onde vivia, surge, de longe, como o maior importador de mercadorias registado na vila da foz do Rio Ave¹⁶.

A projecção do Douro e de Trás-os-Montes deve-se à apurada visão comercial destes empresários. Já vimos como se aproveitaram das estruturas populacionais mais estratégicas. Muito depressa tornar-se-ão, também os principais responsáveis pelo desenvolvimento económico destas terras. A dois níveis: investindo na promoção de culturas de tipo capitalista suscitando o aproveitamento agrícola da região em novos moldes; e, por outro lado, tornando esta mesma região um ponto intermédio, indispensável, na estrutura de contactos entre o litoral português – por onde principiavam inúmeros negócios – e as feiras internacionais castelhanas – por onde esses mesmos negócios tinham continuidade e, na realidade, projecção. Simão Vaz, uma dos mais abastados comerciantes do Porto, mantém uma importante rede de agentes (alguns deles seus familiares) por diversas povoações: Régua, Lamego, Torre de Moncorvo, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Ciudad Rodrigo, Zamora, Medina del Campo, Valladolid, Burgos, etc. O seu primo Vicente Rodrigues repete os mesmos esquemas, assim como as redes de Miguel Fernandes, Diogo Henriques, Domingos Lopes Vitória e muitos mais¹⁷.

Estes aspectos devem ser salientados. Acima de tudo porque eles enquadram os pressupostos das novas teorias económicas, de comércio e história¹⁸; neste sentido verifica-se que a acção exercida pelos mercadores cristãos-novos e seus associados no terreno e nos prolongamentos aqui mencionados é suscitada por aquilo que os economistas intitulam o *nível macro* do desenvolvimento económico e social, o estímulo que é oferecido a uma determinada zona pela dinâmica geral; o funcionamento do sector comercial no contexto de uma economia mais alargada. Sector comercial de base produtiva, agrária. Com este exemplo duriense e transmontano lidamos com as repercussões e efeitos que o movimento expansionista

Havana, Santo Domingo, Baía, Rio de Janeiro, Bilbao, Nantes, Lyon, Antuérpia, para referir apenas os mais conhecidos.

¹⁸ Ver o enunciado destes pressupostos em GRAFE, Regina – *Entre el mundo Ibérico y el Atlántico. Comercio y especialización regional, 1550-1650*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia, 2005, p. 26-33.

¹⁹ Mais um vez recorrendo ao exemplo da Quinta da Pacheca, sempre vou dizendo que é possível que a expansão da vinha – em moldes pré-capitalistas – esteja de certo modo ligada aos judeus que, desde o século XV se dedicam a arrendar muitas propriedades nas quais investem nesta cultura.

²⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Tecnologia Tradicional – O Linho*. Lisboa, INIC, 1978.

²¹ Em localidades como Bragança, Chacim, Mogadouro, Freixo de Espada-à-Cinta, entre muitos outros.

²² Podendo afirmar-se, por outro lado, que, de certa forma resultam de um processo de “contaminação” recíproca com o outro lado da fronteira, visto que a economia das terras castelhanas há muito revelava também estas facetas.

²³ Ver PRIOTTI, Jean-Phillipe – *Réseaux marchands en conflit et hiérarchisation des centres économiques. L'Atlantique franco-espagnol, 1560-1570*. 2006.

²⁴ No Porto, por exemplo, quem primeiramente se manifestou contra a chegada dos conversos foi a própria comunidade judaica local. O mesmo sucedeu em Goa, em 1527. Temem perda de poder económico face a adversários tão poderosos? Ou receiam simplesmente que a animosidade das autoridades e das populações autóctones se dirija também

contra si? É, pois, indispensável aprofundar estas investigações e alargá-las a outros lugares como o Douro e Trás-os-Montes.

²⁵ Jura-se em Lamego e noutros lugares nas “duas fés” quando se celebram contratos – como os já referidos – entre judeus e cristãos.

²⁶ Torre do Tombo – *Conselho Geral do Santo Ofício*, liv. 91, documento 60, citado por MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A problemática do Judaísmo (séculos XVI-XVII)*, in *Inquisição Portuguesa, Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et alii. Lisboa-S. Paulo: Prefácio, 2007, p. 134.

²⁷ DIAGO HERNANDO, M. – *Efectos del decreto de expulsión de 1492 sobre el grupo de mercaderes y financieros judíos de la ciudad de Soria*, in “Judaísmo Hispano”, Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño. Madrid: Junta de Castilla y León/Diputación Provincial de Burgos/The Rich Foundation/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, p. 749-764 e, do mesmo autor, *La burguesía en Soria durante el reinado de los Reyes Católicos*, in *La burguesía española en la Edad Moderna*, Luis Miguel Enciso Recio coordenador. Valladolid: Universidad de Valladolid / Fundación Duques de Soria / V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1996, Tomo III, p. 1385-1396.

²⁸ MUÑOZ SOLA, Ricardo – *Inquisición y Conversos en Ayllón (1498-1547)*. Salamanca.

²⁹ Ver opinião oposta em AFONSO, José Ferrão – in “Humanística e Teologia, 2006. Creio que se impõe alguma prudência na abordagem deste tema. Descartando a hipótese de se tratar de uma sinagoga (o ambiente do Porto não se adequava à existência desse tipo de estrutura, facilmente perceptível – entre outras coisas,

do início da Época Moderna exerceu sobre a economia regional. Lidamos com elementos que explicam novas conceptualizações da doutrina e dinâmica económicas, em especial os matizes colocados, actualmente, ao conceito de “vantagem competitiva”, de “auge e decadência”, de crescimento relativo e absoluto, introduzindo dados novos como os de “lucros de intercâmbio” e de “especialização”. Com a acção das novas empresas, a economia produtiva duriense e transmontana transfigura-se: monetariza-se, adapta-se às novas regras da procura internacional, beneficia da amplificação dos movimentos mercantis suscitados pela estruturação das economias-mundo europeias, especializa-se. A partir de agora podemos considerar que o investimento na produção tem em mente o mercado; a partir de agora faz sentido falar em lucros agrícolas: o sumagre, mordente essencial nas indústrias de curtumes e têxtil, passa a ser objecto de grande atenção, explorado e exportado massivamente para o litoral e, daí, para o Norte da Europa; os vinhos, por fim, conhecem um estímulo que se reflecte na modificação da paisagem¹⁹; os linhares²⁰ e as sedas invadem inúmeros terrenos²¹ e são, igualmente, objecto de lucrativo comércio. E outras. A economia transmontana, embora ainda dominada pelos cereais (preocupação, aliás, constante da generalidade do mundo rural português), adquire, progressivamente, esta característica mercantil fundada em elementos como os linhos, os curtumes, as lãs, as sedas e, também, a metalurgia, que conferem identidade à região²². Assim, esta “especialização” orientada trouxe ganhos consideráveis aos investidores e à região, e promoveu a sua integração nos movimentos internacionais, fortalecendo e complementando os esquemas de comércio atlântico.

Noutra perspectiva, a *análise micro* também deve ser contemplada uma vez que é necessário conhecer, profundamente, o desempenho das companhias comerciais modernas e os resultados que elas obtiveram neste mesmo contexto²³. Infelizmente, não dispomos, até ao momento, de análises de pessoas e das empresas que elas integravam. Em linhas gerais pode-se afirmar que elas eram economicamente muito poderosas e funcionaram, repisando algo do que já foi dito, como agentes de intervenção muito activos, sobretudo quando pensamos na teia de interesses e de contactos que elas teceram neste período e na totalidade do espaço que este estudo abarca. O âmbito da sua acção, que estou presentemente a estudar reconstituindo as redes por elas organizadas, demonstra, facilmente, o carácter autónomo e vigoroso da economia ibérica neste tempo, envolvendo inúmeros elementos de diferente categoria (desde anónimos almocreves a distintos banqueiros) e função.

3. Tal como foi apontado anteriormente, a instalação destes novos empresários em terras do Douro, Trás-os-Montes e Beira foi, de certo modo, facilitado pela presença, secular, de comunidades judaicas nestas províncias. Sendo necessário ainda aprofundar o estudo das reacções a este movimento migratório²⁴, parece que a relativa calma que aqui se registava, fundada numa convivência continuada entre as duas comunidades e confissões²⁵, somada ao também relativo isolamento – neste caso bem-vindo – da região, faz tardar por aqui a chegada do aparelho repressor do Santo Ofício, para descontentamento de alguns prelados desejosos de acção. Ainda em 1586, o bispo de Lamego, D. António Teles, informava para o Conselho Geral que “polas visitações destes annos achey que seria grande serviço de Nosso Senhor quando se mandasse visitar por algum inquisidor estas partes, trazer lembrança a villa de S. João da Pesqueyra e Freyxo de Numão porque cuydo que se fará nellas serviço de Nosso Senhor polla disposição que nellas achey e por me dizerem que não fora ainda ahy o Santo Officio”²⁶. Situação semelhante ocorria do outro lado da raia, por exemplo em Soria²⁷ ou Ayllón terra de Segóvia²⁸.

Neste âmbito poder-se-ão explicar os fenómenos conhecidos e duráveis de cripto-judaísmo em diversas terras aos quais devemos associar a organização de locais de culto, sinagogas

ou, com maior probabilidade, casas particulares nas quais se reuniam fiéis adoradores de Adonai a coberto de olhares e bocas indiscretas, questão recentemente relançada pela descoberta de uma alegada sinagoga no Porto, facto despoletado pela revelação de um nicho, interpretado por alguns como tratando-se de um Ehal, e onde se guardavam as escrituras da Lei²⁹. (Fig. 1- “Ehal” da rua de S. Miguel, Porto)

Este padrão, apesar da polémica que o rodeia, concorda com o de semelhantes elementos reconhecidos noutras terras portuguesas, tais como Castelo Mendo ou Castelo de Vide³⁰. (Fig. 2 e 3 – Ehal e “sinagoga” de Castelo Mendo. Fig. 4 – Ehal de Castelo de Vide)

Dada a evidência da presença judaico-conversa na região que este estudo abrange, não é de admirar que tenhamos por aqui exemplos análogos. Nas investigações que efectuei com Susana Pacheco Barros em Trás-os-Montes no âmbito de um projecto de Património, deparamo-nos com a seguinte estrutura, numa casa quinhentista em Freixo de Espada-à-Cinta, que parece corresponder perfeitamente à tipologia apontada pelos especialistas para caracterizar este género de arquitecturas e, porventura, a própria sinagoga local³¹. (Fig. 5 a 8 – Ehal de Freixo de Espada-à-Cinta, pormenor decorativo e casa.)

Outras casas e outros elementos artísticos de culto existirão. Importa conhecê-los no sentido de determinarmos, com rigor, a abrangência da presença judaica neste espaço e do peso que ela teve na definição da sua cultura e identidade, uma vez que em termos económicos já vimos elementos suficientemente eloquentes dessa mesma participação.

Conclusão

Ao reportar-se sobre a família, matrimónio e sociedade no seu estudo sobre os judeus portugueses de Amsterdão Yosef Kaplan escreveu que os estudos sobre os sefarditas se concentram, basicamente, nos aspectos religiosos e culturais, e muito pouco se fala da sua história social³². Os seus trabalhos, continuados por autores como Pilar Huerga e Miriam Bodian contribuíram para preencher essa lacuna³³. Mas outra permanência: a da sua influência sobre o devir económico e, fundamentalmente, na construção do mundo moderno e do sistema atlântico. Não propriamente do segundo sistema, organizado a partir de Amsterdão e no qual a sua participação é notória, mas na construção do primeiro sistema, ibérico, resultante da sua intervenção nas dinâmicas ultramarinas portuguesas e castelhanas, que o solidificam e colocam em contacto estreito, graças a associações oportunas (e, porque não, oportunistas) que agora começamos a conhecer³⁴. Com o presente trabalho procurei fornecer um contributo para a compreensão dessa dimensão insistindo, especialmente, na necessidade do estabelecimento de cronologias e na articulação efectiva entre os espaços. Chegados a Portugal nos finais do século XV num contexto complicado, bastou meio século para que as companhias de cristãos-novos portugueses se tornassem nos principais agentes de dinamização económica. Graças aos seus esquemas organizativos e ao alcance dos seus empreendimentos, estiveram na vanguarda de movimentos de generalização de consumos (de açúcar, por exemplo) e na modernização económica de diferentes espaços. No final do século XVI e inícios do século XVII os seus agentes, os seus capitais, as suas letras de câmbio, as suas ordens de compra, as suas mercadorias já circulam pelo mundo inteiro. Porém, em Seiscentos o clima na Península tornou-se, para eles, bastante pesado. As perseguições, os confiscos de bens, a permanente instabilidade, as inúmeras frentes de guerra em que a coroa dual estava envolvida, desgastaram patrimónios e comprometeram a prosperidade outrora conhecida. Era tempo de encontrar novas soluções. Era tempo de jogar todos os trunfos na hegemonia das Províncias Unidas.

pelo movimento que em seu redor suscitaria – e denunciada), será possível admitir (desde que análises laboratoriais atestem a antiguidade do achado) que seria um entre outros nichos que, temporariamente, guardariam as Escrituras, sendo que as celebrações e cultos também seriam efectuados em várias casas de conversos da cidade, e não apenas numa.

³⁰ Ver BARROCA, Mário Jorge – O Aron de Castelo Mendo, in Estudos em homenagem João Francisco Marques, vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2001, p. 183-197.

³¹ Que, nesta região, dadas as condições anteriormente sublinhadas, seria mais plausível de existir do que no Porto ou noutra cidade do litoral, mais acossada pela Inquisição.

³² Ver, por todo e em geral, KAPLAN, Yosef – *Les nouveaux juifs d'Amsterdam*. Paris: Chandeigne, 1999.

³³ PILAR HUERGA, BODIAN, Miriam – RÁBADE OBRADÓ, M. del P. – *Religiosidad y práctica religiosa entre los conversos castellanos (1483-1507)*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCIV, cuaderno I (enero-abril), 1997, p. 83-141; ALPERT, M. – *Criptojudáismo e Inquisición en los siglos XVII y XVIII*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

³⁴ Ver um bom exemplo desta dinâmica económica em *Familia y negocios*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2005.

figuras



fig. 1



fig. 2



fig. 3



fig. 4



fig. 5



fig. 6



fig. 7



fig. 8

No presente congresso a presença de um módulo relativo à conservação da natureza surgiu devido às ligações óbvias entre arqueologia e o território biofísico (paisagem e *habitat*), mas também pelas semelhanças de problemáticas em termos de protecção e valorização sócio-económica no contexto regional.

Pretendeu-se assim abordar temas que pela actualidade e carácter eminentemente prático, promovessem a reflexão sobre os caminhos e estratégias de aproveitamento sustentável dos dois conjuntos patrimoniais do vale do Côa, património Cultural e património Natural.

A discussão sobre as alternativas de desenvolvimento daquele que é o principal sector económico desta região, a Agricultura, serviu para compreender a necessidade de que os responsáveis pelos estudos e intervenções em matéria de valorização patrimonial, estabeleçam pontes entre estes sectores. Esses esforços deverão ser apoiados por um conjunto de medidas estratégicas previstas para o próximo quadro comunitário de apoio que apontam precisamente para uma aproximação entre agricultura e ambiente.

O ecoturismo, a outra via de desenvolvimento da região, profundamente dependente das políticas de desenvolvimento rural, foi analisado através da apresentação de diversos exemplos concretos que decorrem noutros pontos do país. Nesses exemplos destacam-se os paralelismos regionais, nomeadamente a dualidade património cultural/património natural, na qual assentam formas de aproveitamento sustentável do território e que podem ser muito úteis à população local.

Somou-se a essa abordagem o relato de um projecto de terreno a cargo de uma organização não governamental de ambiente, a única creditada como tal na bacia do Côa, a Associação Transumância e Natureza, que tem centrado as suas actividades na conservação da avifauna. Trata-se de um caso prático de aproveitamento directo dos recursos endógenos do vale do Côa, ensaiando sistemas de sustentação económica donde advenham benefícios em termos de biodiversidade e a garantir a de ensaiar a constituição de uma reserva biológica, muito próxima de um dos santuários rupestres do PAVC, poderá ser um complemento aos instrumentos de ordenamento do território.

Para além das abordagens sectoriais, foi apresentada a vertente mais teórica e conceptual ao nível de organização de base dos sistemas de protecção e de ordenamento patrimonial, que é o resultado de um trabalho de investigação académico desenvolvido em particular na região onde se insere o vale do Côa. Os principais resultados desse estudo, apontam para a necessidade de ampliar a comunicação dos instrumentos e projectos de valorização dos patrimónios com a população local e principais agentes económicos, contribuindo para a interligação dos tópicos em discussão neste fórum direccionado para a temática ambiental.

sessão 2 Introdução

Ana Lúcia Berliner

acta 9

Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais

José Manuel Alho

(Biólogo)

Com a importância da tomada de consciência crescente do Ambiente como factor de Desenvolvimento ao nível dos cidadãos e das instituições, o turismo de Natureza tem condições favoráveis à sua implementação e crescimento.

O turismo de Natureza é um segmento muito específico do sector Turístico, que é apontado como aquele que maior crescimento terá no futuro (20%), segundo o World Resources Institute, batendo claramente a tendência do Turismo Convencional (4.3%).

Esta tendência surge pela seguinte ordem de razões:

As pessoas apreciam cada vez mais a Natureza e os seus Recursos.

Os turistas estão cada vez mais saturados dos modelos esgotados e repetitivos do Turismo Convencional.

Os especialistas na Gestão dos Recursos Naturais encontram neste tipo de turismo um novo instrumento para a sua conservação e valorização.

Os agentes económicos descobrem aí uma importante fonte de receitas.

Os responsáveis políticos vêem nesta actividade e na sua dinâmica uma importância estratégica fundamental no desenvolvimento e valorização de áreas e comunidades até agora isoladas e pouco atractivas.

Tendo presente este contexto é urgente que ao nível do nosso país se debata esta questão de forma alargada e comprometida entre todos os diversos agentes directa ou indirectamente implicados neste domínio.

O nosso país apresenta condições de excelência para o desenvolvimento deste sector de actividade e também pessoas e entidades com a competência, a dinâmica e o envolvimento necessários para não perdermos este desafio.

As Áreas Naturais, nomeadamente as Protegidas encerram potencialidades para a prática deste tipo de turismo que podem garantir a diferença para a definição dum modelo de desenvolvimento para a região, onde os valores da natureza contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações e onde as populações tenham da Natureza uma utilização nobre e equilibrada de acordo com os princípios da sustentabilidade ou como diz o povo: **”que não mate a galinha dos ovos de ouro”**

...quantos recantos, quanta beleza natural e quantas pessoas à espera de agarrar as oportunidades do Futuro.

É necessário agarrar a oportunidade de nos integramos nesta dinâmica, e aproveitar as mais valias com que a Natureza prendou o nosso país em proveito das suas populações e das suas justas aspirações a uma melhor qualidade de vida, garantindo a conservação das paisagens e outros recursos naturais através da sua utilização sustentável no respeito pela herança que devemos às gerações futuras.

Programa de Intervenção no Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire

Dois casos como exemplos:

O “**Parque Jurássico**”, como começa a ser familiarmente conhecido o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire, consolidou um conjunto de acções que resultaram na melhoria de condições de divulgação, de visita e de interpretação deste Património de relevância Mundial, justificando as expectativas dos 50 mil visitantes nacionais e estrangeiros que anualmente aqui querem marcar presença.

Actualmente existem várias modalidades de visita ao Monumento Natural:

As visitas autónomas realizam-se de 3ª Feira a Domingo, incluindo feriados; o visitante, após adquirir o bilhete de acesso na recepção e ver o vídeo, faz o percurso que conduz à laje onde se encontram as pegadas fossilizadas. Este percurso é apoiado por vários painéis informativos, contendo alguma informação sobre a jazida e a formação das pegadas. Em alternativa, os visitantes que queiram efectuar uma visita mais rápida, dispõem de um circuito mais curto que, para além da laje principal, também possibilita a visita ao Jardim Jurássico.

As visitas guiadas efectuem-se aos Sábados, Domingos e Feriados, de hora a hora, durante o horário de visitação; não necessitam de marcação e destinam-se aos visitantes que, após a observação do vídeo, pretendam uma visita enquadrada e acompanhada por um guia. Nesta opção, a visita efectuar-se-á pelo circuito mais curto, de modo a que numa hora se possam visitar as Pegadas dos Dinossáurios e o Jardim Jurássico.

As visitas guiadas destinadas a grupos (escolares ou outros), devem obedecer a uma marcação prévia junto do Monumento Natural, com pelo menos 15 dias de antecedência. Estas visitas iniciam-se com a observação do vídeo sobre a história da descoberta e preservação das pegadas de dinossáurios; seguidamente o grupo faz o circuito pedestre de interpretação que conduz à laje onde se encontram as pegadas, enquadrado por fichas pedagógicas diferenciadas (1º ciclo, 2º e 3º ciclos e Secundário) que são distribuídas no início do percurso. Estas visitas são dinamizadas por um monitor que acompanha o grupo. De referir que o auditório só tem capacidade para 40 lugares sentados, pelo que grupos maiores deverão ser divididos. A duração destas visitas é de 1h 30m a 2 horas.

O Jardim Jurássico pretende fazer a “reconstituição” da flora existente no período Jurássico, com exemplares que são considerados fósseis vivos. Assim, desde fetos arbóreos e não arbóreos, cicas, araucárias, ginkos, zimbros, teixos e cavalinhas, o visitante poderá apreciar a fascinante vegetação de tempos remotos. No mesmo local, existe um painel de grandes dimensões que apresenta, de uma forma simples, a evolução da vida na Terra ao longo de milhões de anos.

O Aramossaurus é uma estrutura em aço que evoca à escala real o maior dos exemplares de dinossáurios que produziram as pegadas da laje e que conjuntamente com o Jardim Jurássico e o Painel da História da Terra facilitam a interpretação do fenómeno das Pegadas aqui presente.

O Centro de Animação Ambiental é uma estrutura multiusos, preferencialmente vocacionada para actividades de educação ambiental. Está dotado de espaço multimédia, com acesso à Internet e uma pequena biblioteca. Possui uma sala polivalente (sala de refeições e sala de actividades em grupo ou para dinamização de ateliers), alojamento com capacidade para 39 pessoas (2 camaratas de 27 camas e 2 camaratas de 12 camas), cozinha e balneários. Fora do edifício existe um espaço, parte dele coberto, onde se poderão desenvolver actividades de

exterior: um jogo de chão sobre os dinossáurios, dois tanques de areia com dinopuzzles para montar, bem como fósseis e rochas para descobrir e identificar.

O percurso pedestre é um percurso circular com cerca de 12 quilómetros de extensão que tem início e término no Monumento Natural. Este percurso leva o visitante pela envolvência natural e humana deste local onde pode tomar contacto com os modos de vida tradicional, alguns dos quais ainda subsistem, com as estruturas que foram o resultado do aproveitamento da água que escasseia nestas paragens - as cisternas - ou a fauna e flora da região. Ao longo do percurso existe uma sinalética própria que facilita a orientação ao visitante; este percurso pode ser realizado a pé, de bicicleta ou a cavalo. Documentação sobre este e outros percursos do Parque, poderá ser solicitada na recepção.

Os campos de férias educativas são programas de ocupação para jovens no período de férias de Verão. Nestes programas os participantes terão oportunidade de conhecer as Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire e de tomar contacto com a região onde elas se encontram, desenvolvendo também actividades que vão desde a paleontologia, à espeleologia, à escalada, à astronomia, à fotografia, aos percursos pedestres ou de burro, entre outras. Podem participar neste programa jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos. Para mais informações sobre esta actividade, deverão ser contactados os serviços deste Monumento Natural.

O Centro de Animação Ambiental dispõe de espaços e serviços que podem ou não ser utilizados pelo grupo participante. O alojamento disponível é composto por beliches e cada participante deve trazer um saco-cama. A reserva de alojamento pressupõe a utilização da sala polivalente. A alimentação é um serviço opcional e terá de uma ementa sugerida previamente, com vários pratos possíveis; a organização facultará pessoal habilitado a confeccionar as refeições. A capacidade de alojamento para grupos permite também realizar programas integrados com várias actividades possíveis, permitindo ao grupo a elaborar o seu próprio programa. Assim, existe um conjunto de actividades variadas que podem ser escolhidas e planeadas de acordo com o interesse de cada grupo. Salienta-se que a organização disponibiliza monitores e todo o material de apoio. Deverá ser solicitada a ficha de inscrição aos nossos serviços que, depois de preenchida, poderá ser enviada por fax ou por carta.

O “site” Pegadas de dinossáurio permite uma mais ampla divulgação e informação sobre este Monumento Natural incluindo a possibilidade duma visita virtual através do: **www.pegadasdedinossaurios.org**

Neste regresso ao período Jurássico descobre-se a magia do mundo dos Dinossáurios.

Desafios do Desenvolvimento Sustentável: o caso de Castro Verde (Liga para a Protecção da Natureza-LPN)

O Programa Castro Verde Sustentável começou em 1993, ao abrigo do Programa LIFE da Comunidade Europeia, e visa a conservação das aves das estepes cerealíferas da região do Campo Branco, reconhecida nacional e internacionalmente como importante para várias espécies de aves, tais como a Abetarda (*Otis tarda*), o Peneireiro-das-Torres (*Falco naumanni*), o Grou (*Grus grus*), o Sisão (*Tetrax tetrax*), o Cortiçol-de-Barriga-Negra (*Pterodes orientalis*), o Tartaranhão Caçador (*Circus pygargus*), etc. Foram compradas 5 herdades com uma área

total de cerca de 1.700 há onde estão a ser desenvolvidas acções concretas para a protecção de aves, a recuperação da vegetação das ribeiras, o arranjo e colocação de vedações, a instalação de painéis identificativos, a proibição da caça nas herdades e a vigilância. Foi ainda construído um Centro de Educação Ambiental e estão a ser desenvolvidos outros projectos de Ecoturismo e de Investigação.

O Programa Castro Verde Sustentável

O Programa Castro Verde Sustentável, desenvolvido em várias fases pela LPN desde 1993, teve início com um projecto co-financiado por um Programa da União Europeia para a conservação da Natureza (o Programa LIFE).

O Programa Castro Verde Sustentável visa a conservação das aves das estepes cerealíferas da região do Campo Branco e do seu *habitat*. Esta região é reconhecida nacional e internacionalmente como sendo importante para várias espécies de aves como a Abetarda (*Otis tarda*), o Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*), o Grou (*Grus grus*), o Sisão (*Tetrax tetrax*) e o Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), entre outras.

O programa surgiu porque algumas áreas daquela região, importantes para a conservação destas aves, tinham sido adquiridas por empresas de pasta de papel, que pretendiam florestá-las. Deste modo, surgiu a necessidade de conseguir financiamento para a aquisição destas áreas e nelas implementar uma gestão agrícola compatível com a conservação da avifauna estepária.

O Programa teve resultados muito significativos. Foram adquiridas 5 herdades na região com uma área total de cerca de 1800 ha. Para cada uma das áreas foi efectuado um plano de gestão que considera diversos tipos de acções de gestão agrícola, de gestão do património construído e de gestão das linhas de água.

A gestão agrícola destas áreas tem sido feita através de acordos anuais com agricultores da região, comprometendo-se estes a seguir algumas condições acordadas com a LPN com o objectivo de criar melhores condições para a avifauna e proteger o *habitat*. Foram melhoradas as condições de nidificação do Peneireiro-das-torres, tendo-se aumentado, em poucos anos, o número de casais nidificantes numa das colónias incluídas nos terrenos da LPN de 14 para mais de 60 (esta colónia passou, em consequência, a ser a mais importante do país). Desenvolveram-se acções de recuperação das ribeiras, foram colocadas vedações e portões e instalados painéis identificativos. Foi conseguida a classificação de três herdades como reservas integrais de caça, proporcionando às aves um local tranquilo onde a caça é interdita. Foram também efectuados estudos científicos sobre a biologia de algumas espécies de aves e o impacte das práticas agrícolas nas mesmas.

A LPN teve um papel crucial na classificação da região no âmbito da Rede Natura 2000 (uma rede europeia de espaços para a Conservação da Natureza) como Zona de Protecção Especial para Aves (ZPE).

No seguimento deste investimento ambiental naquela região, e com o apoio da Câmara Municipal de Castro Verde, do Programa Ambiente, do Programa Leader e do PORA, a LPN construiu em Abril de 2000 o Centro de Educação Ambiental de Castro Verde, na Herdade de Vale Gonçalinho, e implementou um projecto para o Ecoturismo na região, o projecto “Centro de Demonstração para a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos” e um Projecto para o Combate à Erosão e Desertificação.

Actualmente o Projecto Peneireiro das Torres financiado pelo Programa Life contribui para o estudo e conservação de uma das mais emblemáticas espécies da avifauna estepária.

A conservação das aves da região do Campo Branco, com cerca de 80000 ha considerados

importantes para as aves, é ditada pelas decisões individuais de várias centenas de agricultores e proprietários. Uma mudança do tipo de actividades agrícolas ou o abandono destas actividades seria o fim das possibilidades de sobrevivência da avifauna associada ao ecossistema estepário. Desde modo, as acções do Programa Castro Verde Sustentável, prevêm acções de conservação global em toda a região do Campo Branco, através da colaboração com a Associação de Agricultores do Campo Branco por forma a compreender as principais dificuldades encontradas na implementação do designado Plano Zonal de Castro Verde. Este Plano, criado no âmbito das “medidas agro-ambientais”, tem como filosofia de base o pagamento de um serviço de conservação da paisagem aos agricultores que pratiquem uma agricultura compatível com a conservação do património natural.

Um dos pilares fundamentais de actuação tem sido a vertente do Ecoturismo, assente na exploração equilibrada da paisagem, da Avifauna e outros recursos naturais assim como das particularidades culturais desta região numa perspectiva integrada de apoio ao desenvolvimento local e de promoção nacional e internacional dos valores da região.

O projecto ecoturístico da LPN na região (desde 1999) atraiu, durante estes anos, várias milhares de visitantes à região e ao seu Centro de Educação Ambiental.

Em tempo de reflexão sobre as potencialidades e constrangimento do Ecoturismo nos modelos de Desenvolvimento Local, a LPN contribui para consciencializar os cidadãos (em particular as populações das áreas naturais, até agora zonas claramente desfavorecidas no nosso país) para o potencial de desenvolvimento intrínseco ao nosso património natural e, de uma forma mais global, para os impactes (positivos e negativos) do turismo.

É urgente que, nesta actividade económica tão importante para o nosso País, a sustentabilidade passe a ser vista não como uma obrigação onerosa mas sim como um investimento com retorno.

A criação de programas temáticos apoiados em pequenas infra-estruturas como percursos assinalados e observatórios de Aves permitiram o arranque duma actividade que hoje conta com inúmeros visitantes e com o aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais e da dinâmica socio-cultural-económica da comunidade local, afirmando-se como propulsor de Desenvolvimento.



figuras

figs. 1 e 2 Atividades lúdico-pedagógicas na Herdade do Gonçalinho



fig. 3 Observação de aves.

fig. 4 Sinalização da Herdade do Gonçalinho.



fig. 5 Paisagem agrícola.

fig. 6 Nidificação da Cegonha Branca.



fig. 7 Observação de aves.

fig. 8 Cria de Peneireiro das Torres.

fig. 9 Percurso interpretativo.



fig. 10 Pastorícia.



fig. 11 Pedreira do Galinha.





fig. 12 Pista de Dinossauros.

fig. 13 Trabalhos de limpeza da pista



fig. 14 Aramossauros.

fig. 15 Centro de Animação Ambiental.



fig. 16 Início de percurso.

fig. 17 Visita guiada.



fig. 18 Percurso pedestre da Serra de Aire.

acta 10

Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento

Fernando Pau-Preto

Em primeira instância gostaria de afirmar que é sempre com grande satisfação e alegria que regresso ao Vale do Côa, gostaria de congratular todas entidades que organizaram este congresso pelo facto de insistirem em levar a cabo o ciclo de debates no Vale do Côa e, em uma palavra de apreço pelo convite que me endereçaram para a apresentação desta comunicação sobre uma temática que investiguei profundamente no âmbito da minha dissertação de mestrado¹ e que, da qual extraí grande parte da informação que fará parte desta comunicação. Espero que a mesma possa ser útil a quem de direito, nomeadamente, aos que se debruçam e se preocupam com as temáticas do património, desenvolvimento e ordenamento do território.

Inicialmente faremos uma alusão ao conceito de património cultural e serão evidenciadas diversas opiniões sobre a mais valia da sua posse e classificação. Serão evidenciadas as semelhanças entre os diplomas de classificação de Áreas Protegidas e de criação de Parques Arqueológicos, sendo afluídos os respectivos planos especiais de ordenamento. Alertamos para os planos com contingência territorial sobre o Vale do Côa que se encontram em marcha e, finalmente evidenciaremos um conjunto de preocupações e algumas recomendação que recolhemos aquando da auscultação de diversos actores, nomeadamente, directores de quatro Áreas Protegidas, autarcas e agentes económicos do Vale do Côa.

No domínio cultural, o património pode ser considerado como um elemento intrínseco da cultura, mais exactamente a parte da cultura que é transmitida de uma geração para a seguinte. Deste modo, o património constitui a componente da cultura que é proveniente do passado, permitindo-nos afirmar que a identidade de uma sociedade é, em grande medida, baseada no seu património. Por esta razão muitas sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento o têm valorizado cada vez mais (Coccosis e Nijikamp, 1995).

Segundo Choay (1996) assiste-se ao alargamento como conceito de património, até alcançar, uma tripla extensão: tipológica, cronológica e geográfica. Tipológica, uma vez que o património já não é só monumental, inclui outros tipos; Cronológica, pois as barreiras temporais esbateram-se, aumentando o campo cronológico do que pode vir a ser considerado património; Geográfica, dada a abrangência internacional não só dos valores como das orientações políticas quanto à preservação (Lima e Reis, 2001).

Contudo, sendo consensual este alargamento da noção de património, deve ser salientada a sua superficialidade, vivendo-se uma situação onde “tudo” é património. Sem grandes custos, poderão satisfazer-se diversas atitudes nacionalistas ou regionalistas para apreensão do património, inclusivamente, se se incorporar a componente ambiental, ou uma certa sensibilidade ecológica, o património surge como um contraponto razoável às ameaças e incertezas do futuro (Guillaume, 2003). Contudo, sendo um conceito profundamente identitário, o que determinada sociedade decide patrimonializar pode dizer-nos imenso sobre a mesma.

Esta vocação expansiva da classificação patrimonial relaciona-se também com o que Almeida (1993) designa por “complexo de Noé” que se reflecte na crescente diversificação dos objectos classificados. Com efeito, já não é só o monumento que se classifica, mas também a sua envolvente, pelo que o tempo em que se isolava o monumento pário pertence já ao passado (veja-se a Sé do Porto).

¹ Mestrado em Planeamento e Desenvolvimento do Ambiente Urbano, pela FEUP/FAUP, com dissertação intitulada “O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território: os planos de ordenamento de parques arqueológicos”.

Contudo, as políticas patrimoniais tem evoluído de forma significativa, também devido à crescente consciência da importância da preservação dos valores, sejam eles patrimoniais ou ambientais, e que se traduzem através de programas mais ou menos pacíficos de intenção política à escala mundial, não só no que diz respeito à defesa da memória colectiva, como à própria salvaguarda do bem-estar e do direito à cultura da fruição (Coelho, 1997).

Um pouco por todo o Mundo, nas últimas décadas, diversas têm sido as políticas e os processos utilizados com o intuito de preservar o património, culminando na maioria dos casos com um processo de classificação como património ou monumento de interesse nacional/regional/local ou mesmo, nalguns casos, como património mundial, sendo os casos dos Sítios Rupestres do Vale do Côa² e do Alto Douro Vinhateiro³.

Para Peixoto (2000), a intensificação da patrimonialização e a corrida ao estatuto de património mundial não podem deixar de ser vistas como estratégias que visam reforçar a competitividade e a atractividade de territórios com objectivos políticos e económicos bem definidos, destacando ainda a importância do património na formação de novas actividades económicas, nomeadamente o papel que ele assume no contexto da indústria turística e na promoção da imagem das cidades ou de uma nação.

Já neste último sentido avança também Amendoeira (2004), afirmando que o Património Mundial representa um recurso e um factor para o desenvolvimento, para o planeamento e gestão de outros valores e terá que aspirar cada vez mais a uma dimensão transversal nas políticas de desenvolvimento, a par das questões económicas e sociais, podendo constituir o desafio para o século XXI. A autora conclui que “a relação clara com o conceito de desenvolvimento constitui assim um instrumento privilegiado para promover a participação do património mundial nos processos de desenvolvimento, uma vez que constituem sábias intervenções, com sucesso, no que diz respeito ao ordenamento do território, à gestão inteligente dos recursos e a uma histórica atitude ecológica face aos desafios do desenvolvimento. Todas estas características são recursos para o nosso futuro” (2004).

O facto do concelho de Vila Nova de Foz Côa possuir dois bens inscritos como Património Mundial será certamente uma mais valia, sendo problemática a aparente ausência de articulação entre as estratégias de desenvolvimento alicerçadas nos dois bens, se é que as há, para o bem da qualidade de vida dos cada vez menos habitantes destas paragens.

Retomando a problemática dos “patrimónios” consideramos que se torna de certo modo difusa a fronteira entre o património natural e/ou cultural, parecendo-nos que se está cada vez mais a falar da mesma realidade. Igualmente em abordagens mais recentes a estas questões, antevê-se o “casamento” entre o património natural e o cultural, sendo exemplar o caso da criação da figura de paisagem cultural por parte da UNESCO e da figura legal de Parque Cultural no País vizinho, mais concretamente em Aragão.

No que diz respeito à figura de paisagem cultural, segundo Curado (2003:38) as paisagens culturais encontram-se definidas como “obras combinadas da natureza e do homem (...), são ilustrativas da evolução da sociedade humana e num determinado tempo, sob a influência dos constrangimentos ou oportunidades físicas”. O termo paisagem cultural deve abranger a diversidade de manifestações da interacção entre a humanidade e o seu ambiente natural. São desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem.

² Inclusão na Lista de Património Mundial em 1998 como monumento cultural, através dos critérios: (I) “Representar uma obra-prima do génio criador humano” e (III) “Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida”.

³ Inclusão na Lista de Património Mundial em 2001 como monumento cultural, através dos critérios: (III) “Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida”, (IV) “Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana”, (V) “Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional, representativo de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis”.

Da experiência dos parques culturais de Aragão, para além de outras características, retira-se desta figura única a mais valia da coordenação intersectorial necessária para o seu funcionamento, que assenta numa ferramenta, o plano de parque cultural, essencialmente de cariz estratégico. Ressalta também o envolvimento dos municípios, sendo transversal a todo o processo, visto que estão representados em praticamente todas as etapas, bem como na própria gestão do parque. Através de uma única figura legal, o Governo de Aragão, salvaguarda o seu património cultural, independentemente de ser arqueológico, o seu património natural e ainda toda a paisagem que os compreende.

Contudo, em Portugal as abordagens são mais tradicionais, persistindo a separação dos “patrimónios”, estando esta situação patente quer em termos legais, quer institucionais. De facto, a Lei de Bases do Ambiente considera o património cultural como parte essencial do ambiente e a Lei de Bases do Património faz referência ao património natural, não existindo, ao nível governamental, nenhuma entidade que estabeleça esta interligação.

Mesmo no que concerne às autarquias, com competências sobre parte significativa do património nacional, os “patrimónios” estão quase sempre repartidos por diferentes unidades orgânicas, entre as quais a comunicação é, muitas vezes, escassa ou inexistente (Ramalhete, 2004). A mesma autora considera mesmo que “por esta razão, quando falamos de desafios patrimoniais em meio natural, o primeiro grande desafio é precisamente passar à prática este conceito mais alargado de património. Como é evidente, alargar o espectro daquilo que deve ser gerido e protegido vem dificultar uma tarefa, já de si complicada, que tem, sobretudo, a ver com um correcto ordenamento do território” (Ramalhete, 2004).

Dado por terminado este pequeno périplo, iremos de seguida efectuar uma análise comparativa aos diplomas legais para a criação dos Parques Arqueológicos - PA (D.L. n.º 131/2001, de 11 de Maio) e para a classificação das Áreas Protegidas - AP (D.L. n.º 19/93, de 23 de Janeiro).

Convirá em primeira instância mencionar as actuais entidades que tutelam a gestão destes espaços, fruto do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), no caso dos PA é Ministério da Cultura, através do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico⁴, I. P., sendo as AP tuteladas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, através do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P..

Ambos os diplomas reportam ao seu património, no primeiro caso ambiental e no segundo cultural, possuindo cada um deles certas particularidades que induzem as pequenas diferenças encontradas. No entanto, as semelhanças sobrepõem-se a essas diferenças. Para se aquilatar as similitudes entre os decretos (veja-se o Quadro A que se encontra em Anexo).

Nas candidaturas de proposta de criação de um PA, o diagnóstico terá que ter em conta uma diversidade de domínios, deixando antever exigências significativas relativamente à organização e aos fundos necessários para se proceder a tal operação. Embora o diagnóstico a elaborar pareça ser bastante completo e abrangente, com todo o património cultural existente no nosso país, e dada esta elevada complexidade, sugere-nos que à partida, o número PAs a criar será limitado.

⁴ A anterior denominação da instituição que tutelava era o Instituto Português de Arqueologia.

Contudo, as similaridades não se ficam por aqui. Alargando a comparação dos diplomas à classificação no caso das áreas protegidas e à criação no caso dos parques arqueológicos (ver quadro B em Anexo), onde se verifica que, salvo as necessárias adaptações, os diplomas nesta matéria são praticamente idênticos, excepto em dois pormenores.

Um deles é respeitante à duração do inquérito público, que para as áreas protegidas não deve exceder os 30 dias, enquanto que para os parques arqueológicos deverá ser entre 20 e 30 dias. O outro pormenor, mais significativo, diz respeito aos condicionamentos ao uso, ocupação e transformação do solo podendo este ser fixado nas áreas protegidas, enquanto nos parques arqueológicos poderá igualmente ser interdito. Já sobre as acções e actividades passíveis de prejudicar o desenvolvimento natural da fauna ou da flora ou as características da AP, são descritas sucintamente, enquanto que no decreto de criação dos PAs estas são omissas.

A existência de um plano de ordenamento é obrigatória em ambas as situações, e terá que ser um PEOT, constituindo no caso dos PAs o plano de ordenamento de parque arqueológico – POPA. Estes estabelecem regimes de salvaguarda do património arqueológico e asseguram a permanência dos sistemas indispensáveis ao ordenamento e gestão da área do parque.

Como impressão inicial, desde logo se poderá levantar a questão da adequação de um PEOT para o caso de necessária salvaguarda de património arqueológico de pequena/média dimensão, como por exemplo se esse património se situar numa pequena porção de território pertencente a um só concelho, ou mesmo quando não inserida num *continuum*.

Não deixa de ser interessante a preocupação denotada com o uso do solo, dentro da área abrangida pelo PA, enquanto não é aprovado o POPA, ou entendido de outro modo, a preocupação da existência de regras desde a publicação do decreto regulamentar de criação à publicação da Resolução de Conselho de Ministros a aprovar o respectivo plano de ordenamento. Deste modo, os órgãos de gestão poderão desde logo impor algumas regras quanto ao uso do solo e a actividades proibidas. Todavia, aquando do obrigatório inquérito público para a criação e posterior discussão pública para o POPA, as autarquias envolvidas terão uma palavra a dizer, obrigando desde logo a uma inicial concertação de vontades entre as instituições para a prossecução de uma vontade comum.

Fazemos uma chamada de atenção para a Lei n.º 107/01, artigo 75.º - Formas e regime de protecção – ponto 3, no que respeita ao facto de “sempre que o interesse de um PA o justifique, o mesmo poderá se dotado de uma zona especial de protecção, a fixar pelo órgão da administração do património cultural competente, por forma a garantir-se a execução futura de trabalhos arqueológicos no local”. Deste modo, a tutela pode impor “de cima para baixo” a salvaguarda de determinado património cultural através de uma zona de protecção especial.

Contudo, se por um lado a salvaguarda do património não é posta por nós em causa, já as limitações e restrições aos direitos dos particulares merecem cuidada reflexão, no caso da tutela não efectuar a discussão e envolvimento necessário dos mesmos aquando da implementação de uma zona especial de protecção.

Relativamente à elaboração, aprovação e execução dos POPA, aplica-se o regime jurídico relativo aos PEOTs previsto no Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro. Sobre os conteúdos, quer o documental, quer o material, também encontramos algumas similaridades dos POPA com os dos restantes PEOTs. Tal comparação poderá ser observada no quadro seguinte.

	POPA	PEOTs
Conteúdo material	Estabelece regimes de salvaguarda do património arqueológico, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com os objectivos que presidiram à criação do parque arqueológico (Artigo 7.º).	Estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território (Artigo 43.º).
Conteúdo documental	Constituído por (Artigo 8.º): Regulamento; Planta de ordenamento, que representa o modelo de estrutura espacial do território do parque arqueológico, de acordo com os regimes de salvaguarda e valorização do património arqueológico; e Planta de condicionantes, que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor na área do parque.	Constituído por (Artigo 44.º): Regulamento; Pelas peças gráficas necessárias à representação da respectiva expressão territorial
	Acompanhado de: Relatório fundamentando as soluções adoptadas; e Programa contendo as acções, os projectos estratégicos e as normas indicativas sobre a execução das intervenções do parque arqueológico.	Acompanhado de: Relatório que justifica a disciplina definida; Planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor. Os demais elementos que podem acompanhar os PEOTs serão fixados por portaria dos Ministros da tutela.

quadro 1 Comparação DL n.º 131/2001 versus DL n.º 380/99, conteúdos

Relativamente ao conteúdo material dá-se a necessária adaptação no caso dos POPA ao património arqueológico. No conteúdo documental já se encontram diferenças assinaláveis. Nos POPA a planta de ordenamento e a planta de condicionantes, para além do regulamento que é comum em ambas as situações, são partes constituintes. Já nos restantes PEOTs dá-se liberdade de opção às peças gráficas a constituir o conteúdo documental.

Sobre os documentos a acompanhar os planos, em ambos terá que existir o relatório, mas têm que acompanhar os PEOTs a carta de condicionantes, sendo os restantes elementos a fixar pela tutela. A acompanhar os POPA terá que constar um programa contendo as acções, os projectos estratégicos e as normas indicativas sobre a execução das intervenções, residindo aqui a inovação, pois o órgão de gestão do parque arqueológico terá que “montar” a sua estratégia a médio curto prazo, pelo menos durante o plano de vigência do mesmo, tendo em conta os objectivos fixados e o provisionamento financeiro para tal.

Após análise das contra-ordenações, e tendo comparado novamente com as áreas protegidas, as similaridades tornam a emergir (ver quadro C em Anexo). No caso das APs a listagem da prática dos actos e actividades mencionados que constituem contra-ordenação é mais extensa, logo demasiado normativa e inflexível, parecendo-nos que o legislador tentou cobrir quase todas as possibilidades de actos ou actividades que possam por em risco a destruição de património, todavia continuamos a acreditar as instituições responsáveis não possuem condições operacionais mínimas para fiscalizar todas estas possibilidades.

Contudo, na alínea b), artigo 10.º do diploma referente à criação dos parques arqueológicos surge uma “verdadeira pérola”, dado que estabelece como contra-ordenação a alteração do uso actual do solo conforme definido em carta arqueológica. Ora, como qualquer técnico sabe, ou deveria saber, não cabe às cartas arqueológicas a definição do uso do solo, cabe sim às cartas ou plantas de ordenamento, até porque as cartas arqueológicas nem sequer se encontram regulamentadas legalmente quanto à sua definição ou tipologia, e por mais boa-vontade que se tenha, não conseguimos entender esta bizarra disposição, tratando-se provavelmente de um erro do legislador.

Abordando agora a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU), gostaríamos de salientar que somente dois dos instrumentos vinculam todas as entidades, ou seja, apenas os PMOTs e os PEOTs vinculam entidades públicas e particulares, e definem modalidades e intensidades de utilização do espaço. (Fig. 1)

Serve a imagem e a frase anterior para chamar à atenção das implicações que estes instrumentos irão ter sobre a propriedade privada. Nesse sentido, apresentamos também uma pequena resenha dos diversos planos na área do Vale do Côa⁵:

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Encontra-se em período de discussão;

Candidatura a Parque Arqueológico por parte do Parque Arqueológico Vale do Côa – Encontra-se no Gabinete do Ministério da Cultura desde 2003;

Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa (POPAVC) – Apenas após criação do Parque Arqueológico é que poderá avançar;

Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – Foi o alicerce da candidatura a Património da Humanidade;

Plano Regional de Ordenamento do Território (TMAD) – R. C. M. n.º 124/2003 de 28-08-2003 a integrar no Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – RCM n.º 29/2006 de 23-03-2006 – Sobre o qual recairão as indicações e prioridades de investimento do QREN 2007-2013;

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – esteve em discussão de 26 de Janeiro a 10 Março de 2006, relembramos que a área do futuro Parque arqueológico é abrangido por duas zonas especiais de protecção;

Planos Directores Municipais em revisão;

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD) – Realizado pela API

No estudo por nós realizado, e dado que a experiência portuguesa no que toca à gestão do património cultural numa vasta área territorial revestir-se da imaturidade fruto da sua juventude, socorremo-nos de situações implantadas no terreno há já mais algum tempo, como é o caso das Áreas Protegidas. Nesse sentido seleccionámos quatro APs que considerámos mais adequadas ao nosso estudo⁶ e que se encontram espacializadas na figura seguinte. (fig. 2 Localização e identificação das APs objecto de estudo.)

Os documentos que legalmente criaram as APs poderão ser visualizados no quadro seguinte.

ÁREAS PROTEGIDAS	CRIAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	RECLASSIFICAÇÃO
P. Nac. Peneda-Gerês	Dec. n.º 187/71, de 8 de Maio	-
P. Nat. Serra da Estrela	Dec. Lei n.º 557/76, de 16 de Julho	Dec. Reg. n.º 50/97, de 20 de Novembro
P. Nat. Montesinho	Dec. Lei n.º 355/79, de 30 de Agosto	Dec.Reg. n.º 5-A /97, de 4 de Abril
P. Nat. Douro Internacional	Dec. Reg. n.º 8/98, de 11 de Maio	-

⁵ Em Maio de 2006.

⁶ Os critérios adoptados foram de dois tipos, critérios gerais e particulares. Os critérios gerais, aplicaram-se a todas as APs existentes no País, e estes foram: Proximidade geográfica ao PAVC; Localização em zona raiana; Riqueza patrimonial em termos culturais. Uma vez que o conjunto de APs ainda era extenso, houve necessidade de utilizar um outro tipo de critérios de modo a reduzir o lote. Deste modo, foram aplicados critérios particulares, que diziam respeito a determinada característica particular da AP em causa, que a fez destacar das restantes alternativas. Assim sendo, os critérios particulares levaram-nos a eleger quatro APs para o nosso estudo:

- . Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), único parque nacional e a 1ª AP a ser classificada;
- . Parque Natural de Montesinho (PNM), inexistência de Plano de Ordenamento
- . Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), contíguo ao PAVC;
- . Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), pressão turística.

Da análise efectuada aos diplomas de criação salientamos as diferenças evidentes entre as APs criadas na década de 70 e as de 90, nomeadamente, quanto às disparidades nos objectivos definidos à sua criação e quanto ao modo de interdição de certos actos e actividades com listagem de matérias proibidas bastante mais extensa e muito mais detalhada nas mais recentes.

Respeitante aos regulamentos dos planos de ordenamento, facilmente nos apercebemos que os prazos para a elaboração dos mesmos eram mais curtos na década de 70; a salvaguarda dos recursos assenta essencialmente em zonamento (áreas de protecção total com regime próprio) e realçamos a incorporação de inventários de bens culturais.

⁷ As auscultações foram efectuadas aos Directores das quatro APs durante os meses de Abril e Maio de 2005.

⁸ Eng. Luís Macedo – Director do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

⁹ Eng. Jorge Dias – Director do Parque Natural de Montesinho.

¹⁰ Eng. Fernando Matos – Director do Parque Natural da Serra da Estrela.

¹¹ As medidas agro-ambientais integram o Plano de Desenvolvimento Rural, denominado de RURIS, trata-se de um regime comunitário de ajudas, que é co-financiado pelo FEOGA-Garantia e comporta mais três intervenções: indemnizações compensatórias, florestação de terras agrícolas e reforma antecipada. As medidas agro-ambientais abrangem todo o território de Portugal continental e contemplam um conjunto de medidas estruturadas em seis grandes grupos, com objectivos específicos.

¹² Por Plano zonal é entendido o âmbito geográfico de aplicação das medidas agro-ambientais, que nestes casos, coincidem com as áreas que delimitam os Parques. No plano zonal, estão definidos: o âmbito geográfico de aplicação; os beneficiários; as condições de acesso à medida; os compromissos dos beneficiários; os compromissos adicionais que conferem ajuda complementar; e os montantes da ajuda.

Efectuámos auscultações⁷ aos responsáveis pela gestão destas quatro APS e denotámos uma preocupação dominante na definição do modelo de desenvolvimento, tendo-nos apercebido que este não depende directamente das APs, mas sim das políticas emanadas pelo ICN, enquadradas pela Estratégia Nacional de Conservação da Natureza para a Biodiversidade que estabelece as metas e os objectivos para a conservação da natureza, inclusive a sua particularização nas APs. Ou seja, o modelo de desenvolvimento das APs depende das políticas estabelecidas a nível nacional, articuladas pelo ICN.

Associada a esta determinação exógena, surge, por parte das APs, a preocupação com o desenvolvimento da região e com o potenciar dos recursos locais, como por exemplo, identificar produtos de natureza endógena e direccioná-los para a vertente turística.

Outra temática recorrente identificada diz respeito à importância atribuída às populações locais e à paisagem por “elas” construída. Macedo⁸ é claro neste aspecto ao afirmar que “a paisagem das APs é uma paisagem transformada, os recursos naturais são fundamentalmente derivados da actividade humana, portanto eles (os habitantes) são cruciais para a manutenção e conservação da natureza e disso ninguém tem dúvida”.

Reforçando a ideia anterior, e quando questionámos se a população local se revia como protectora do seu património, apenas numa das áreas tal foi sentido pelo seu director. Dias⁹ informou-nos que são as próprias populações locais que afirmam que se “existe o parque foi porque nós conservámos ao longo do tempo”. Nas restantes APs a resposta é negativa, ou se o fazem é de um modo inconsciente.

A importância destas questões é exponenciada quando se verifica que o principal problema assumido por todos os directores diz precisamente respeito ao relacionamento com as populações locais. É mesmo apontada como a principal causa de conflitos. Matos¹⁰ sintetizou o problema do seguinte modo: “o grande problema é que não é explicada às pessoas quando se cria uma área protegida, ou quando se tem a intenção de criar uma área protegida, o porquê. Não se gasta o tempo absolutamente necessário a falar com as populações para serem elas a aderir à área protegida, (...) pois as populações deveriam sentir a área protegida como sendo delas”.

Indagados sobre as possibilidades de minimizar estes problemas foi realçada com grande expectativa, por todos os directores, a importância das medidas agro-ambientais¹¹ e dos respectivos planos zonais¹² recentemente divulgados. Trata-se genericamente de tentar criar um serviço ambiental, onde os particulares são convidados ou são incentivados a prestar

um determinado serviço à conservação da natureza e por esse serviço são favorecidos financeiramente. Ou seja, nas palavras de Baptista¹³, “tem havido um esforço no sentido de aproximar as pessoas e ultrapassar a falta de comunicação que existe, (...) as pessoas ao verem as vantagens que têm em estar incluídas numa área protegida vêem o imediato, o prático, vêem o material”, auxiliando a atenuar os conflitos.

Ainda no tocante às populações ou mais concretamente à ausência das mesmas, importa referir o modo como em Montesinho tentaram colmatar esta ausência e na tentativa de aproximar as populações à AP trazendo mais valias. Desde o início que incentivaram a criação de associações de desenvolvimento local, através de parcerias. Baptista exemplificou que chegaram “a apadrinhar algumas associações na sua implantação e que se foram desenvolvendo, criando uma certa dinâmica em termos de desenvolvimento das actividades agrícolas, o que é fundamental na área do parque, isto porque estamos num parque que é extremamente humanizado”.

Outro exemplo de colaboração diz respeito à caça, tendo algumas APs efectuado protocolos e auxiliado na criação de zonas associativas de caça. Usualmente são definidas zonas de interdição e são conferidos meios financeiros que, genericamente são aplicados no fomento da actividade, em sementeiras, em guardaria para a vigilância da caça e de incêndios, bem como para limpeza florestal de determinadas áreas. É do interesse das APs o controle da caça, uma vez que também é o suporte de alimentação para a fauna que pretendem proteger.

Outro problema identificado, que se afigura importante para os objectivos deste trabalho, foi a ausência de planos de gestão nas APs com planos de ordenamento. Uma vez que a existência de tais planos deveria estar consignada nos respectivos POAPs, procurou-se aprofundar a caracterização deste aspecto como um problema. Aqui, de uma forma geral, foi explicitado que tal se devia ao facto de o conceito de gestão das APs se encontrar em evolução de uma gestão e conservação da biodiversidade para uma gestão dos recursos. Assim, tem-se sentido a necessidade de um mecanismo de planificação próprio para a gestão, onde esteja traduzida a estratégia de desenvolvimento a seguir a médio prazo.

Em relação a este aspecto, Macedo afirmou-nos que associado ao plano de ordenamento “não existe um plano de gestão que traduza a estratégia de desenvolvimento, ou seja, o PO tem regras que estão estabelecidas, mas depois não se percebe qual é a ligação dessas regras com o desenvolvimento da região porque o parque tem uma diversidade muito grande”.

Dificuldade actualmente transversal a inúmeras questões do planeamento, a participação pública e a sua relação com a eficácia dos planos, não deveria deixar de produzir consequências também nas APs. Macedo foi taxativo referindo que “uma estratégia de desenvolvimento não se faz só com a Administração, (...) cria-se ou vai-se estabelecendo precisamente com a participação de todos os sectores de actividade e todos os agentes que actuam num determinado território”, acrescentou ainda que “embora por lei seja obrigatório o período de discussão, pode-se cumprir a lei sem fazer as pessoas participar”.

Muitas vezes, o Plano é apresentado já como uma peça definida, com a listagem de zonamento e a listagem de actividades proibidas, a que leva Macedo a verificar que “as pessoas não percebem o que está por detrás do plano, porque muitas vezes, mesmo quem fez o plano também não consegue explicar o que está por trás. Depois é difícil que o plano venha a ter eficácia e as pessoas dificilmente podem defender aquilo que não conhecem”.

¹³ Dr. Vítor Baptista – Director do Parque Natural do Douro Internacional.

Neste contexto de participação, para Dias, apesar da possível ineficiência referida, o período de consulta “é fundamental e as populações terão que ser envolvidas logo à partida, espera-se ouvi-los e auscultar as suas preocupações”. No mesmo sentido concorre Baptista, que considera o período de consulta importante para enriquecer o documento, na medida em que “certos aspectos de mais pormenor, que dizem respeito a quem lá vive, pois é quem os sente, tecnicamente não era detectáveis”.

Regressando aos problemas enumerados, não poderíamos deixar de realçar a menção unânime efectuada sobre a ausência de meios humanos adequados e/ou o desajustamento dos quadros técnicos que os responsáveis das APs têm ao seu dispor.

Procurando capitalizar a experiência concreta dos principais responsáveis por estas APs, foi-lhes igualmente solicitada a formulação de sugestões para uma melhoria do funcionamento destas. Para além de unânime necessidade da existência de PO e de comissões directivas plenamente eficazes e aceites por todas as entidades, as principais sugestões relacionaram-se com: descentralização burocrática e mais autonomia; abertura de quadros técnicos na sua diversificação; melhoramento na relação com as autarquias; estabelecimento de parcerias com as autarquias e as associações locais; cultura de maior proximidade com as populações locais na resolução dos seus problemas; auscultação e envolvimento das comunidades locais no processo de definição da estratégia.

No âmbito do nosso estudo foram também efectuadas auscultações aos autarcas¹⁴, tendo sido aplicado o mesmo conjunto de questões. Os municípios auscultados e respectivos autarcas foram os seguintes. (Fig. 3 – Municípios e respectivos autarcas (Fonte: www.anmp.pt [Jun. 2005]))

¹⁴ As auscultações às cinco autarquias durante os meses de Abril e Maio de 2005.

¹⁵ Nomeadamente na construção de zonas industriais, no sentido de criar postos de trabalho, mas vocacionados essencialmente para pequenas e médias empresas. Mourato, afirmou-nos que não era apologista da implantação de grandes empresas, pois poderia surgir um caos social, caso essas empresas encerrem.

Questionados quanto ao modelo de desenvolvimento local prosseguido por cada um dos municípios, poderemos afirmar que genericamente assentou em dois ciclos. O primeiro, praticamente terminado, respeitou à satisfação das necessidades básicas da população no que toca a infraestruturas. O segundo ciclo continua em andamento, para além de um maior investimento nas sedes de concelho, a preocupação fundamental passa pela atracção de investimento externo¹⁵ e apoio às actividades económicas, pelo aproveitamento dos recursos locais e pelo desenvolvimento do turismo cultural.

A importância da existência de património, seja ele natural ou cultural foi considerado uma mais valia fundamental por todos os autarcas. Mas quando indagados sobre as medidas tomadas pelas autarquias para a protecção do património, rapidamente se verificou uma maior sensibilidade nos autarcas para com os recursos patrimoniais edificados.

No tocante aos problemas identificados, podem ser agrupados em dois grupos de importância distinta:

Problemas de 1ª ordem	Problemas de 2ª ordem
Desertificação;	Dimensionamento de infraestruturas;
Desemprego;	Falta de técnicos qualificados;
Fixação da juventude;	Clandestinidade: pequenas pedreiras / Muros;
Acessibilidades;	Poluição de pequenos resíduos domésticos e de resíduos industriais banais;
Atracção de investimento.	Degradação da paisagem: Amendoeira.

Relativamente à consideração da população como protectora do património, as respostas foram díspares, considerando alguns autarcas que a população mais idosa tem algumas dificuldades em entender as medidas de protecção, que serão necessárias acções de sensibilização e que ainda terá que se aguardar algum tempo. Contudo, nos municípios que possuem aldeias afectas à rede de aldeias históricas, nas quais ocorreu recentemente um forte investimento público, os habitantes entendem a fixação de regras.

O relacionamento institucional entre as diversas entidades públicas aparenta ser normal, tendo sido considerado que a existência de demasiada burocracia, no que toca à necessidade de pareceres, não promove o desenvolvimento ambicionado.

No tocante ao relacionamento entre autarquias, a existência da Associação de Municípios do Vale do Côa foi apontada como uma boa plataforma de entendimento. Contudo, houve quem considerasse a necessidade de desenvolver uma interligação mais profunda entre os diversos concelhos que fazem parte do parque, para que se originem sinergias capazes de dinamizar o próprio parque.

Sobre a abertura dos parques ao exterior, foi-nos referenciado que a actual directora do PAVC tem efectuado reuniões com os autarcas, mas que os parques não se podem fechar em torno de si próprios. Ruas, afirmou-nos que o PAVC “terá que encontrar outras valências que não só aquela do próprio parque, porque se não estamos a ser muito redutores na criação do parque”.

No tocante à opinião sobre os planos de ordenamento, diversas considerações foram tecidas. Mourato entende que após a aprovação dos planos as restantes entidades públicas não se deveriam intrometer na estratégia política dos concelhos, reafirmando que as autarquias deviam ser mais autónomas para resolver os seus problemas. Já Ruas considerou que “tem de haver regras (...) impostas, mas não podem ser rígidas mas flexíveis e que tenham alguma abertura, (...) em que se dê a possibilidade de negociar, de chegarmos a um entendimento sem que a lei pura e simplesmente diga não”.

Por seu turno Lopes afirmou que o seu PDM é demasiado vinculativo, essencialmente no que toca à REN, uma vez que “aquelas partes que efectivamente podíamos desenvolver mais, não temos qualquer possibilidade (...) e não há praticamente terrenos que não estejam contemplados dentro da REN. Por um lado é bom, porque tenta defender o futuro e as gerações que virão, por outro lado também trava um pouco o desenvolvimento”.

Convirá realçar que quando informados da possibilidade da existência de um plano de ordenamento para o PAVC e de que este se sobreporia ao PDM do seu concelho, os autarcas demonstraram algum desconhecimento. Contudo, em antítese demonstram possuir conhecimento que o PAVC ainda não tinha sido criado e por conseguinte ainda não detinha eficácia legal.

Ainda sobre o envolvimento das populações na elaboração dos planos, Ferreira considera que o “grande problema da participação pública é a ausência de cultura, e as pessoas estão convencidas que o facto de participar não serve para nada”. Lopes foi mais taxativo ao afirmar que embora esteja prevista na lei, “na prática sabemos que não funciona nada disto”. Sotero considerou que “se houver participação das populações, elas estarão mais sensíveis

à preservação do meio ambiental, mas vai-se evoluindo com o tempo”. Ruas foi ainda mais longe, considerando que se “não envolvermos as populações locais com estes planos, logicamente que eles estarão sempre adversos”, inclusivamente é da opinião que “deve haver uma forte sensibilização junto da população anónima para que se envolva mais relativamente aos parques, que saibam os seus direitos e deveres, e o que é que o parque lhes pode trazer de mais valia”. Indagados sobre a participação num concelho consultivo do PAVC, as opiniões recolhidas foram todas afirmativas.

Na derradeira questão colocada aos autarcas, pretendemos recolher contributos para um melhor funcionamento do PAVC. A informação recolhida encontra-se sintetizada no quadro seguinte.

Sotero	"O museu será fundamental, e ir ao Vale não deveria ser para todos. Tem que haver 1 sítio como o museu, aberto para o grande público, mas para ir ao local, os visitantes deveriam ser seleccionados. Órgão deliberativo de gestão do Parque com a participação da autarquia de Foz Côa. Na acção do dia o Parque deveria interagir mais com as populações. A população do concelho não conhece as gravuras o Parque deveria fazer algo nesse sentido."
Lopes	"Estou com grandes esperança que seja um projecto ancora e quando for criado o museu aí será diferente. O PAVC ainda não tem estruturas humanas, físicas nem financeiras para poder desenvolver um trabalho com qualidade e em benefício das populações porque sabemos que este parque foi criado para salvaguarda da riqueza cultural do património da humanidade, mas também tem em vista desenvolver a região onde está inserido e penso que nessa medida não foi feita grande coisa nesse sentido."
Ruas	Para que o parque funcione melhor é necessário que o processo de legalidade do parque chegue ao seu terminus. (...) Reconheço também que as pessoas, para quem o parque vai servir ou para quem o parque vai dar alguns frutos, quer para as populações, não as vejo muito sensibilizadas. Acho que se deve (...) sensibilizar fortemente as populações que estão inseridas no Parque, mas fortemente. Devem haver acções localizadas, junto da população anónima explicando-lhes de uma forma simples o que se pretende e quais os objectivos. Tem de haver contrapartidas financeiras, se não o parque vai ser sempre repudiado pelas pessoas. As pessoas têm o direito de ser servidas de alguma coisa, tem que se encontrar formas de dar outras oportunidades."
Mourato	"Não tenho uma opinião muito bem fundamentada. Por vezes ouço queixas sobre o problema dos caminhos, de haver um doseamento muito grande de pessoas que vão ao parque e que se não tiverem a marcação para fazer as suas viagens também acho que é negativo, portanto há um conjunto de coisas que podem ser aperfeiçoadas."
Ferreira	"Acho que nasceu torto. Há duas coisas que eu sei, com as acessibilidades (...) rodoviárias e com a capacidade de chegada que existe, vai ser muito difícil ser mais do que é hoje. (...) Tem uma capacidade muito limitada de visitas(...), acho que assim não funciona. Acho que o parque fechou-se muito (...). Não sei se o museu irá alterar isso."

quadro 3 Contributos dos autarcas para um melhor funcionamento do PAVC

Exercício análogo foi efectuado aos principais agentes económicos da região, sendo alguns deles proprietários ou responsáveis pelas principais quintas nesta parte do Douro. Os interlocutores seleccionados foram o Grupo Ramos Pinto (Quinta da Ervamoira), Francisco Olazabal e Filhos, Lda. (Quinta Vale Meão), Casa Agrícola de Reboredo de Madeira e Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa C.R.L.

Por parte de todos os interlocutores houve a assunção que a existência do património mundial (gravuras rupestres e Douro Vinhateiro) é uma mais valia, contudo, consideram que não retiram ainda vantagens de tal para o exercício das suas actividades, com excepção da Adega Cooperativa.

O relacionamento com o PAVC foi considerado de óptimo, inclusivamente três das empresas trabalham ou já trabalharam directamente com o PAVC. Indagados sobre a interferência do PAVC nas suas actividades, mencionaram-nos que do ponto de vista da actividade vitivinícola pode interferir, porque não se planta em qualquer lado, contudo, tal facto não tem sido impeditivo de nada. Denotámos ainda conhecimento da situação legal do PAVC tendo-

nos sido mencionado por mais do que um interlocutor que “neste momento o PAVC não pode interferir, ainda não está legislado, e o parecer o PAVC não é vinculativo (construção, reconstrução), o que é vinculativo é o alerta de protecção às gravuras.”

Sobre o funcionamento do PAVC, podemos afirmar que dadas as circunstâncias, consideram o seu funcionamento de razoável. Já sobre o funcionamento e gestão do PAVC sugeriram praticamente em unísono que deverá ocorrer uma maior abertura bem como uma maior disseminação de informação.

Dada a experiência por nós recolhida após três anos de colaboração com o PAVC na gestão das medidas preventivas, após investigação realizada e recolha da informação apresentada anteriormente somos da opinião que deverão ser explicitados os sentidos, as razões, as necessidades e a pertinência de criação destas figuras (sejam APs ou PAs) às populações locais, com envolvimento dos diversos actores desde o início dos processos. Para tal, sugere-se uma maior difusão de informação, nomeadamente, por parte da tutela durante o período de discussão pública e no tocante à gestão destas áreas o desenvolvimento de parcerias com as associações locais através da elaboração de protocolos de colaboração aparenta trazer inúmeras sinergias.

Frutos das diversas competências sobre o território, somos da opinião que deveriam ser desenvolvidos bastante mais esforços no sentido de ocorrer uma maior coordenação intersectorial das políticas públicas, bem como o desenvolvimento de programas mais pró-activos.

Urge e torna-se imprescindível a necessidade de definição de consensos em todas as fases do processo de criação “legal” do PAVC, parecendo-nos fundamental a implementação e funcionamento do CONSELHO CONSULTIVO.

Considerações finais

figuras



Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto

Instrumentos de DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT)		
	Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)		
	Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT)		
Instrumentos de PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Plano Director Municipal (PDM)	P, M, O, T, S	
	Plano de Urbanização (PU)		
	Plano de Pormenor (PP)		
Instrumentos de POLÍTICA SECTORIAL	Planos com incidência territorial no domínio de:		
	Comunicações	Saúde	Florestas
	Comércio e Indústria	Turismo	Ambiente
	Educação e Formação	Agricultura	Rede natura 2000
	Cultura	Energia e Recursos Geológicos	
	Instrumentos de NATUREZA ESPECIAL	Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POOAP)	P, M, O, T, S
		Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	
	Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP)		
	Planos de Ordenamento de Parque Arqueológico (POPA)*		

* Decreto Lei n.º 107/91, de 8 de Setembro

mapa 1

fig. 1



Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real Eng. Gonçalo Esteves	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueras de Castelo Rodrigo Eng. Armando Lopes	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Paços de Paredes Eng. António Elias	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Idanha Dr. João Mourão	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Monforte Eng. Aires Ferreira

fig. 2 Localização e identificação das APs objecto de estudo.

fig. 3 Municípios e respectivos autarcas

Anexos

Decreto Lei n.º 19/93	Decreto Lei n.º 131/2001
Artigo 12.º - Proposta de classificação de áreas protegidas	Artigo 4.º - Proposta criação dos parques arqueológicos
<p>1. Quaisquer entidades públicas ou privadas, designadamente autarquias locais e associações de defesa do ambiente, podem propor a classificação de áreas protegidas.</p> <p>2. A proposta de classificação deve ser acompanhada dos seguintes elementos:</p> <p>a) Caracterização da área sob os aspectos geográficos, biofísicos, paisagísticos e sócio-económicos;</p> <p>b) Justificação da necessidade de classificação da área protegida, que inclui obrigatoriamente uma avaliação qualitativa e quantitativa do património natural existente e as razões que impõem a sua conservação e protecção;</p> <p>c) Tipo de área protegida considerado mais adequado aos objectivos de conservação visados.</p> <p>3. As propostas de classificação são apresentadas ao SNPRCN, que procede à sua apreciação técnica.</p> <p>4. Compete ao SNPRCN propor ao Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, por sua iniciativa ou no seguimento de propostas de outras entidades, a classificação das áreas protegidas.</p>	<p>1. Quaisquer entidades públicas ou privadas podem propor ao Ministério da Cultura, através do Instituto Português de Arqueologia (IPA), a criação de parques arqueológicos.</p> <p>2. A proposta de criação deve ser acompanhada dos seguintes elementos:</p> <p>a) Caracterização da área quanto aos valores arqueológicos, bem como quanto aos aspectos geográficos, biofísicos, paisagísticos, arquitectónicos e socioeconómicos;</p> <p>b) Memória descritiva instruída, obrigatoriamente, com carta arqueológica, dados técnicos e gráficos, estatísticos ou outros, que fundamentem a proposta de criação de parque arqueológico;</p> <p>c) Programa para a conservação, gestão e divulgação do património arqueológico integrado no parque arqueológico a criar.</p> <p>3. A análise das propostas de criação de parques arqueológicos compete ao IPA, o qual, recolhidos os pareceres das entidades interessadas, designadamente da direcção regional do ambiente e do ordenamento do território, elabora o parecer final.</p> <p>4. O parecer referido no número anterior acompanhará a proposta de criação de parque arqueológico e é enviado para o Ministro da Cultura para homologação.</p>

quadro A Comparação entre o D.L. n.º 19/93 versus D.L. n.º 131/2001, proposta de classificação/criação

Decreto Lei n.º 19/93	Decreto Lei n.º 131/2001
Artigo 13.º - Classificação de áreas protegidas	Artigo 5.º - Criação dos parques arqueológicos
<p>1. A classificação de áreas protegidas é feita por decreto regulamentar, que define:</p> <p>a) O tipo e delimitação geográfica da área e seus objectivos específicos;</p> <p>b) Os actos e actividades condicionados ou proibidos;</p> <p>c) Os órgãos, sua composição, forma de designação dos respectivos titulares e regras básicas de funcionamento;</p> <p>d) O prazo de elaboração do plano de ordenamento e respectivo regulamento. (...)</p> <p>3. A classificação de áreas protegidas é obrigatoriamente precedida de inquérito público e audição das autarquias locais e dos ministérios competentes.</p> <p>4. O inquérito público previsto no número anterior consiste na recolha de observações sobre a classificação da área como área protegida, sendo aberto através de editais nos locais de estilo e de aviso publicado em dois dos jornais mais lidos no concelho, um dos quais de âmbito nacional.</p> <p>5. Nos avisos e editais referidos no número anterior indica-se o período do inquérito, que não deve exceder 30 dias, e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações e sugestões.</p> <p>6. O decreto regulamentar de classificação de uma área protegida pode fixar condicionamentos ao uso, ocupação e transformação do solo, bem como interditar, ou condicionar a autorização dos respectivos órgãos directivos no interior da área protegida, as acções e actividades susceptíveis de prejudicar o desenvolvimento natural da fauna ou da flora ou as características da área protegida, nomeadamente a introdução de espécies animais ou vegetais exóticas, as quais, quando destinadas a fins agro-pecuários, devem ser expressamente identificadas, as actividades agrícolas, florestais, industriais, mineiras, comerciais ou publicitárias, a execução de obras ou empreendimentos públicos ou privados, a extracção de materiais inertes, a utilização das águas, a circulação de pessoas e bens e o sobrevoos de aeronaves.</p>	<p>1. A criação de parques arqueológicos é feita por decreto regulamentar, o qual define:</p> <p>a) A delimitação geográfica da área e os objectivos específicos do parque arqueológico;</p> <p>b) Os actos e actividades condicionados ou proibidos;</p> <p>c) Os órgãos de gestão, sua composição, forma de designação dos seus titulares e respectivas atribuições e competências;</p> <p>d) O prazo de elaboração do plano de ordenamento.</p> <p>2. A criação de parques arqueológicos é obrigatoriamente precedida de inquérito público.</p> <p>3. O inquérito público previsto no número anterior consiste na recolha de observações sobre a proposta de criação do parque arqueológico, sendo aberto através de editais nos locais de estilo e de aviso publicado em dois dos jornais mais lidos nos concelhos abrangidos pelo parque arqueológico, um dos quais de âmbito nacional.</p> <p>4. Nos avisos e editais referidos no número anterior indica-se o período do inquérito, o qual deverá ser de 20 a 30 dias, e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações e sugestões.</p> <p>5. O decreto regulamentar de criação de um parque arqueológico pode interditar ou fixar condicionamentos ao uso, ocupação e transformação do solo dentro da área abrangida pelo parque arqueológico.</p>

quadro B Comparação DL 19/93 versus DL 131/2001, classificação/criação

Decreto Lei n.º 19/93	Decreto Lei n.º 131/2001
Artigo 22.º - Contra-ordenações	Artigo 10.º - Contra-ordenações
<p>1. Constitui contra-ordenação a prática dos actos e actividades seguintes, quando interdidos ou condicionados, nos termos do n.º 6 do artigo 13.º ou nos termos do plano de ordenamento e respectivo regulamento previstos no artigo 14.º:</p> <p>a) Realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios e reconstrução, ampliação ou demolição de edificações, salvo tratando-se de obras de simples conservação, restauro, reparação ou limpeza;</p> <p>b) Alteração do uso actual dos terrenos, das zonas húmidas ou marinhas;</p> <p>c) Alterações à morfologia do solo, nomeadamente modificações do coberto vegetal, escavações, aterros, depósitos de sucata, areias ou outros resíduos sólidos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo ou o ar;</p> <p>(...)</p> <p>e) Abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como alargamento das já existentes; (...)</p> <p>g) Instalação de novas linhas aéreas eléctricas ou telefónicas, tubagens de gás natural e condutas de água ou de saneamento; (...)</p> <p>j) Prática de actividades desportivas susceptíveis de provocarem poluição ou ruído ou de deteriorarem os factores naturais da área, nomeadamente a motonáutica, o motocross e os raids de veículos todo o terreno; (...)</p>	<p>1. Constitui contra-ordenação punível com coima a prática dos actos e actividades seguintes, quando interdidos ou condicionados, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º ou nos termos do plano de ordenamento e respectivo regulamento previstos no artigo 6.º:</p> <p>a) Realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios e reconstrução, ampliação ou demolição de edificações e muros, salvo tratando-se de obras de simples conservação, restauro, reparação ou limpeza;</p> <p>b) Alteração do uso actual do solo conforme definido na carta arqueológica;</p> <p>c) Alterações à morfologia do solo, nomeadamente modificações do coberto vegetal, criações ou alterações de enquadramento paisagístico, extracções de inertes, escavações e aterros, depósitos de sucata, areias ou outros resíduos sólidos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo ou o ar;</p> <p>d) Abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como alargamento das já existentes;</p> <p>e) Instalação de novas linhas aéreas eléctricas, telefónicas ou outras, antenas de telecomunicações e tubagens de gás natural;</p> <p>f) Prática de actividades desportivas susceptíveis de deteriorarem os factores naturais da área, nomeadamente a motonáutica, o motocross e os raids de veículos todo-o-terreno.</p>

quadro C Comparação DL 19/93 *versus* DL 131/2001, contra-ordenações

ALMEIDA, C. (1993) – Património: Riegl e hoje. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto. 2.ª série. 10, p. 407-416.

AMENDOEIRA, P. (2004) – *Algumas contribuições avulsas para o processo de elaboração da Lista Indicativa Portuguesa* [em linha]. Disponível em <http://www.unesco.web.pt> [consultado em Abril de 2004].

CHOAY, F. (1999) – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

COCCOSSIS, H.; NIJIKAMP, H. (1995) – *Urban conservation and planning*. In *Planning for our cultural heritage*. Hants: Ashgate, p. 3-16.

COELHO, M. J. P. (1997) – *Património Mundial*. Lisboa: Estar.

CURADO, M. (2003) – *O planeamento e a gestão das Paisagens Culturais: Alto Douro Vinhateiro: contributos e aplicações* [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento].

GUILLAUME, M. (2003). *A política do património*. Porto: Campo das Letras.

LIMA, A. V. de; REIS, M. (2001) – O culto moderno dos monumentos: O público do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In GONÇALVES, M. E., coord. – *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, p. 145-192.

Bibliografia

PEIXOTO, P. (2000) – *O Património Mundial como Fundamento de uma Comunidade Humana e como Recurso das Indústrias Culturais Urbanas* [em linha]. In Centro de Estudos Sociais. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt> [consultado em Abril de 2003].

RAMALHETE, F. (2004) – *Da teoria à prática: Desafios patrimoniais em meio natural* [em linha]. Disponível em <http://www.patrimonio.pt> [consultado em Maio de 2004].

Locais na Internet de Instituições

ICN disponível em <http://www.icn.pt>

IPA disponível em <http://www.ipa.min-cultura.pt>

IPPAR disponível em <http://www.ippar.pt>

Diário da República electrónico disponível em <http://www.dre.pt>

Presidência da República disponível em <http://www.presidenciarepublica.pt>

PAVC disponível em <http://www.ipa.min-cultura.pt/coa>

UNESCO disponível em <http://www.unesco.org>

Reflectindo sobre os modelos de desenvolvimento económico implementados nas nações a partir da Revolução Industrial (séc. XVIII), facilmente antevemos os enormes desequilíbrios gerados. Se por um lado, o forte desenvolvimento após a II Guerra Mundial, assente na grande inovação tecnológica no sector da indústria e energia, trouxe benefícios, por outro desencadeou um crescente agravamento dos problemas ambientais.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável insurgia-se cada vez mais como a necessidade urgente de salvar o planeta. Era evidente que o mutualismo desejado na relação Homem-Terra estava fortemente preterido a favor duma relação de predação, onde a Terra, numa crescente acção perversa e injusta, assumia o papel de presa.

Foi em 1987, com a publicação do relatório “O Nosso Futuro Comum”, realizado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido pela Comissão Brundtland, que o conceito “Desenvolvimento Sustentável” passou a ter mais divulgação. Segundo esta comissão, podemos definir desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” e nela perceber a preconização da necessidade de compatibilizar o desejo humano com os limites naturais da Terra.

O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) é, sem dúvida, um “santuário” único. A presença humana e a sua dinâmica são variáveis importantes. O homem ocupa um papel muito importante na singularidade e na panóplia de contrastes que caracteriza este parque natural.

Conclui-se, deste modo, que na estratégia de conservação da natureza o Homem não pode ser ignorado num parque com as particularidades PNDI. Como tal, a conservação da natureza deve necessariamente andar de mãos dadas com desenvolvimento e vice-versa.

Tendo consciência que só se pode respeitar e valorizar o que se conhece e que a predisposição para preservar existe se retiramos valor acrescentado, então, facilmente perceberemos que é na singularidade endógena que reside o enorme potencial de desenvolvimento local quando, de forma consciente e sustentável, soubermos usufruir de tal fortuna.

É hoje reconhecido o turismo como um factor de desenvolvimento, sobretudo, nos países ou regiões onde o tecido económico e produtivo é pouco competitivo, apresentando-se esta actividade como um sector-chave para o desenvolvimento.

Entre diversas propostas estratégicas, o turismo rural surge como uma das actividades com maior potencial de desenvolvimento, concentrando um conjunto de sinergias capazes de desencadear um processo de desenvolvimento económico local.

É certo que o turismo tem tido enfoques privilegiados a nível da União Europeia e Nacional, reflectindo-se no número crescente de iniciativas promovidas. No entanto, têm sido escassas, ou mesmo nulas, as implicações socio-económicas da actividade turística na alteração das condições de vida das populações locais.

Esta constatação não significa que o potencial reconhecido no turismo não o é efectivamente. Significa que não podemos encarar o turismo rural numa óptica de substituição das actividades tradicionais, mas numa vertente de complementaridade, que valorize uma transformação da produtividade económica, através da implementação de serviços neste campo, com a agricultura a fazer parte do processo de agregação dos serviços e produtos.

acta 11

III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior -Debates no Vale do Côa

Vítor Baptista

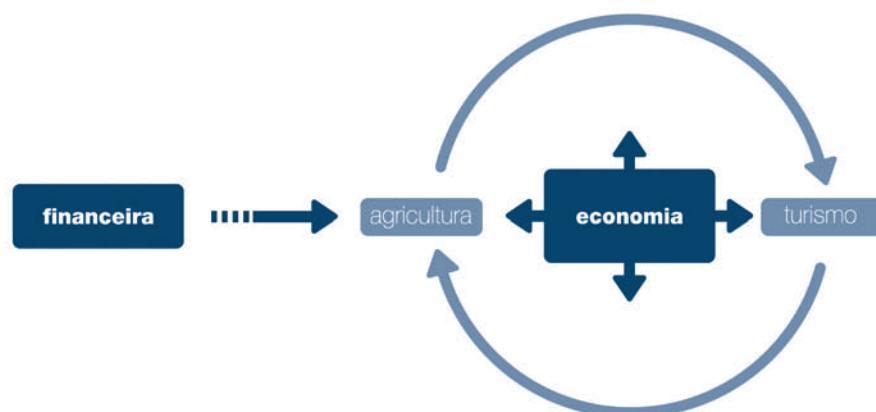
Se o papel do meio rural deixou de ter o significado que vinha desempenhando, cabe-nos redireccionar as opções produtivas existentes numa lógica multifuncional

O turismo não se pode dissociar da agricultura. A agricultura como parte do quotidiano e base da economia do meio rural, deve continuar a desempenhar esse papel. Isto é, o desenvolvimento do meio rural não pode ser entendido se não se centrar na agricultura. Se é verdade que a agricultura contribui para a produção de produtos regionais, não é menos verdade, que também é responsável pela beleza paisagística e manutenção dos valores naturais. Desta forma, só com uma ideia de integração, em torno de um produto de natureza endógena, poderemos proporcionar a tal sustentabilidade que se exige neste modelo de desenvolvimento.

Se atendermos à localização geográfica do PNDI e pegarmos no património natural, no património geomorfológico, no património histórico-cultural (arquitectura religiosa, arquitectura tradicional de feição erudita ou popular, arquitectura moderna, património arqueológico, património arquitectónico das linhas ferroviárias do Sabor e Douro, festas e romarias...), nos produtos regionais (certificados e não certificados), no artesanato, na gastronomia e lhe associarmos um alojamento turístico e uma animação ambiental de qualidade, teremos tudo o que é necessário para o desenvolvimento económico.

É coerente que o desenvolvimento económico só se promove com agentes económicos que poderão ser externos. Contudo, este desenvolvimento económico não pode deixar de ser correspondido e acompanhado por uma malha local.

Se a estratégia for definida num contexto de parceria tudo será possível! É necessário envolver todos os actores num sentimento de cooperação: poder central, autarquias, juntas de freguesia, instituições de Ensino (superior e não superior), formação profissional, associações (culturais, de acção social, de desenvolvimento local, profissionais, etc.), agentes económicos e população local. Ou seja, é preciso desencadear um processo de parceria onde os actores/ *stakeholders* estejam envolvidos no processo de planeamento e conscientes duma partilha de responsabilidades.



É nesta lógica ordenada e sustentável, que o plano de ordenamento PNDI (Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2005 de 28 de Junho) assenta e perspectiva potencializar o binómio “Conservação e Desenvolvimento” através de binómio “Agricultura e Turismo”.

Neste modelo de desenvolvimento, prevê-se uma injeção financeira e outra económica capazes de imprimir uma força motriz na “engrenagem”, tornando-o dinâmico e sustentável.

Assim:

- a injeção financeira, entra no modelo através da agricultura via “Plano Zonal”;
- a injeção económica, resultará da organização intra e intersectorial dos serviços de hotelaria, restauração, animação turística, pontos de venda de produtos regionais e artesanato.

Quanto aos Planos Zonais, estes já existem enquanto medidas agro-ambientais específicas para os proprietários agrícolas da área do PNDI.

Relativamente à organização dos serviços, o PNDI está envolvido em dois projectos que são exemplos de dinâmica económica que pretende envolver os agentes locais dos sectores privado e público na estratégia de desenvolvimento local:

1) Carta Europeia de Turismo Sustentável, que se pretende a sua acreditação em 2008.

2) Marca de certificação, divulgação e promoção de serviços (Marca PARQUES COM VIDA). Projecto iniciado em 2005 e que visa culminar em 2007, através da transferência da gestão da marca para a Associação Parques Com Vida, com os primeiros agentes económicos certificados acompanhado da respectiva estratégia de divulgação e promoção. Envolve 13 concelhos de 5 distritos, inseridos na área dos Parques Naturais do Douro Internacional, Montesinho e Alvão e do Parque Nacional da Peneda-Gerês e visa sobretudo uma estratégia em rede num território de dimensão regional.



sessão 5

Introdução

Graça Araújo

Musealizar em arqueologia: experiências, horizontes, públicos

Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de revisitar experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.

Com efeito, parece-nos que existe uma lacuna no debate, partilha e avaliação de novas estratégias com vista a acrescentar valor e traduzir, numa lógica interpretativa, todo o manancial de informação produzido no âmbito da investigação e da prática de campo da ciência arqueológica.

O extenso território que tratamos, englobando parte da vertente interior de Portugal, revela-se fecundo de valores históricos aos quais assiste hoje um olhar de reivindicação colectiva, que lhes confere o carácter de património, não como memória apenas mas sobretudo como recurso para a revitalização socio-económica e desenvolvimento. No entanto, também estes processos reproduzem muitas vezes as carências verificadas noutros sectores, revelando inércia, desinvestimento, desinteresse e desinformação e, concomitantemente, a ineficácia da função que lhes é consignada.

Neste âmbito, pretendemos alicerçar o diálogo e partilhar com a comunidade arqueológica exemplos de boas práticas, apresentando vários percursos e planificações, tão diversos entre si quanto similares no firme propósito de criar as melhores condições para a salvaguarda, divulgação e educação dos públicos actuais e potenciais, tendo o envolvimento das comunidades aos quais estes territórios e patrimónios dizem respeito.

A documentação de acervos incorporados sob a forma de colecções museológicas, a concretização de percursos e itinerários interpretativos temáticos, a implementação de unidades de acolhimento e acessibilidade de visitantes, a concepção de conteúdos especializados e a programação de base para constituição de novas unidades museológicas têm em comum uma estreita interligação territorial e evidente intenção interdisciplinar, essencial aos projectos desta natureza.

Fazemos votos de que o contributo dos investigadores responsáveis por estas intervenções ilumine horizontes e trace caminhos renovados.

O Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (MAAVC) é um equipamento cultural que vem criar as condições necessárias para o estudo, conservação, divulgação, interpretação e valorização do vasto complexo de arte rupestre do Vale do Côa. É igualmente um equipamento cultural de elevado valor para a região em termos de desenvolvimento económico, dada a potencialidade do mesmo para atrair públicos, sobretudo na área do turismo cultural e ambiental.

O objectivo do presente texto é a apresentação, por um lado, das reflexões iniciais acerca dos princípios de base inerentes à filosofia do programa museológico e da própria função do MAAVC, e por outro, da estruturação concreta e conteúdos definidos para a exposição permanente. No momento em que se redigem estas linhas está em elaboração o projecto museográfico, sob responsabilidade da equipa de arquitectura vencedora do concurso (formada pelos arquitectos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo), que materializará o discurso museológico ora dado a conhecer.

O arranque do projecto museológico: reflexões de base

O projecto do MAAVC não incluía à partida uma colecção concreta nem um programa museológico definido, dois dados básicos para a criação de uma instituição museológica. Sempre se assumiu que o verdadeiro museu se encontrava no próprio vale do rio, por toda a área onde se encontram as gravuras rupestres. É um facto que estamos, efectivamente, perante um museu a céu aberto, um templo sem tecto, que necessita «apenas» de espaços museológicos para fins de interpretação, exposições temporárias, serviços educativos, reservas, centro de documentação, serviços de investigação e serviços de conservação e restauro.

Contudo, a necessidade de um pré-programa preliminar mais consistente que o lançado a concurso para a arquitectura (note-se que o Júri formado para o efeito não integrava museólogos) obrigou, logo de início, que se definisse toda a organização de espaços do edifício de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto), segundo a qual: «O museu deve dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções museológicas, designadamente de conservação e segurança, ao acolhimento e circulação dos visitantes e à prestação de trabalho do seu pessoal» (Artigo 50.º) e «1 - As instalações do museu comportam necessariamente espaços de acolhimento, de exposição, de reservas e de serviços técnicos e administrativos. 2 - O museu deve, sempre que possível, dispor de outros espaços adequados ao cumprimento das funções museológicas, designadamente, biblioteca ou centro de documentação, áreas para actividades educativas e para oficina de conservação» (Artigo 51.º).

Este espaço museológico, cujo principal objecto é a arte rupestre do Vale do Côa, necessita de uma estrutura que assegure a gestão deste (geograficamente vasto) património e que inclua espaços adequados para o funcionamento dos diferentes serviços museais, tais como:

- . Direcção,
- . Administração,
- . Investigação e Centro de Documentação, Incorporação e de Inventário,
- . Conservação e Restauro,
- . Comunicação e Organização de Exposições,
- . Educação,
- . Marketing, Edições e Produtos Comerciais,
- . Assistência Técnica e Vigilância.

acta 12

Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico

António Faustino Carvalho

(Arqueólogo. Universidade do Algarve.

F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117

Faro (e-mail: afcarva@ualg.pt).)

António Nabais

(Museólogo. Instituto Português de Museus

/ Museu Etnográfico e Arqueológico Dr.

Joaquim Manso. Associação Portuguesa de

Museologia (APOM) (e-mail: ajcmn@sapo.pt)

No que respeita à museologia, deparámo-nos de início, como se referiu, com ausência de uma definição clara sobre os objectos que iriam incorporar os espaços de exposições do edifício museal e, conseqüentemente, a própria narrativa museológica. Foi necessário também, nesta primeira etapa, definir algumas questões estruturantes para um esboço de primeiro programa museológico, entre as quais ressaltam as seguintes:

1. O âmbito do MAAVC: trata-se de um museu de parque arqueológico e/ou um museu regional?
2. A vocação e missão do MAAVC: que articulação se deve estabelecer com as visitas aos núcleos de arte rupestre originais? Deve o museu substituir essas visitas, contribuindo para a sua melhor conservação, ou deve complementar as visitas actualmente organizadas pelo PAVC, promovendo a arte do Côa inacessível ao público em geral?

Após diversas trocas de sugestões e impressões com o Dono da Obra (isto é, o Instituto Português de Arqueologia, que então nomeara uma comissão técnico-científica de acompanhamento para o efeito), foi definido um conjunto elementar de princípios-base que definem toda a estrutura e programa museológico concretos, a saber:

1. O MAAVC terá de ter valências específicas que o constituam como um «museu aberto». A arte rupestre classificada como Património da Humanidade pela UNESCO e contextos correlativos será o elemento basilar, quase exclusivo, da exposição permanente. É este património que o distinguirá sempre de qualquer outro museu nacional ou estrangeiro.
2. Definiu-se um conceito de «exposição permanente de longa duração», que dá cumprimento ao exposto no Caderno Encargos do concurso de arquitectura: «[...] *um museu de referência internacional para a arte rupestre paleolítica de ar livre da Europa ocidental, onde o tema principal e dominante é a arqueologia do Vale do Côa, classificada como Património Nacional e como Património da Humanidade pela UNESCO*». Com efeito, as características da investigação no Vale do Côa obrigam à criação de uma narrativa expositiva efémera porque os resultados dos trabalhos arqueológicos estarão permanentemente a fornecer novos objectos e informações que conduzirão a uma reformulação periódica do percurso. Portanto, a exposição de carácter permanente ou de longa duração prevê alterações sempre que a investigação e os achados arqueológicos o justifiquem. O exemplo máximo desta situação é o notável conjunto de arte móvel paleolítico do sítio do Fariseu, ainda inédito e em curso de estudo, descoberto durante a elaboração do programa museológico, mas que o integra desde já.
3. Devido à existência de poucos objectos arqueológicos disponíveis, a exposição permanente (tal como definida atrás) exige o recurso a outros elementos expositivos, nomeadamente réplicas (tanto dos painéis gravados como dos artefactos arqueológicos), imagens 3D, e outras soluções. Estes elementos serão usados com equilíbrio, de modo a que se garanta a valorização dos objectos originais. A opção pelo recurso à utilização de réplicas prende-se com questões óbvias de conservação *in situ* da arte rupestre - assunto que, recorde-se, foi debatido vivamente aquando do processo de defesa da arte do Côa em 1994/95 - e com a importância de expor no MAAVC painéis de núcleos de arte rupestre que não se encontram abertos ao público ou que, por razões de localização e acesso, nunca poderão ser objecto de visitas regulares. Em termos de arte parietal, apenas integrarão a exposição aquelas peças que já se encontrem descontextualizadas, musealização que será também em si mesma, como é óbvio, uma medida para a sua conservação.
4. Por razões que se prendem com o espaço relativamente reduzido da área do edifício consignada à exposição permanente, a arte rupestre classificada como Património da Humanidade pela UNESCO e contextos correlativos serão, como se mencionou atrás, os elementos basilares da exposição permanente. Neste sentido, o MAAVC terá características

de um museu de sítio. Não haverá, portanto, um percurso museológico semelhante ao de outros museus de arqueologia, tipicamente estruturado num discurso diacrónico unilinear com início no Paleolítico e terminando, sem interrupções, nas épocas históricas mais recentes.

Para além do espaço da apresentação das últimas incorporações e da criação de reservas visitáveis, a exposição permanente estrutura-se em blocos temáticos que incidem principalmente: (1) na arte rupestre paleolítica, neo-calcolítica e da Idade do Ferro classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO; (2) no registo arqueológico do sítio do Fariseu; e (3) nas estelas ou estátuas-menir da Pré-História recente e Proto-História da região. Em concreto, a arte paleolítica do Vale do Côa será enquadrada no contexto europeu (de ar livre, mas não só), o qual será citado e apresentado sumariamente, considerando-se a região portuguesa como o expoente máximo das manifestações de ar livre.

Durante o percurso expositivo é assegurada uma relação com o exterior - a paisagem do vale - de modo a que o visitante se sinta atraído pelo «santuário» natural onde se encontram as gravuras, embora sem o distrair dos elementos expositivos apresentados. O percurso expositivo é também ambivalente. Ou seja, pode ser livre, criado no momento pelo próprio visitante, em que este se pode dirigir directamente aos diversos espaços temáticos autónomos que desejar visitar, ou, alternativamente, o visitante poderá seguir o trajecto predefinido.

Para além do espaço da apresentação das últimas incorporações, de tipo showroom, e das reservas visitáveis, a exposição permanente estrutura-se em blocos que incidem nos grandes temas acima referidos. Na evolução das propostas que foram sendo trabalhadas, indicada no quadro anexo, pode verificar-se uma progressiva simplificação dos blocos temáticos, em número e na sua articulação, e, sobretudo, pode verificar-se a emergência do eixo estruturante da exposição: a arte paleolítica do Vale do Côa organizada em função dos seus dois grandes momentos: o «Santuário Antigo» e o «Santuário Recente», com as suas características próprias em termos de técnicas utilizadas na execução da arte, de temas representados e de distribuição espacial no interior do vale (Baptista, no prelo).

Evolução das propostas de estruturação do percurso expositivo	
2005:	2006:
1. A REGIÃO E O MONUMENTO	1. A REGIÃO E O MONUMENTO
2. LER NAS ROCHAS	2. O SÍTIO DO FARISEU E O TEMPO LONGO DO PALEOLÍTICO
3. O FARISEU E A ARQUEOLOGIA RUPESTRE	3. OS DOIS GRANDES CICLOS DA ARTE PALEOLÍTICA DO CÔA
4. A ARTE MÓVEL	4. O HOMEM POR SI PRÓPRIO
5. O GESTO E A ARTE	5. A ARTE DOS POVOS PRÉ-ROMANOS
6. OS ANIMAIS E OS SIGNIFICADOS	
7. VIVER NO CÔA HÁ 18 MIL ANOS	
8. O HOMEM POR SI PRÓPRIO	
9. ESTELAS ANTROPOMÓRFICAS	
10. O LEGADO DE ESTRABÃO	

tabela Evolução das propostas de estruturação do percurso expositivo 2005/2006

A função regional do MAAVC cumprir-se-á nas exposições temporárias e nas reservas, que deverão valorizar e complementar a exposição permanente, podendo nelas figurar temas como a ocupação romana da região, o papel de território de fronteira das terras de Riba Côa durante a Idade Média, etc., ou mesmo exposições sobre outros temas, tais como a arte moderna, a etnografia local, a Pré-História recente da região, etc. Neste programa museológico consideramos que as exposições temporárias serão um instrumento fundamental

O programa museológico: algumas linhas-guia

para valorizar outros aspectos do património cultural regional, que se poderá levar a efeito através de uma boa programação e divulgação das sucessivas exposições a ter lugar. Seria um mau investimento se um equipamento cultural como o MAAVC se circunscrevesse unicamente à arqueologia rupestre do Côa.

O conceito de reserva como espaço público aparece neste Museu como uma inovação num programa museológico. O visitante pode, assim, durante o percurso museológico, ver os objectos que irão ser utilizados, tanto para estudo como para exposições temporárias. Conforma-se, deste modo, uma opção que, ao permitir o acesso dos visitantes não especialistas a um espaço usualmente reservado a estudiosos e conservadores, proporcionará àqueles um conhecimento mais próximo dos «bastidores» da investigação. Trata-se de uma opção com objectivos explicitamente pedagógicos. As reservas visitáveis serão, portanto, enquadradas no percurso expositivo, o que significa que lhes é dado um estatuto de espaço público que pode ser visitado sem qualquer autorização especial. Os objectos estarão expostos sem qualquer discurso narrativo, oferecendo apenas uma leitura de reserva das colecções, dispostas segundo critérios de armazenamento usuais de espólio arqueológico. É garantida a segurança e a conservação do mesmo através de equipamento adequado, para que a visita seja livre e sem condicionamentos especiais. Com esta medida pretende-se aproximar o MAAVC do público, como espaço de conhecimento e de aprendizagem. Cabe ainda referir a Oficina de Arqueologia Experimental, que funcionará regularmente em de espaço próprio no interior do Museu.

3. Conclusões

Como se referiu no início, à data de redacção deste texto está a ser elaborado o projecto museográfico do percurso expositivo, buscando-se soluções museográficas dinâmicas que assegurem a possibilidade de uma actualização permanente do discurso museológico.

A imagem deste museu passa obrigatoriamente pela arte rupestre que se encontra distribuída pelo vale do rio. O MAAVC só se entende como um todo: as gravuras, no seu contexto geográfico original; e o edifício, que constitui o equipamento de estudo e de interpretação das primeiras.

Para além das obras da construção do edifício, em curso desde Janeiro de 2007, urge criar um quadro de pessoal (em devido tempo, foi apresentada pelos autores desta comunicação uma proposta ao Dono de Obra) que permita iniciar a elaboração do plano de actividades do MAAVC para entrar em funcionamento imediatamente após a sua abertura ao público.

As exposições temporárias, para além de oferecerem um carácter regional ao museu, apresentam aos públicos novos pretextos para se deslocarem a Foz Côa, que, hoje, graças à melhoria das acessibilidades viárias, permite aos habitantes dos grandes aglomerados, como Lisboa e Porto, chegar a este ponto do país em poucas horas. Deste modo, o interior vê assegurado um equipamento cultural cujo funcionamento pleno, se assente numa forte dinâmica museal, trará com certeza benefícios para a região em vários domínios, desde o cultural e turístico, ao económico.

Bibliografia

BAPTISTA, A.M. (no prelo) – *A arte paleolítica de ar livre do Vale do Côa*. In FORTEA PEREZ, J., ed. – *Atlas del arte paleolítico de la Península Ibérica*. Oviedo: Universidad de Oviedo.

Resumo

O desenvolvimento do Programa Polis Vila Real, através do Plano de Pormenor da Vila Velha, permitiu planear e dar início a um conjunto de acções visando o estudo, protecção e valorização arqueológica do local onde a cidade teve origem. Como corolário dos trabalhos de investigação arqueológica entretanto realizados, ampliou-se significativamente o conhecimento da longa história de ocupação do local. Para além das estruturas da vila medieval muralhada, fundada por D. Dinis, e das suas subsequentes transformações, foi possível documentar os antecedentes pré-históricos de ocupação do local, proporcionando assim um conjunto de elementos - estruturas e um vasto acervo de peças arqueológicas - que constituem importantes recursos a considerar na pretendida valorização arqueológica da Vila Velha.

Apresentam-se assim as principais componentes de que se revestiu o desenvolvimento do Projecto, desde a fase de concepção do Plano de Pormenor, passando pela realização dos trabalhos de investigação arqueológica e finalizando com o processo de musealização de estruturas arqueológicas e o conceito proposto para o Centro de Interpretação Arqueológica que se encontra em fase adiantada de construção.

Localizada em sítio estratégico e de fácil defesa, formado por um remate de esporão virado a Sul, sobranceiro à confluência dos rios Corgo e Cabril, a Vila Velha constitui o núcleo original da vila fortificada fundada por D. Dinis, na transição do século XIII para o século XIV. Porém, o desenvolvimento urbano dos séculos subsequentes acabou por ditar o abandono progressivo daquele espaço onde a cidade de Vila Real teve origem, chegando ao presente como uma área degradada onde apenas com dificuldade se reconheciam as marcas históricas das suas raízes medievais. A ruína e a sucessiva demolição das suas construções haviam-na convertido sobretudo num amplo terreiro, local caótico de estacionamento automóvel. (fig. 1 e 2)

Todavia, nunca se perdeu a associação do local à vila de fundação dionisina, permanecendo no imaginário colectivo vilarealense como o sítio primitivo – a Vila Velha – alimentado por duas gravuras muito divulgadas representando as desaparecidas “Portas da Vila”. Mais recentemente, esta “memória” ganhou consistência, materializando-se em importantes vestígios descobertos acidentalmente no recinto do Liceu. A intervenção de emergência então realizada pelo IPPAR constituiu um passo importante para a consciencialização e reconhecimento do valor arqueológico da Vila Velha¹.

Desta forma, o Plano Estratégico do Programa Polis Vila Real, subjacente ao Plano de Pormenor da Vila Velha, claramente apontava como principais objectivos a recuperação e revitalização do espaço público tendo em consideração não só a necessidade de preservar os valores históricos e arqueológicos aí presentes como de promover a sua efectiva valorização. Assim, a execução dos estudos inerentes à concepção do Plano de Pormenor da Vila Velha levou à produção específica de um Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica², cujos aspectos principais passamos a apresentar, tanto ao nível da contextualização histórica, como da caracterização, salvaguarda e valorização arqueológica daquele local.

A fundação de Vila Real no reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII, culmina um longo processo iniciado por D. Sancho II, que visava a constituição de um centro urbano como cabeça da antiga *Terra de Panoias*. O processo pôs fim ao sistema, predominante nos séculos

acta 13

Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização

Ricardo Teixeira

João Ribeiro da Silva

Caracterização e propostas no âmbito do plano de pormenor da Vila Velha

¹ Em 1995-1996, uma intervenção arqueológica de emergência da responsabilidade da Direcção Regional do Porto do IPPAR, realizada no âmbito de obras que decorriam para construção do pavilhão polidesportivo no logradouro da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, revelou, para além dos vestígios de construções medievais da alcáçova e da cerca muralhada, a existência de indícios de ocupações durante a Idade do Bronze, a Idade do Ferro e no período romano (RODRIGUES e LEBRE 2003).

² O Plano de Pormenor da Vila Velha foi realizado por uma equipa coordenada pelo Arquitecto Alberto Souza Oliveira. A componente de estudo e o Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica do Plano foi da responsabilidade de Ricardo Teixeira.

Contextualização histórica

XI e XII, em que o poder sobre as terras e sobre os homens fora exercido essencialmente a partir dos castelos. Representando a implantação de um novo modelo régio de organização do território, a fundação de Vila Real, no sítio actualmente conhecido por “Vila Velha”, teve assim também profundas implicações na forma de conceber o habitat e a distribuição das populações neste espaço regional.

O território de Panóias, situado na margem Norte do Douro e genericamente compreendido entre a Serra do Marão e o Rio Tua, constituía uma vasta circunscrição individualizada como paróquia da diocese bracarense, desde o período suevo-visigodo. A sede desta paróquia devia estar instituída num povoado situado no lugar do Assento, na freguesia de Vale de Nogueiras, próximo do conhecido santuário rupestre romano das Fragas de Panóias. A partir do século XI os documentos escritos permitem-nos conhecer e seguir alguns dos principais aspectos ligados ao povoamento e organização do território, revelando-se então como principal centro económico e administrativo a localidade de Constantim de Panóias, também designada Feira de Constantim. Esta localidade que recebe um foral concelhio do tipo “burgo” (Reis, 1991: 79-80) concedido pelo conde D. Henrique, em 1096 (PMH-LC: 352-353), confirmado por D. Afonso Henriques entre 1127 e 1135 (DMP-DR: doc. 84) corresponderia a um aglomerado essencialmente relacionado com as actividades mercantis - expresso no próprio nome da localidade e no título de burgueses com que são mencionados os seus habitantes - onde funcionaria um mercado ou feira, situado numa importante encruzilhada de vias que ligavam o litoral ao interior, e o Norte ao Sul. Seria certamente um habitat aberto e estreitamente ligado à rede viária. A sua importância administrativa, judicial e económica evidencia-se nos textos dos forais concedidos a várias localidades do território de Panóias (Celeirós, 1160; Souto, 1196; Alijó, 1226 e 1269; Murça, 1268; Favaio, 1270 e 1284), os quais se reportam insistentemente à moeda corrente e ao padrão das medidas estabelecido e usado em Constantim.

Todavia, se o centro administrativo, judicial e económico se encontrava em Constantim, o centro militar da *Terra de Panoias*, centrava-se numa estrutura castelar que se erguia numa zona planáltica desviada para NO, exercendo o seu domínio sobre o vale do Rio Corgo. Esta localização do castelo que presidiu à *terra de Panoias*, situado numa zona periférica e descentrada da área nuclear do território, num espaço que parece corresponder também a uma mancha menos densamente povoada, só parece explicar-se por questões estratégicas relacionadas com o controle dos grandes eixos de circulação da “Reconquista”.

Não nos vamos aqui deter na análise arqueológica deste castelo roqueiro. Saliente-se apenas que este castelo de S. Cristóvão que se constituiu como cabeça militar da *Terra de Panoias* não era uma simples estrutura militar isolada, pois teve associado um povoado envolvido por muralha e devidamente documentado entre os finais do século XII e meados do século XIII (Teixeira, 2002).

Os documentos testemunham também a presença, em todo este vasto território, de uma multiplicidade de comunidades que desde os finais do século XII, e sobretudo ao longo dos séculos XIII e XIV, são enquadradas por diplomas régios ou particulares que frequentemente reconhecem a sua organização concelhia incipiente (Reis, 1991: 222-241). No entanto alguns destes diplomas são simples cartas de aforamento que não reconhecem uma administração e justiça próprias. Mas a evolução da organização territorial desenvolveu-se no sentido do desmembramento e autonomia de algumas destas comunidades que nas inquirições de 1220 integravam a *Terra de Panoias* e que em 1258 surgem já como julgados próprios, constituindo-se como concelhos autónomos - o que acontece sobretudo na área leste, em Murça e Noura,

Abreiro, Alijó, Favaios e Jales. Em paralelo com esta tendência de desmembramento e autonomização de parcelas do antigo território de Panóias, ocorre um movimento contrário, de iniciativa régia, de tentativa de constituição de um novo pólo urbano que centralizasse funções políticas administrativas e militares da restante área daquele território. A iniciativa que remonta ao reinado de D. Sancho II encontra eco nos depoimentos de várias testemunhas inquiridas em 1258. Mas, a Póvoa da Ponte de Panóias, como era designada a nova localidade, acabou por não vingar, tornando-se um sítio ermo, como informam as referidas testemunhas. Na freguesia de Mouçós, existe ainda actualmente a aldeia de Ponte, mas o local de implantação da póvoa medieval, situa-se um pouco para Noroeste, num outeiro sobranceiro ao Rio Corgo, próximo da Igreja da Senhora de Guadalupe (Azevedo, 1890: 17). A implantação da póvoa medieval neste sítio deve ter tido muito curta duração não parecendo ter deixado marcas muito evidentes (Teixeira, 2002).

Nos reinados seguintes prosseguem as iniciativas régias tendentes à fundação duma póvoa na *Terra de Panoias*. Afonso III confere-lhe foral em 1272, sendo já então designada como Vila Real, mas as dificuldades do projecto arrastam-no para o reinado de D. Dinis, no qual, após um primeiro foral de 1289, se consegue finalmente concretizar a fundação enquadrada por novos diplomas concedidos em 1293 e 1304 (Azevedo, 1890; Sousa e Silva, 1987: 23-35; Gomes 1993: 85-87). Desta forma e a partir de então, Vila Real, implantada num remate de esporão na confluência dos rios Corgo e Cabril, assumia-se definitivamente como o centro de um novo território recortado do antigo território de Panóias.

Realizada a contextualização histórica do processo que conduziu à fundação de Vila Real, o estudo do Plano de Pormenor prosseguiu no sentido da identificação e caracterização dos principais elementos patrimoniais presentes na Vila Velha, de forma a fundamentar a subsequente proposta de intervenção e valorização. Retomamos assim, de uma forma breve, a sua enumeração, começando por destacar o Cemitério de S. Dinis, cuja construção se insere já no processo de transformações que ao longo do século XIX levaram à demolição das muralhas medievais da vila e à significativa anulação da sua estrutura urbana medieval. (fig. 3 e 4)

Construído juntamente com o passeio público que o envolve, a partir de 1841, constitui um dos mais representativos cemitérios românticos portugueses. Para além da antiga igreja paroquial de S. Dinis e da anexa capela de S. Brás, de raiz medieval, o cemitério encerra um conjunto de jazigos com gradeamentos em ferro forjado, jazigos em forma de capela e mausoléus com estátuas alegóricas representativas de modelos neoclássicos produzidos por artistas canteiros e escultores de Lisboa, Porto e da região duriense aqui representada por José Joaquim Teixeira Lopes (Queiroz e Portela, 2000).

Destacam-se neste ponto da caracterização da “Vila Velha”, dois dos seus edifícios mais relevantes, de reconhecido valor histórico e arquitectónico, directamente associados ao contexto urbano medieval da vila. A Igreja de S. Dinis, embora muito alterada por ampliações e reformas realizadas nos séculos XV e XVIII, representa o primitivo templo paroquial que serviu a póvoa de Vila Real. Já existia em 1297, ano em que D. Dinis a doou ao mosteiro de Pombeiro. Todavia, naquela data, constituía ainda um templo sufragâneo da Igreja de Vila Marim, sede da paróquia em cujos limites fora fundada Vila Real. Só em data posterior a 1320 terá adquirido o estatuto de autonomia como sede paroquial. No século XV teve uma primeira ampliação. No século XVII registaram-se obras de vulto que incluíram a construção do portal

Os valores patrimoniais

lateral, de retábulos de talha dourada e do revestimento azulejar da capela-mor. No século seguinte foi construída a sacristia, a torre sineira e o portal principal, encimado por frontão com o escudo nacional. (fig. 5 e 6)

A capela de S. Brás, que se encontra adossada, em posição frontal, à Igreja de S. Dinis, encontra-se classificada como Monumento Nacional (Dec-Lei 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910). Constitui uma capela funerária de tipo românico tardio cuja construção poderá remontar ao século XIV. O seu pavimento integra várias tampas sepulcrais e as paredes acolhem cinco arcosólios tumulares. O mais notável, de tipo manuelino, armoriado e com inscrição gótica na tampa do arcaz pertence a João Teixeira de Macedo. Este destacado fidalgo da Casa Real transformou a capela em panteão familiar e cabeça de um vínculo confirmado por D. Afonso V. Uma das paredes possui pinturas murais quinhentistas formando estrutura retabular dominada pela imagem de S. Brás. (fig. 7 e 8)

O principal valor patrimonial e arqueológico do espaço da Vila Velha reside, naturalmente no conjunto dos elementos caracterizadores da vila, ou seja, o recinto muralhado urbano, com as respectivas portas e a organização interna do seu urbanismo medieval. Como o estatuto impunha, a nova vila medieval possuía uma cerca urbana envolvente. Mas a sua construção ou conclusão, tal como a criação da própria vila, não terá conhecido um processo rápido e imediato. De facto, ainda em 1304 se encontra uma referência em que D. Dinis ficava de *“lhys fazer o muro em essa vila quando o poder fazer querendo deus”* (Azevedo, 1890: 70). Não sabemos quando se iniciou efectivamente a construção, nem quanto tempo duraram os trabalhos, mas no final do século não só deveriam estar concluídos como já a necessitar de reparação. Com efeito, em 1395, o rei ordena que sejam reparados os muros da vila em alguns dos seus pontos, cedendo, para o efeito, pedra do alcácer (Monteiro, 1999: 135).

À semelhança de outras cercas urbanas medievais, a muralha da vila definia um recinto de planta ovalada ainda em parte reconhecível na topografia do local. Os seus paramentos medievais conservavam-se apenas visíveis no flanco O, na zona baixa da encosta sobranceira à Ribeira do Cabril. A face externa identifica-se perfeitamente, nos seus silhares graníticos de característico talhe medieval, nas traseiras das construções que a ela estão adossadas. Mas é no sector SO, em que o seu traçado inflecte encosta acima, em direcção ao cemitério, que se encontram os paramentos mais extensos e em melhor estado de conservação. Nesta zona é mesmo possível identificar toda a dimensão da construção já que em dados pontos, no interior dos quintais, é perceptível o alinhamento da sua face interna. (fig. 9 e 10)

Nos flancos Sul e Este torna-se mais difícil o reconhecimento do seu traçado, dadas as transformações topográficas aí ocorridas com a construção do cemitério e do paredão que sustenta a plataforma da “Vila Velha”. Do lado Norte o alinhamento da cerca fechava o recinto no alinhamento aproximado do último corpo da Escola Secundária. Aí se abria a porta principal da vila, a qual era cingida por duas torres. Junto a esta porta erguia-se a alcáçova propriamente dita, nas imediações da qual se localizava a cisterna.

Além deste acesso, a vila possuía mais duas portas. Uma estaria situada no flanco Sul e a outra, designada “porta franca”, em virtude das isenções fiscais sobre os produtos comerciais que por aí entravam, localizava-se do lado poente. Relativamente à primeira, cuja demolição terá ocorrido depois de 1868, desconhece-se, para já, a sua localização exacta. A “Porta franca”, embora já desaparecida, localizava-se no ponto em que a viela que desce a vertente Oeste intercepta a muralha.

Mas como se organizava, no espaço intra-muros, a estrutura urbana da vila medieval ? Sabemos que a ocupação efectiva deste espaço conheceu grandes dificuldades desde o seu início, com alterações da própria dimensão com que foi concebido. O foral dionísio de 1289 previa um número de 1000 povoadores, cada qual com direito a uma casa no interior da cerca e os que eventualmente não coubessem teriam lugar no arrabalde. Tratava-se de um projecto arrojado e sobredimensionado que o diploma de 1293 veio corrigir, prevendo então a residência de 500 povoadores, o que seria equivalente a igual número de fogos. Mesmo assim, embora desconheçamos qual terá sido a efectiva taxa de ocupação e urbanização da “Vila Velha”, facilmente reconhecemos que nunca deverá ter atingido o número previsto no referido foral de 1293. De facto, desde cedo a povoação se estendeu para fora de muros, ao que tudo indica, não por sobrelotação do local, mas pelas condições mais favoráveis oferecidas no arrabalde, a Norte, tanto em termos de acesso viário como de abastecimento de água. Assim se compreende a determinação de D. Fernando, realizada em 1369, ordenando que todos os oficiais e mestrais de Vila Real morassem no interior da cerca, a qual estava demasiado despovoada (Monteiro, 1999: 229).

O sucesso do desenvolvimento dos arrabaldes e o declínio irreversível da vila muralhada expressa-se sobretudo desde os inícios do século XVI. O pólo da vida económica e social transfere-se definitivamente para Norte. Para responder a este crescimento / transferência é instituída outra paróquia urbana e construído extra-muros o respectivo templo – S. Pedro. O convento de S. Domingos, construído ainda nos inícios do século XV, e depois, na primeira metade do século seguinte, a igreja da Misericórdia, várias capelas, cruzeiros e chafarizes, entre muitas outras construções, expressam e acentuam esta dinâmica urbana. Em 1677 a “Vila Velha” contava com menos de 10 moradores, e uma vez mais, numa tentativa de evitar o total despovoamento, confirmam-se-lhe os privilégios e isenções.

As sucessivas transformações a que este espaço esteve sujeito desde o século XIX – demolições das muralhas, construção do cemitério – e, mais recentemente, as contínuas demolições dos restantes edifícios, dificultavam a percepção exacta do que terá sido o traçado urbano medieval. É frequente, ou quase sistemático, o uso de padrão geométrico nos traçados urbanos medievais das vilas fundadas e planificadas por iniciativa régia, no decurso do processo de reorganização do povoamento e estabilização de fronteiras do território nacional (Gaspar 1969; Almeida, 1992; Gomes, 1993), como é o caso de Vila Real. Também aqui encontramos alguns indícios que apontam para a implantação de um urbanismo planificado com eixos longitudinais – Norte / Sul – cortados por um conjunto de travessas perpendiculares, formando quarteirões com parcelas rectangulares. É visível na planta actual, mas é ainda mais notório em algumas plantas antigas. Julgamos também reconhecer ainda o traçado de alguns destes eixos, conservado em sectores do parcelário da vertente Oeste. Além dos elementos relacionados directamente com a estrutura da vila medieval – muralha, portas, igreja, urbanismo e construções associadas –, a caracterização apontava claramente para a presença de outros valores arqueológicos no espaço da Vila Velha. Formando um remate de esporão, exposto a Sul, alcantilado sobre a confluência do Rio Cabril com o Rio Corgo, o local reunia condições que favoreciam a ocupação humana em épocas recuadas. Como referimos, a intervenção arqueológica realizada pelo IPPAR na extremidade Norte da “Vila Velha” havia já identificado indícios de ocupação da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e de época romana. A prospecção de superfície entretanto realizava no âmbito do Plano de Pormenor reforçava estas observações, ampliando a extensão dos vestígios mais antigos à extremidade Sul da vila, justificando assim plenamente a consideração de toda a área da

Vila Velha como espaço de valor e potencialidade arqueológica que deveria, como tal, ser considerada para efeitos de protecção e valorização. (fig. 11)

Caracterizados os valores patrimoniais e fundamentada a natureza arqueológica do local, foi estabelecida na Planta Síntese do Plano da Vila Velha uma Área de Protecção Arqueológica que abrange o antigo casco medieval da “Vila Velha”, envolvendo todo o seu perímetro muralhado, assim como o espaço adjacente, a Norte, junto às antigas portas.

Ao estabelecer esta Área de Protecção Arqueológica, o Plano passou a condicionar as transformações do uso e ocupação do solo à realização prévia de trabalhos de arqueologia. Através do Regulamento associado, as obras em espaços ou edifícios, públicos ou privados, situados dentro da Área de Protecção Arqueológica, carecem, desde a fase de Estudo Prévio, de Estudo de Avaliação Arqueológica com proposta de metodologia e projecto de salvaguarda da especialidade de arqueologia, elemento que deverá constar também do respectivo processo de licenciamento de obra. No caso dos edifícios situados na área de protecção arqueológica, as condicionantes arqueológicas não se circunscrevem às intervenções directas no solo. Assim, nestes casos preconizou-se a realização prévia de trabalhos de Arqueologia da Arquitectura: *“Quaisquer obras de reconstrução, ampliação, reabilitação, restauro ou correcção em edifícios já existentes, situados dentro da área de protecção arqueológica, com particular realce para a Igreja de S. Dinis e para a Capela de S. Brás, devem obrigatoriamente prever um enquadramento de estudo arqueológico de leitura estratigráfica de paramentos e identificação de fases construtivas.”*.

Proposta de intervenção e valorização arqueológica

Finalmente, como corolário dos estudos de caracterização anteriormente enunciados, o Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica preconizava o desenvolvimento faseado de trabalhos de investigação arqueológica – sondagens prévias de avaliação, escavação alargada de áreas consideradas mais relevantes, enquadramento arqueológico da execução da empreitada – e um conjunto de acções relacionadas com o processo de valorização arqueológica da Vila Velha – musealização de estruturas, Circuito de Visita, Centro de Interpretação Arqueológica, edição de roteiro de visita e de publicação monográfica com os resultados da investigação.

Para a execução dos estudos arqueológicos propunha-se o desenvolvimento segundo dois modelos de actuação com metodologias e objectivos específicos distintos, embora convergindo no objectivo comum de promover o conhecimento e valorização da memória histórica do núcleo embrionário de Vila Real:

- a) Intervenção arqueológica de reconhecimento, estudo e valorização dos elementos mais relevantes da “Vila Velha”, nomeadamente da muralha e portas da vila; da alcáçova e cisterna, da igreja medieval e da sua evolução; da morfologia urbana, arruamentos, edifícios e organização do parcelário; da diacronia de ocupação humana do local, desde a Pré-História.

- b) Intervenção arqueológica de salvaguarda e acompanhamento em locais determinados pelo projecto de execução do Plano de Pormenor. Incluíam-se todos os decorrentes da implantação de infra-estruturas de redes eléctricas e telefónicas, saneamento e águas pluviais, pavimentação dos espaços públicos, construção ou reconstrução de edifícios e todos os outros trabalhos que impliquem quaisquer desaterros dentro do perímetro de salvaguarda arqueológica.

No domínio da valorização arqueológica da Vila Velha eram propostas três iniciativas principais. A primeira consistia na concepção de um “centro interpretativo” dedicado à “memória da Vila Velha”. Aproveitando um local em que os vestígios arqueológicos e arquitectónicos se apresentassem com um carácter relativamente monumental – como se verificava na zona da alcáçova, intervencionada pelo IPPAR – propunha-se a criação de um núcleo museológico que servisse como local privilegiado de divulgação da memória da Vila Velha. Para além de proporcionar ao visitante o contacto directo com vestígios conservados “in situ”, a mostra museológica, combinando objectos arqueológicos, reproduções de documentos, gravuras, plantas e fotografias antigas, permitiria expor a história da Vila Velha, desde a ocupação pré-histórica, passando pelo processo de fundação e estabelecimento da vila até ao seu progressivo abandono.

A segunda acção proposta consistia na criação de um circuito de visita com musealização de estruturas arqueológicas. Funcionando como complemento natural do “centro interpretativo”, propunha-se a concepção de um circuito de visita, a estabelecer de acordo com os resultados da investigação arqueológica, que permitisse a fruição dos valores patrimoniais da “Vila Velha” – percurso pelas muralhas, identificação das portas da vila, reconhecimento dos traços do urbanismo e das suas construções, etc. – exigindo sinalética, iluminação e tratamento adequado em termos de consolidação/estabilização e de exposição das estruturas arqueológicas que viessem a ser reveladas pela investigação.

Finalmente, propunha-se a divulgação dos resultados da investigação arqueológica através de iniciativas editoriais que poderiam assumir a forma de livro-guia e desdobrável sobre a “memória da Vila Velha”.

Com a aprovação do Plano da Vila Velha, a investigação arqueológica foi sendo realizada, de forma descontínua, entre o final de 2002 e 2006, incluindo-se aqui todos os trabalhos, desde a fase de sondagens prévias de avaliação às acções finais de enquadramento da execução da empreitada de requalificação do espaço público e escavações complementares associadas ao processo de musealização de estruturas arqueológicas³. (fig. 12, 13 e 14)

Apesar do programa de sondagens de avaliação prévia ter sido substancialmente reduzido e de não ter sido possível intervir e valorizar a zona do Liceu – onde se conservam vestígios com maior expressão monumental, aspecto que acabou por condicionar e levar a substantivas alterações ao que se encontrava inicialmente previsto no Plano -, a investigação arqueológica possibilitou uma avaliação geral mais detalhada do potencial arqueológico de vários dos espaços da Vila Velha, a análise de alguns dos sectores considerados mais relevantes, a selecção de sectores para efeitos de musealização e integração no projecto de arranjo do espaço público, e ainda um conjunto de observações complementares realizadas no decurso da execução da empreitada.

Está ainda em curso o processo final de tratamento e sistematização integrada de toda a informação proporcionada pelas várias fases da intervenção arqueológica – as quais foram sendo objecto dos respectivos relatórios parcelares. Em todo o caso é possível destacar alguns dos resultados mais relevantes. (fig. 15)

A execução e os resultados da investigação arqueológica

³ Os trabalhos arqueológicos foram coordenados por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, da firma *Arqueologia & Património*, sob a direcção de campo de Susana Cosme, na fase de avaliação prévia, e de Lídia Baptista na fase de execução da empreitada de recuperação do espaço público e musealização de estruturas arqueológicas.

Assim, no que diz respeito à muralha urbana, possuímos agora um conhecimento mais rigoroso do seu traçado, que definia um perímetro ovalado. As principais novidades dizem respeito a sector Norte, tendo-se finalmente efectuado a localização da tão referida porta Norte da Vila que havia sido demolida no século XIX. Foram identificados os alicerces dos dois torreões que flanqueavam este acesso principal da vila, encontrando-se associados a um significativo troço da muralha medieval e um terceiro torreão, de menores dimensões, localizado no ângulo em que a muralha inflectia para Sul. (fig. 16, 17, 18, 19 e 20)

Os trabalhos proporcionaram também uma melhor caracterização da designada Porta Franca, localizada a Oeste, e revelaram a existência de um torreão adjacente, de protecção desta entrada, tal como se havia suspeitado na fase de concepção do Plano através da leitura dos paramentos e dos entalhes no afloramento rochoso. Sondagens realizadas no interior dos quintais junto da cortina Oeste da cerca indiciam a preservação da face interna da muralha, o que permitirá futuramente perspectivar um programa geral de valorização deste significativo troço de muralha, devolvendo-lhe a monumentalidade e criando condições de visita através de um circuito interno ao longo desta estrutura. (fig. 21)

Um outro aspecto da investigação arqueológica relaciona-se com a problemática do urbanismo e organização do espaço interno da vila. Embora permaneçam muitas questões em aberto, podemos afirmar que se confirma o traçado tendencialmente ortogonal da malha urbana, formada por arruamentos principais, mais largos, dispostos longitudinalmente, e um conjunto de ruas transversais, mais estreitas. No entanto, as observações concentraram-se principalmente na plataforma superior da Vila Velha, ao longo dos dois arruamentos principais (N-S), não tendo sido possível efectivar sondagens ao longo da encosta poente onde a cartografia e fotografia aérea antiga parecem revelar a conservação de traços do parcelário e organização urbana medieval.

Ao longo daquelas duas ruas foi possível identificar vários níveis de antigos pavimentos, por vezes com calçada irregular. No sector junto ao cemitério, as sondagens revelaram um troço significativo da antiga rua, delimitada lateralmente por paredes longitudinais. Este sector da rua possui pavimento em terra batida, tendo sido anulado pela construção do cemitério, sob o qual se deve prolongar, em direcção à Igreja de S. Dinis. (fig. 22, 23 e 24)

Nos quarteirões definidos pela malha de arruamentos, realizaram-se ainda algumas observações complementares. Na zona mais elevada da Vila Velha verifica-se uma sedimentação reduzida, quase não permanecendo vestígios, uma vez que este espaço sofreu, desde o século XIX, fortes demolições, regularização do terreno e arborização relacionadas com o “embelezamento” da envolvente do cemitério. Mas, numa das áreas onde foi também possível efectuar escavação mais alargada, do lado poente da Rua de S. Dinis, verificou-se uma tendência para as construções avançarem sobre a antiga rua transversal, de ambos os lados dela, tornando-a assim mais estreita com o decurso do tempo. Nos locais onde foram detectados edifícios, estes organizam-se à face da rua, com logradouros laterais ou nas traseiras. Documentou-se também o processo, de Época Moderna, dos edifícios se adossarem e acabarem por ocupar e anular o antigo adarve da muralha. (fig. 25 e 26)

Um outro objectivo da investigação arqueológica relacionava-se com os indícios de ocupação do local em épocas anteriores à fundação da vila dionisina. Presentes na maioria dos locais onde foram feitas observações arqueológicas, os níveis de ocupação da Idade do Bronze

Final e da Idade do Ferro – evidenciados por lareiras, buracos de poste, e grande quantidade de espólio cerâmico e alguns objectos líticos e metálicos – apresentam forte expressão e densidade nos sectores junto à Porta Norte e do cemitério indiciando uma área de ocupação de extensão significativa nesta plataforma superior. Em contrapartida, os indícios de ocupação em época romana são muito ténues e quase residuais, constituídos sobretudo por algum espólio – cerâmica, vidro, moeda – sem que seja possível definir propriamente um nível de ocupação, apenas se detectando o alicerce de uma construção no sector junto ao Cemitério onde não foi possível efectuar uma observação mais alargada. (fig. 27 e 28)

Finalmente, refira-se a grande quantidade e diversidade de espólio encontrado, representativo das várias fases de ocupação, o qual aguarda estudo mais aprofundado e triagem para efeitos de musealização no âmbito do Centro de Interpretação Arqueológica.

Por se realizarem em local público, com bastante visibilidade e exposição, interferindo com o imaginário ligado às origens da cidade e às referidas “Portas da Vila”, os trabalhos arqueológicos suscitaram, desde o seu início, muita curiosidade. Houve assim uma grande preocupação em permitir o acesso do público e contribuir para a explicação da natureza, objectivos e resultados dos trabalhos em curso. Para além das explicações informais proporcionadas aos curiosos ou visitantes ou à comunicação social, foram conduzidas visitas de grupos escolares às escavações arqueológicas. (fig. 29)

Além disso foi também executado um painel de grandes dimensões - 2m de altura x 4m de comprimento - afixado à entrada da Vila Velha com o objectivo de divulgar as acções previstas e apresentar os resultados iniciais da intervenção arqueológica. Encontrava-se organizado em quatro secções, conjugando texto e imagens: 1-Estudo e Valorização Arqueológica da Vila Velha, enunciando os objectivos e acções previstas no Plano de Pormenor; 2-Fundação e Abandono da Vila Medieval, com breve apresentação da História e Património da Vila Velha; 3-Resultados das Sondagens Arqueológicas, ilustrando as principais descobertas; 4-Em que consistem os trabalhos arqueológicos, com conteúdo mais didáctico, vocacionado para a explicação das componentes e metodologias da investigação arqueológica. (fig. 30 e 31)

Musealização de estruturas arqueológicas

O processo de musealização e integração de estruturas arqueológicas realizado no âmbito do projecto de valorização do espaço público da Vila Velha conheceu várias etapas e soluções. Embora tratando-se de um propósito claramente vincado no Plano, obviamente que a sua concretização dependia ainda dos resultados da investigação arqueológica que viria a ser desenvolvida. O único local previamente seleccionado correspondia às estruturas que o IPPAR estudara e que haviam ficado novamente soterradas. Como vimos, tratava-se de estruturas importantes da vila medieval – relacionadas provavelmente com a sua alcáçova e cisterna – possuindo monumentalidade e características que justificavam a sua musealização. A solução estudada permitiria ligar este espaço museológico ao troço mais bem conservado da muralha urbana, articulando-se assim num circuito de visita coerente.

No entanto, praticamente à partida, o espaço que por excelência se proporcionava ao tratamento museológico acabou por não estar disponível para a intervenção preconizada, dado que o projecto implicava também a anulação de um pavilhão pré-fabricado utilizado pelo

A musealização e o centro de interpretação arqueológica

⁴ Obviamente que o espaço permanece como reserva arqueológica que poderá vir a ser recuperada num futuro talvez não muito longínquo. Trata-se de um pavilhão pré-fabricado, com um “tempo de vida” limitado. Além disso encontra-se construído sobre um grande aterro, possuindo volumetria que contrasta com a envolvente da Vila Velha e com o edifício, já histórico, do próprio Liceu.

Liceu⁴. Assim, só quando a investigação se encontrava em fase adiantada, proporcionando a apreciação global do conjunto das estruturas arqueológicas entretanto descobertas, foi possível seleccionar locais e estudar as melhores soluções de integração. (fig. 32)

Foram assim seleccionados para efeitos de musealização dois sectores principais – Sector Norte (da Porta Norte) e Sector Sul (junto ao cemitério de S. Dinis) – aos quais se veio juntar a zona da Porta Franca, associada ao arranjo da sua envolvente.

A selecção dos dois referidos sectores, como se afirmava no relatório/informação então produzido⁵, derivava não só da importância dos vestígios detectados em cada um deles, mas também porque possuíam “*natureza e valências patrimoniais distintas, podendo assim proporcionar leituras complementares e enriquecedoras da História da Vila Velha.*” De facto, enquanto no Sector Norte se privilegiava uma leitura “estática” que remetia directamente para a estrutura da vila medieval – materializada num troço representativo da muralha urbana e nas duas torres associadas à principal porta da vila – no Sector Sul prevalecia a leitura “dinâmica” centrada na evolução e transformação do espaço da Vila Velha – materializada num conjunto de vestígios sobrepostos, escalonados desde a Pré-História à Época Contemporânea, com destaque para os níveis de ocupação da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro, compreendendo várias lareiras; a presença de um arruamento medieval, ladeado de construções, que se devia prolongar em direcção à Igreja de S. Dinis; e a cerca do cemitério romântico cuja construção, em meados do século XIX, acabou por anular o urbanismo medieval daquela área.

Reconhecida e aprovada a selecção destes dois sectores principais, o arquitecto Alberto de Souza Oliveira desenvolveu os respectivos projectos específicos, em articulação com a equipa de arqueologia. No Sector Norte, as opções oscilavam entre ampliar e completar o estudo arqueológico e voltar a cobrir os vestígios, transpondo apenas para o arranjo de superfície a informação subjacente, ou assumir a exposição directa e integrada no arranjo do espaço público daquelas estruturas, obrigando a redefinir a convergência de cotas de circulação, tendo acabado por prevalecer esta última solução. (fig. 33, 34, 35, 36 e 37)

Relativamente ao Sector Sul, a natureza dos vestígios e a grande profundidade a que se encontravam, impunha desde logo uma solução que passava pela construção de uma cobertura/protecção dos mesmos. No entanto, esta cobertura não poderia elevar-se acima da cota actual de circulação, já que teria fortes implicações com o enquadramento visual do cemitério, interferindo com este valor patrimonial. O projecto foi assim concebido, criando uma área coberta quase ao nível do solo, na qual se rasgavam janelas de apreciação focalizadas em cada um dos elementos arqueológicos que se pretendia destacar.

No que diz respeito ao arranjo da envolvente da Porta Franca, a solução projectada incluía o rebaixamento da cota de circulação, possibilitando a leitura do alicerce do torreão que flanqueava a porta, o qual poderia ser reforçado com a colocação de uma ou duas fiadas de pedra, assumidamente diferenciadas do aparelho original, apenas para vincar a volumetria daquela estrutura medieval.

⁵ Ricardo Teixeira – “Programa Polis Vila Real - Plano de Pormenor da Vila Velha: Avaliação dos resultados e perspectivas da intervenção arqueológica”. Informação datada de 11 de Dezembro de 2003.

Infelizmente, por dificuldades financeiras e de prazos associados ao final do Programa Polis Vila Real, tiveram de ser suspensos os projectos do Sector Sul e da Porta Franca. Depois de devidamente estabilizadas e protegidas, as estruturas arqueológicas foram de novo tapadas, permanecendo como uma reserva museológica susceptível de ser retomada e valorizada no futuro.

Entretanto, a fase de acompanhamento arqueológico da empreitada geral levou à descoberta e escavação de uma zona onde se conservavam vestígios da morfologia urbana de origem medieval. Tratava-se de uma das ruas transversais entretanto desaparecidas e de um conjunto de paredes e de pavimentos associados a uma casa construída em posição de gaveto entre a rua principal da vila – Rua de S. Dinis - e a travessa que descia em direcção à “Porta Franca”. O interesse da descoberta e a disponibilidade da autarquia e do arquitecto projectista permitiram a alteração do projecto que estava em execução, introduzindo-se as necessárias alterações de forma a integrar aquelas estruturas que acabaram por ser musealizadas. (fig. 38, 39, 40 e 41)

Embora não tenha sido possível concretizar, nesta fase, todos os projectos idealizados ou previstos no Plano de Pormenor, espera-se que os espaços musealizados – Porta Norte e sector urbano medieval – e a entrada em funcionamento do Centro de Interpretação Arqueológica possam contribuir para a pretendida dinâmica de valorização da Vila Velha, a qual passa necessariamente tanto pelo desenvolvimento das acções de investigação como da respectiva divulgação.

Num projecto em que a autarquia vem demonstrando interesse e empenho, o próximo desafio é o do desenvolvimento e preparação dos conteúdos expositivos do Centro de Interpretação Arqueológica.

Centro de Interpretação Arqueológica

O Centro de Interpretação Arqueológica de Vila Real constitui um elemento fulcral na implementação do *Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica da “Vila Velha”*, nomeadamente do plano de valorização e divulgação que tal documento prevê. De facto, o Centro surge como uma acção complementar da intervenção arqueológica já efectuada, que permitiu, como foi já referido, o reconhecimento, estudo e valorização dos elementos mais relevantes para a história da Vila Velha.

Não obstante, o carácter prioritário da construção do Centro de Interpretação Arqueológica foi equacionado em 2004, uma vez que em Julho desse ano, fruto de conhecidas dificuldades no campo do financiamento dos projectos, o Programa Polis deixou de o considerar exequível. Obstinadamente, a Câmara Municipal de Vila Real não deixou morrer o projecto, candidatando a sua construção ao *Programa Operacional da Região Norte – 2.1 – AIBT Douro – Competitividade e Qualificação Territorial*, em Novembro do ano seguinte. A homologação da referida candidatura em Janeiro de 2006 foi o impulso definitivo para o início da sua construção, actualmente a decorrer, e cujo termo se prevê para Dezembro de 2007. (fig. 42 e 43)

O edifício do Centro de Interpretação Arqueológica constitui, nas palavras do Arquitecto António Belém Lima (seu autor), um *muro silencioso*, uma vez que constitui um remate pétreo à textura urbana/habitacional, com pequenas e excepcionais aberturas pontuais a Sul e a Nascente que enfatizam vistas imponentes, como as que se perscrutam sobre o Cemitério e a Igreja de S. Dinis, ou ainda sobre a dramática topografia das encostas dos rios Corgo e Tourinhas.

Erigido numa localização privilegiada – em plena Vila Velha, após um quarteirão de pequenas habitações e em frente do Cemitério de S. Dinis, sereno perante amplos espaços verdes

pontilhados por oliveiras e áreas de descanso –, o Centro de Interpretação Arqueológica dedicar-se-á à preservação e divulgação da memória da Vila Velha: preservação, por guardar em si os resultados das intervenções arqueológicas aí efectuadas, no âmbito do Programa Polis, usufruindo deles, conservando-os, estudando-os; divulgação, por dispor de espaços expositivos e permitir-se funcionar como ponto de partida para circuitos de visita, do interior para o exterior, dos elementos patrimoniais renascidos, novamente visíveis, da Vila Velha de Vila Real.

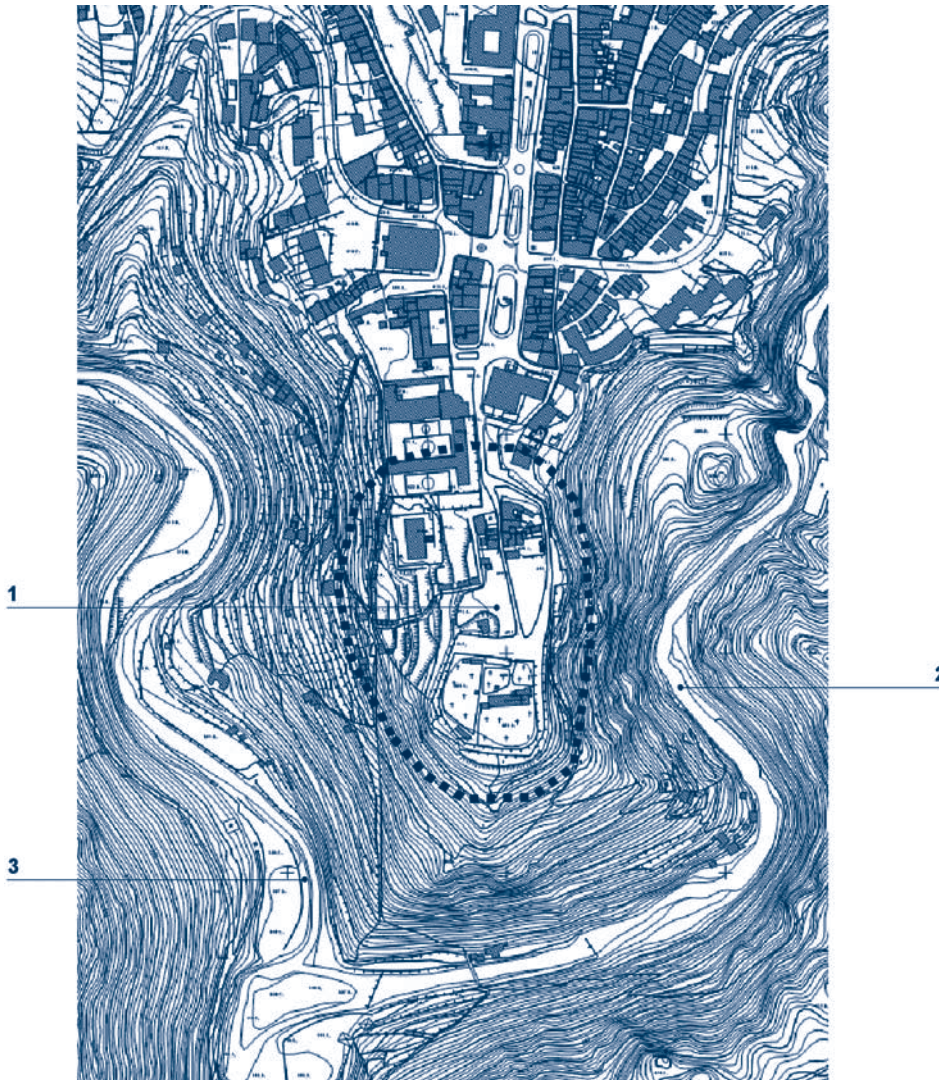
Estabelecido um circuito de cariz turístico/arqueológico de acordo com os resultados da investigação arqueológica, o Centro de Interpretação terá uma função que ultrapassa o edifício em que está instalado: de facto, proporcionará ao visitante a fruição *in loco* dos elementos arquitectónicos mais marcantes da história da Vila Velha, como as míticas *Portas da Vila* (entrada Norte para a Vila Real intramuros), vários troços da muralha, ou vestígios do alinhamento urbano através dos tempos.

A fluidez de circulação começa no interior do próprio edifício, cuja organização interna foi equacionada de modo a constituir, por si própria, um itinerário, funcionando em percurso sequencial. Os seus dois pisos (o edifício inclui um terceiro piso, exíguo, destinado exclusivamente a casa das máquinas) implantam-se numa área com cerca de 500 m², sendo o acesso ao interior possível por escada externa para o nível superior (Piso 2), permitindo-se logo aí um primeiro contacto (visual e, eventualmente, físico) com remanescentes rochas pertencentes a um muro antigo – pelo menos oitocentista, provavelmente anterior. (fig. 44) Já no interior, o visitante pode dirigir-se a uma pequena biblioteca/centro de documentação, visualizar uma apresentação multimédia no espaço polivalente e fruir da exposição patente na grande sala destinada para o efeito. Descendo para o Piso 1 através de escada, elevador ou rampa, poderá continuar a visita à(s) exposição(ões), de curta, média ou longa duração, bem como aceder a outra das mais-valias deste edifício: a considerável área de trabalho no domínio da Arqueologia, que inclui um espaço de reserva, salas de tratamento do espólio e laboratório, bem como gabinetes destinados aos técnicos.

A Exposição de longa duração prevista para o Centro de Interpretação Arqueológica da Vila Velha privilegiará, logicamente, os resultados da intervenção arqueológica no local: desta forma, serão dadas a conhecer informações relativas às diversas ocupações do território ao longo dos tempos, desde a Idade do Bronze à época contemporânea, com a exibição de parte do inúmero espólio exumado, contextualizado, sempre que possível, por textos, imagens, mapas e conteúdos multimédia. Com especial incidência em outros aspectos relacionados com a história de Vila Real, realizar-se-ão regularmente exposições temporárias, sendo de igual modo possível a realização de actividades relacionadas com o trabalho específico de Arqueologia.

No que concerne ao enquadramento orgânico, a Câmara Municipal de Vila Real pretende incluir este equipamento cultural na já existente estrutura museológica local. De facto, torna-se obrigatória a articulação entre o Centro de Interpretação Arqueológica da Vila Velha e o Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (igualmente de tutela municipal), instalado num edifício setecentista no centro da cidade, com colecções de arqueologia e numismática, apresentando ao público alguns serviços que podem perfeitamente ser extensíveis ao novo equipamento, nomeadamente o serviço educativo e o serviço de inventário. Por outro lado, essa articulação permite uma melhor gestão dos recursos humanos em áreas que podem ir desde o atendimento ao público ao acompanhamento de visitas, funcionamento do serviço educativo e ao tratamento de espólio.

Mais do que isso, perfila-se a possibilidade de o Centro de Interpretação, constituir, ele próprio, o ponto de partida para a concretização de um novo projecto museológico, polinucleado, com um carácter marcadamente regional – a criação de um “Museu de Vila Real”, com ampliadas competências e responsabilidades na área da identificação, gestão e divulgação do património, no sentido lato.



figuras

fig. 1 Localização topográfica da Vila Velha:

- 1. Vila Velha;
- 2. Rio Cabril;
- 3. Rio Corgo.



fig. 2 Vila Velha: perspectiva a partir da confluência do Rio Cabril e no Rio Corgo.

fig. 3 Cemitério de S. Dinis

fig. 4 Cemitério de S. Dinis



fig. 5 Igreja de S. Dinis



fig. 6 Igreja de S. Dinis



fig. 7 Capela de S. Brás.



fig. 8 Capela de S. Brás: Túmulo de João Teixeira de Macedo.

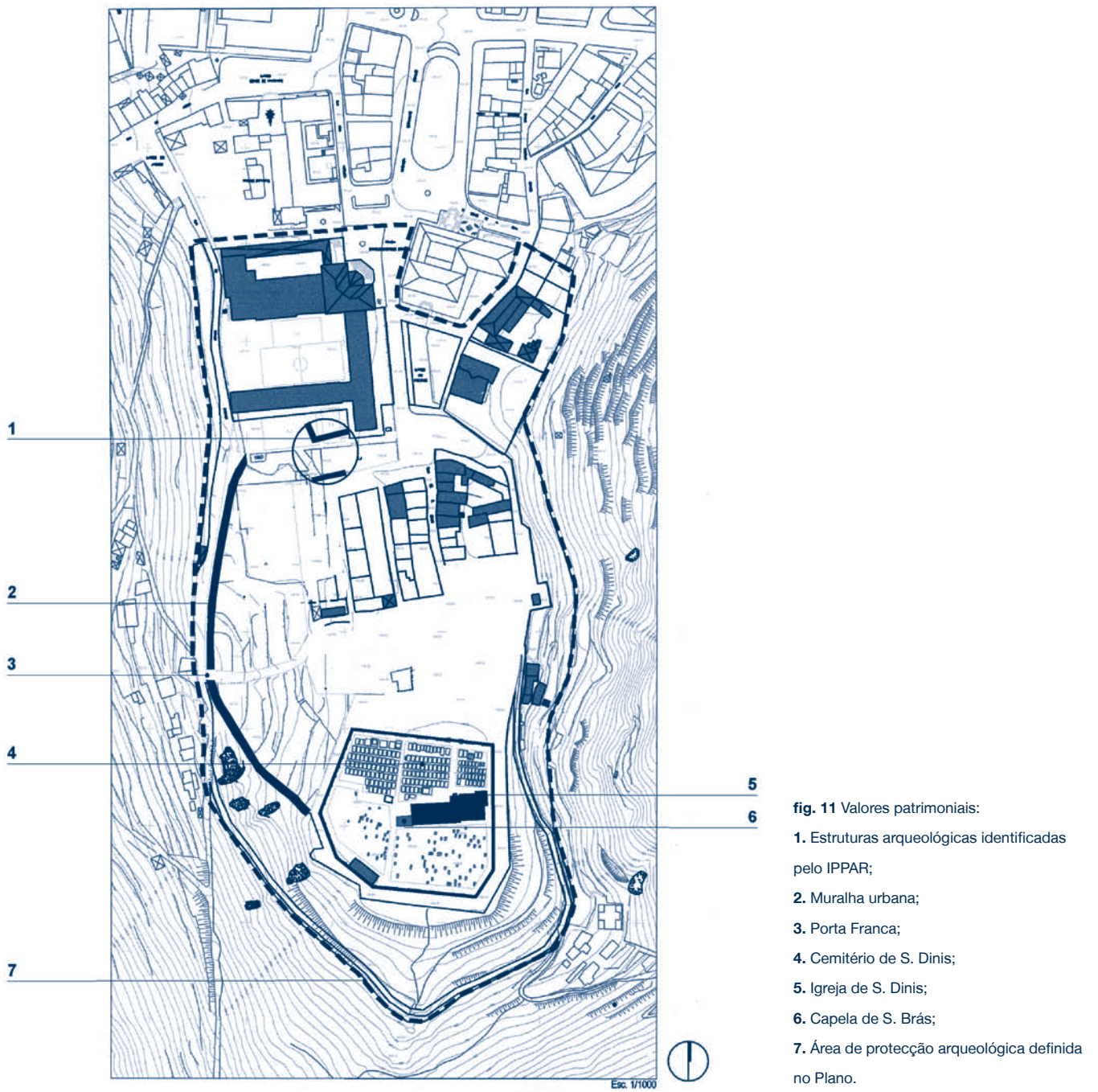


fig. 9 Troço de muralha medieval.



fig. 10 Pormenor do paramento externo da muralha.





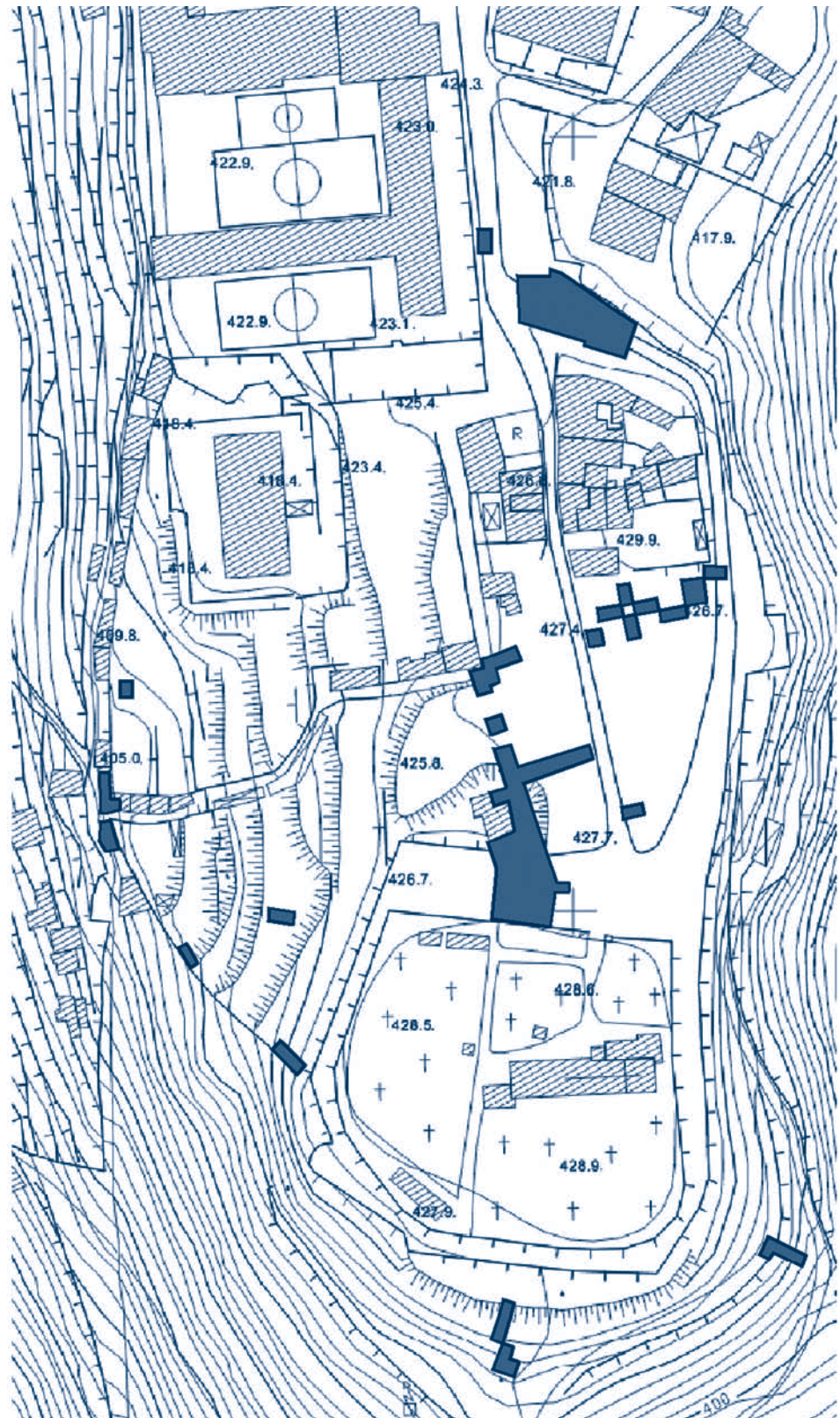


fig. 12 Sondagens e escavações em área, prévias à empreitada.



fig. 13 Sondagem junto ao cemitério.

fig. 14 Escavação da área da Porta Norte

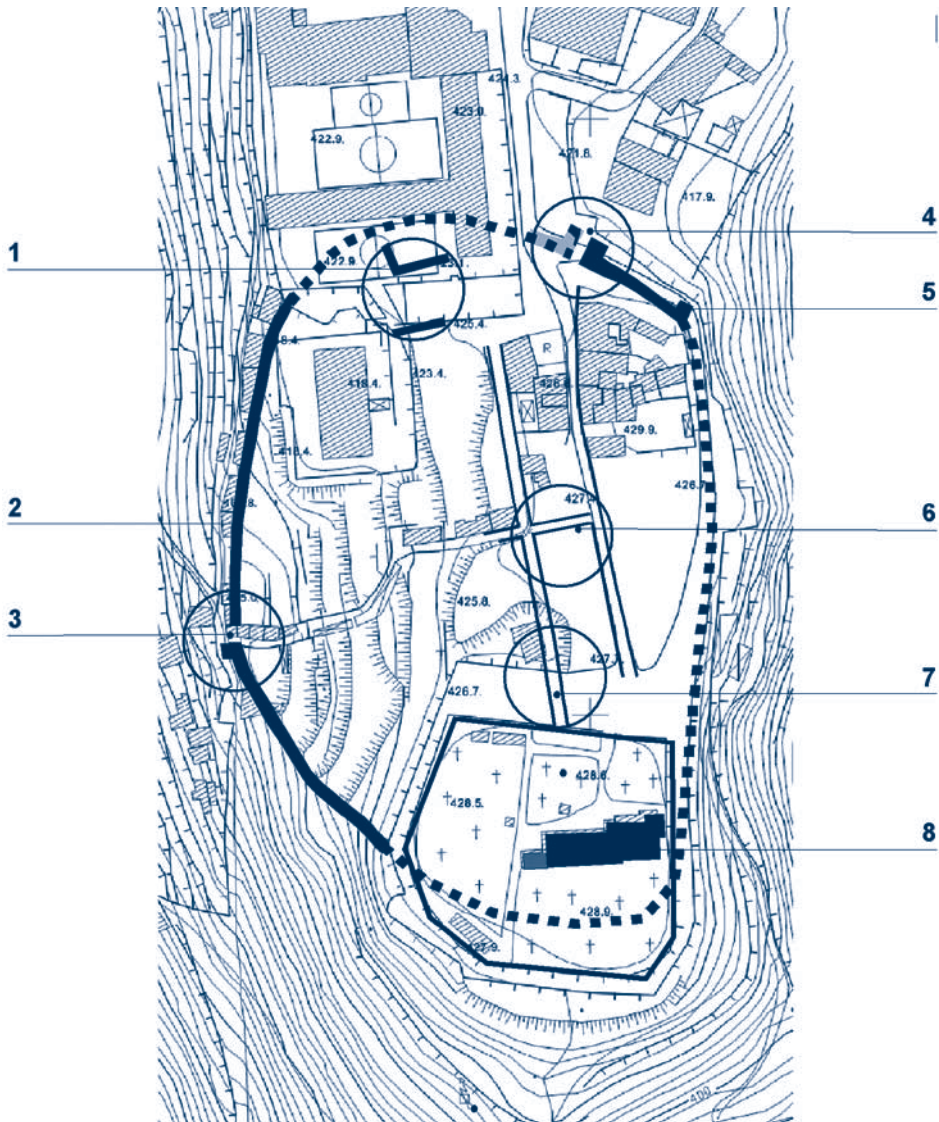


fig. 15 A estrutura da Vila:

1. Alcôvova e Cisterna;
2. Cerca urbana;
3. Porta Franca;
4. Porta Norte;
5. Muralha e torre;
6. e 7. Arruamentos e edifícios;
8. Igreja de S. Dinis e Capela de S. Brás.

fig. 16 A descoberta do alicerce de uma das torres que flanqueavam a Porta Norte.



fig. 17 Muralha e alicerce da mesma torre.



fig. 18 e 19 Muralha com torreão.



fig. 20 Pormenor da face externa da muralha.



fig. 21 Paramento interno da muralha.



fig. 22 e 23 Rua de S. Dinis.





fig. 24 Rua de S. Dinis.



fig. 25 Edifícios e rua transversal, em direcção à Porta Franca.



fig. 26 Edifícios e rua transversal, em direcção à Porta Franca.



fig. 27 Lareira.



fig. 28 Machado de pedra polida.



fig. 29 Visitas de grupos escolares.



fig. 30 e 31 Painel informativo.

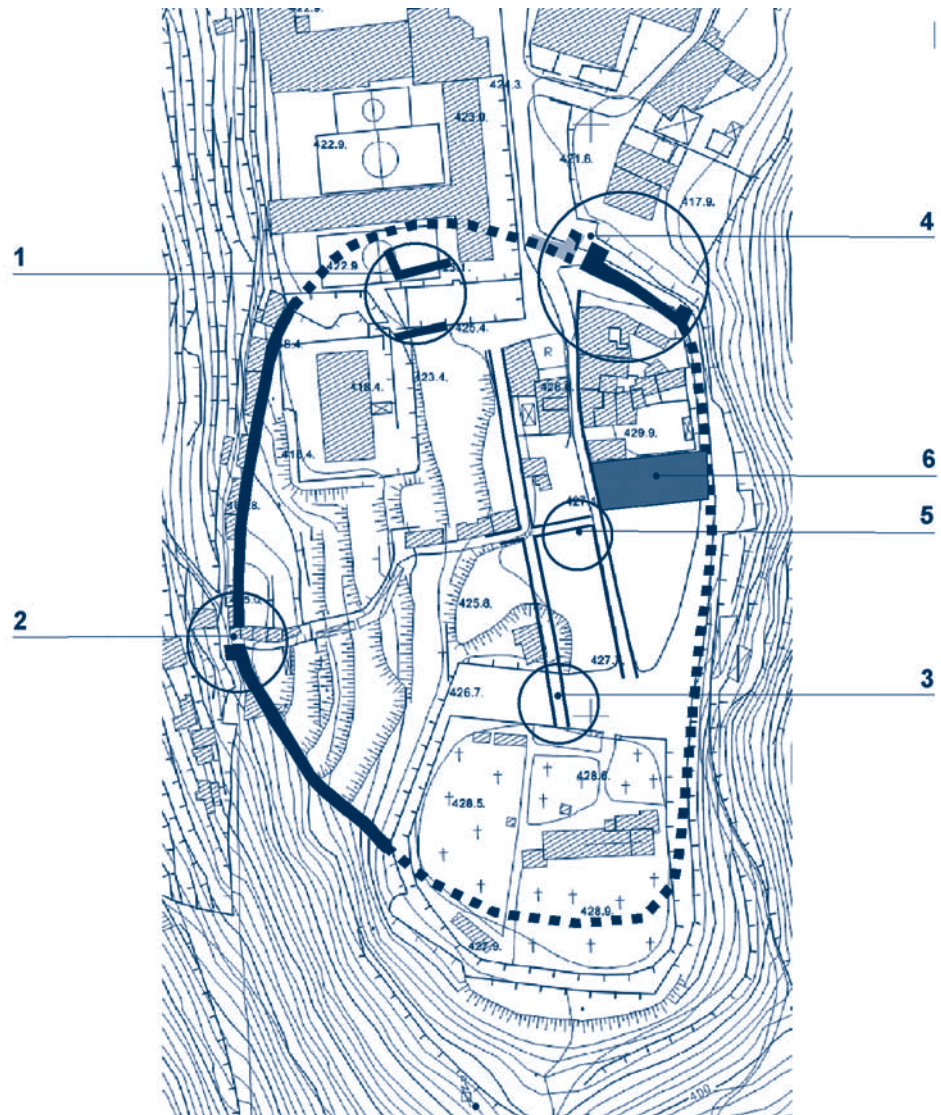


fig. 32 Centro de Interpretação Arqueológica e áreas musealizáveis.

1. Alcôvo e cisterna (intervenção do IPPAR);
2. Porta Franca;
3. Sector Sul, seqüência de ocupação;
4. Porta Norte e muralha;
5. Estrutura urbana, arruamento e construções;
6. Área de implantação do Centro de Interpretação Arqueológica.

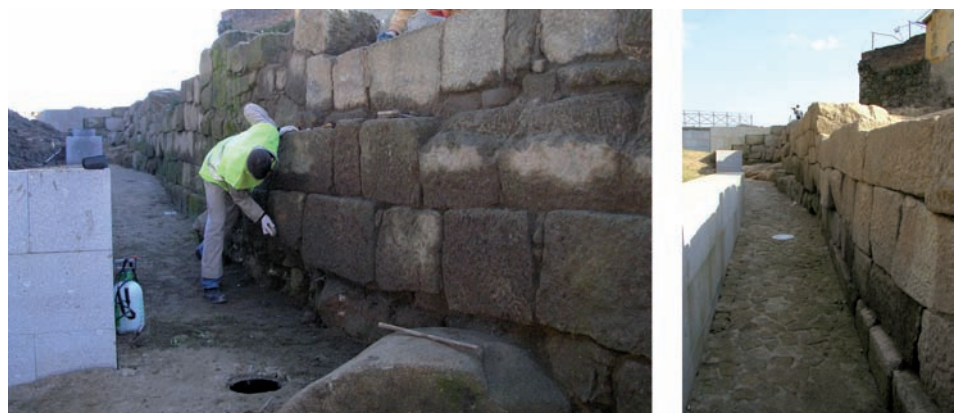


fig. 33 Operações de conservação e restauro na zona da Porta Norte.

fig. 34 Integração da muralha e torres da Porta Norte.



fig. 35 e 36 Integração da muralha e torres da Porta Norte.



fig. 37 Integração da muralha e torres da Porta Norte.

fig. 38 Operações de conservação e tratamento das estruturas arqueológicas.



fig. 39 Operações de conservação e tratamento das estruturas arqueológicas.

fig. 40 Integração de construções e da morfologia urbana medieval.



fig. 41 Integração de construções e da morfologia urbana medieval.



fig. 42 e 43 Esquissos. Arqto. A. Belém Lima.

plano S

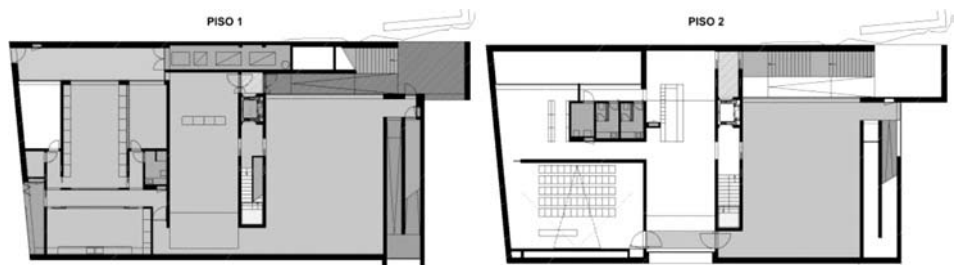


fig. 44 Centro de Interpretação Arqueológica.

Fontes documentais

DMP-DR *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*. ed. de Rui de Azevedo, vol. 1, Lisboa, 1958; vol. 2 (Aditamentos, Fontes e Índices), Lisboa, 1962.

PMH-LC *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Leges et Consuetudines*. Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868.

Estudos

ALMEIDA, C.A.F. (1987) - "Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então", in Cidades e História. Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 137-141.

AZEVEDO, J. A. Ayres de (1890) – *Origens de Villa Real (Protohistoria Portuguesa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GOMES, P. J. A. D. (1993) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

MONTEIRO, J. G. (1999) - *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média*. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando. Lisboa: Edições Colibri.

QUEIROZ, F.; PORTELA, A. M. (2000) – *O Cemitério de S. Dinis e a Memória de Vila Real na Época Romântica*. Tellus: Revista de cultura transmontana e duriense. Vila Real. 32: Maio, p. 3-17.

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, M. A.; LEBRE, A. G. (2003) – *Cerâmicas medievais da Vila Velha (Vila Real)*. In Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal, p. 151-149.

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real; Câmara Municipal de Vila Real.

TEIXEIRA, R. (2001) – *Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica da "Vila Velha"*. In Souza Oliveira, Arquitectura e Urbanismo, Lda – Plano de Pormenor da Vila Velha. Vila Real:

Bibliografia

acta 14

O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I-ARQUEOLOGIA

J. A. Gonçalves Guimarães

(Arqueólogo; presidente do conselho directivo do Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ).)

¹ Entre Agosto de 2005 e Dezembro de 2006 dirigimos a equipa do Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ) que procedeu ao levantamento do sítio de São Salvador do Mundo, tendo redigido, ou dirigido a redacção, dos textos não assinados do dossier final. O referido trabalho foi encomendado pela Câmara Municipal de São João da Pesqueira e teve o apoio da Associação dos Amigos de Pereiros. Da equipa, além do autor deste artigo, fizeram parte os seguintes investigadores: Dr.ª Eva Ventura Baptista, patrimonióloga (GHAP); Dr.ª Maria de Fátima Teixeira, patrimonióloga (GHAP); Prof. Doutora Maria dos Anjos Ribeiro, professora de Geologia (FCUP); Prof. Doutor Paulo Talhadas dos Santos, professor de Biologia (FCUP); Dr. Paulo Alves, botânico (IBFCUP).

² Sobre a toponímia e microtoponímia local elaboramos um estudo em *São Salvador do Mundo santuário duriense de São João da Pesqueira*, coordenação de J. A. Gonçalves Guimarães, 2006, acima referido, a partir da bibliografia mais selecta, de que destacamos o estudo de FERNANDES, A. de Almeida (2003) – *Toponímia do Concelho de São João da Pesqueira*. Arouca: ADPA; Câmara Municipal de São João da Pesqueira, e outros.

³ Cf. CARDOSO, G. (1657) – *Agiologio Lusitano*.... Tomo II. Lisboa: Officina de

O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira, ou o Ermo, fica localizado numa elevação granítica circundada pelo Rio Douro, na sua margem sul. Conhecem-se hoje vestígios da presença humana neste local desde o Neolítico recente, sendo abundantes os do período romano. A partir de finais do século XVI, a transformação do eremitério local em santuário materializa-se na construção de uma sequência de capelas que balizam o acesso ao alto do monte, de onde se avista um soberbo panorama sobre a antiga pesqueira que deu o nome ao concelho e o tristemente célebre Cachão da Valeira, hoje transformado em espelho de água pela barragem deste nome.

Para além dos referidos vestígios arqueológicos e das capelas, de entre as quais sobressai a capela maior pelas suas dimensões, perto desta localiza-se o eremitério, construído possivelmente no século XVIII, quando a administração espiritual do local foi entregue ao convento local da Ordem de S. Francisco.

Sendo hoje muito visitado como um dos grandes miradouros da região, e tendo a sua festa religiosa maior no dia de Corpo de Deus, impõe-se que o sítio seja valorizado também do ponto de vista patrimonial, tendo ainda em conta que o mesmo está integrado numa área classificada como Património Cultural da Humanidade.

No presente trabalho, a partir do estudo do sítio que temos vindo a efectuar¹ definem-se algumas linhas de força para a musealização de algumas das suas estruturas, bem assim como a sua valorização em termos de Turismo Cultural, dando agora particular realce aos aspectos arqueológicos.

Sítio arqueológico antigo

Não possuímos descrições sobre os vestígios antigos deste local, mas eles deveriam aparentar alguma evidência para terem ficado fossilizados na microtoponímia: *Castelo Velho* é a designação corrente na região para os locais com ocupação da Pré-história recente, tal como acontece em várias elevações do concelho de Vila Nova de Foz Côa, São João da Pesqueira e Meda, sendo o Ermo também assim designado². Depois o microtopónimo *Praça dos Mouros*, a designar um local com vestígios de povos antigos. Por fim o topónimo *Fragoa*, às vezes adulterado para Fraga, que efectivamente aqui o é, designando aquele primeiro termo medieval, hoje geralmente desconhecido, o local de uma oficina metalúrgica, o que aqui se comprova pela ocorrência de escórias metálicas.

Depois também aqui existiram vestígios arqueológicos antigos trazidos de outras paragens, como é o caso da «formosa cana do braço» de São Jerónimo e outras relíquias, que depois acabaram por desaparecer. Ora esta «cana de braço» (húmero, rádio, cúbito?), a ser verdadeira, remontaria ao século V d.C.³

Não obstante estas referências, e de mais algumas outras que adiante se assinalam, não podemos pois esperar muitas e exactas informações dos textos antigos, pelo que se impõe, para além das tradições quase sempre adulteradas pela falta de conhecimento científico dos seus autores, a observações directa do sítio e a interpretação criteriosa dos vagos registos dos vestígios já destruídos, para além dos ainda evidentes e sobretudo daqueles que ainda venham a ser descobertos através de intervenções arqueológicas programadas e com resultados estudados.

Tanto quanto sabemos, anteriormente o Ermo apenas foi objecto de algumas investigações arqueológicas profissionais, todas muito breves e superficiais, que assim o impuseram as circunstâncias: uma das primeiras terá sido por nós realizada em 1987⁴, da qual resultou a constatação da existência de materiais romanos nos cortes com aspecto recente que tinham

sido feitos para alargamento do estradão que, pelo lado sul e pela Praça dos Mouros, permite o acesso de viaturas quase até ao cimo do monte. Dos fragmentos de *tegulae* encontrados foi feito um breve estudo⁵. Um outro levantamento foi feito depois no âmbito da epigrafia por João Luís da Inês Vaz que fotografou as epígrafes romanas e recolheu um cossoiro.

Uma outra investigação mais recente foi feita no âmbito dos trabalhos de elaboração da Carta Arqueológica do Município de São João da Pesqueira pela empresa Arqueohoje, que em prospecção de superfície recolheu alguns materiais e peças que hoje se guardam na sala de Arqueologia do Museu Eduardo Tavares.

Para a sua tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Porto em Novembro de 1999, António do Nascimento de Sá Coixão realizou uma ampla prospecção na região onde se insere o município da Pesqueira, referindo aí igualmente alguns vestígios e materiais encontrados no Ermo⁶.

Para além destes trabalhos, e daquele que por nós foi dirigido em 2005/2006 para a caracterização total e proposta de valorização do sítio, não conhecemos quaisquer outros trabalhos profissionais sobre São Salvador do Mundo nas áreas de Arqueologia, História, Antropologia e Património, e mesmo nas de Geologia e Geomorfologia, Biologia e Gestão do Património e Turismo, para além dos aí indicados (ver Nota 1).

Com estes escassos dados, e enquanto o sítio não é objecto de trabalhos arqueológicos sistemáticos, vejamos o que se sabe sobre a ocupação humana do lugar.

Desde a Pré-história recente

Não há dúvidas de que o Ermo teve ocupação desde a Pré-história recente; comprovam-no as recolhas de alguma cerâmica penteada, alguns fragmentos com orifícios de suspensão e mamilos, além de um machado de anfibolito.

Porém na sua vertente SE e em outros locais encontram-se alguns abrigos na rocha, que em tempos terão sido valorizados com barro, que importaria escavar. A própria capela de Nossa Senhora da Pena (capela nº 9) poderá ter sido um abrigo pré-histórico sob a penedia, cujos vestígios de ocupação terão sido removidos para o exterior aquando da sua sacralização cristã: uma sondagem nas imediações poderia confirmar ou informar esta hipótese absolutamente plausível.

Não há quaisquer dúvidas que o local serviu de santuário em tempos pré-romanos: em todos os afloramentos graníticos existentes, nas suas cotas mais elevadas e nos do lado nascente, existem gastras, pios, vertedouros e degraus talhados, para além de pedras com fossetes. Faltam-nos porém outros elementos arqueológicos da ocupação deste local com um paralelo regional mais evoluído, porque depois intensamente romanizado, o santuário de Panóias, e mesmo outros santuários rupestres durienses.

Na vertente leste existem igualmente alguns muros antigos que poderão ter a ver com a ocupação humana do local desde o Calcolítico até à Idade do Ferro, podendo assim este local ter tido uma ocupação idêntica à de outros locais da região, em Freixo de Numão, Seixas, Chãs, Vila Nova de Foz Côa, Mós, Santa Comba, Paredes de Beira, Trevões, Souto e Meda. Aquando da chegada dos romanos a região estava ocupada pelos Arábrienses⁷.

Henrique Valente de Oliveira, p. 319 e outros. São Jerónimo terá morrido em Belém em 419 ou 420: cf. DAIX, G. (2000) – *Dicionário dos Santos do calendário romano e dos beatos portugueses*. Lisboa: Terramar, p. 100. Este seu osso terá sido trazido, com outras relíquias, de Jerusalém ou de Roma por Gaspar da Piedade, o eremita que reabilitou o Ermo de São Salvador do Mundo no final do século XVI. Porém em 1758 já delas se não sabia; cf. *Dicionário Geográfico*. vol. 29 Mem. 158 pág. 1130-1132/1134 (Memórias Paroquiais). Lisboa: IAN/TT.

⁴ Recolhíamos então elementos para um amplo projecto apresentado e homologado a 2 de Junho de 1986 pelo Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural intitulado «Povoamento Medieval na Margem Sul do Rio Douro» publicado em GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média-arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense, p. 11-22.

⁵ Cf. GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *Tegulae. Lvcerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. IIª série. 3 (Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia, 1987), p. 217-235. Infelizmente os desaterros e terraplanagens na Praça dos Mouros sem acompanhamento arqueológico destruíram vestígios aí existentes, conforme se pode ver pelos seus restos que ocorrem nas escombrelas.

⁶ Cf. COIXÃO, A. do N. S. (2000) – *A ocupação humana na Pré-história recente na região de Entre Côa e Távora*. Almada: ACDR de Freixo de Numão, p. 396-399.

⁷ Sobre a distribuição dos povos na região do Entre Côa e Távora ver VAZ, J. L. da I. (1994) – *Epigrafia romana da Beira Douro: Algumas notas*. Gaya, Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia. 6

(1988-1994), p. 146; CURADO, F. P. (1994) – A propósito de *Conimbriga* e de *Coniumbriga*. *Gaya*, Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia. 6 (1988-1994), p. 216; GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri, p. 106. Sobre estes povoados ver COIXÃO, 2000, *op.cit.* Nota anterior.

⁸ Sobre esta inscrição, publicada em HÜBNER, E. (1867) – *Corpus Inscriptionum Latinarum. II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim: Georgium Reinerum (CIL II 434), ver VAZ, 1994: 147-151.

⁹ Cf. VAZ, 1994: 151.

¹⁰ Ainda em 1972 a inscrição estava invertida, conforme se pode ver numa fotografia publicada por AZEVEDO, C. de (1972) – *Património Artístico da Região Duriense*. Vila do Conde: Escola Profissional de Santa Clara, p. 193. Alguns memorialistas locais apresentam a hipótese de ter sido trazida de outro local, mas sem provas ou indicações precisas. Em tempos recentes foi colocada na posição correcta de leitura, mas, infelizmente, as letras foram vandalizadas com tinta de esmalte preto!

¹¹ Cf. GUIMARÃES, 1993.

¹² Os vestígios destes fornos, que durante muito tempo foram objecto de discussão sobre a sua origem geológica ou arqueológica, estão definitivamente identificados como restos de fornos de cozedura cerâmica; cf. RIBEIRO, M. A. (2006) – S. Salvador do Mundo. Aspectos geomorfológicos e geológicos. In GUIMARÃES, J. A. G., coord. – *São Salvador do Mundo santuário duriense de São João da Pesqueira*. Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ), p. 158-167. Em contrapartida nada sabemos sobre os fornos que terão existido na Praça dos Mouros ou «entre as capelas daquele cerro» que o abade José de Azevedo Vieira

Romanização do local

Não obstante a já referida falta de escavações, são por demais evidentes os vestígios da romanização do sítio, alguns dos quais já conhecidos, pelo menos, desde o século XVIII. Efectivamente, ainda na primeira metade deste século D. Jerónimo Contador de Argote publica na obra *De antiquitibus conventus bracaraugustani* a inscrição funerária romana existente na fachada da capela principal, a qual se refere a Lúcio Sulpício Rufino limicense e seus escravos Cila, Rufino e Rufina⁸.

Nas escadas de acesso à capela principal existe na parede norte uma outra inscrição romana, muito desgastada e de difícil ou impossível leitura⁹.

Para além destas inscrições, cuja proveniência ou relação com os vestígios do Ermo não é linear¹⁰, e de várias cantarias lavradas disseminadas pelas construções existentes, estas também de inegável factura romana, na área do eremitério e um pouco por toda a vertente sudeste aparecem fragmentos de *tegulae*, os quais, como dissemos, foram já objecto de uma primeira notícia¹¹.

A evidência de tão grande quantidade deste material de construção indica que devem ter existido vários edifícios romanos no local onde hoje se ergue a capela principal e o eremitério. Mas mais do que essa dedução, a existência de vestígios de grandes fornos cerâmicos, que laboraram de tal modo e por tão prolongado tempo que o seu calor alterou a rocha base em que estavam implantados, são igualmente um indicador da intensa produção daquele material olárico¹².

Pela configuração e analogia com outros monumentos já estudados, tudo leva a crer que a capela principal do santuário está erguida sobre o *podium* de um antigo templo romano. Para além da ocorrência de cerâmica comum, de *sigillata* decorada, têm também aparecido algumas moedas romanas do século IV, que se guardam no Museu Eduardo Tavares, sendo notícia que diversas outras foram recolhidas por particulares.

A incógnita medieval

Perto da capela principal, a cota superior, existe uma fraga (a Fraga do Diabo) com degraus na sua parte leste e bastante lisa no seu prolongamento para Norte, sobre a qual, para além de uma série de três grupos de podomorfos, existe uma inscrição que subsiste sem decifração: deve tratar-se de uma inscrição romana que foi adulterada uma ou várias vezes, acrescentando-se-lhes novas letras talvez já na Época Moderna, possivelmente em honra de São Bié ou Bienheuré, um eremita medieval que, segundo a lenda, habitava uma gruta em Vendome (França) perto da qual existia uma outra onde existiu um dragão que o santo matou¹³. A ser verdade esta hipótese, a inscrição terminaria nas suas duas regras como ... P(adre) S(anto) EU(R)É, tendo-se entretanto perdido a primeira lição latina da inscrição. Contrastando com os numerosos vestígios da romanização, os medievais são aqui escassos, estando reduzidos a alguns fragmentos de cerâmica e a uma inscrição, hoje embutida na parede nascente lado exterior da sacristia da capela principal, adossada à parede sul da capela-mor. Segundo Viterbo, Provas, 20 f. 88 v. citado por COSTA 1979-II: 204, a mesma terá a seguinte inscrição, em letra gótica: *Gloria et honore coronasti eum. Aqui jaz o Presbítero Pedro a quem Deus perdoe*¹⁴. Gravada em pedra de aplito, o desgaste dos caracteres não permite, sem métodos adequados, confirmar ou rever esta leitura. Deverá datar de finais do século XIV ou princípios do século XV e também não há a certeza da sua proveniência. Não sabemos pois se ela confirma a existência no local de um eremitério já na Idade Média, o

que aliás estaria de acordo com a invocação de São Salvador, a denominação redundante de Jesus Cristo. Mas tudo leva a crer que também no Ermo existiu um eremitério medieval, como aconteceu em Santa Comba de Rio Torto (Santa Marta de Penaguião), em São Jorge de Recião (Várzea de Abruñhais, Lamego) e em Santa Marinha de Vilarinho de Parada (Sabrosa)¹⁵.

Do século XVI à actualidade

Não há qualquer descrição credível do interior da Cova, a gruta no interior da penedia com entrada numa cota superior à capela principal, à qual se desce por uma escadaria talhada na rocha e que agora se encontra fechada por porta de ferro que a defende da intrusão. Apenas se pode ver a primeira câmara em parte talhada na rocha e com um nicho aberto na parede fronteira à entrada, continuando para a direita. Para além das lendas tecidas em seu redor e que alguns autores recolheram, aqui se terá fixado Gaspar da Piedade que terá reabilitado o santuário nos finais do século XVI, construindo ou, o mais certo, reconstruindo a capela principal do santuário e dando origem à criação das diversas capelas que abrigam imagens, as mais antigas de sua autoria, e que, nos séculos XVIII e inícios do XIX, foram sendo substituídas por outras que ainda hoje também lá se encontram.

No século XVIII o santuário foi entregue à administração eclesiástica do convento franciscano de São João da Pesqueira, construindo-se então os edifícios do eremitério que ainda hoje ali se encontram, sob o pavimento dos quais existem pios talhados na rocha, vestígios da antiga ocupação do local.

Na capela principal terão sido sepultados vários frades e, segundo alguns autores, o próprio Gaspar da Piedade, para onde devem ter sido trasladados os seus restos mortais após o seu falecimento. Destes enterramentos resta uma tampa sepulcral epigrafada que apresenta a seguinte inscrição, depois de desdobradas algumas das suas abreviaturas: 18 de Maio (?) ESTA SEPULTURA É DE FREI/JOÃO DE NOSSA SENHORA/DAS DORES?/?/ ?PROVINCIA/ DE TRÁS-OS-MONTES/CONCELHO DO MO/GADOIRO/1803¹⁶.

No largo terreiro de acesso ao santuário existe um cruzeiro em granito sobre base e peanha quase cúbica que tem gravada uma inscrição em latim que aparece datada de 1853, a qual se encontra adulterada por tentativa fruste de repintura das letras com tinta preta. Pode antes tratar-se de um cruzeiro pretensamente oitocentista mandado fazer pela comissão fabriqueira local em 1953 para celebrar a entrega do Ermo, que até então era baldio municipal, à administração da diocese de Lamego pelo Ministério das Finanças¹⁷, até porque não aparece nas fotografias mais antigas do Ermo, obtidas ainda no final do século XIX. A não ser que tenha sido transplantado para aqui, vindo de outro enquadramento local.

Arqueologia de uma paisagem singular

Para além de todos estes aspectos arqueológicos do Ermo e até antes deles, importa igualmente ter em conta a evolução paisagística do local, quer na sua base ripícola, onde as tentativas de destruição do Cachão da Valeira e a conseqüente destruição das pesqueiras para assegurar a navegabilidade do Douro, foram os aspectos mais significativos até à construção da barragem já nos anos sessenta do século XX, bem assim como a utilização para fins agrícolas do Vale da Vergada e da Quinta da Valeira, com a introdução de novas espécies vegetais e animais que entraram em confronto com as existentes e que, dessa adaptação, nem sempre pacífica, resultou a paisagem actual, apesar de tudo com uma

nas Memórias Paroquiais de 1758 relaciona com a possível existência de uma «mina de metais» na Cova onde terá habitado o eremita Gaspar da Piedade.

¹³ Cf. MARIÑO FERRO, X. R. (1987) – *Las romerías/peregrinaciones y sus símbolos*. Vigo: Edicions Xerais de Galicia, S.A., p. 84.

¹⁴ Cf. COSTA, M. G. da (1979) – *História do bispado e cidade de Lamego; II – Idade Média: paróquias e conventos*. Lamego: Câmara Municipal, p. 203/204 e Nota 13.

¹⁵ Cf. MATTOSO, J. (1982) – *Eremitas portugueses no século XII*. In *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 103 e segs.

¹⁶ Esta tampa sepulcral epigrafada, que tem estado encostada à parede da fachada da capela principal, ao lado da porta, sofreu uma tentativa fruste de pintura das letras da inscrição, prática funesta que se abateu sobre várias inscrições do Ermo, como deixamos assinalado. Nas obras recentes no interior da capela principal, numa sepultura, apareceram restos ósseos humanos que terão sido analisados no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra e que seriam de quatro corpos diferentes, segundo nos informou o Senhor Padre José do Nascimento Gomes, pároco de São João da Pesqueira, sob cuja orientação têm decorrido os trabalhos de beneficiação do Ermo.

¹⁷ Este processo retirou a administração do Ermo à Câmara de São João da Pesqueira em 1952 para a entregar à diocese de Lamego, aparentemente baseado na Lei de vinte de Abril de 1911, que tão contestada foi pela Igreja Católica Romana, mas que aqui foi invocada em 1949 para pôr sob a administração eclesiástica no tempo do Estado Novo muito mais do que o arrolado pela dita lei no tempo da 1ª República;

enorme biodiversidade já muito rara em todo o Vale do Alto Douro e Douro Superior, dos quais o monte de São Salvador é precisamente a baliza geomorfológica e geográfica¹⁸.

Outro aspecto a considerar é a utilização das giestas locais para praticas etnoantropológicas que relacionam os nós que lhes são dados com o casamento, bem assim como a existência de plantas cuja proveniência não está absolutamente determinada ou é controversa. Também nestes aspectos de Arqueologia da Paisagem, o Ermo é um local privilegiado para o seu estudo¹⁹.

Valorização e musealização do sítio

Do trabalho sobre São Salvador do Mundo que dirigimos em 2006 faz parte uma proposta de valorização e rentabilização cultural do sítio, visitado anualmente por milhares de pessoas e até à data sem qualquer estrutura de apoio a esses visitantes e sem qualquer indicação local sobre os valores do seu Património. Essa proposta abrange todos os aspectos de gestão cultural, partindo dos seguintes pressupostos: conservação, classificação e protecção do sítio como santuário religioso, provavelmente desde a Pré-história, mas evidenciando sobretudo aspectos construtivos cristãos dos séculos XVII e XVIII; referência paisagística sublime; local privilegiado para o Turismo cultural e religioso²⁰.

No conjunto do seu notável Património inclui-se obviamente o Arqueológico, não apenas o já conhecido, e que não é somenos, mas também aquele cuja existência os indícios referidos fazem adivinhar.

Não cuidando agora de todos os aspectos daquela proposta de gestão do Ermo, apresentemos apenas aqueles que entendemos serem essenciais para a protecção e valorização dos seus valores arqueológicos.

Antes de mais importaria proceder à classificação do Ermo como imóvel de interesse público e rectificar a sua delimitação no mapa do Douro Património Mundial, incluindo o Vale da Vergada contornado pela estrada 222-3, pois sem este vale agrícola onde se localizava a única nascente das redondezas, a classificação do Ermo perde uma boa parte da sua compreensão. Para além da nomeação de uma comissão de acompanhamento permanente que inclua um arqueólogo, e de medidas de protecção e valorização do seu Património natural e paisagístico, suporte de todo o restante, recomendamos que todas as acções a empreender no local tenham acompanhamento arqueológico, e que sejam realizadas sondagens e escavações onde os vestígios o recomendam e que o respectivo espólio seja devidamente exposto num centro de interpretação ou museu de sítio a criar no Eremitério, após a transformação deste em local de acolhimento e apoio aos visitantes.

Finalmente propomos que os estudos realizados neste domínio sejam publicados e divulgados de modo a que São Salvador do Mundo seja também conhecido como uma estação arqueológica do Douro, reflectindo nesses estudos as mensagens para a posteridade que os durienses e os forâneos ali foram deixando desde a Pré-história até tempos mais recentes as quais nos compete dar a conhecer.

Nota final

Para além dos investigadores referidos na Nota 1, e todas as pessoas e entidades mencionadas naquele trabalho, são devidos agradecimentos ao Prof. Doutor João Inês Vaz, que se deslocou ao Ermo durante os trabalhos para reanálise das inscrições, bem assim como a Margarida Cunha que informatizou as várias versões deste texto.

ver os documentos do processo em GUIMARÃES, 2006: 56-64, trabalho referido na Nota 2.

¹⁸ Sobre a evolução da paisagem do Ermo ver GUIMARÃES, 2006, *op.cit.* Nota 2, p. 69 e seguintes, e em especial RIBEIRO 2006: 188-167, *op. cit.* Nota 12 e SANTOS, P.; ALVES, P. (2006) – Património Natural de São Salvador do Mundo. In GUIMARÃES, 2006, p. 168-183.

¹⁹ Sobre as práticas etnobotânicas do Ermo ver GUIMARÃES, 2006: 127-128; sobre a proveniência das figueiras-do-inferno ver *idem* p. 71.

²⁰ Cf. GUIMARÃES, 2006: 139 e seguintes.



figuras

fig. 1 São Salvador do Mundo; pormenor da Carta Militar de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, fls 128 e 129 (1997 e 1994).



fig. 2 Vista do Ermo a partir do Vale da Vergada (fotografia do autor).



fig. 3 Interior da primeira câmara da Cova (fotografia do autor).

fig. 4 Vestígios de fornos cerâmicos provavelmente romanos (fotografia do autor).



fig. 5 Uma estranha inscrição na Fraga do Diabo (fotografia do autor).



fig. 6 Património natural excepcional no contexto duriense (fotografia do autor).



Introdução

No Norte de Portugal destacam-se, como marcadores patrimoniais mais relevantes e frequentes, entre o último episódio glacial e o começo da Era Cristã, os seguintes tipos de monumentos: a Arte Rupestre Paleolítica; Antas e Mamoas, isoladas ou em conjuntos; Arte Rupestre Pré-Histórica; alguns Povoados Calcolíticos; e os Castros. Esta sequência é interessante, pois evoca diferentes modelos de arquitectura do espaço.

Os marcadores mais antigos são os painéis de Arte Paleolítica dos vales do Douro, Côa e Sabor, cuja interpretação territorial suscita opiniões diversas.

No Neolítico e Calcolítico as comunidades perpetuam-se pelo culto dos mortos através de sepulcros, que se distinguem na linha do horizonte e marcam a paisagem; em contrapartida os povoados são discretos. No Noroeste os três locais onde melhor se desenha este modelo são, possivelmente, as necrópoles do Planalto de Castro Laboreiro, da Serra Amarela e da Serra da Aboboreira. No Planalto de Castro Laboreiro observam-se grupos de mamoas formados por uma série disposta em chãs, em relação visual directa com um monumento assente num cume mais elevado. Por sua vez, unindo os diversos grupos, bem como as mamoas isoladas, sobressai, no monte mais alto do Planalto, uma estrutura maior que fecha, assim, uma complexa rede de sepulcros distribuídos pela paisagem. Noutras serras os modelos são distintos, testemunhando uma adaptação à orografia e aos caminhos naturais que cruzam as montanhas. Todavia, os povoados das comunidades que edificaram estes *tumuli* só raramente são identificados, de tal modo foram fugazes.

A partir do Neolítico Final e durante a Idade do Bronze, inscreve-se, nas superfícies rochosas, a Arte Rupestre que, no litoral, se estende desde a Galiza oceânica ao sul de Entre Douro e Minho. No interior a Arte Rupestre desse período está polarizada no sudeste de Trás-os-Montes. Os povoados dispersam-se pelos cumes, encostas e vales, mas não são facilmente identificáveis. Construídos com materiais perecíveis, não possuem nada que os diferencie à superfície do solo e, normalmente, só são descobertos quando se abrem estradas, ou urbanizações. No entanto, neste panorama algo difuso, destacam-se no espaço do Nordeste Transmontano e no Alto Douro, como poderosos marcadores paisagísticos as fortificações calcolíticas estudadas por Susana Oliveira Jorge e Maria de Jesus Sanches, designadamente o Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) e o Castro de Palheiros (Murça). Na Proto-História, na Idade do Bronze Final e na do Ferro, os povoados concentram-se nos cumes e fortificam-se, constituindo uma extensa malha e moldando uma nova mega arquitectura. Os castros dominam amplas paisagens, possuem um expressivo grau de inter visibilidade, e são facilmente perceptíveis no relevo. Em contrapartida pouco se conhece sobre os túmulos das comunidades castrejas. Existem, no Norte de Portugal, mais de um milhão de castros, desde a foz do Minho até às arribas do Douro. O grau de monumentalidade e de conservação é variável, mas a sua articulação com a paisagem é quase sempre notável. Formam um recurso cultural e turístico muito relevante.

No Plano Nacional Ordenamento do Território (PNOT) – 2006 preconizam-se, entre outras, as seguintes medidas:

“... ”

- Valorizar o património cultural, em particular as sinergias resultantes dos valores culturais inscritos na Lista do Património Mundial (UNESCO): Centros Históricos do Porto e Guimarães, Alto Douro Vinhateiro, Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa;

- Proteger a paisagem e ordenar os espaços protegidos como um pilar fundamental de desenvolvimento, de sustentabilidade e de expansão da actividade turística;

.....”

acta 15

A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)

Francisco Sande Lemos

Carla Braz Martins

Gonçalo Cruz

Em particular para o Douro e Alto Trás-os-Montes o documento estabelece as seguintes Opções para o Desenvolvimento do Território

“... ”

- Inserir este território nas grandes redes de transportes internacionais, concluindo os principais IP que servem a região, com especial relevância para a ligação do IP4 à rede Europeia de Auto-estradas através de Zamora e do IP3 à Autovia da Rias Baixas através de Chaves;
- Desenvolver o *cluster* do turismo, explorando as múltiplas potencialidades existentes: patrimónios mundiais (Douro Vinhateiro e Arte Rupestre em Foz Côa), rio Douro, quintas, solares, paisagens, identidade cultural das aldeias e pequenas cidades, termalismo, produtos de qualidade;
- Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural, notáveis pela qualidade do ambiente e do património, pela genuinidade e qualidade dos seus produtos, pela sustentabilidade de práticas de produção e pelo nível dos serviços acessíveis à população;”

Tendo em conta este documento estratégico apresentam-se, neste texto dois exemplos de povoados proto-históricos, um já inserido nas rotas do Turismo e o outro situado num dos eixos citados no PNOT (Vale do Douro). Um deles, a Citânia de Briteiros (Guimarães), localizado no litoral, é sobejamente conhecido e encontra-se numa fase de revalorização e dinamização científica e cultural. O outro, Nossa Senhora do Castelo (Urros, Torre de Moncorvo)¹, ignorado e esquecido, entre as arribas do Alto Douro, possui, no entanto, um enorme potencial, tanto mais que se articula com o Parque Arqueológico de Foz Côa.

¹ Cabe aqui uma breve história. Um dos autores, em Lisboa, num táxi, na habitual conversa sobre o tempo, o motorista disse que era trasmontano. Quando se lhe pediu que fosse mais específico esclareceu que era de Torre de Moncorvo. E depois acrescentou que era de uma aldeia onde ninguém ia: Urros.

Valorização cultural e turística da Citânia de Briteiros

A Citânia de Briteiros inclui-se na área metropolitana que une Guimarães, Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Possui a vantagem adicional de ficar num concelho cujo Centro Histórico está classificado como Património da Humanidade e também próximo do conjunto formado pelos santuários do Bom Jesus e Sameiro. O destino “Citânia de Briteiros”, por este motivo, articula-se com diversos tipos de turismo, como o cultural, religioso, ecológico e urbano.

O sítio de Briteiros foi implantado num esporão sobranceiro ao médio curso do rio Ave. Foi, aliás, na Citânia que, em 1874, principiou o estudo arqueológico, sistemático e científico, dos castros do Noroeste Peninsular. O arqueólogo pioneiro desta linha de estudos foi Francisco Martins Sarmiento, nascido em Guimarães em 1833 e que faleceu, na mesma cidade, em 1899. Embora os bens legados por Sarmiento tivessem sido deixados ao Concelho de Guimarães, ficou como entidade tutelar de todos esses valores a Sociedade Martins Sarmiento, que se manteve até hoje, sendo uma das mais antigas agremiações de Portugal. A investigação arqueológica na Citânia de Briteiros desenvolveu-se, nos últimos 132 anos, ou seja desde 1874, em três grandes ciclos. O primeiro período corresponde às escavações e interpretação de Martins Sarmiento. Posteriormente, o Cor. Mário Cardozo orientou a investigação na Citânia durante mais de 40 anos, no séc. XX. Nos anos 70 deste último século, Armando Coelho da Silva e Rui Centeno realizaram trabalhos junto à primeira linha de muralha com interessantes conclusões. Uma nova intervenção arqueológica efectuou-se em 2002, sob a direcção de um dos autores (FSL), numa fase prévia à construção do actual Centro de Acolhimento. Subsistem, no entanto, importantes questões por resolver, e há muita informação para ordenar. Nesta perspectiva foi elaborado, em 2004, um projecto de estudo, valorização e divulgação da Citânia de Briteiros.

De facto os trabalhos, levados a efeito na Citânia ao longo de décadas, obedeceram a metodologias distintas, consoante as concepções científicas predominantes ao longo dos

séculos XIX e XX, surgindo assim a necessidade de elaborar um projecto integrado, à luz de critérios actuais. Este projecto, no âmbito das atribuições da Casa de Sarmento com o apoio e colaboração da Sociedade Martins Sarmento, tem sete objectivos:

- 1) Recuperar e organizar informação com base nos antigos trabalhos, confrontando dados e textos.
- 2) Desenvolver a análise do proto-urbanismo e da arquitectura com base nos levantamentos topográficos, na fotografia aérea e em observações de campo, estudando de forma exaustiva as unidades domésticas, identificando os diferentes espaços funcionais do aglomerado e a sobreposição das estruturas.
- 3) Realizar novas sondagens tanto em áreas já escavadas como em zonas intactas.
- 4) Inventariar e estudar a Arte Rupestre existente no interior da Citânia e na área envolvente.
- 5) Tratar, restaurar e catalogar os materiais de antigos trabalhos.
- 6) Zelar pela conservação do sítio, definindo uma estratégia continuada e projectos específicos para determinados sectores.
- 7) Promover a sua divulgação, a vários níveis, no quadro da comunidade científica e académica, de públicos interessados na temática do Património e no âmbito do Turismo.

Estes objectivos materializam-se através de outras tantas linhas de acção, visando, em síntese, reorganizar, recolher e interpretar informação, devidamente posicionada em vários “layers”, como um grelha com múltiplos andares. No seu conjunto as sete linhas de trabalho, devidamente articuladas, permitem reformular, de maneira dinâmica, questionários científicos e interpretativos, com as diferentes interfaces, incluindo a componente de valorização.

A Citânia de Briteiros possui o estatuto de monumento paradigmático. Tendo em conta esta circunstância, bem como o expressivo número de visitantes que têm ocorrido à Citânia de Briteiros, entendeu-se, como vector fundamental do projecto (objectivo 7), conciliar a investigação com as exigências de um sítio permanentemente aberto ao público, mesmo durante as escavações as quais, aliás, constituem um motivo suplementar de interesse para os turistas. Não se criaram barreiras à circulação, nem corredores balizados, ou áreas vedadas, de tal modo que a Citânia aparece aos olhos dos visitantes como um amplo espaço de ruínas a descobrir, como se entrássemos numa “cidade morta”.

Os meios interpretativos foram adaptados aos novos aspectos, decorrentes da investigação de Briteiros em particular, e da Idade do Ferro do Noroeste em geral, melhorando assim as condições de visita. A par do novo centro de acolhimento, construído em 2003 e inaugurado em 2004, foi reforçada a componente interpretativa da Citânia. Para o efeito, colocou-se informação gráfica na zona de entrada (5 painéis), com imagens de leitura acessível. Por outro lado, elaborou-se um novo desdobrável, bastante completo, com uma versão em inglês, o qual inclui a planta do sítio, articulada com sinalética no terreno. Esta sinalética tem um carácter provisório, visando não causar impacto no contexto cénico das ruínas, enquanto se não produz um sistema de audioguia, ou um aparato mais sofisticado de visita, orientada por GPS.

O roteiro disponibilizado, incluído no preço do bilhete, pode ser aprofundado com a Visita Virtual, disponível no *website* da Casa de Sarmento, garantindo-se deste modo uma total autonomia do visitante, que poderá obter todos os dados necessários a uma interpretação adequada do monumento, com diversos níveis de complexidade.

A abertura do Museu da Cultura Castreja – Solar da Ponte, em 2003, complementou a interpretação do monumento, pois inclui materiais arqueológicos de Briteiros e do Castro de Sabroso, bem como uma importante narrativa biográfica de Martins Sarmento. Através de um conjunto de quiosques multimédia, com o qual se articulam diversos elementos materiais, é

possível conhecer a vida e a obra do arqueólogo vimaranense. O Museu foi instalado no Solar da Ponte, antiga casa de família de Sarmento, em S. Salvador de Briteiros, por ele utilizada como base logística durante as suas escavações na Citânia.

O monumento tem, também, sido dinamizado através de algumas actividades, efectuadas com a necessária reserva e cuidados inerentes à celebração de eventos num sítio protegido. Realizaram-se, assim, duas edições de uma recriação histórica, a “Citânia Viva”, organizada em conjunto com a comunidade local, nomeadamente as freguesias de S. Salvador, Santa Leocádia e Santo Estevão de Briteiros. O evento visa sobretudo a reconstituição do ambiente doméstico e de grupos de guerreiros, que simulam jogos de combate. Realizam-se, também, acções em cooperação com diversas entidades, desde visitas guiadas a sessões de observação astronómica.

Além disto, tem-se procurado renovar a sinalética rodoviária e divulgar o monumento nos meios turísticos. Exemplo disso, é a inclusão do sítio num trilho pedestre do Concelho de Guimarães (a “Rota da Citânia”). Inaugurado há pouco mais de um mês, o percurso pedestre, no qual se incluiu a visita à Citânia, foi implementado pela Zona de Turismo de Guimarães, com a colaboração da Sociedade Martins Sarmento. Além do património arqueológico da Citânia, o percurso integra a visita ao Museu da Cultura Castreja e aos conjuntos de moinhos da Ribeira da Várzea e de Donim.

Ainda no domínio da divulgação, o *website* da Casa de Sarmento e o *Blog* “Pedra Formosa”, cumprem uma função essencial. Os interessados têm acesso a outras informações de carácter histórico, disponibilizando-se uma grande quantidade de elementos documentais². Por outro lado, tem-se difundido o estudo de Briteiros em Congressos e Conferências realizados no âmbito da Proto-História, contribuindo assim para a evolução dos conhecimentos neste período, e divulgando o sítio na comunidade científica. A curto e médio prazo estão programados os seguintes projectos: consolidação de estruturas arqueológicas; requalificação do balneário; audioguias; implementação de nova sinalização gráfica; edição de um guia em formato papel; colocação de um grupo de garranos selvagens. Para o Solar da Ponte está prevista a organização de uma quinta proto-histórica.

² Os dez últimos parágrafos deste texto foram adaptados de um artigo específico sobre a Valorização da Citânia de Briteiros a ser publicado na revista *Forum*, editada pela Universidade do Minho.

Proposta de Valorização e Musealização do Monte da S^a do Castelo e de Urros. (Urros, Torre de Moncorvo)

A freguesia de Urros localiza-se na margem direita do rio Douro (limite Sul), no concelho de Torre de Moncorvo, distrito e diocese de Bragança. Dista cerca de 20 quilómetros de Torre de Moncorvo, e confronta, a Oeste, com a freguesia de Peredo dos Castelhanos, e a Norte, com as de Açoreira e Maçores. Para Leste fica o concelho de Freixo. A população tem diminuído devido à emigração, provocada pelo isolamento. Em 1801 tinha 946 residentes, mas em 1849 já estava em queda: 850 habitantes; nos censos de 2001 possuía apenas 325 residentes, dos quais 165 população masculina e 160 feminina, correspondendo a 139 famílias e 287 alojamentos. No seu termo bastante extenso (5743 hectares) destaca-se a sede da freguesia, o único aglomerado e em cuja casas ainda persiste a tradição de construir em xisto. Um elemento bem característico das casas desta zona é o balcão em madeira, que hoje em dia tende a ser substituído por gradeamentos em ferro. Curiosamente, Urros tem uma área individualizada de carácter habitacional, e uma outra, constituída por palheiros também construídos em xisto, que serviam de apoio aos prédios.

Um dos inúmeros cabeços desta freguesia é o Monte da Senhora do Castelo, no qual residem as origens de Urros. Este monte, com excepcional domínio visual sobre um vasto território, incluindo a parte norte do concelho de Vila Nova de Foz Côa, tem uma ocupação que se estende desde a época calcolítica à Idade do Ferro, com elementos de longa duração: as fortificações. Foi um castro com um controlo da entrada no Douro e de difícil acesso nas

encostas Sul e Oeste, visto serem escarpadas. Uma das linhas de muralhas (a segunda) foi construída em época calcolítica e reconstruída na Idade do Ferro.

Em época romana a população terá descido para o vale que se estende para Norte, ocupando uma área denominada Lameirões, embora não seja de descurar a existência de um posto de vigia, dado a localização estratégica do monte da Senhora do Castelo. Nesse período a actividade mineira foi relevante, tendo sido desmontados todos os filões de quartzo das vertentes Norte e Nordeste. Foram explorados o ferro e o ouro, sendo possível supor que houve aproveitamento do mercúrio. Conservam-se os denominados “Buraco dos Mouros” e “Campanário”, testemunhos da actividade económica referida: no primeiro caso o que resta de uma galeria; no segundo o desmonte de um filão de quartzo.

Em época medieval, o povoado ter-se-á mantido no vale estendendo-se para a área de implantação da capela de Stº Apolinário. No monte de Sª do Castelo foi edificada uma pequena igreja, possivelmente em meados do séc. XII, ao qual está associada uma necrópole da segunda metade do séc. XII / inícios do séc. XIII, revelada pelas escavações de um dos autores (CMBM). Este pequeno templo também terá servido de refúgio em caso de instabilidade ou conflitos, já que o espaço envolvente, situado numa área fronteira e de controlo do Douro, foi palco de vários confrontos políticos.

No sentido de povoamento e defesa das zonas fronteiriças, D. Afonso Henriques concede carta de foral a Urros em 1182, tendo com senhor da vila um bisneto de Egas Moniz – Fernão Veilaz. Já com D. Sancho I as guerras com Leão são frequentes, obrigando a que D. Afonso IX de Leão invada toda a província de Trás-os-Montes, incluindo Urros. Daí a necessidade de refúgio no monte de Sª do Castelo, reforçando a estrutura religiosa existente e construindo uma linha de muralha (inícios do séc. XIII) que abrangendo um espaço mais reduzido, seria facilmente defensável.

Durante a Baixa Idade Média e a Época moderna, a povoação ter-se-á deslocado para o que é actualmente a aldeia de Urros.

A religiosidade encontra-se presente em Urros que tem uma Igreja Matriz e seis capelas com outros tantos oragos: Santa Cruz; Espírito Santo; S. Sebastião; Santo Onofre; Santo Apolinário; Nossa Senhora dos Prazeres. As suas festividades são acolhidas com júbilo em toda a freguesia:

- Festa da Senhora do Castelo – 2ª feira de Pascoela. Assiste-se a uma missa campal no monte de Sª do Castelo, seguida de distribuição de pão e vinho pelos mordomos da festa.
- Festa do Divino Espírito Santo – começa na 5ª feira da 6ª semana após a Páscoa, também denominado dia da Espiga. Neste dia começa a novena.
- Festa de Santo Apolinário – último fim-de-semana de Agosto e compreende quatro dias (sexta a segunda). Ponto alto é a procissão que ocorre no sábado.
- Festa de Santo Onofre – ocorre 2 semanas após a festa de Stº Apolinário.
- Festa de S. Sebastião – 20 de Janeiro.

A capela de Santo Apolinário está associada à lenda do destino do seu patrono que se encontra envolta em descrições contraditórias. Reza a lenda que este Santo foi o último bispo de Calábria, um local referido em vários documentos. Quando das invasões árabes, os mouros aprisionaram-no e amarraram-no a dois touros que o arrastaram até à capela de Santo Apolinário. Se Calábria se localizar no monte do Castelo, em Almendra, o referido bispo atravessou, portanto, o rio Douro. Quando chegou a Urros, ao espetar a sua bengala na terra, terá nascido um cipreste, e da água do Douro, trazida numa pequena cabaça, após vertida no solo, terá nascido uma fonte (fonte das Carrancas ou Fonte Santa) cujas águas estão límpidas quando o Douro está límpido e ficam turvas quando as águas do Douro se encontram turvas. No entanto, a hagiografia aponta para um Santo Apolinário, bispo de Ravena (Itália), onde foi

martirizado e onde está sepultado. E o culto a este mártir, tão ao gosto medieval, não figura nos documentos hispânicos até ao fim do séc. XII ou XIII.

No Monte de Senhora do Castelo encontra-se a capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, construída, possivelmente, entre 1721 e 1758, e também associada a superstições: ao entrar e sair da referida capela, dever-se-á dizer «N^a S^a do Castelo, /Casai-me com quem eu quero.» Esta capela está inserida num vasto horizonte religioso, que compreende a existência de 7 santos, irmãos, 1 homem e 6 mulheres, que deram origem a outras tantas capelas e que se avistam uma das outras: Nossa Senhora dos Prazeres (Urros, Torre de Moncorvo); S^a da Assunção (Vilas Boas, Vila Flor); Senhora da Glória (Peredo dos Castelhanos, Torre de Moncorvo); Santa Bárbara (Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa); Santa Bárbara (Ligares, Freixo); Santa Ofémia (Felgueiras, Torre de Moncorvo); S. Gabriel (Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa).

Pelo passado arqueológico e histórico do Monte da Senhora do Castelo e de Urros, que tiveram um papel relevante no plano reordenador da Monarquia, pelos dados e materiais exumados nas várias campanhas arqueológicas efectuadas no monte da S^a do Castelo, e pelo excelente miradouro natural, dominando uma paisagem muito vasta, urge a necessidade de integração desta freguesia em roteiros turísticos da zona, bem como a criação de um pólo museológico em Urros, eventualmente articulável como o Museu do Côa que vai ficar perto. Na área envolvente deste último museu conservam-se várias rochas com arte rupestre da Idade do Ferro e o castro mais próximo é o Monte da Senhora do Castelo. No Museu de Urros seria possível acolher os materiais das escavações arqueológicas realizadas na Senhora do Castelo, integrados numa narrativa estruturada sobre a longa duração do lugar.

Na Senhora do Castelo seria desejável a musealização de algumas das intervenções arqueológicas, incluindo placares explicativos. A relevância do local como miradouro aconselha que seja instalado um leitor de paisagem, com dados sobre geologia, botânica, fauna e cultivos, sublinhando também os pontos mais relevantes de visibilidade: Norte o aglomerado de Urros e os contrafortes ocidentais da Serra de Roboredo; para Nordeste os contrafortes meridionais da Serra de Roboredo; para Sudoeste o planalto de Vila Nova de Foz Côa; para Sul os montes de Santa Bárbara e de S. Gabriel, termo de Castelo Melhor; para Sudeste o vale do Douro, o Monte de Castelo de Almendra, bem como o vasto planalto entre o Côa e o Águeda.

Por outro lado, será possível implementar vários percursos pedestres e todo-o-terreno entre o Museu do Côa e a Senhora do Castelo de Urros. Apenas indicamos um, entre as várias hipóteses possíveis: do Museu até à foz da Ribeira de Aguiar, uma caminhada de cerca de 45 minutos sem oscilações de cota, ao longo da linha de caminho de ferro; na margem esquerda da foz da ribeira supra mencionada há uma plataforma natural, propícia para espectáculos de recriação histórica, com base na temática da arte da Idade do Ferro: torneios ou cenas de caça; passagem de barca em frente à foz da Ribeira; e subida até ao Monte do Castelo utilizando um veículo todo o terreno; visita ao sítio; deslocação a Urros, com paragem na Capela de Santo Apolinário.

Deste modo o Museu do Côa será também um espaço em aberto e a visita à Senhora do Castelo uma ponte entre as gravuras da Idade do Ferro e o castro de onde possivelmente habitaram alguns dos autores anónimos da arte inscrita nas fragas do Douro.



figuras

fig. 1 Acrópole da Citânia de Briteiros, vista de Noroeste.



fig. 2 Recentes trabalhos de campo em Briteiros.



fig. 3 Uma visita escolar em Briteiros.



fig. 4 O Solar da Ponte, observando o local para onde está projectada a “Quinta Proto-Histórica”.

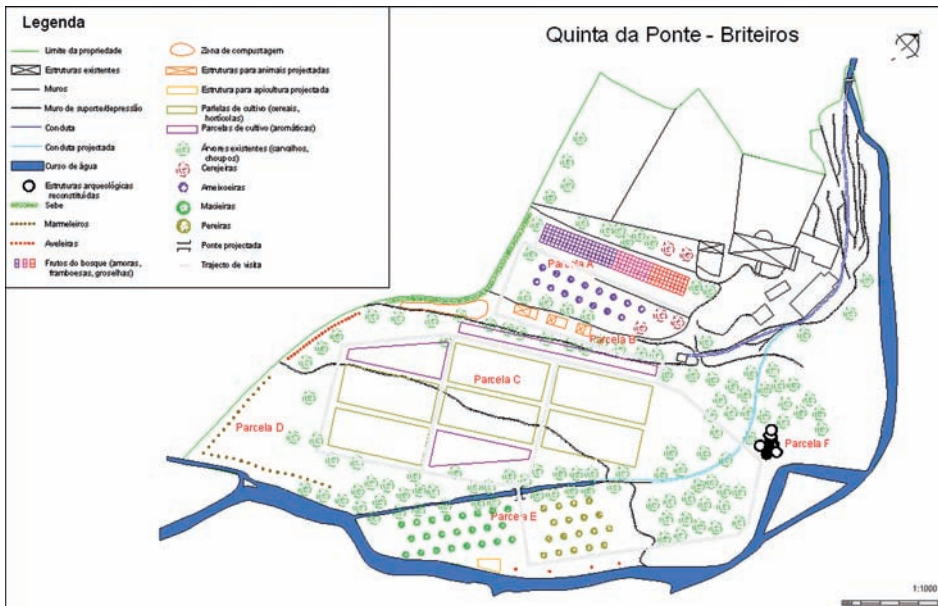


fig. 5 Projecto da Quinta Proto-Histórica (Solar da Ponte);



fig. 6 O Monte da Senhora do Castelo, em Urros, desde Nordeste;



fig. 8 A localidade de Urros, a partir do povoado da Sra. Do Castelo;



fig. 9 Primeiro tramo do percurso pedestre sugerido;



fig. 10 Segundo tramo do percurso pedestre, travessia do Douro, e trilho todo-o-terreno até ao povoado da Senhora do Castelo.

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1987) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, J. (1992) – *A evolução da cultura castreja*. Conímbriga. Coimbra. 31, p. 32-71.

ARDANAZ ARRANZ, F. (2000) – *La necrópolis visigoda de Cacer de la Ranas (Aranjuez, Madrid)*. Madrid: Consejería de Educación; Comunidad de Madrid.

BARROCA, M. J. (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séc. V-XV)*. Porto: FLUP [Trabalho apresentado no âmbito das provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica].

CABRAL, A. A. D. (1962) – *Algumas notas sobre o castro do “Castelo Calabre”*, em Almendra. In I Colóquio de Arqueologia – 1961. Porto, p. 3-23.

CABRAL, A. A. D. (1963) – *História da cidade de Calábria, em Almendra: Subsídios*. Porto: ed. Casa da Beira Alta.

COIXÃO, A. N. S. (1999) – *Rituais e cultos de morte*. Freixo de Numão: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

COSTA, Pe A. C. da (1706) – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, M. G. da (1977) – *História do bispado e cidade de Lamego. Vol. I e II*. Braga: Of. Gráfica Barbosa & Xavier.

ESTRABÃO (1965) – *Geografia. Livro III*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (Colecção Amphitheatrvm) [edição crítica por F. J. Velozo e J. Cardoso].

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-89) – *Aspectos de la minería y la metalurgia en la protohistoria de Huelva*. Huelva Arqueológica. Huelva: Instituto de Estudios Onubenses “Padre Marchena”. 10-11: 3, p. 178-214.

FERREIRA, C. A. d’A. (1998) – *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades medievais e modernas*. Porto: FLUP [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiado].

FITA, F. (1913) – *Calabria romana*. Boletín da la Real Academia de la Historia. Madrid. 62, p. 173-275.

HENRIQUE FLOREZ, P. M. Fr. (1786) - *España sagrada. Tomo 14*. Madrid: Oficina Pedro Marin (2ª edição), p. 3-4, p. 40-50.

IGE (1994) – *Carta Militar de Portugal 1/25000*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, fl. 141.

LE MOS, F. de S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-Os-Montes Oriental. Vol. Ila*. Braga: Universidade do Minho [Tese de doutoramento, policopiada].

LIMA, A. C. P. S., ed. (1998) – *Terras do Côa: Da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-23 e 163-180.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2001) – *Fluctuaciones del poblamiento y habitat “fortificado” de altura en el Noroeste de la Península Ibérica (ss V-IX)*. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri; C. M. Palmela, p. 83-91.

MORENO, H. C. B. (1995) – *História de Portugal Medieval, político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.

NETO, J. M. (1975) – *O Leste do Território Bracarense*. Torres Vedras: A União, p. 17-18, 83-95, 103-107, 175-182, 294-314.

PINTADO, F. A. (1997) – *De Freixo, a Freixo de Espada à Cinta*. Freixo de Espada à Cinta: Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

SANCHES, M. de J. (1997) – *Pré-História Recente de Trás-Os-Montes e Alto Douro. Vol. II*. Porto: S.P.A.E.

SCHULTEN, A.; MALUQUER de MOTES (1987) - *Hispania Antiqua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Claudio Ptolomeo*. In *Fontes Hispaniae Antiquae*. Fasc. VII. Barcelona: División y Ciencias Humanas y Sociales de Barcelona.

SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. L. (1991) - *Notícia explicativa da folha 15 – A, Vila Nova de Foz Côa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

acta 16

Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: O processo de criação do Serviço Educativo do PAVC

Marta Mendes

(Parque Arqueológico do Vale do Côa

Arqueóloga responsável pelas Actividades

Educativas, mmendes.pavc@ipa.min-cultura.

pt)

O PAVC e o seu Património

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) é um serviço dependente do Instituto Português de Arqueologia (IPA) do Ministério da Cultura, sediado em Vila Nova de Foz Côa. O PAVC tem por função “gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os monumentos incluídos na zona especial de protecção do Vale do Côa” (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio).

Essa área de 200 km² abrange todo o curso do Baixo Côa, integrando na sua área grande parte do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e pequenas porções dos concelhos da Meda, de Figueira de Castelo Rodrigo e de Pinhel. No seu interior situa-se um importante conjunto de núcleos de arte rupestre, identificados a partir de 1991, durante o processo de construção de uma barragem.

A distribuição dos 28 núcleos de gravuras faz-se ao longo de ambas as margens dos 17 km finais do curso do rio Côa e nos vales afluentes do Douro, junto à foz do Côa. O seu suporte é constituído por superfícies rochosas verticais formadas pela fractura do xisto típico da região. Trata-se de uma arte com características excepcionais, uma vez que testemunha as origens da criação artística humana, durante o Paleolítico superior (entre os 25 e os 10 000 anos antes do presente), tendo sido classificada como Monumento Nacional em 1997 e integrada na Lista de Património Mundial, desde 1998.

Os principais motivos representados são os herbívoros: cavalos, auroques (antepassado selvagem do boi doméstico), cabras e veados. Estes seriam os animais típicos da fauna paleolítica, consistindo a base alimentar dos homens e mulheres durante esta época. Para além destes animais, verifica-se ainda a existência de alguns peixes, símbolos e raras figuras humanas. A técnica artística mais representada é a gravura, existindo apenas um núcleo com vestígios de pintura associada à gravura paleolítica (Baptista, 1999; Carvalho *et al.*, 1996). Para além das gravuras paleolíticas, alguns dos 28 núcleos identificados até ao momento incluem igualmente representações de outros períodos históricos, tais como pinturas do neo-calcolítico (entre 10.000 a 5.000 anos), gravuras da Idade do Ferro (com cerca de 2.500 anos) e ainda outras contemporâneas (da primeira metade do século XX).

Até à descoberta das gravuras do Vale do Côa julgava-se que a arte rupestre paleolítica se circunscrevia ao interior das grutas. A arte preservada no Vale do Côa veio trazer uma nova visão acerca da arte paleolítica. Provavelmente a arte paleolítica ao ar livre era tão ou mais comum que a das grutas, mas por motivos de conservação não chegou até nós, o que acrescenta relevância à arte rupestre do Côa.

Após grande debate nacional (Luís, 2000), o PAVC abriu as suas portas em Agosto de 1996, e tem vindo a desenvolver um trabalho de defesa, estudo e divulgação da arte rupestre, mas também do território envolvente. Neste momento o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, estrutura fundamental para a contextualização da arte, e que poderá vir a potenciar a atracção turística da região, encontra-se em fase de projecto, que deve estar concluído até finais de 2008.

O PAVC tem vindo a desenvolver um programa de promoção e divulgação deste património, que assenta numa série de acções já realizadas com sucesso, e por isso apostadas na continuidade, outras que se encontram ainda em fase de elaboração, e outras ainda que certamente se apresentarão com o passar do tempo e perante os desafios que se nos forem colocando.

Efectuámos, em termos de comunicação, uma divisão tendo em conta os diferentes públicos-alvo. Por um lado, o público especializado, alvo da divulgação científica, como sejam investigadores e cientistas na área da Arqueologia e Arte Rupestre. Esta terá de ser

suportada pelas investigações em curso, quer sejam feitas através de projectos de entidades exteriores ao PAVC, mas apoiadas por este, quer sejam projectos e investigações feitos por investigadores do PAVC. Esta divulgação é realizada sobretudo através da publicação de artigos científicos e participação em colóquios e congressos. É esta investigação que serve de suporte a toda a divulgação do PAVC.

Por outro lado, individualizou-se o público não especializado, o público que visita durante todo o ano as gravuras, e que, normalmente, é um público leigo em termos de Arqueologia e Arte Rupestre. O PAVC destina o seu serviço de visitas a este público e possui já uma série de produtos ao dispor deste visitante, que visam enriquecer o seu conhecimento sobre o património arqueológico, mas também sobre o património envolvente, cultural, económico e social de toda uma região.

Dentro do público não especializado, salienta-se o grupo mais assíduo e numeroso, o público escolar (cerca de 20%), alvo da divulgação pedagógica. O PAVC actua directamente junto da Escola, ou chama-a até si, num apelo à visita, proporcionando actividades que levem à descoberta e ao conhecimento sobre as primeiras conquistas da Humanidade, introduzindo novas informações, desenvolvendo novas capacidades, gerindo conhecimentos, construindo aprendizagens significativas.

O serviço de visitas do PAVC iniciou-se em Agosto de 1996, com visitas guiadas aos núcleos da Penascosa e da Canada do Inferno, alargadas em 1997 à Ribeira de Piscos. O sistema de visitas delineado, caracteriza-se pelo acolhimento dos visitantes em Centros de Recepção em localidades próximas dos núcleos de arte, Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa e Muxagata, respectivamente. A partir daqui, os visitantes seguem, em grupos de oito, em viaturas todo-o-terreno, acompanhados por um guia através dos caminhos rurais do Parque. Este guia faz uma introdução ao contexto da arte e revela os painéis gravados ao visitante, com o auxílio de fichas explicativas.

Numa perspectiva de diversificação do tipo de as visitas, o PAVC disponibiliza, desde 2005 visitas de barco pelo rio Côa, que inclui a visita a dois núcleos de arte, e ainda visitas nocturnas, que possibilitam uma melhor percepção da arte.

Em virtude de todas as visitas ao PAVC serem guiadas, estas estão sujeitas a marcação prévia. As visitas de barco e nocturnas estão também dependentes de calendarização por parte do Parque por razões de ordem logística.

Qualquer que seja a modalidade escolhida, o visitante é acompanhado por um guia-motorista, que teve a sua formação em diversas áreas, como a arqueologia e arte rupestre, a fauna e a flora ou mesmo as línguas estrangeiras. Formação que proporciona ao visitante o prazer de desfrutar de um património arqueológico de valor incalculável, mas também do seu enquadramento no património natural que o rodeia.

Faltava, para um serviço educativo que já tinha na visita guiada o seu embrião, criar actividades que pudessem servir de apoio ou de complemento na construção de conhecimentos, complemento esse que podia surgir a partir de uma vertente mais lúdica. Moveu-nos, pois, a necessidade de criar um programa ou um plano que contemplasse de forma estruturada, aquilo que até aqui tinha sido um conjunto de actividades realizadas esporadicamente. Só assim consideraremos a existência de um serviço ou sector educativo no PAVC.

O primeiro passo foi reflectir sobre uma série de questões e limitações que se nos impunham, e que respondidas iniciariam a prática pedagógica do PAVC. Entra elas as mais importantes: Que estratégias se irão desenvolver? Necessitamos de formação? Dominamos um circuito de

A Criação do Serviço Educativo

distribuição? Como se pode assegurar a divulgação de forma permanente? Que equipa? Que orçamento? Que sustentabilidade? Que suportes?

Além disso foi necessário também definir a função que a instituição atribui à educação. Esta função tem que estar em consonância com os seus objectivos no que respeita à comunicação. Considerou-se, então, como principal objectivo, torná-la num organismo que permita uma verdadeira aprendizagem, e que assegure que os seus visitantes sejam provenientes de todos os sectores da sociedade, e não só dos tradicionais grupos minoritários. Assegurar que toda a estrutura da nossa instituição se torne parte integrante ou, pelo menos, parte informada dos objectivos e das actividades que se pretendem desenvolver, foi também um importante passo: "...não pode haver um fosso nem entre a retórica e a realidade, nem entre o topo e a base da estrutura do museu, de modo a que os obstáculos sejam removidos e que toda a equipa e investigadores sejam implicados no processo" (Fleming, 2002: 27).

1. O Plano de Acção Educativa

Feita a reflexão e a análise necessárias, passou-se à etapa seguinte, a criação de um Plano de Acção Educativa. Um Plano de Acção é, essencialmente, um documento onde são enunciadas as metas e missão do serviço, os seus objectivos e estratégias/actividades. Os princípios teóricos foram enunciados, e a elaboração de um guião prático de actividades efectuada.

Designámo-lo Plano de Acção Educativa do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Quadro 1), com a esperança de estarmos a lançar a primeira pedra para a criação do "edifício" do nosso, muito necessário, serviço educativo, que certamente irá ser alvo de muitos contributos e alterações ao longo do processo.

1.1. A Definição do Público-alvo

Um dos pontos-chave de qualquer Plano de acção consiste em identificar o público-alvo sobre o qual o serviço se irá concentrar.

Na prática, para o PAVC, esta meta é bastante difícil de alcançar, devido à vastidão de abordagens que implica concretizar. Cada tipo de público apresenta necessidades diferenciadas, e exige actividades e metodologias adequadas às mesmas.

Como tal, é hoje do senso comum, nas práticas educativas das instituições culturais, que a selecção de grupos diferenciados deve ter em consideração os seguintes aspectos:

- 1.** A fidelização do público já existente (por ex. público escolar);
- 2.** Investigação, formação, concepção de projectos sustentáveis para alargar o plano a outros grupos sociais;
- 3.** A missão e características físicas da instituição: oficinas para *ateliers*, local de armazenamento de materiais; outros espaços de interesse lúdico-pedagógico;
- 4.** Recursos disponíveis (material de apoio, consumíveis para *workshops* e *ateliers*);
- 5.** A gestão do orçamento;
- 6.** Sustentabilidade.

Na especificação do público-alvo deve ter-se, ainda, em conta:

- 1.** A natureza do património;
- 2.** Desenvolvimento de estratégias que atraiam novos visitantes;
- 3.** Limitações (espaço, orçamento, recursos);

4. Formação da equipa (por ex., nem todos têm formação para trabalhar com pessoas com necessidades especiais, 3ª idade, toxicodependentes, etc.).

Como já foi referido, e tendo em conta os itens acima referenciados, a divisão principal fez-se entre dois tipos público, o especializado e o não especializado. Considerou-se que para os próximos três anos as actividades educativas do PAVC devem ser mais direccionadas para jovens inseridos em visitas escolares, devido às limitações de espaço, à natureza da própria “colecção” e à equipa educativa permanente que ainda está a criar. Também teremos dificuldade, por falta de formação e de acessos, em trabalhar com grupos muito específicos, quer sejam grupos com necessidades especiais ou 3ª idade. No entanto, outras abordagens, além das visitas guiadas, podem ser equacionadas, havendo a necessidade de para isso formar uma equipa e de possuir um espaço físico onde se possa desenvolver as actividades (por exemplo o espaço de um museu).

O PAVC deverá procurar fidelizar este público escolar, mas não deverá descurar a realização de actividades que possam ser desenvolvidas com todos os jovens não inseridos em visita de estudo. Neste caso, por razões de natureza geográfica, dever-se-á ter em atenção os jovens residentes na região envolvente.

O número de visitantes inseridos em visita escolar, não tem, de facto, aumentado, desde a criação do Parque. O programa agora elaborado tem também como objectivo aumentar o número destes visitantes, fazendo com que procurem as actividades do PAVC por serem mais diversificadas e, por isso, poderem ser realizadas mais do que uma vez durante um ano lectivo, ou pelo menos procuradas todos os anos.

1.2. A Equipa Educativa

A questão da formação da equipa que colabora nas actividades educativas motivou algumas reflexões da nossa parte, no sentido de integrar colaboradores que, além do interesse demonstrado por este tipo de serviços, possuíssem alguma formação ou experiência nessa área.

Além da responsável pela coordenação do serviço, signatária deste artigo, gostaríamos de integrar definitivamente na equipa educativa, preparando propostas e monitorizando actividades, alguns técnicos do quadro de pessoal do PAVC. Temos para já a colaboração mais directa, mas sempre esporádica, de alguns técnicos cuja função principal é a de guias-motoristas. Desde a criação do Parque que estes profissionais asseguram as visitas guiadas aos núcleos de Arte Rupestre. Neste momento contamos com a sua colaboração na monitorização de algumas actividades educativas propostas para 2005/2007.

As funções a que estão vinculados não permitem, porém, que possamos ter uma equipa educativa a tempo inteiro. Desejando que um dia isso possa acontecer, temos a noção de que não podemos contar a 100% com os seus préstimos neste momento, devido a outras funções profissionais.

1.3. A Divulgação

Depois de elaborados os materiais necessários para as actividades, chegámos a um ponto crítico. Como divulgar estas actividades no sentido de chegar ao nosso público-alvo? Foi preciso elaborar, com a voluntariosa ajuda de colaboradores externos ao Parque, um folheto ou panfleto de divulgação. A divulgação do programa de actividades é fundamental para o cumprimento do Plano de Acção. O que fizemos e que surge agora em dois formatos diferentes (fig. 1 e 2).

Fizemos chegar estas informações a todas as Direcções Regionais de Educação, que por sua vez procedem à divulgação institucional junto das escolas. Entretanto, para todas as escolas

que marcam visita, é enviado um fax de confirmação onde segue o folheto e a possibilidade de escolherem algumas destas actividades, colocando uma cruz na pretendida. Não podemos esquecer o facto de termos já disponível *on-line* na nossa página (<http://www.ipa.min-cultura.pt/coa>), um serviço de apoio às visitas escolares com fichas de apoio e o programa de actividades.

Finalmente, uma referência ao papel que o futuro Museu de Arte e Arqueologia que poderá desempenhar no programa de actividades de um serviço educativo. Para além de se destinar um espaço para o desenvolvimento das actividades educativas, algo que neste momento não existe, este museu significará a criação de uma estrutura que possa suportar o aumento da publicidade e da divulgação em relação ao Vale do Côa. Não só permitirá um aumento no número de visitantes, como um melhor aproveitamento da Arte Rupestre, sem pôr em causa a necessidade da sua protecção e conservação. Sem o Museu será certamente mais difícil a concretização dos fins a que se propõe este programa.

figuras

Plano de Acção Educativa do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) 2005/2007			
As Actividades Educativas do PAVC têm como missão e metas essenciais: valorizar e divulgar o património cultural; aumentar a oferta de propostas de acção educativa para o público em idade escolar; motivar a comunidade escolar local, educadores, professores e famílias, à participação activa nas propostas de acções; proporcionar formação contínua, na área, aos funcionários da instituição.			
Objectivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um conjunto de actividades lúdico-pedagógicas para o público escolar; • Divulgar as actividades de modo a cativar mais visitantes; • Desenvolver propostas de projectos a realizar em colaboração com a comunidade escolar local; • Disponibilizar materiais de apoio de forma a aprofundar o conhecimento do Património do Vale do Côa; • Dar a conhecer o trabalho do Parque Arqueológico; • Dar a conhecer os resultados da investigação sobre a arte rupestre e sobre o modo de vida das Homens que a produziram; • Proporcionar formação aos funcionários. 			
Acção			
Visitas guiadas	Serviço de apoio à visita	Actividades lúdico-pedagógicas	Projectos
<ul style="list-style-type: none"> • Visitas para o público em geral orientadas por guias, aos 3 núcleos de arte abertos ao público. Visita em veículo todo-o-terreno com grupos de 8 pessoas. Estas têm uma duração média de 2 horas. • Visita temática para grupos escolares "Vamos aprender com os animais do passado". Visita orientada por guias em veículo todo o terreno com grupos de 8 alunos, ao núcleo da Penascosa. Com Utilização de materiais de apoio. Esta terá uma duração de 2 horas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade para orientação pedagógica na preparação de visitas escolares; • Disponibilidade para consultoria pedagógica na preparação de exposições e outras actividades escolares; • Disponibilidade de materiais de apoio à preparação das visitas por parte dos professores (<i>Internet, fax</i>); • Contactos e propostas de trabalho entregues nas escolas locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades dirigidas ao público escolar, inserido em visita de estudo, ou outros grupos, mediante marcação: <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentações em PowerPoint com orientação de um técnico, e apresentações para consulta autónoma; 2. Jogo didáctico "Descobrir a Pré-História", com orientação de um técnico. Destinado a ocupar o tempo de espera da visita, no centro de recepção, e para levar às escolas, quando solicitado; 3. Sessões de contos sobre arte rupestre e os seus autores, para escolas do concelho (1.º ciclo); 4. <i>Ateliers</i> de Arqueologia experimental. 5. Percurso pedestre, orientado, por Castelo Melhor (<i>Peddypaper</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> • Projectos para iniciativas esporádicas que possam ter lugar nos espaços do PAVC ou em espaços exteriores à instituição. Tais como colaboração em exposições, congressos ou outro tipo de eventos. • <i>Workshop</i>: "Um lugar para comunicar a arte". Uma oficina de artes, realizada em Dezembro, aberto a todos os públicos. Com sessões orientadas para escolas.

fig. 2 Brochura das Actividades do PAVC no ano lectivo de 2006-2007.

quadro 1 Plano de Acção Educativa do

ACTIVIDADES EDUCATIVAS DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA (PAVC)




As actividades educativas do PAVC têm como metas essenciais: valorizar e divulgar o património cultural; aumentar a oferta de propostas de acção educativa para o público em idade escolar; motivar a comunidade escolar local, educadores, professores e famílias, à participação activa nas propostas de acção.



VISITAS PEDAGÓGICAS

VISITA GERAL

A visita é essencial para dar a conhecer a criatividade dos homens e mulheres da Pré-história, através da arte que é, neste caso, também o reflexo do seu modo de vida. Pretende-se, por isso, proporcionar um momento de conhecimento do artista (o Homem paleolítico), do seu modo de vida e ajudar a descodificar a arte paleolítica.

SUJEITA A MARCAÇÃO PRÉVIA | PÚBLICO-ALVO: PÚBLICO EM GERAL E ESCOLAR | REALIZAÇÃO: DE 3ª A DOMINGO | ESCOLAS 4ª, 5ª E 6ª S FEIRAS

VISITA TEMÁTICA

Como aprender com os animais do passado?

Visita alternativa à visita guiada normal, em que a identificação das espécies de animais gravados, e a comparação com as espécies actuais, é a meta essencial. À volta deste tema devemos salientar problemas tão importantes como a biodiversidade e a preservação das espécies. Os paralelos entre comportamentos, habitat e características físicas serão estabelecidos através de imagens e fotos.

SUJEITA A MARCAÇÃO PRÉVIA | PÚBLICO-ALVO: 2º E 3º CICLOS | REALIZAÇÃO: 4ª, 5ª E 6ª S FEIRAS

ACTIVIDADES LÚDICO-PEDAGÓGICAS

CAÇA E ARQUEOLOGIA

O trabalho do arqueólogo e muitas vezes semelhante ao trabalho do detective. Em forma de apresentação e de conversa, descobriremos mais sobre a arqueologia, uma ciência fascinante.

SUJEITA A MARCAÇÃO PRÉVIA | PÚBLICO-ALVO: 1º, 2º E 3º CICLOS | REALIZAÇÃO: 3ª A 6ª FEIRA

CAÇA E ARQUEOLOGIA DO PASSADO

No Parque Arqueológico não temos só arte rupestre, temos também vestígios da ocupação humana nesta região ao longo do tempo. Que vestígios são esses e como foi possível chegarmos até eles?

SUJEITA A MARCAÇÃO PRÉVIA | PÚBLICO-ALVO: 3º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO | REALIZAÇÃO: 3ª A 6ª FEIRA

JOGO

Como era a vida?

Um dado, 6 cores diferentes. Cada cor é um tema, cada tema contém cartões e questões sobre a Arqueologia, a Pré-história em geral e arte rupestre. Pode ser utilizado no Centro de Recepção, pelos grupos antes ou depois da visita. Combina a aprendizagem com momentos de entretenimento.

PÚBLICO-ALVO: CRIANÇAS DOS 8 AOS 14 ANOS, ALUNOS INSERIDOS EM VISITA ESCOLAR (1º, 2º E 3º CICLOS) E CRIANÇAS INSERIDAS EM VISITA FAMILIAR | REALIZAÇÃO: 3ª A DOMINGO

PERCURSO

«No trilho dos caçadores paleolíticos»

Pretende-se que esta modalidade seja desenvolvida em torno de uma visita aos locais de habitat Paleolíticos identificados e estudados na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa; aos locais de apoio a tarefas relacionadas com a caça e de exploração dos recursos ao nível das maténias-primas líticas.

DESTINATÁRIO: PÚBLICO EM GERAL | DURAÇÃO: CERCA DE 1:45 H | N.º MÍNIMO DE PARTICIPANTES: 4 | N.º MÁXIMO DE PARTICIPANTES: 8 | REALIZAÇÃO: 3ª A 6ª FEIRA | SUJEITO A MARCAÇÃO PRÉVIA | PREÇO: A DEFINIR

PERCURSO PEDAGÓGICO

«Como Lupa»

Um passeio pedestre orientado por um adulto, com o auxílio de uma ficha de orientação. Conhecemos os vestígios do passado distante dos habitantes do período Paleolítico, juntamos-lhes memórias, objectos, casas, pequenos azulejos, varandas, deixados por habitantes de épocas mais próximas de nós e ainda presentes nas memórias e vida dos que habitam a pequena aldeia de Castelo Melhor.

PÚBLICO-ALVO: 2º E 3º CICLO: JOVENS DOS 10 AOS 14 ANOS INSERIDOS EM VISITA FAMILIAR | REALIZAÇÃO: 3ª A DOMINGO

Obs.: Esta actividade pretende ocupar o tempo livre entre visitas. As fichas-guia serão colocadas on-line e no Centro de Recepção de Castelo Melhor. Deve-se ter em atenção o horário marcado das visitas.

ATELIER DE ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL

Entre 10 500 e 26 000 anos a.C. o homem de Cro-Magnon, nosso antepassado directo, viveu ao longo do Vale do rio Côa, e em alguns dos principais afluentes.

No Atelier vamos desenvolver algumas modalidades de interpretação do quotidiano desses homens e mulheres. Recriar a produção e utilização de armas de caça, produção de fogo, realização de gravuras em suportes móveis de xisto.

PÚBLICO-ALVO: ALUNOS DE TODOS OS CICLOS | DURAÇÃO: CERCA DE 1:45 H | N.º MÍNIMO DE PARTICIPANTES: 2/3 | N.º MÁXIMO DE PARTICIPANTES: UMA TURMA | REALIZAÇÃO: 3ª A 6ª FEIRA | SUJEITO A MARCAÇÃO PRÉVIA

Obs.: Por impossibilidade, ainda, de um local fixo para a realização deste atelier, numa primeira fase apenas se deslocará, mediante marcação, às escolas da região. Posteriormente, far-se-á nova divulgação.

SERVICO DE APOIO PEDAGÓGICO

Três fichas de apoio on-line e disponibilidade de um técnico para contactos e fornecimento de materiais complementares.

Objectivo: Permitir um conhecimento mais detalhado do objecto a visitar, do itinerário e do contexto arqueológico.

PÚBLICO-ALVO: PROFESSORES | 2ª A 6ª FEIRA

PÚBLICO GERAL E PÚBLICO ESCOLAR

INFORMAÇÕES RESERVAS

Parque Arqueológico do Vale do Côa | Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 19 A 5150-610 Vila Nova de Foz Côa | <http://www.ipa.min-cultura.pt/coa>
 MARCAÇÃO DE VISITAS | Tel.: 279 768 260 | Fax: 279 768 270 | E-mail: visitas.pavc@ipa.min-cultura.pt
 OUTRAS ACTIVIDADES E APOIO PEDAGÓGICO | Tel.: 279 768 264 | E-mail: mmendes.pavc@ipa.min-cultura.pt

fig. 1 Brochura das Actividades do PAVC no ano lectivo de 2005-2006.



Serviço Educativo



fig. 2 Brochura das Actividades do PAVC no ano lectivo de 2006-2007.

Bibliografia

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

CARVALHO, A. F.; ZILHÃO, J.; AUBRY, T. (1996) – *Vale do Côa: Arte Rupestre e Pré-História*. Lisboa: PAVC.

DIERKING, L. D. (1996) – *Contemporary Theories of Learning*. In Durbin, Gail (ed.) – *Developing Museum exhibition for Lifelong Learning*. London: Group for Education on Museums, p. 21-24.

FLEMING, D. (2002) – *Política Educativa: Objectivos*. In *Encontro Museus e Educação: Actas (Lisboa, 10 e 11 de Setembro)*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

FONTAL MERILLAS, O. (2003) – *La educación patrimonial: Teoría y práctica en el aula, el museo e internet*. Gijón: Ediciones Trea, S.L.

LUIS, L. (2000) – *Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82: 4.e trimestre, p. 47-52.

ROSCELLE, J. (1995) – *Learning in Interactive Environments: Prior Knowledge and New Experience*. In FALK, J. H.; DIERKING, L. D. (eds.) – *Public Institutions for Personal Learning: Establishing a Research Agenda*. Washington: American Association of Museums, p. 37-51.

SILVA, S. G. da (2002) – *As vozes e o silêncio: O museu como campo de múltiplas batalhas*. In AMARO, G., coord. – *Actas do Encontro Internacional Educação para os Direitos Humanos*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p. 467-472.

SILVA, S. G. da (2003) – *Museu e Escola, por uma relação privilegiada*. Revista I Fernão. Lisboa: Escola Secundária Fernão Mendes Pinto. 17, p. 20-25.

Resumen

La navegación del Duero, en su feliz realidad actual, dentro de Portugal, ha tenido unos antecedentes cuajados de esfuerzos e ilusiones. El trabajo que se presenta tiene por objeto dar una visión de las iniciativas emprendidas durante la primera mitad del siglo XIX, en especial, las de un personaje, Joseph James Forrester, nacido en Inglaterra y afincado en las riberas del Duero, a cuyo conocimiento dedicó largos años de vida y patrimonio.

Introducción

Los ríos portugueses constituían en la Edad Media – y en los siglos siguientes – unos excelentes medios de comunicación, siendo que la estructura tradicional de los transportes permanece casi inalterable hasta mediados del XIX, dado que esa permanencia obedece a las condiciones geográficas, pues el país dispone de una extensa fachada marítima y sus ríos principales lo atraviesan desde el interior hasta el Litoral (SERRÃO 1992, 192).

El desarrollo de la red viaria desde finales del medioevo en Tras-os-Montes y Alto Duero, se asienta en el trazado de las vías romanas que servirían de base a la construcción de las vías medievales (MORENO 1982, 7), así, los circuitos de penetración eran deficientes, solo vencidos por los arrieros y ello debido a la gran movilidad y resistencia de los animales de carga, en cuyos lomos transportaban los peces, la sal, el vino o el aceite, conforme se desplazan desde o para el Litoral (MORENO...).

De este modo, la navegación fluvial, desempeñaba un papel económico relevante, no solo por el volumen de mercancías que transportaba, a costos reducidos, sino también por la seguridad y rapidez que ofrecía a los cargamentos, salvo en el caso de accidentes naturales, como por ejemplo ocurría en el Duero a causa de los distintos regímenes de aguas acaecidos en las diferentes épocas del año (SERRÃO 1992, 193-194).

Entre los obstáculos físicos del Duero se destacaba el famoso Cachão da Valeira, donde desde finales de la Edad Media se venían realizando obras de prolongación, siempre con la intención de permitir la navegación de embarcaciones de mayor calado hasta la frontera castellana. Las dificultades de navegación en esta zona persistieron prácticamente hasta nuestros días, encontrando solución cuando fue construida la presa hidroeléctrica hace cerca de tres décadas (ABREU 1998, 124).

Tenemos conocimiento de obras de mejora realizadas en diversos periodos, una de las cuales tuvo lugar en 1532 por Martim Figueiredo, siendo narrada por Rui Fernández en la descripción de Lamego (MORENO 1982,13), otra de ellas fue a finales del siglo XVII, debida a Miguel Lascol (COSTA 1868, 384), así como las que discurrieron entre los años 1780 y 1791, según la referencia de la lectura que hicimos de una epígrafe a bordo de una embarcación, grabada en grandes letras; las obras de regularización de este trozo de río también conocido por Cachão de S. Salvador da Pesqueira, fueron oficialmente inauguradas al siguiente año, con el descenso de un barco bajo la responsabilidad del Capitán Ingeniero José María Yola que se desplazó a cargar trigo hasta el Concejo de Freixo de Espada à Cinta, si bien consta que el Secretario de Estado João António Salter de Mendoza, hubiese ya realizado este viaje a comienzos de la primavera de 1790, segundo la leyenda de una estampa de la época (Coleção ...)¹.

Según se desprende del suplemento nº 2 de la *Gaceta de Lisboa*, de 16 de enero de 1795, estas obras fueron responsabilidad de un *Engenheiro Hydraulico*, tenido hoy como uno de los más antiguos investigadores submarinos, pues *executou defronte do Terreiro do Paço a operação de descer ao fundo do mar fechado dentro de uma máquina hydraulica* (ALVES 1994, 126).

acta 17 (extra) El Mapa de Forrester - Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la Região Demarcada do Douro 1756 – 2006)

Emilio Rivas Calvo

Carlos d'Abreu

¹ Leyenda de la estampa: *Prospecto do Sitio do Cachão de S. Salvador da Pesq. a, observado da pt.e de Tras os Montes como elle ficou em 1792, an, em que cessou o trabalho começado em 1780 para o demolir: o Capp.am Ingenheiro Joze Maria Yola desceo o Cachão dentro d'hum barco, que foicarregar de trigo por cima de Freixo de espadacinta, eo conduziu p.o 30 legoas embandeirado até ao Porto, mostrando deste modo o triunfo, que tinha conseguido da natureza. Antes delle forão do Porto ao cachão o Ex.mo Secretario d'Estado, João Antonio Salter de Mendonça, e varios Illustres Patriotas como s'anunciou no correio da Europa em 19 de Abril de 1790. No an de 1793 fizerão o mesmo os Illo.mos Vice Provedor da Companhia, e outros Deputados: huns e outros subirão, e descerão embarcados no sitio do cachão, e tiverão o gosto de ver e admirar esta obra ou Padrão que fará imortal o nome da Providintissima Mai dos Portugueses MARIA I, E DA Ill.ma Junta da Companhia Geral do Alto Douro, que de baixo de tão Soberanos Auspicios, e ordens pozetivas cortou os rochedos, dezembaraçou a navegação e conseguiu afelecidade, e alegria dos habitantes das margens do Douro, do Sabor*

Bienvenido Oliver Román

Los esfuerzos y trabajos para posibilitar y mejorar la navegación en el Duero, datan de antiguo como vimos anteriormente.

Más próximo a nuestros días son las voladuras realizadas por las tropas inglesas durante la guerra Peninsular (1810), a fin de procurar el transporte de su maquinaria de guerra desde Oporto hasta España.

Durante el año 1927 el ingeniero de Caminos Bienvenido Oliver Román, Jefe de la Jefatura de Obras Públicas de Salamanca, realiza una serie de estudios e investigaciones relacionadas con la hasta entonces frustrada navegación por Duero. Estos trabajos vieron la luz en una serie de artículos publicados en la Revista de Obras Públicas (OLIVER 1927).

En estas labores, manifiesta: *vino a mis manos, casualmente, un papel con gran número de dobles, bastante voluminoso, bastante deteriorado y bastante sucio, con señales evidentes de haber permanecido en ese estado muchos años. Desdoblado con gran cuidado, extendido sobre un tablero y limpio del polvo que le cubría, pudo contemplarse un mapa con la denominación siguiente:*

The Portuguese Douro and the Adjacent Country and so much of the River as can be made Navigable in Spain by Josh Forrester, H.M. Royal Geographical Society of Berlin; R.A., Lisbon & Oporto; F.R.G.S., Paris & London; C.M.L.Z.S., &

Se trata del mapa confeccionado por José James Forrester.

Sigue diciendo Oliver: *Al pié del mapa se consigna que se publicó en Londres en 1º de abril de 1848 y asimismo, que examinado con todo detenimiento, observé que era un trabajo muy interesante, por el gran número de elementos gráficos, descriptivos y numéricos que contiene; por ello, después de forrado con tela, y por no formar parte de documento ni de expediente alguno de carácter oficial, lo envié a la Biblioteca de la Escuela de Ingenieros de Caminos para su conservación.*

He de consignar que realizadas las correspondientes pesquisas, no ha sido posible localizar dicho mapa, ni en la Biblioteca de la Escuela de Caminos, ni en el Colegio de Ingenieros, ni en la Biblioteca Nacional. Las únicas referencias concretas y fidedignas son las que facilita con su minuciosa descripción el propio Oliver, junto con una serie de documentos, en forma de opúsculos, que integrando una encuadernación de carácter heterogéneo, fue localizada en el Instituto de Historia y Cultura Militar, Madrid, acogida bajo el título **Papers relating to the improvement of the navigation of the river Douro from its mouth to the Barca de Vilvestre in Spain: and to the maps of that the river, ando f the wine-district of the Alto-Douro/by Joseph James Forrester**, con textos en inglés y en portugués (FORRESTER 1844).

Los documentos contienen la reproducción de una numerosa correspondencia entre el Sr. Forrester y las Cámaras Municipales y asociaciones de la ribera del Duero, así como extractos periodísticos que más adelante veremos en detalle.

También se ha localizado en la misma Institución, otra publicación, con el título de **Documentos sobre os exforços de José James Forrester e das Câmaras Municipaes do distrito vinhateiro do Alto-Douro para supressão da contrafeição dos vinhos do Porto, editado en aquela ciudad en 1845 por Typographia Comercial.**

Finalmente hay que mencionar la existencia, en la Biblioteca Nacional, depósito de Alcalá de Henares, de un **Mapa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro dedicado a Dona Maria II.**

J. James Forrester fue un ciudadano británico que afincado en Portugal, y siendo profesional del comercio de vinos, dedicó grandes esfuerzos y caudales en orden a mejorar su transporte y exportación, a cuyo efecto, durante años realizó minuciosos estudios a cerca de la navegabilidad del río Duero así como del país viñero, cuyo resultado final fue la publicación de sendos mapas, del primero de los cuales nos ocupamos en este trabajo.

En la descripción de Oliver se nos dice que el mapa alcanza unas dimensiones de 2,84m de

longitud y de 0,64m de ancho. Detalla seguidamente todos los aspectos en el contenidos, aspectos en los cuales no vamos a detenernos, puesto que más adelante están descritos, con el estilo de la época, en el extracto que se reproduce del Periódico de los Pobres editado en Oporto. Sí recogemos en contra, la traducción que efectúa el ingeniero español de la parte literaria contenida en referido mapa y en concreto lo que se expone acerca del Duero en Portugal:

Su longitud en ésta nación es aproximadamente de 31 leguas portuguesas, unos 190 km., es un hermoso río, muy ancho, de corriente impetuosa, con un cauce en el que hay numerosos obstáculos que dificultan la navegación y la hacen peligrosa, obstáculos que consisten en tramos de río que son verdaderos desfiladeros, en rocas que desde los márgenes avanzan hacia el cauce o que se elevan desde el fondo, en desniveles de algunos pies en longitudes de 70 a 180 m, que son verdaderas cascadas.

El Duero puede adquirir condiciones para permitir la navegación hasta la Barca de Vilvestre, más arriba de este paraje los obstáculos que existen para conseguir tal fin son de una importancia tan grande que el hacerlos desaparecer, tan solo parcialmente, exigiría gastar muchísimo dinero, y sin compensación, en relación con los beneficios que se obtendrían. La trascendencia de hacer posible la navegación del Duero portugués ha sido universalmente reconocida desde hace mucho tiempo, tanto que no es necesario, en manera alguna, insistir sobre ella en el momento presente.

En el artículo 8 del Tratado para la navegación libre en el Duero de 23 de mayo de 1840, los Gobiernos de España y Portugal se comprometieron a emplear medios eficaces para mejorar las condiciones del río Duero desde el punto de vista de la navegación por él. La población agrícola inmediata a éste y la de las provincias de Tras-os-Montes, así como los comerciantes de Oporto y todas las clases sociales del norte de Portugal, desean vivamente que aquel compromiso se realice lo más pronto posible, siendo los más interesados en ellos los "arraes y marinheiros" del Duero (grupos de hombres muy útiles y muy valiosos) para los cuales la efectividad de la navegación en el Duero es una cuestión, sin la menor exageración, de vida o muerte.

No hay año en el que deje de registrarse la pérdida de varias embarcaciones y la destrucción de no pocas fincas, como consecuencia del régimen del río; con demasiada frecuencia en la sirga, operación dura, penosa y de absoluta necesidad en muchos tramos del río, los marineros está expuestos a perecer o a quedarse inútiles para el trabajo, dado el número tan crecido de accidentes importantes que ocurren.

En el viaje desde Oporto a Barca d'Alba se emplean, casi siempre, quince días.

Se han ideado muchos proyectos para facilitar la navegación en el río Duero, algunos dignos de consideración, otros fantásticos, como es natural, tanto por su elevado coste como por el tiempo que exigiría su realización. En alguno de los proyectos se propone un canal lateral. Se puede asegurar que semejante solución no la patrocinará ingeniero alguno que conozca la región del Duero, por lo menos de aquí a un siglo; solución con un gasto de varios millones de libras esterlinas.

Es hora ya de que el gobierno emprenda con toda seriedad las obras necesarias para mejorar las condiciones del río Duero que afectan a la navegación en él, así como aquellas otras que faciliten el acceso al mismo de las provincias inmediatas.

El río se utiliza actualmente por España, nación que aprecia los beneficios que le reporta el hecho de contar a Oporto entre sus puertos. Excelentes carreteras que cruzan las regiones de Zamora, Toro, Salamanca y Valladolid, y se dirigen hacia Barca d'Alba (alguna terminada cuando se firmó el Tratado que declaró libre la navegación en el Duero y otras en construcción bastante adelantada), demuestran el valor que se asigna a dicha vía fluvial desde el punto de

vista de lo que ha de facilitar la exportación del trigo y de otros productos de aquellas fértiles provincias españolas. Las carreteras que en Portugal se dirigen hacia el Duero están casi intransitables, tanto que el correo emplea ocho días para ir de Oporto a Barca d'Alba, esto es, para recorrer 120 millas.

Con situación como la expuesta es imposible al labrador portugués competir con el especulador español. Una fracción importante de la gran cantidad de trigo que producen las regiones españolas antes mencionadas, con un coste de producción muy bajo, se transporta con facilidad y poco gasto hasta la frontera, la que pasa de contrabando y continúa hasta Oporto.

No es el agricultor portugués el único perjudicado, y en alto grado, con semejante sistema; el comerciante y el fabricante, también sufren perjuicios, aunque no de la importancia de los de aquel, ya que el especulador no toma productos portugueses en cambio de los granos y de otras mercancías que introduce en Portugal; recibe, en pago de estos, dinero.

El mapa. - En el mapa se han señalado los obstáculos que para la navegación hay en río Duero entre Vilvestre y Oporto, obstáculos que en Portugal se llaman "pontons". Para algunos de ellos se consigna la naturaleza del país, los alrededores, etc. es de todo punto imposible describirlos e historiarlos en no menos de cien páginas, aunque no se mencionen sus numerosas e importantes modificaciones, así como explicar en pocas palabras las características de la corriente en muchos parajes, características que dependen, a su vez, de las que tengan los ríos y arroyos afluentes, de los cambios que experimente los terrenos etc.; sin todos estos detalles (que únicamente pueden adquirirse después de observaciones hechas durante muchos años) la descripción a que antes se hecho referencia confundiría, no enseñaría. Se ha hecho sin embargo, una información completa y detallada sobre los puntos antes mencionados: aunque los obstáculos son numerosos e importantes, y considerable el gasto que necesariamente hay que hacer para destruirlos, se ha redactado un plan de carácter práctico mediante cuya realización se conseguirá que desaparezcan por completo algunos de ellos, así como que se reduzca la importancia de otros, en forma tal, que el Duero pueda remontarse con seguridad y con poco trabajo en las dos terceras partes del tiempo que se emplea actualmente. En la formación de aquel plan se ha procurado en todo momento que el gasto, tanto para España como para Portugal, sea el más pequeño posible. Es de esperar que tan pronto como se restablezca la tranquilidad en el segundo reino, los Gobiernos de ambas naciones tomarán las medidas necesarias para que sea una realidad el plan.

Oporto, 1848.- El autor.

Los trabajos de Forrester y su repercusión

J. James Forrester inició sus prospecciones en el río y regiones aledañas en 1831, no viendo publicado su trabajo hasta 17 años después. Queda consignado que la primera embarcación que remontando el río alcanzó el Salto de la Sardina, unos dos kilómetros aguas arriba de la Barca de Vilvestre, fue la que llevaba al inglés y a sus compañeros: el capitán Diego Köpke y al Sr. Roquemont. El hecho tuvo lugar el día 8 de noviembre de 1841.

Como no podía ser menos, sus investigaciones fueron seguidas con interés y expectación tanto en los medios económicos como políticos de las zonas aledañas, en especial por ser un objetivo común a todos ellos, la pretensión de mejorar los medios de transporte y con ello la comercialización de los vinos y productos agrícolas de las regiones ribereñas.

En este sentido, se impulsaron iniciativas destinadas a ofrecer el apoyo institucional al Sr. Forrester, y en no pocos casos transmitir mensajes de ánimo y gratitud, al objeto de que se alcanzara con éxito la culminación de la obra. Así vemos, que en septiembre de 1842, una representación de los patrones, agrícolas e industriales del Alto-Douro, se dirige al José James

Forrester manifestando que *Habiéndose esparcido generalmente en este país el rumor, de que V.S. tiene en vista un grande e importantísimo proyecto para la mejora de la navegación del Duero, por medio del que los Patrones experimentarán no solo economía de tiempo, sino también de los gastos, sin que resulte ninguna desventaja pecuniaria al comercio, antes al contrario, gran ventaja, por la facilidad del tránsito de las mercancías, y sabiendo nosotros por nuestras propias observaciones, que se ha ocupado V.S. durante mucho tiempo, tanto en la medición del río como en la del país adyacente, tenemos razón para convencernos que posee V.S. los mejores informes sobre tan importante objeto.*

Prosigue el escrito con palabras de ánimo y agradecimiento, instando al destinatario a que complete sus trabajos. La carta está refrendada por más de treinta Patrones.

Unos días más tarde Forrester contesta a los anteriores informándoles que hasta la fecha no ha realizado propuesta alguna al Gobierno, manifestando así mismo que desconoce se existen contratos entre los propietarios de los márgenes del Duero y la administración pública. También notifica que en breve finalizará los dos mapas: el del Duero portugués y el del país viñero.

Si el Gobierno aprueba sus planes, estima que en tres años las obras pueden estar concluidas. El escrito lo firma en Oporto a 8 de noviembre de 1842.

Otras agrupaciones empresariales se dirigen al investigador inglés. Vemos la de la Asociación de Agricultores del Duero.

Sr. José James Forrester:

Muy señor nuestro, la Dirección de la Asociación de Agricultores del Duero que conoce y aprecia como debe los incansables trabajos con los que V.S. ha procurado dar a conocer al comercio del mundo civilizado las riquezas de los márgenes del Duero, por medio de su mapa topográfico e hidrográfico, que demuestra al mismo tiempo las producciones del suelo y las dificultades de navegación del río, juzga su deber, como eco de los sentimientos de todos los labradores del Duero, y le cabe mucha honra en manifestar, como manifiesta a V.S. en nombre de todos ellos, el aprecio que hace de los nobles y valiosos servicios que V.S. ha prestado con su obra a los referidos labradores y a todo el reino y espera que V.S. no desistirá llevar a cabo una empresa tan noble como útil, para la cual se ofrece a coadyuvar con V.S. ésta Dirección en todo, siempre que V.S. lo juzgue necesario.

Regoa, Sesión de la Dirección, 11 de febrero 1843

Antonio Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magallães, Presidente

Alfonso Botelho de Sampayo e Souza; Carlos Joaquím Ferreira de Carvalho e Cunha.

La respuesta de Forrester está fecha el 15 de febrero y en ella agradece el ofrecimiento de la Asociación comunicándoles al tiempo que si bien el mapa para la navegación se encuentra algo retrasado, no ocurre así con el compuesto sobre el país viñero, el cual ya ha remitido a Londres para su grabación.

Damos cuenta de un nuevo escrito remitido a Forrester, en este caso se trata de la Asociación de Vinateros de Oporto, integrada, entre otras, por las siguientes localidades: Peso de Régua, Lamego, Vilar de Maçada, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Armamar, Provesende, Carrazeda de Ansiães y Freixo de Numão.

Se trata de un Acta de Sesión que dice así:

Por propuesta del Sr. Vereador Köpke se deliberó dirigir una carta de agradecimiento al ciudadano inglés Forrester, por el laborioso trabajo que ha tomado a su cargo de levantar un

plano del País Vinatero, rogando llevase a cabo tan interesante empresa. A propuesta del Sr. Vereador Köpke, era concebida en los términos siguientes:

Que sabía que el Sr. José James Forrester había emprendido diversos e importantes trabajos relativos a la navegación de río Duero, una descripción del País Vinatero, un mapa geográfico de nuestro país y otro del río Duero, desde la frontera de España hasta su Foz, conteniendo cada uno de estos mapas las más minuciosas, interesantes e útiles informaciones, que de estos trabajos había aquel señor obtenido en mucho tiempo, trabajo y gastos. Y que con mucho pesar, no tenía este señor intención de dar al público el fruto de sus preciosas fatigas, no obstante saber de ello el Sr. Köpke que una gran parte de estos trabajos se habían concluido de manera excelente con los talentos científicos y artísticos del autor. Que es bien sabido cuanto carece nuestro país de obras de esta naturaleza, hechas con la perfección y exactitud como lo están éstas. Que juzga por tanto que esta Cámara debe hacer cuanto esté a su alcance para que tan precioso trabajo no sea desperdiciado por el país. Que esta Cámara da al Sr. José James Forrester testimonio público de estima que dedica a la persona del autor y de gratitud que le tributa por tener emprendidos tan útiles trabajos, enviándole un extracto de su Sesión.

Que anime a que cuanto antes de al público el fruto de tales trabajos y no desista de llevar a cabo tan grande empresa.

Por el Presidente y demás Vereadores, fue unánimemente adoptada.

Domingos Jose Alves de Souza, Escrivão

Magalhães, Presidente

Carneiro Geraldés, Fiscal

Pereira, Macedo, Köpke, Geraldés, Vianna.

En parecidos términos se manifiesta el Concello de Freixo de Numão:

Al Sr. Don José James Forrester.

Habiendo observado desde hace mucho tiempo los grandes trabajos a que se ha dedicado V.S. en sus exámenes del río Duero y del país adyacente, y sabiendo que dichos trabajos están casi concluidos, y que uniendo V.S. generosamente sus deseos con de los Patrones del Duero, de las Cámaras Municipales de Oporto, Sabroza y Provezende, y de la Asociación Agrícola del Duero, se ofrece a publicar cuanto antes una de sus importantes obras, siente mucho observar, que los oficios que V.S. dirige a las referidas corporaciones, que parece estar dudosa la publicación de aquella parte de su trabajo concerniente particularmente al río Duero y su navegación.

En su consecuencia, teniendo en vista y deseando mucho esta Cámara, promover todo aquello que pueda ser de utilidad de este país y del reino en general, reconociendo cuan importante es toda y cualquier empresa que tenga por objeto remover los obstáculos de la navegación de este río caudaloso, y cerciorada por los informes que ha recogido a este respecto, que la obra del Duero que V.S. ha hecho, no se limita solamente a los usos de los mapas en general, sino que al mismo tiempo sirve de base para operaciones interesantes y tal vez ofrezca al Gobierno un proyecto para remover con facilidad aquellos obstáculos: ruega a V.S. encarecidamente, que no desista de su noble y tan útil empresa, llevándola a efecto cuanto antes.

Para el logro de tan deseado fin, se ofrece esta Cámara, coadyuvando a V.S. en todo lo que le sea posible.

Dios guarde a V.S. Freixo de Numão, 24 de marzo de 1843

Presidente de la Cámara Municipal: José Bernardo Mendes Moutinho da Fonseca; El Regidor Fiscal: Luís Joaquim Pereira de Acevedo, los Vereadores: Francisco Antonio de Mello, José Antonio Fernandes y Francisco Antonio da Fonseca Gomes.

La respuesta de Forrester está redactada en los siguientes términos:

Muy señor mio: Tengo el honor de acusar a V.S. la recepción de la carta que tuvo a bien escribirme en 24 de marzo último, y agradecido sobre manera por las expresiones lisonjeras con las que la Ilustrísima Cámara de Freixo de Numão califica mis trabajos y se ofrece para coadyuvarme en ellos; ruego a V.S. encarecidamente se digne aceptar mis más sinceros agradecimientos, por esta fineza y suma bondad, transmitiéndolos igualmente en mi nombre a esa Ilustrísima Cámara.

Puedo asegurar a V.S., que tan pronto como las circunstancias lo permitan, practicaré, con sumo placer y satisfacción, todas las diligencias que de mi dependan, no solo para verificar la materia en cuestión, sino también la de cualquier otra cosa que tienda a la mejora e intereses del País del Duero en general, cuya concluida pueda necesitar el auxilio de mi poquísimo valimiento, el que sin embargo ofrezco cordialmente para todo cuanto pueda conducir a su prosperidad.

Sr. Presidente de la Cámara Municipal de Numão; me reitero de V.S. con toda consideración y respeto, su muy atento y S.S.Q.E.S.M.B. Oporto 4 de abril de 1843

José James Forrester.

El interés despertado tuvo su lógica acogida en la prensa de Oporto, en este sentido, reproducimos el texto del artículo publicado por el Periódico de los Pobres el día 15 de abril de 1843, donde se da una descripción detallada del contenido del mapa:

Habiéndose hablado hace tiempo de los trabajos del Sr. Forrester sobre el río Duero, por informes que adquirimos, y habiéndonos pedido la inserción de los documentos que anteceden, tubo la delicadeza de convidarnos para verlos.

Su mapa del río Duero, tiene unos 14 palmos de largo y tres de ancho, comprende las 34 leguas de río, que se cuentan desde San Juan de la Foz hasta el Salto de la Sardina, más arriba de Vilvestre en España, en una escala de medio palmo por legua.

Por un método muy conocido en el día de los topográficos, y aplicado a diversos usos, pero aun no seguido entre nosotros (portugueses) se conoce de un golpe de vista sobre la extensión del río, su mayor o menor profundidad. Se encuentran dibujadas en dicho mapa todas las piedras y rocas que descubre el río en su cama en tiempo de seca, lo que presenta la ventaja, de servir de guía, se puede decir, para evitar esos bajos, cuando están cubiertos en tiempo que abundan aguas.

Todas las sinuosidades del río están dibujadas con exactitud, y marcados todos sus puntos de difícil navegación, con los demás obstáculos que se encuentran en la misma, ya sean naturales o ya artificiales, tales como, pesqueras, molinos etc. el Sr. Forrester cuenta hasta 210 que designa por guarismos en el mapa; con esto se procura su denominación en un índice colocado al margen, el que sirve no solamente para encontrar al instante el punto que se busca, sino también sus denominaciones reunidas por el mismo orden que se pasan al bajar el río.

El viajero que quiera seguir por el río desde Oporto, encuentra marcadas en este mapa las leguas evaluadas por los barqueros desde la Foz del Duero, y todos los sitios donde existen barcas de pasaje. Para los que viajen por tierra, hay tres tablas ingeniosas, que indican las distancias recíprocas de las poblaciones que hay que atravesar desde Oporto hasta la Regoa y desde ésta hasta Vilvestre por San Juan de la Pesqueira; y desde Oporto hasta Amarante, y de aquí a Vilvestre por Vila Real.

Hay también una cosa muy curiosa en el mapa, y es: un pequeño cuadro en el que el río está reducido a la escala de media pulgada por legua, y en el que se encuentra marcado el tiempo que tarda un barco en bajar las diversas leguas evaluadas, tanto en el invierno, como en el verano.

En la márgenes del río, se indican las configuraciones de los terrenos, si están o no cultivados, cuales sus producciones, nombres de los pueblos y las aldeas, de las ruinas romanas o moriscas, y sitios notables en la guerra Peninsular; las iglesias, y principales almacenes.

Las explicaciones se leen en las dos lenguas, portuguesa e inglesa. Los accesorios constan de perspectivas muy curiosas de los sitios más notables del río, como son, la vista del Puente suspenso con la sierra del Pilar, el Seminario y parte de los muelles de la ciudad, la Regoa, el Cachão, la Barca de Alba, el Salto de la Sardina, vista en España donde el río no es navegable, etc. El conjunto de la obra produce grande efecto; no obstante la proyección del río escapa a toda simetría, y a pesar de estos accesorios y curiosidades con las que está enriquecido, no deja de ser el dibujo del río lo que llama principalmente la atención del espectador.

Este trabajo está ligado por medios topográficos a la triangulación del país vinatero, la que se ligó por teodolitos y encadenados, una vez determinada la extensión de partida por observaciones astronómicas con instrumentos de precisión.

En vista de esta descripción, podemos concluir que la obra es bastante completa, y que puede servir de base para trabajos importantes ulteriores. El Sr. Forrester principió esta obra en 1831, y no ha desistido de ella hasta llevarla al punto de remate en que se halla. Si consideramos que es un comerciante y tomamos en cuenta las fatigas inherentes al Jefe, como el es en el día, de tres casas de primer orden del comercio de vinos y comisiones, obligaciones que desempeña con el mayor crédito y puntualidad y no con menos destreza, no podemos dejar de admirar las dificultades que ha vencido, tanto más cuanto solo ha podido dedicar las noches al estudio de su gabinete artístico.

La publicación de este mapa, era sin duda de grande utilidad, pero teniendo que mandarlo gravar en Inglaterra, por no estar montado el gravado portugués en el pié necesario para ejecutar una obra en este punto, no quiere el Sr. Forrester arriesgar los abultados gastos que ha expendido y los que aun tiene que hacer, para ver robado su trabajo, por eso solicitó del Gobierno de S.M. Fidelísima el privilegio de autor. Nos consta que la Asociación de Agricultura del Duero y las Cámaras o Ayuntamientos de Oporto, Sabroza, Villar de Maçada, Pezo de Regua, Canellas, San Juan de la Pesqueira, Armamar, Numão, Provezende y otras, se han interesado mucho en la publicación de estas obras, sin embargo, sin que hasta ahora haya habido resultado favorable de parte del Gobierno, lo que sentimos, porque importa mucho animar trabajos de esta naturaleza, y mucho más cuando el Tesoro Público nada tiene que desembolsar para ellos.

El Sr. Forrester ha expuesto esta obra del río Duero a la vista de numerosos amigos desde el lunes último hasta hoy sábado.

También conserva una copia del mapa del país viñero del Duero, que mandó a Londres para ser gravado, en la misma escala, pero como esperamos ver en breve la gravura, a su tiempo hablaremos de ella.

El Sr. Forrester en nada se ha descuidado, guarda una colección mineralógica de la cama del río Duero, un pedazo arrancado por sus propias manos de las rocas que forman cada uno de los puntos malos del río, sirve no solo para el estudio de los inteligentes, sino también para formar el presupuesto por un ingeniero de fuera del país, que en vista del mapa particular de cada punto, quisiese estudiar un plan para mejorar la navegación del río Duero.

Mil alabanzas sean dadas al Sr. Forrester por lo mucho que se interesa en nuestras cosas, las que tanto descuidamos nosotros.

Oporto 15 de abril de 1843

Hasta aquí la detallada descripción y los testimonios manifestados por las instituciones de sus contemporáneos acerca del interesante trabajo realizado por el Sr. Forrester, labor que en su medida ha contribuido a posibilitar la vía fluvial del Duero.

Queda para otra ocasión profundizar sobre el tema y en todo caso desarrollar cuanto se refiere a la segunda de sus investigaciones: el mapa del país viñero.

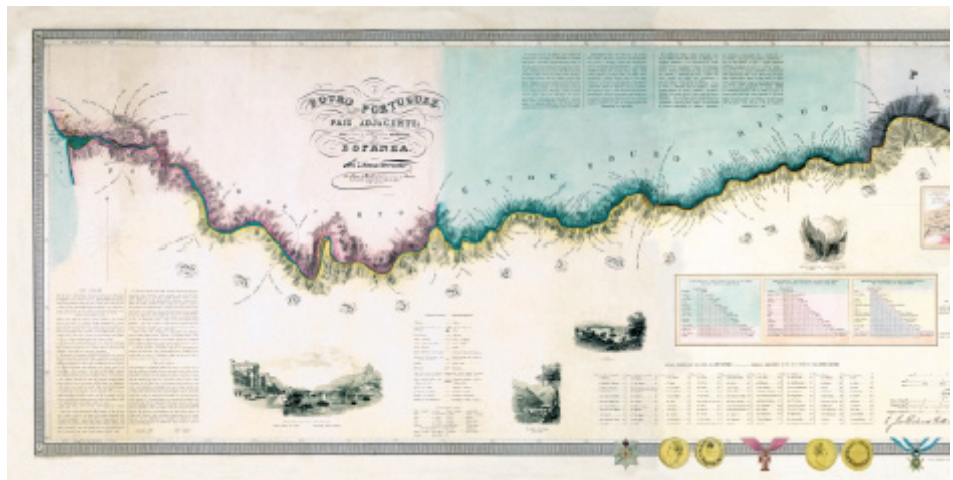


Estampas

fig. 1 Cachão da Valeira Depois de Regularisado (1792) (Colecção...)



fig. 2 O ponto do Cachão da Valeira no mapa de Forrester (fragmento) (Forrester 1848)



Bibliografía

ABREU 1998 – ABREU, Carlos d', *Torre de Moncorvo - percursos e materialidades medievais e modernos*, Tesis de Mestrado en Arqueologia, Universidad de Oporto, (1994-)1998.

ABREU 2003 – ABREU, Carlos d', *As barcas de passagem no curso superior do Douro português - da Idade Média a finais do Antigo Regime*, comunicación apresentada en el I Simpósio Ibérico sobre "El Ebro, via de comunicación, energia y mineralización (la navegabilidad de los rios peninsulares)" (28 a 30-III-2003), org. Exmº. Ayuntamiento de Fayón/Universitat Politècnica de Catalunya/Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero/(...), Fayón, Aragón.

ABREU 2003a – ABREU, Carlos d', *Torre de Moncorvo na cartografia antiga (séculos XVI-XVIII)*, sep. Douro, Estudos & Documentos, n.º 16, Grupo de Estudos de História Duriense e do Vinho do Porto, Universidad de Oporto y Universidad de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto, 2003, pp. 27-37.

ALVES 1994 – ALVES, Francisco J. S., *Lisboa submersa*, in: Lisboa Subterrânea, catálogo de la exposición que con el mismo nombre fue realizada por la Sociedad Lisboa 94, en el Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1994, pp. 126-139.

Colecção... – Colecção de Gravuras Portuguesas (Reproduções), *Cachão da Valeira depois de regularizado 1792 (...)*, Estampa n.º. 50, ?, ? [Colección de uno de los autores].

COSTA 1868 – COSTA, P. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2ª. ed., Braga, 1868 (1ª. ed., 3 vol., Lisboa, 1706, 1708 e 1712 respectivamente).

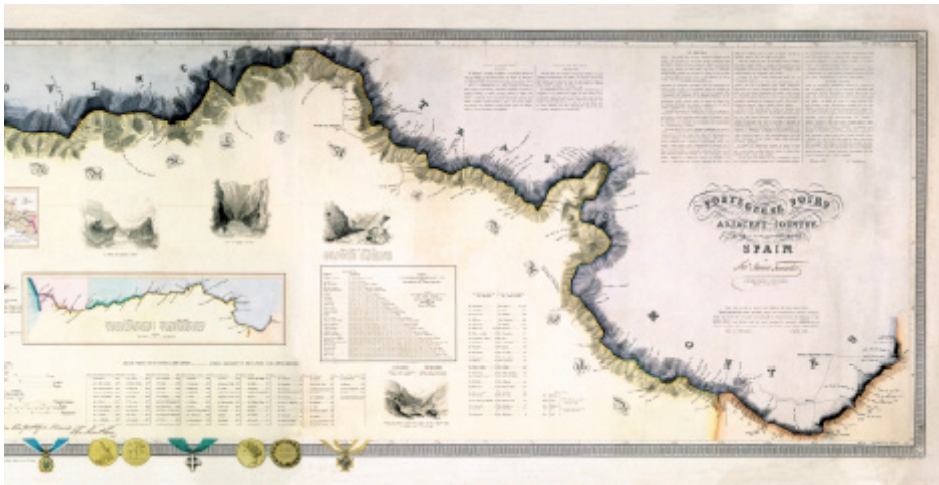


fig. 3 O mapa do Douro Portuguez...
(Forrester 1848)

FORRESTER 1844 – FORRESTER, Joseph, *Papers relating to the improvement of the navigation of the river Douro from its mouth to the Barca de Vilvestre in Spain: and to the maps of that the river, and of the wine-district of the Alto-Douro* / by Joseph Forrester, Oporto: Commercial Printing Office, 1844 [Biblioteca Central Militar (Instituto de Historia y Cultura Militar), Madrid, III-48-9-17(b) – Enc. hol. – Ex libris de la Biblioteca de Ingenieros del Ejército – Enc. junto a otras obras, formando un volumen fáctico].

MORENO 1982 – MORENO, Humberto Baquero, *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no Século XV*, sep. Boletim do Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1982.

MORENO... – MORENO, Humberto Baquero, *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média*, Porto, Brasília Editora, s/d.

OLIVER 1927 – OLIVER ROMÁN, Bienvenido, *La navegación en el río Duero*, in: *Revista de Obras Públicas*, 1927, 75, tomo I, 1927, (2482) pp. 288-292 / (2483) pp. 311-316 / (2489) pp. 439-441 / (2493) pp. 27-30 / (2467) pp. 527-531.

SERRÃO 1992 – SERRÃO, Joel, *Transportes*, in: *DHP*, dir. J. Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 192-206.

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão 1 Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)

Miguel Rodrigues, Paulo Dordio

Coordenação Científica da Sessão 2 Património Natural: Como estamos de conservação?

Ana Berliner, Dalila Correia, Jorge Silva

Coordenação Científica da Sessão 5 Musealizar em arqueologia: Experiências, horizontes, públicos

Graça Araújo

Autores

Alexandre Matos, Ana Berliner, António Chéney, António Coelho Rocha, António Edmundo, António Faustino Carvalho, António Nabais, Armândio Jorge Morais Barros, Armando Redentor, Carla Braz Martins, Carlos d'Abreu, César Guedes, Dalila Correia, Emilio Rivas Calvo, Fernando Cabral, Fernando Pau-Preto, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Graça Araújo, J. A. Gonçalves Guimarães, João Muralha, João Ribeiro da Silva, Jorge Silva, José Manuel Alho, Lídia Baptista, Marcos Osório, Maria Antónia Athayde, Marta Mendes, Miguel Rodrigues, Paulo Dordio, Paulo Morgado, Ricarda Moura, Ricardo Teixeira, Sandra Naldinho, Vítor Baptista

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

Sessão 1 Autores

Sessão 2 Dalila Correia e autores

Sessão 5 Graça Araújo

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Leal

Tiragem

1000 Exemplares